UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ARTHUR MENEZES SALOMÃO

DO PSDB AO LAVAJATISMO: A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA ALTA CLASSE MÉDIA NA CRISE POLÍTICA DO GOVERNO DILMA

CAMPINAS

2023

ARTHUR MENEZES SALOMÃO

DO PSDB AO LAVAJATISMO: A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA ALTA CLASSE MÉDIA NA CRISE POLÍTICA DO GOVERNO DILMA

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFEDENDIDA PELO ALUNO ARTHUR MENEZES SALOMÃO, E ORIENTADA PELA PROF. DR. VALERIANO MENDES FERREIRA COSTA.

CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

Salomão, Arthur, 1996-
Sa36d Do PSDB ao lavajatismo : a representação política da alta classe média na crise política do governo Dilma / Arthur Menezes Salomão. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Valeriano Mendes Ferreira Costa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Classe média. 2. Governo representativo e representação. 3. Partido da Social Democracia Brasileira. 4. Nacionalismo. 5. Corrupção. I. Costa, Valeriano Mendes Ferreira, 1961-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: From PSDB to lavajatismo : the political representation of the upper middle class in the political crisis of the Dilma government
Palavras-chave em inglês:
Middle class
Representative government and representation
Brazilian Social Democracy Party
Nationalism
Corruption
Área de concentração: Ciência Política
Titulação: Mestre em Ciência Política
Banca examinadora:
Valeriano Mendes Ferreira Costa [Orientador]
André Kaysel Velasco e Cruz
Danilo Enrico Martuscelli
Data de defesa: 09-03-2023
Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0009-0007-2732-0003
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/8254269253157946

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 09 de março de 2023, às 9h, considerou o candidato Arthur Menezes Salomão **aprovado**.

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa (Presidente da Banca)

Prof. Dr. André Kaysel Velasco e Cruz (Membro Titular da Banca)

Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli (Membro Titular da Banca)

A ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no Siga/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

Desde o início de minha graduação, tenho forte apreço por ler a seção de agradecimentos, dedicatórias e os memoriais das professoras e professores. Faço isso até mais entusiasmado do que com a leitura de artigos, teses e dissertações recheados de argumentos úteis e instigantes que compõem o ofício do cientista social. Em muitas das vezes que me perdia nessas páginas, percebia o tom formal dos agradecimentos que eram inseridos como de praxe. Em outros casos, mais envolventes, era nítido o reconhecimento de que muitas pessoas compuseram, ainda que indiretamente e sem responsabilidades, o percurso das pesquisas. Era com esse gosto particular que eu observava outra parte do cientista social e os envolvidos em seu desenvolvimento intelectual para além da retenção e propagação de conhecimento científico. Todavia, assim como em outros aspectos da vida, a leitura por si só não havia me preparado completamente para colocar em palavras minha gratidão quando chegasse minha vez. Precisei passar por experiências que me colocaram à prova e que me despertaram verdadeiramente o sentido dos agradecimentos para, agora, agradecer aqueles que se fizeram presentes.

Inicio ressaltando que, embora muitos merecessem ser nominalmente mencionados neste humilde exercício de gratidão, receio que o curto prazo e o pequeno espaço, bem como minha memória notavelmente falha, me obriguem certa brevidade. Tentarei, ciente dos possíveis equívocos, recordar algumas pessoas que estiveram direta e indiretamente envolvidas em meu percurso. Dirijo meus primeiros agradecimentos à minha família, que me possibilitou, de todas as maneiras possíveis, percorrer um caminho que fosse meu por vontade própria, muitas das vezes abdicando dos seus próprios sonhos para fazer com que os meus se realizassem. À minha mãe, Adriana; ao meu pai, Ibrahim; e aos meus irmãos, André e Alexandre, retribuo todo que me proporcionaram com minha genuína gratidão.

Chegando em Barão Geraldo, pude descobrir uma outra família. Agradeço também às amigas e aos amigos, companheiros de luta que a vivência universitária me proporcionou e que, na maior parte das vezes, me acolheram com muito afeto no IFCH e nas moradias pelas quais passei – Didico, Leleo, Rafa, Reserva, Kairo, Quiabo, Dornelas, Wash, Felps, Carol(s), Luci e tantas outras que estiveram ao meu lado. À Gu (Ingrid), que partiu deixando em mim a convicção do potencial emancipador do afeto. À Ana Clara, divisor de águas, refúgio do mundo de aparências e companhia afetuosa, acolhedora e inspiradora, peço desculpas pelas ausências e agradeço profundamente todo amor,

carinho e incentivo dedicados a mim, especialmente aqueles presentes em gestos singelos que alegravam meu dia e me faziam persistir. Os tempos difíceis passarão, nós passarinho.

Pude, nessa trajetória, confirmar que o trabalho acadêmico é um trabalho coletivo. Nesse caso, devo agradecer primeiramente aos funcionários do IFCH, responsáveis por transformar o ambiente ifchiano em tudo aquilo que é. Agradeço também ao conjunto de professoras e professores do curso de Ciências Sociais por me despertarem o prazer de analisar cientificamente o mundo do qual faço parte, sobretudo o Departamento de Ciência Política, que com seu clima intelectual diverso e plural, me instigou a seguir a trilha do conhecimento da política. O mesmo se estende para os docentes que puderam acompanhar meu trabalho na pós-graduação: Rachel Meneguello, Andréa Freitas, Andrei Koerner, Frederico de Almeida. Em especial, do corpo docente, dirijo meus agradecimentos à Profa. Dra. Andréia Galvão, que teceu comentários muito pertinentes a um trabalho que apresentei, e à Profa. Dra. Luciana Tatagiba, que com pouco tempo e dificuldades virtuais, suscitou reflexões que me trouxeram até esta dissertação. Ainda nesse âmbito, ao Prof. Dr. André Kaysel, pelos elogios e pelos comentários críticos em minha defesa.

Aos colegas de turma, que, embora isolados e submetidos ao frustrante convívio virtual, puderam compartilhar das mesmas dificuldades e enfrentar desafios semelhantes. Todas – Amanda, Bia, Du, Laís, Luana, Lucas, Maísa, May e Yasmin – participaram diretamente da conclusão deste trabalho, detectando lacunas, explorando argumentos e tecendo sugestões. Alguns, como Du, Amanda e Luana, ainda se mostraram bondosos em escutar meus obstáculos e me acolher com palavras e afetos.

Encerrando as menções nominais, agradeço aos professores que estabeleceram diálogos mais profundos com minha pesquisa e que, por diversas vezes, suscitaram reflexões frutíferas. Ao Prof. Dr. Sávio Cavalcante, que me apresentou o objeto de pesquisa que me acompanha até hoje, agradeço por me orientar de forma atenta durante minha iniciação científica e por contribuir com o restante da pesquisa, cheia de lacunas, no exame de qualificação. Ao Prof. Dr. Danilo Martuscelli pelos generosos elogios, pelas pertinentes sugestões de pesquisa e pelo olhar minucioso dedicado ao meu texto de mestrado. Ao Prof. Dr. Armando Boito Jr., pela inspiração e pelos estímulos, ainda mesmo na graduação, e por permitir que eu acompanhasse suas fascinantes disciplinas. E, em último lugar, ao meu orientador Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa, pela sua atenção e sua generosidade em acolher um jovem com muita indecisão e pouca

direção. Seus comentários em reuniões foram fundamentais para meu desenvolvimento intelectual e científico.

Por fim, peço licença poética pela situação, pois gostaria de alargar o sentido dos agradecimentos e destiná-los a presenças sutis, mas fundamentais. Como todos bem sabem, entre os anos de 2020 e 2022, passamos por um contexto sombrio, duro e de muito sofrimento que, além de nos tirar pessoas queridas, nos impôs formas não-presenciais de interação. Isolado, encontrei na música, com todo seu potencial, alento, energia e respiro ao longo desses anos. Chico prescreveu, em Paratodos, doses de Cartola, Luiz Gonzaga, Gal e tantos outros para atravessar "tortuosas trilhas e seguir a jornada". Para as "dores" da pós-graduação durante a pandemia, as doses de música brasileira também me ajudaram. Agradeço aos artistas que estiveram implicitamente presentes nesta pesquisa. Embora ciente de que essa mensagem não chegará a eles, espero que fique como sugestão para os leitores destes parágrafos que se amparem na música para se manterem firmes. Em nome de todos que me acompanharam nesta jornada, meus agradecimentos se dirigem em especial a dois: Emicida e Liniker. Suas poesias me mantiveram de pé, me deram energia e me fizeram acreditar que era possível atravessar um difícil período.

Não menos importante, agradeço ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), entidade necessária para fomentar a atividade científica e qualificar o ensino superior, por proporcionar uma bolsa, sem a qual não seria possível realizar esta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação contribui com o campo de estudos sobre a ação política das classes médias brasileiras e com a literatura a respeito da crise política que culminou na destituição de Dilma Rousseff da presidência. Nosso objetivo específico foi analisar a representação política da fração de classe que massificou as mobilizações pró-impeachment entre 2015 e 2016: a alta classe média. A pertinência da pesquisa reside, em primeiro lugar, no papel de destaque da classe média na conformação da oposição ao lulismo e às políticas neodesenvolvimentistas. Em segundo lugar, busca-se preencher uma lacuna na literatura sobre o processo político brasileiro recente que esteve mais inclinada a pesquisar a base social de sustentação aos governos petistas, preterindo a representação política das bases do antipetismo. Por meio de análise documental, análise de questionários em manifestações e da coleta de pesquisas eleitorais e de opinião pública, argumentamos que a alta classe média, outrora representada eleitoralmente pelo PSDB, durante a campanha pelo impedimento, encontrou sua representação política em ramos da burocracia de Estado identificados com a Operação Lava Jato. Para isso, exploramos temas como a emergência da alta classe média como força social, o racha interno ao PSDB e o múltiplo desgaste dos tucanos, bem como a entrada em cena do lavajatismo em relação aos interesses da camada superior da classe média.

Palavras-chave: alta classe média; PSDB; Operação Lava Jato; lavajatismo; antipetismo.

ABSTRACT

This research contributes to the field of studies on the political action of the Brazilian middle classes and to the literature about the political crisis that culminated in the impeachment of Dilma Rousseff from the presidency. Our specific objective is to analyze the political representation of the class fraction that massively promoted pro-impeachment mobilizations between 2015 and 2016: the upper middle class. The pertinence of the research lies, firstly, in the prominent role of the middle class in shaping the opposition to lulism and neo-developmentalist policies. It also seeks, secondly, to fill a gap in the literature on the recent Brazilian political process that was more inclined to research the social base of support for the PT governments, neglecting the political representation of the bases of *antipetismo*. Through documental analysis, analysis of questionnaires in manifestations and the collection of electoral and public opinion polls, we argue that the upper middle class, formerly represented electorally by the PSDB, during the campaign for the impeachment, found its political representation in branches of the bureaucracy of States identified with *Operação Lava Jato* (Operation Car Wash). For this, we explore themes such as the emergence of the upper middle class as a social force, the internal split in the PSDB and the multiple public attrition of the *tucanos*, as well as the entry into the scene of *lavajatismo* in relation to the interests of the upper middle class.

Keywords: Upper middle class; PSDB; Operation Car Wash; lavajatismo; antipetismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

a. Os debates mais recentes sobre as classes médias 13

b. Pesquisas sobre a ação política das classes médias 18

c. Desenho da pesquisa, hipóteses e estrutura do texto 23

CAPÍTULO I - Fundamentação teórica e desenho metodológico 30

1.1 Estado burguês, ideologia nacional e burocracia de Estado 30

a. Estado burguês e estrutura jurídico-política 30

b. Da ideologia nacional ao nacionalismo 32

c. Burocracia de Estado e representação dos interesses gerais 34

1.2 Classes médias e teoria marxista 37

a. O estatuto teórico das classes médias 38

b. Classes médias e ideologia meritocrática 42

c. Alta classe média como objeto de pesquisa: teoria e dados empíricos 44

1.3 Conclusão 48

CAPÍTULO II - Alta classe média e PSDB: formação do campo neoliberal ortodoxo 49

2.1 A primeira eleição de Lula e a formação da frente neodesenvolvimentista 49

2.2 Constituindo a oposição, o campo neoliberal ortodoxo 51

2.3 As afinidades entre PSDB e alta classe média 54

2.4 Tendência histórica das classes médias superiores 69

2.5 Conclusão 78

CAPÍTULO III - A reação: a emergência da alta classe média como força social .81

3.1 O confisco das mobilizações de 2013 e o ensaio das classes médias 81

3.2 Do entusiasmo à frustração: as classes médias nas eleições presidenciais de 2014 87

3.3 A sublevação da alta classe média: a campanha pró-impeachment e a solidificação dos elementos ideológicos 90

3.4 O posicionamento e a atuação das entidades representativas dos médicos e advogados na crise política do segundo governo Dilma 107

a. “Nação é a antítese da divisão (...) Nosso partido é o Brasil, e nossa ideologia é a Constituição Federal”: o posicionamento e a atuação da OAB na crise política do segundo governo Dilma 108

b. O Aedes político e a vacina da Lava Jato: o posicionamento e a atuação das entidades médicas na crise política do segundo governo Dilma 112

3.5 Conclusão 119

CAPÍTULO IV - A atuação do PSDB e do lavajatismo frente a crise política e a mudança no vínculo de representação política 122

4.1 Internamente dividido e publicamente hesitante: a atuação do PSDB na crise do impeachment de 2016 122

a. Deixar sangrar ou fazer sangrar? O PSDB entre a ofensiva aecista e a cautela dos históricos 125

b. Um passo atrás: os tucanos históricos forçam um recuo oficial do partido 128

c. "Subindo mais um degrau no processo": crise de governabilidade e convencimento amplo 130

d. O racha no ninho: conservadorismo das bases e crise de identidade partidária 136

4.2 Alta classe média e lavajatismo: antipetismo e combate à corrupção em nome do Brasil 143

a. A Operação Lava Jato, o pertencimento de classe e a filiação à burocracia de Estado 144

b. O lavajatismo como representante político: discurso e relação com a alta classe média 147

CONCLUSÃO - O rompimento com o PSDB e a aproximação com a burocracia de Estado lavajatista 156

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 164

INTRODUÇÃO

A classe média tem ocupado, nos anos recentes, um espaço destacado no debate público e no debate acadêmico sobre o processo político brasileiro. Desde meados do segundo governo Lula, no período que se abre após a conhecida "Crise do Mensalão", o comportamento político da classe média tem recebido maior atenção do ambiente acadêmico, e mesmo da imprensa, flagrando justamente o aumento de sua importância no processo político brasileiro e confirmando a ascensão da classe média como importante ator político. O conjunto desses debates pode ser temporalmente desmembrado em duas ocasiões, cujas razões se distinguem, ainda que, como veremos, se relacionem: a chamada tese da "nova classe média", ou ascensão da "classe C", e a atuação das classes médias no impeachment de 2016.

Havia, nas duas situações, uma profusão de autores, o que conferiu ao debate, a despeito do significante em comum, uma diversidade de abordagens teóricas acerca das classes médias. Por consequência, houve uma disputa, tão antiga quanto o uso do termo, em torno do significado de classes médias, pendendo ora para interpretações mais econômicas, com algumas nuances, mas em geral fundadas nos rendimentos, no consumo ou em categorias sócio-ocupacionais, ora para processos sociológicos mais amplos, influenciados pela teoria de classes marxista, weberiana ou bourdieusiana. Aliás, como veremos, a multiplicidade de definições para o termo "classe média", bem como sua heterogeneidade interna, são elementos constitutivos desse campo de estudos.

Nesta breve introdução, iremos recuperar os momentos nos quais as classes médias foram centrais no debate público e acadêmico sobre a cena política brasileira e, em seguida, retomaremos as principais pesquisas sobre a ação política das camadas médias. O objetivo é sustentar que sua ação política, ancorada em interesses, ideologias e valores próprios, influenciou decisivamente os rumos do processo político recente ao se tornar a mais importante base social de oposição aos governos petistas. Aliado a isso, como identificamos, as pesquisas sobre o processo político brasileiro privilegiaram a relação entre governos petistas e sua base social de apoio em detrimento da investigação sobre as alianças e as bases de apoio do principal partido de oposição, o PSDB. Por isso, quando a oposição começou a se fortalecer, muitos foram pegos de surpresa. Em síntese, a lacuna de pesquisa acerca das bases sociais de apoio da oposição tucana, bem como o papel decisivo desempenhado por tais setores na conjuntura analisada, justificam e qualificam uma pesquisa sobre a representação política da alta classe média.

a. Os debates mais recentes sobre as classes médias

Comecemos pela tese da "Nova Classe Média", anunciada pelo economista da FGV-RJ Marcelo Neri, mas utilizada posteriormente em larga medida pelos governos do PT como atestado de crescimento econômico e slogan de governo. Resumidamente, com base em pesquisas coordenadas até 2008, Neri (2011) argumenta que, por decorrência da melhora nas condições socioeconômicas vivenciadas no Brasil em meados do final do segundo mandato de Lula, mais de 29 milhões de brasileiros – um aumento de 22% – ascenderam socialmente e ingressaram no que o autor considera "classe C". Esse termo, oriundo de uma estratificação elaborada pelo autor a partir da PNAD/IBGE, se vale exclusivamente da renda como critério de segmentação e situa os indivíduos em uma hierarquia que vai de A à E.

O procedimento adotado era fundamentalmente estatístico, empregando a mediana como forma de dividir a renda familiar da população. Nesses termos, a classe C corresponderia ao grupo que estivesse na média da renda média anual da sociedade, isto é, aquele que aufere e contorna a renda média anual. Seus limites, inferior e superior, eram de R$1.064,00 e R$4.591,00 mensais, respectivamente, ou seja, famílias que recebiam de 2 a 10 salários mínimos em meados de 2008. Entretanto, como o próprio autor afirma, a expressão classe C soava demasiadamente depreciativa e, dessa maneira, ele optou por se referir aos indivíduos de mobilidade ascendente, da faixa D para a C, como "nova classe média", termo com sentido mais positivo e prospectivo "daquele que realizou – e continua a realizar – o sonho de subir na vida" (NERI, 2011).

As conclusões de Neri (2011) foram vistas como positivas por parte significativa do governo federal e a tese da "nova classe média" foi incorporada ao discurso oficial. Deste momento em diante, transformar o Brasil em um "país de classe média" se tornou um dos lemas da campanha e do governo de Dilma Rousseff. A repercussão na imprensa, em geral, e nos institutos de pesquisa voltados para o mercado de consumo também ensejava otimismo. A nova classe média, ou nova classe C, passava a ser vista como um grande mercado para bens de consumo, como geladeira, carro, televisores, telefones celulares, etc[1], e seus reflexos eram sentidos em novelas de televisão, como afirma Bartelt (2013) ao citar as novelas "Cheias de Charme" e "Avenida Brasil", ambas da TV Globo.

[1] Em sua dissertação de mestrado, cujo intuito é esmiuçar a emergência e a repercussão da tese da nova classe média, Carvalho (2017) expõe dados significativos a respeito do potencial de consumo desses

Ainda que seja incontestável que o Brasil tenha experimentado crescimento econômico e redistribuição de renda fruto de uma situação econômica mundial positiva combinada com um conjunto relevante de políticas públicas – expansão de crédito, aumento do salário mínimo, fortalecimento de políticas sociais, etc –, sociólogos e economistas rejeitaram a caracterização da "nova classe média" de Neri (2011). A discordância, portanto, não residia nem no reconhecimento da melhora econômica do país e nem na constatação de que parcela significativa da sociedade brasileira aumentara sua renda. Em realidade, ainda que cada um sob aspectos particulares, tais autores questionavam os termos utilizados e o tamanho do impacto dessa melhora na estrutura de classes brasileira, buscando evidenciar uma disputa político-ideológica em torno da ideia de sociedade de classe média.

Por ter sido um debate de alcance considerável, muitos pesquisadores teceram críticas às teses de Neri (2011) e ao discurso encampado pelo governo federal. Em resumo, os pesquisadores que contestavam a tese da nova classe média se baseavam em dois pontos: a) crítica ao que consideravam uma perspectiva otimista das transformações em curso no país e da ampliação do consumo desses indivíduos, em geral possibilitado pelo acesso ao crédito; e b) discordância, do ponto de vista conceitual, com os critérios de definição de classes sociais, ressaltando a distância entre as condições de trabalho, de habitação e de consumo dos emergentes e da classe média tradicional.

Marcio Pochmann (2014), um desses autores, questionou, também do ponto de vista da economia, as escolhas metodológicas do economista carioca. Conforme Pochmann (2014), o procedimento estatístico utilizado, na medida em que considerava mais da metade da população brasileira como pertencente à classe média, indicaria uma mera medianização da sociedade brasileira. Além disso, Pochmann (2012) criticou fortemente a adoção exclusiva do critério de renda, pois ao examinar outras variáveis, tais como a estrutura ocupacional, a conclusão mais segura seria que os indivíduos emergentes não se encaixavam nos critérios determinantes da classe média brasileira, isto é, a vinculação com o trabalho não-manual. Ao contrário, grande parte dos novos emergentes estavam em empregos de baixa qualificação, concentrados na base da pirâmide e contando com remuneração de até 1,5 salário mínimo.

---

indivíduos. Tendo como base informações dadas pelo consultor do Datapopular, Marcio Falcão, a autora afirma que a "Classe C" se transformou no "principal mercado consumidor brasileiro, chegando a consumir mais do que a Holanda, e estando no 18º lugar em consumo no mundo" (CARVALHO, 2017, p. 43).

A conclusão de Jessé Souza (2009, 2010) também negava o caráter de classe média dos novos emergentes. Influenciado pelas teorias de classe de Weber e Bourdieu, Jessé Souza (2009, 2010) levava em conta marcadores de status, prestígio e outras formas de capitais, como o simbólico e o cultural, para determinar o que seria a classe média brasileira. Em síntese, sob esse ponto de vista, "nova classe média" seria uma definição equivocada, pois tais indivíduos não teriam um estilo de vida e uma visão de mundo típica da classe média, não dispondo, por exemplo, de acesso privilegiado ao capital cultural. Segundo Souza (2010), diferentemente da classe média, essa nova classe seria fruto de uma mudança social pós-fordista profunda, na qual o regime extenso de trabalho se combinaria com uma mentalidade empreendedora. Assim, visando nomear de maneira satisfatória o conjunto desses emergentes, que seria em verdade uma nova classe trabalhadora, Souza (2010) criou o termo "batalhadores".

A discussão sobre as classes médias chegou a reverberar, inclusive, no campo de oposição aos governos petistas. Em artigo publicado em 2011 na Revista Interesse Nacional[2], transcorridos cem dias de governo Dilma (PT), Fernando Henrique Cardoso (FHC), respaldado por José Serra, recomendou que a oposição, após três derrotas seguidas nas urnas, direcionasse seu discurso para as classes médias. O ex-presidente afirmava que seria inútil continuar disputando "as massas carentes e pouco informadas" com o PT, pois essas já estariam "cooptadas". Em alternativa, seria mais proveitoso direcionar o discurso do PSDB para "toda uma gama de classes médias, (...) às quais se soma o que vem sendo chamado sem muita precisão de classe C" que mantiveram certa reserva diante de Lula, mas que poderiam ser atraídas pelo estilo "gerencial" de Dilma.

Seu aceno às classes médias ainda continuou firme em outro texto, agora publicado no ano seguinte nos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo[3]. Nesse pequeno artigo, FHC afirma que as "novas camadas emergentes", ainda restritas à renda, seriam incorporadas pouco a pouco pela classe média tradicional. Para isso, seria preciso construir três culturas que são típicas dos setores intermediários: a cultura do trabalho, do esforço e da honestidade. Frequentando "escolas razoáveis", se esforçando para "subir na vida" com estudo, comportando-se com sólidos valores familiares de decência e honestidade, os emergentes seriam contagiados pela "velha e boa classe média que já

[2] O artigo pode ser encontrado na coletânea de textos de FHC organizada por Miguel Darcy de Oliveira sob o título "A miséria da política: crônicas do lulopetismo e outros escritos"
[3] Intitulado "As classes médias na berlinda", esse texto também se encontra na coletânea mencionada na nota anterior.

contribuiu para a formação da nação" e que se sente desconectada do governo e do Estado. Assim, seria conveniente reforçar, e não menosprezar, os valores fundamentais de classe média – estudo, trabalho e honestidade, pois, ao contagiar os emergentes, os traria para a política "honesta e decente".

Para os fins desta pesquisa, mais relevante do que o debate em si é o fato de que, por decorrência de fatores como aumento da renda e da viabilização do acesso ao crédito, novos consumidores, em geral provenientes dessa chamada classe C, passaram a frequentar espaços de consumo e de reprodução social típicos de classe média, o que não agradou aquela que já estava ali posicionada. O uso e o consumo de mercadorias, serviços, produtos e espaços de distinção por parte das classes populares emergentes perturbou a classe média já estabelecida, que se sentiu ameaçada. Os exemplos mais conhecidos são o fenômeno dos "rolezinhos"[4], a indignação com novos consumidores de viagens aéreas e a insatisfação com as cotas sociais e étnico-raciais para ingressar nas universidades públicas e em concursos públicos federais. Embora sejam um sintoma de algo mais amplo e não sua causa, eles evidenciam justamente que a alta classe média sentiu que seu lugar social, no qual essa "merece" estar, estava ameaçado. Como veremos, tal processo esteve entrelaçado com uma revolta da alta classe média com as políticas econômica e social dos governos petistas, motivada pela perda de privilégios materiais e simbólicos de classe, bem como uma afronta à ideologia que alicerça seu modo de vida.

O segundo conjunto de debates que faremos menção, agora mais concentrado no ambiente acadêmico, mas ainda resvalando na imprensa e no debate público, diz respeito a duas ocasiões em que as classes médias ocuparam as ruas para intervir no processo político: a disputa pelos rumos das mobilizações de junho de 2013 e a realização da campanha de manifestações, entre 2015 e 2016, cujo objetivo principal era a destituição de Dilma Rousseff.

Os protestos que se alastraram no país em junho de 2013 foram marcados pela diversidade de pautas e heterogeneidade de atores. Na perspectiva defendida por Singer (2013), a composição social dos protestos aponta para a coexistência de um público de estudantes e trabalhadores beneficiados pelas políticas dos governos petistas, mas descontentes com os limites do reformismo fraco, com uma classe média tradicional

[4] Os rolezinhos foram eventos organizados entre 2013 e 2014 por jovens e adolescentes das periferias urbanas que se reuniam nos shopping centers para atividades de lazer, como passear e escutar músicas. Conforme Pinheiro-Machado e Scalco (2014, p. 11) "O grande descontentamento vinha das camadas médias e altas, que sentiam a sua paz ameaçada em um lugar até então protegido da desigualdade."

insatisfeita com o resultado de tais reformas e antagonista do lulismo. A segmentação do ciclo de protestos em três fases, também elaborada por Singer (2013), permite reconhecer o momento pelo qual as ruas, antes tomadas pelos jovens universitários à esquerda do governo, passaram a abrigar um amplo contingente de classe média cujas pautas estavam associadas ao clima de revolta contra a corrupção e contra a participação de partidos. Assim, quando as classes médias aderem às mobilizações de junho de 2013, os protestos ganham outro sentido e a bandeira anticorrupção assume centralidade.

Nesse sentido, embora as mobilizações de junho de 2013 tenham se iniciado com pautas de caráter progressista, tal evento marca o momento pelo qual, após a primeira fase, a classe média preenche as ruas e constata os efeitos que seus protestos poderiam causar no processo político. A reação da classe média, diferentemente das pautas progressistas da fase inicial, colocava a corrupção como o problema mais grave a ser enfrentado pelo país, especialmente em razão do acompanhamento diário do julgamento do "mensalão" e pelas suspeitas de superfaturamento em obras para a Copa do Mundo. Por fim, como saldo, os protestos marcam também uma abertura de oportunidades políticas para forças oposicionistas à direita do governo (TATAGIBA, GALVÃO, 2019) que terão como base social as classes médias insurgentes.

A discussão a respeito das bases sociais e dos partidos envolvidos no golpe de 2016 foi razoavelmente ampla. Há um conjunto considerável de autores, que a despeito de suas problemáticas distintas e de suas diferenças conceituais, comungam da tese de que as classes médias foram a base de massa do impeachment. Aqui, seguimos as avaliações de Cavalcante e Arias (2019). Defendendo o interesse de classe como variável explicativa de manifestações de rua, os autores, mediante pesquisas quantitativas em cinco das manifestações entre 2015 e 2016, argumentam que a força responsável por inundar as ruas para manifestar sua revolta contra o PT e dar força aos pedidos de impeachment foi majoritariamente a fração superior das classes médias, a alta classe média. O motivo essencial apontado pelos autores é o de que as políticas econômica e social dos governos Lula e Dilma suscitaram um "medo da queda" em termos relacionais e atingiram diretamente a ideologia dessa classe social. Esse raciocínio será detalhado nos capítulos seguintes, pois o que nos importa neste momento é demarcar que as mobilizações pró-impeachment foram uma reação de recusa da alta classe média ante às políticas econômica e social dos governos encabeçados pelo PT.

Convém salientar, para finalizar, que não consideramos os eventos elencados – ascensão da "classe C", mobilizações de junho de 2013 e campanha pró-impeachment – como apartados uns dos outros. Em alternativa, consideramos que, embora analiticamente distintos, tais eventos estão completamente relacionados na medida em que abrangem as práticas políticas e ideológicas das classes médias e são resultados e reações às políticas implementadas no ciclo neodesenvolvimentista. A ascensão das classes populares, em sintonia com outras políticas implementadas que atentaram contra a ideologia meritocrática, abordadas nos capítulos seguintes, enfureceu uma classe média já estabelecida, que se distingue por frequentar espaços e consumir mercadorias agora popularizadas. As mobilizações de 2013, confiscadas por essa classe média através do uso instrumental do tema da corrupção, abriu oportunidades políticas para os setores oposicionistas à direita dos governos petistas que, se valendo da crise política, das investigações contra o governo e da cobertura da imprensa, construíram uma campanha em favor do impedimento de Dilma. Assim, não vemos descontinuidade entre os eventos, ao contrário, eles se encadeiam no processo político do ciclo neodesenvolvimentista.

Em síntese, as classes médias foram conquistando, pouco a pouco, significativo espaço no debate político ao longo do ciclo neodesenvolvimentista. A ascensão de parte das classes populares, com repercussão negativa nas classes médias tradicionais, junho de 2013 e, por último, as manifestações pró-impeachment, com a consequente destituição de Dilma, fizeram com que as classes médias, sobretudo a alta classe média, emergissem na cena política como força social, portanto, peças relevantes do processo político brasileiro. Nesse sentido, a compreensão mais ampla do processo político requer pesquisas que abordem as práticas políticas e ideológicas da classe média em geral e de suas camadas, isto é, as formas pelas quais as classes médias incidiram no processo político. Esta pesquisa está direcionada para uma investigação recortada das práticas políticas e ideológicas da alta classe média, a saber, sua representação política. Em outros termos, busca-se analisar em quais atores políticos a alta classe média se viu representada.

b. Pesquisas sobre a ação política das classes médias

Pesquisas que abordem a ação política das classes médias não são muito comuns na ciência política brasileira. Uma das principais obras dessa literatura, "Classe média e sistema político no Brasil", fruto da tese de doutorado de Décio Saes, aborda o conjunto de orientações e posições políticas assumidas pela classe média ao longo do processo de industrialização capitalista da sociedade brasileira, portanto, entre a Primeira República

(1889-1930) e parte da Ditadura Militar (1964-1968). Adotando um enfoque histórico, o objetivo de Saes (1985) é caracterizar o percurso político da classe média brasileira ao longo do desenvolvimento do capitalismo industrial e da transição à etapa monopolista de desenvolvimento. No interior desse período histórico, Saes (1985) destaca principalmente a participação da classe média na crise do populismo e suas relações com o sistema político autocrático. Suas contribuições teóricas para o estudo das classes médias, significativas para esta pesquisa, serão apresentadas no capítulo seguinte.

Mais recentemente, o livro "Classes médias e política no Brasil: 1922-2016", de Adalberto Cardoso, recolocou a ação política das classes médias sob análise. Com uma problemática diferente daquela de Saes (1985), o livro traz reflexões teóricas e empíricas oportunas para o exame das práticas políticas e ideológicas das classes médias, estabelecendo diálogos profícuos com pesquisas marxistas. O autor conta com interessante material qualitativo e quantitativo, como a retomada das principais contribuições internacionais sobre a relação entre classes médias e política, no primeiro capítulo, e o uso de pesquisas de opinião pública feitas pelo IBOPE desde os anos 40.

O tema mais geral do livro é o comportamento político decisivo das classes médias nas conjunturas de crise que atravessam a era Vargas, a ditadura militar brasileira e o golpe de 2016. Sua tese central é a de que as classes médias, ao disputarem os destinos da nação através de projetos políticos assentados em sua forma de inserção na estrutura de classes e em seu ethos coletivo, foram agentes decisivos nos momentos cruciais da história política brasileira. Cardoso (2020) identifica uma clivagem central, vinculada aos desafios identitários, que organizou e opôs os projetos políticos das classes médias em conjunturas de crise, como nas instabilidades de 1945-1964, na defesa da ditadura militar e, mais recentemente, na conjuntura aberta pelas manifestações de 2013: o apoio ou o repúdio às políticas de promoção social das classes subalternas. Nesse sentido, com relação a conjuntura do golpe de 2016, sua hipótese é que, quando os governos petistas optaram por colocar em dia políticas públicas de promoção social das classes subalternas, a clivagem central que animou a ação política das classes médias ao longo da história foi reativada e, ao sentirem ameaçados seus valores e seus estilos de vida, as classes médias conservadoras reagiram.

Embora não destinadas a examinar especificamente a classe média, algumas pesquisas que analisam o processo político à luz da dinâmica das classes sociais resvalam na ação política dessas e trazem questões e contribuições relevantes para esta pesquisa. É

o caso da análise do lulismo elaborada por Singer (2012). Desde 2003, contando com a mudança da conjuntura internacional, a conciliação de políticas de redução da pobreza e de ativação do mercado interno com a manutenção da estabilidade econômica, sem um confronto direto com a hegemonia do capital financeiro, possibilitou o surgimento de um "reformismo fraco" ancorado na figura de Lula. Assim, segundo Singer (2012), a identificação de Lula com uma base social lulista seria a mola propulsora do lulismo, um fenômeno político que conciliaria o combate à pobreza dentro da ordem macroeconômica neoliberal.

Esse fenômeno político, para Singer (2012), se cristalizou nas eleições presidenciais de 2006, com o deslocamento dos votos de classes e frações de classe, ao anunciar a emergência de uma base lulista. Em resumo, o argumento é o de que as medidas socioeconômicas e o impacto da crise do mensalão de 2005 produziram um realinhamento eleitoral que permitiu a consolidação de uma base social lulista e outra antilulista. Assim, colocando em termos práticos, em razão das políticas governamentais feitas no primeiro mandato, um grande contingente de trabalhadores subempregados, que não conseguem vender sua força de trabalho no chamado mercado formal de trabalho – denominados subproletariado (SINGER, 2012, p. 77) – aderiu ao bloco petista. Enquanto isso, do outro lado da moeda, parte da classe média, que optara por eleger Lula (PT) no pleito de 2002, se afastou do candidato petista, escolhendo sufragar Geraldo Alckmin (PSDB). Por conclusão, se, por um lado, a classe média parecia estar descontente com as medidas implementadas durante o primeiro mandato, reagindo contra o PT durante o mensalão, por outro lado, os eleitores de renda mais baixa, sentindo que seu poder de consumo aumentara e a pobreza diminuíra, optaram por apoiar a plataforma lulista.

Parte dessas ideias sobre a oposição antilulista da classe média, que aqui nos interessam, foram aprimoradas por Singer (2018) em seu livro sobre o período em que Dilma Rousseff governou (2011-2016). Ao examinar historicamente o elo entre o sistema partidário e a dinâmica do conflito de classes, o autor identificou um padrão no jogo partidário-eleitoral que privilegia a competição entre três partidos cuja oposição central reside na disputa entre um partido popular, representante dos "pobres", e outro partido da classe média, representante dos "ricos". Em outros termos, o autor sustenta que, desde o período democrático de 1945-1964, diferentes realinhamentos eleitorais foram capazes de contrapor dois partidos que correspondem a uma clivagem entre pobres e ricos.

No contexto democrático de 1945 a 1964, as três siglas que ocupavam a disputa eleitoral eram a UDN (União Democrática Nacional), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PSD (Partido Social Democrático). Conforme o raciocínio elaborado, a primeira sigla reunia, como bases eleitorais, a classe média urbana e as oligarquias rurais, enquanto o segundo partido, diferentemente, aglutinava grande parte das camadas populares urbanas. Em suma, os dois partidos disputavam as eleições como contrapontos e com projetos políticos sustentados por bases sociais divergentes. Cabia ao PSD, posicionado no centro e representante do interior rural do país, flutuar entre os governos em busca de favores e verbas federais.

Após o final da ditadura militar, com o advento da Nova República, o realinhamento eleitoral de 2006, já citado acima, expressou mais uma vez tal clivagem. O partido popular e dos "pobres", por um lado, se converteu no PT, por outro lado, o PSDB se configurou como o partido da classe média. Entre os dois partidos que polarizaram as disputas presidenciais estava o PMDB, partido que reeditava as características do PSD – programa pouco nítido e alianças alternadas. Dessa maneira, no que se refere ao objeto desta pesquisa, Singer (2018) apresenta a tese segundo a qual as classes médias seriam a base social antilulista que sufragava os candidatos do PSDB. O autor ainda menciona que, desde seu surgimento, o PSDB apresentou afinidades com as camadas médias urbanas que retribuíam sufragando-o constantemente. Esse laço eleitoral ainda foi reforçado nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), quando a execução do choque de capitalismo, incluindo as privatizações, a abertura do mercado interno para produtos importados e a quebra da espinha do movimento sindical agradaram parcela da classe média.

Ainda dentro da perspectiva de classe, mas com teses distintas, outro autor que se dedicou a analisar o processo político brasileiro mais recente foi Boito Jr (2018), em seu livro "Reforma e crise política no Brasil". Parte significativa das teses desse autor – como a caracterização dos governos petistas como neodesenvolvimentistas e a composição das frentes políticas – dão sustentação a esta pesquisa e fundamentam o terreno em que buscaremos analisar a representação política da alta classe média. Em razão disso, faremos uma apresentação panorâmica de suas teses, haja vista que serão retomadas mais detalhadamente ao longo do texto.

Grosso modo, conforme a análise desse autor, dois aspectos cruciais dos governos encabeçados pelo PT devem ser ressaltados: a formação da frente política

neodesenvolvimentista e a alteração da fração hegemônica do bloco no poder. A primeira ideia sinaliza a constituição de uma ampla frente política, policlassista e instável, composta por grande parte das classes trabalhadoras e uma fração da burguesia, como veremos em seguida. Essa frente política, denominada neodesenvolvimentista, marcou os governos petistas do início do primeiro mandato de Lula até a interrupção do segundo mandato de Dilma Rousseff, dando apoio às políticas econômica, externa e social.

Foi a base de sustentação ofertada por essa frente política que viabilizou a implementação do programa econômico neodesenvolvimentista, uma política de desenvolvimento possível no século XXI e sob a hegemonia do neoliberalismo. Tal programa combinou crescimento econômico do capitalismo brasileiro, fortalecendo grandes grupos econômicos nacionais, com alguma transferência de renda para as classes populares, embora sem provocar uma mudança no modelo neoliberal. Nesse contexto, a política econômica estava voltada especialmente para o atendimento dos interesses da grande burguesia interna – uma fração burguesa que mantém uma relação de dependência e conflito com o capital internacional.

Por consequência, para Boito Jr (2018), tais governos representaram, em primeiro plano, os interesses das frações burguesas do bloco no poder, em especial da burguesia interna[5], para em seguida conciliá-los com políticas de melhora nas condições de vida da classe trabalhadora. Nesse caso, o autor está fazendo uma distinção entre o bloco no poder, com as frações burguesas que o integram, e as classes dominadas que servem de apoio aos governos. Dessa forma, conclui que as políticas neodesenvolvimentistas, ao reposicionarem as frações burguesas do bloco no poder, evidenciaram a ascensão política no bloco no poder da burguesia interna brasileira.

No processo político nacional, essa frente política enfrentou o campo neoliberal ortodoxo, representado na cena política pelo PSDB e composto pelo grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira integrada a esse capital e a alta classe média. Contudo, ainda na perspectiva de Boito Jr (2018), embora o PSDB seja o representante partidário do campo neoliberal, que tem a alta classe média como base de

[5] Dois conceitos utilizados pelo autor são fundamentais em suas análises: bloco no poder e burguesia interna. O primeiro auxilia o pesquisador a detectar as distintas frações da classe dominante que agem através da política do Estado em determinadas conjunturas. O segundo se refere especificamente à fração da burguesia brasileira que ocupa uma posição intermediária entre burguesia associada ao capital internacional e burguesia nacional anti-imperialista. Suas posições assumidas dentro do bloco no poder não são nem de defesa irrestrita do capital internacional e nem de oposição completa a esse. Para melhores explicações, Boito Jr (2018, p. 22-26).

apoio, o partido representa em realidade os interesses do capital internacional e da fração burguesa integrada a ele, forças dirigentes desse campo. A precisão conceitual do autor reflete sua concepção teórica de que a disputa entre PT e PSDB traduziu as contradições existentes do bloco no poder, ou seja, entre a burguesia interna e a burguesia associada ao capital internacional. Em síntese, na visão de Boito Jr (2018), o PSDB não poderia ser qualificado como o partido da classe média, mas a vanguarda eleitoral do neoliberalismo, tendo a alta classe média como sua base social de apoio.

A despeito de significativas diferenças entre as formas pelas quais Singer (2018) e Boito Jr. (2018) examinam o processo político ao longo dos governos conduzidos pelo PT, em especial a relação entre PSDB e classes médias, a começar pelo fato de que o primeiro não adota nenhum tipo de fracionamento das classes médias, as duas análises têm por argumento de fundo que as classes médias foram as bases sociais de oposição aos governos petistas, dando sustentação política e eleitoral ao PSDB.

Os debates, autores e teses apresentadas nesta introdução evidenciam que as classes médias têm exercido um papel de destaque no processo político brasileiro. Por consequência, contribuem também para justificar uma pesquisa sobre a representação política da alta classe média e sobre as formas pelas quais a alta classe média influenciou o processo político ao conformar a oposição ao lulismo. Convém igualmente recordar que a literatura sobre o processo político privilegiou a análise da relação entre PT e trabalhadores da massa marginal, ou subproletariado, pouco explorando as alianças e apoios da oposição. Nesse sentido, a relação entre PSDB e alta classe média se mostrou uma lacuna. Há ainda, por fim, justificativas de ordem conjuntural, pois uma compreensão mais precisa das manifestações pró-impeachment, que estiveram sob a hegemonia da alta classe média, bem como dos efeitos decorrentes no processo político, é fundamental para uma análise do que se seguiu adiante no processo político brasileiro, a saber, a ascensão do bolsonarismo como movimento político. Isso se deve primordialmente ao fato de que, como sustenta Boito Jr. (2018), o surgimento do bolsonarismo está diretamente vinculado com o movimento de massa da alta classe média pela deposição de Dilma e com o apoio oferecido pelas classes médias à campanha presidencial de Jair Bolsonaro em 2018.

c. Desenho da pesquisa, hipóteses e estrutura do texto

Neste momento do texto, cabe uma observação com o intuito de esclarecer o objetivo desta pesquisa. O projeto de pesquisa submetido visava investigar o vínculo de

representação política entre PSDB e alta classe média ao longo do ciclo neodesenvolvimentista e o papel desses atores no impeachment de 2016. Com o avançar da pesquisa, encontramos argumentos que indicavam, durante as mobilizações pró-impeachment, um afastamento paulatino da alta classe média em relação aos tucanos. As vaias recebidas por algumas lideranças peessedebistas nas últimas duas manifestações, em conjunto com cartazes críticos, e a perda gradual de influência dos tucanos nas manifestações, como demonstram os dados de preferência partidária, são significativas a esse respeito.

Simultaneamente à queda de manifestações positivas relacionadas ao PSDB, houve um crescimento expressivo das menções à Operação Lava Jato e suas figuras mais importantes, como Sergio Moro e Deltan Dallagnol. Encontramos, assim, um indicativo, amparados em Boito Jr. (2018), de que na crise política que culminou no golpe de 2016, a alta classe média passou a enxergar sua representação política em parte da burocracia de Estado, principalmente no Ministério Público, na Polícia Federal e em parte do Judiciário, identificados com a Operação Lava Jato. Se antes a alta classe média agia fornecendo apoio contundente ao PSDB, representante eleitoral do campo neoliberal ortodoxo, após as manifestações pró-impeachment, essa fração de classe teria reconhecido parte da burocracia de Estado como representante de seus interesses.

Por consequência desses argumentos, as seguintes questões passaram a chamar nossa atenção: quais seriam as razões políticas para o enfraquecimento do vínculo de representação entre PSDB e alta classe média e, seguidamente, o que explicaria a aproximação entre alta classe média e ramos da burocracia de Estado? Em outros termos, porque a alta classe média passou a se ver representada nos ramos lavajatistas do aparelho de Estado? Resumidamente, mais do que investigar a relação entre tucanos e as camadas superiores da classe média, nosso foco converteu-se em analisar a alteração na representação política da alta classe média.

Visando responder tais perguntas, mobilizamos três técnicas de pesquisa: a) análise de documentos relevantes, como notícias, materiais jornalísticos e documentos de associações, conselhos e sindicatos de categorias ocupacionais típicas de alta classe média; b) análise das performances reivindicativas e de questionários aplicados nas manifestações pró-impeachment; c) seleção e análise de pesquisas eleitorais e de opinião pública. Consequentemente, tais técnicas de pesquisa delimitam nosso material empírico, que pode ser dividido em dois níveis: a) de representação corporativa de ocupações

profissionais tipicamente da alta classe média, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Conselho Federal de Medicina (CFM); e b) de eleitores e manifestantes entrevistados em questionários e em pesquisas quantitativas. No segundo caso, como será exposto na seção metodológica, adotamos uma perspectiva integrada a fim de apreender a relação entre perfil socioeconômico e pertencimento de classe. Com esse material de análise, pretendemos desenvolver o argumento que se segue até o final desta introdução.

Seguimos a tese de Boito Jr. (2018) segundo a qual a alta classe média atuou, ao longo do ciclo neodesenvolvimentista, como principal base social de apoio do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e da grande burguesia associada, força dirigente do campo neoliberal ortodoxo. Tal vínculo de representação política era continuamente testado nas eleições presidenciais, nas quais a alta classe média conferia apoio ativo aos candidatos tucanos e sufragava-os nas disputas com os candidatos petistas, ao menos até a eleição de 2014. Discutimos duas afinidades que pareciam aproximar alta classe média e PSDB. Em primeiro lugar, é preciso destacar a adesão da alta classe média ao que Saes (2001) denominou "neoliberalismo de oposição", um apoio seletivo, portanto restrito[6], das classes médias à plataforma neoliberal. De maneira resumida, é no projeto neoliberal de redução do raio de intervenção do Estado na vida econômica e social, segundo tal autor, que a classe média enxerga uma forma de solucionar o caráter parasitário, cartorial e empreguista do Estado, que recolhe impostos e os direciona para práticas corruptas.

Em segundo lugar, a alta classe média, tal qual as classes médias tradicionais durante o período populista, se opôs às políticas sociais, especialmente políticas de combate à desigualdade social e de redistribuição de renda, responsáveis por propiciar inclusão social e ascensão das classes populares. A revolta da alta classe média contra os governos encabeçados pelo PT reeditou tal oposição, agora sob as vestes do antipetismo. O PSDB, nessa perspectiva, era o partido de oposição mais forte ao PT e de defesa da implementação de políticas neoliberais, sendo então identificado pela alta classe média como representante eleitoral para seu antipetismo e sua defesa da redução do Estado.

No entanto, o vínculo entre alta classe média e PSDB se viu abalado durante as mobilizações pró-impeachment com a emergência dessa camada como força social. A campanha de protestos pró-impeachment, que produziu cinco grandes mobilizações

[6] Dizemos restrito pois as classes médias não compraram o pacote neoliberal completo. Medidas como, por exemplo, redução de empregos e salários do alto funcionalismo público são vistas como ataques pela alta classe média. O Estado deve ser mínimo naquilo que interessa a classe média, por exemplo, no que diz respeito às políticas sociais de combate a desigualdade social e nos impostos cobrados pelo Estado.

nacionais, tinha como bandeiras centrais a luta contra o PT, o combate à corrupção e a defesa da Operação Lava Jato. A estética dos protestos foi marcada pelo uso de símbolos nacionais, como a bandeira nacional, as cores verde e amarelo e a camiseta da seleção nacional de futebol. Além das manifestações de rua, vale mencionar também os panelaços durante os pronunciamentos de Dilma, que aconteciam majoritariamente em prédios de regiões abastadas de grandes cidades, e as vaias direcionadas à presidenta durante a Copa do Mundo de 2014, cujo valor do ingresso demarcava um perfil de classe média nos estádios. Responsável por engrossar o caldo da destituição de Dilma, a alta classe média emergia na cena política como força social.

Nesse contexto, a atuação dos tucanos se mostrou hesitante, dividindo-se internamente entre diferentes propostas das lideranças e tardando meses para acolher a demanda da alta classe média. Singer (2018, p. 169) afirma que o peessedebismo esteve dividido em três orientações defendidas por algumas lideranças nacionais: a) impugnação do pleito e novas eleições, encampada por Aécio Neves; b) aliança com o PMDB e impeachment, adotada por José Serra; c) aposta no desgaste de Dilma até as próximas eleições, cenário favorável a Geraldo Alckmin. Argumentaremos no quarto capítulo que, em realidade, a divisão entre tucanos era mais profunda do que aquela manifestada nas lideranças partidárias, pois opunha uma franja de deputados mais jovens e energicamente antipetistas – os cabeças pretas; e as figuras políticas do tucanato histórico, que se mostraram inicialmente resistentes ao impeachment – os cabeças brancas. Assim, buscando dar voz às demandas de suas bases sociais, foram os deputados tucanos que se mobilizaram pelo impeachment, como Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Bruno Araújo (PSDB-PE), participando diretamente no pedido de impeachment elaborado por Miguel Reale Jr., Helio Bicudo e Janaina Paschoal. Entretanto, pressionado pela demora dos tucanos históricos, que aguardavam uma crise de governabilidade, o partido tardou em fechar posição sobre o pedido de afastamento da presidente, defendendo formalmente a destituição somente ao final de 2015, após a maior parte das grandes manifestações.

Com a demora em formalizar seu apoio à destituição de Dilma, o PSDB se distanciava da alta classe média. Nesse sentido, a manifestação de 13 de março de 2016, em São Paulo, marca o episódio representativo em que as principais lideranças tucanas da época foram vaiadas e expulsas da Avenida Paulista. O que teria levado a alta classe média a vaiar parte das lideranças que outrora ela apoiava? Como explicar os tucanos terem sido ovacionados em alguns protestos e, no último e maior deles, serem

hostilizados? Convém recordar que a presença de eleitores, mesmo em primeiro turno, e simpatizantes de Aécio Neves nessas manifestações era marcante e que lideranças tucanas já haviam participado de manifestações anteriores, com considerável aprovação.

A resposta para as perguntas levantadas requer que analisemos as manifestações pró-impeachment à luz do pertencimento e dos interesses de classe, tal qual realizado por Cavalcante e Arias (2019). Dessa maneira, com base na literatura e na investigação do discurso, das palavras de ordem e cartazes, das performances reivindicativas e da estética dos protestos, encontramos três elementos ideológicos que, compondo as práticas políticas e ideológicas da alta classe média, passaram a nortear as posições e os interesses dessa fração: a) o antipetismo; b) a ideologia da corrupção; e c) o nacionalismo lavajatista.

Resumidamente, a ideia é que o desgaste da imagem do PSDB nesses temas, não conseguindo mais responder de maneira satisfatória os elementos levantados pela alta classe média durante o ciclo de mobilizações que a fez emergir como força social, erodiu o vínculo de representação. A radicalização do antipetismo da classe média não encontrou no PSDB uma referência de atuação. Diversas lideranças se manifestaram contrárias, alegando falta de razões jurídicas, e o partido hesitou em defender o pedido, tardando para fechar posição sobre a proposta de impeachment. Além disso, alguns políticos tucanos vinham sendo citados em escândalos de corrupção – Aécio na delação de Delcídio Amaral (2016) e Alckmin no Escândalo do Metro de São Paulo (2013) e no Escândalo da Merenda (2016) –, o que deteriorou a imagem do partido que tentava justamente atrelar a corrupção ao aparelhamento do Estado por parte do PT. Com essa situação, desmoronava o discurso de combate à corrupção que servia ao PSDB como combustível para o antipetismo e que o convertia em elemento de contenção ao PT.

Para finalizar, a emergência de um nacionalismo, que denominamos nacionalismo lavajatista, visível na performance reivindicativa do movimento e na estética "patriota" dos protestos, também colocou os tucanos em dificuldade. Nosso argumento é que tais aspectos performáticos, associados ao apoio e a defesa inquestionável da Operação Lava Jato, bem como o enaltecimento dos agentes que encabeçavam a força-tarefa, denotam um nacionalismo cujas características principais são o anticomunismo, o apego à neutralidade e a universalidade do Estado e a reivindicação da burocracia de Estado lavajatista como representante legítima do povo-nação e dos interesses nacionais.

Sendo uma agremiação partidária, o PSDB é visto como representante de uma parte do povo-nação e, por mais apegado que seja ao ideal de nação, dificilmente seria

considerado símbolo de um sentimento nacional mais amplo ou como o partido em defesa do Brasil. De outra maneira, os ramos da burocracia de Estado que surgiam em cena naquele momento, identificados com a Operação Lava Jato e se apresentando de maneira "técnica, neutra e impessoal" em nome do Brasil, conseguiam mais facilmente se afirmar como representantes do povo-nação e dos interesses nacionais. Isso porque a burocracia de Estado desempenha estruturalmente a função de representar os interesses universais do povo-nação, fato que lhe confere maior legitimidade em comparação aos partidos políticos. Assim, a alta classe média passou a se apoiar naqueles que, se contrapondo à "partidarização do Estado", se apresentavam como representantes legítimos do povo-nação, aparentemente isolados de interesses partidários: a burocracia de Estado.

Durante as manifestações pró-impeachment, a exaltação das figuras do juiz Sérgio Moro e de Deltan Dallagnol, bem como de outros membros da força-tarefa, e a defesa da Lava Jato se tornaram recorrentes, principalmente a partir da terceira grande manifestação, em agosto de 2015, quando as menções à Lava Jato aumentaram em razão do avanço das investigações sobre o PT e da prisão de lideranças petistas, como João Vaccari, na 12ª fase, e José Dirceu, na 17ª fase, denominada "Operação Pixuleco". O que ressaltamos é que, paralelamente ao enfraquecimento do vínculo entre PSDB e alta classe média, entrava em cena a Operação Lava Jato. Assim, a unidade entre a radicalização do antipetismo e do combate à corrupção e a consolidação do nacionalismo afastam a alta classe média do PSDB e a aproximam da burocracia de Estado lavajatista. Tais ramos da burocracia de Estado, o lavajatismo, respondendo de maneira mais satisfatória os três elementos ideológicos, que alteram substancialmente o comportamento político da camada superior da classe média, passam a ser reconhecidos pela alta classe média como representantes do partido em defesa do Brasil.

Em síntese, a alta classe média, outrora representada eleitoralmente pelo PSDB, após as mobilizações da campanha pró-impeachment, encontrou sua representação política em parte da burocracia de Estado, notadamente aquela envolvida com a Operação Lava Jato, portanto, Polícia Federal, Ministério Público e parte do Judiciário. Com a emergência de novo ator político, cuja resposta aos interesses e elementos ideológicos da alta classe média foi mais fiel, concomitantemente ao desgaste progressivo das lideranças tucanas, a representação política dessa se desloca em direção ao lavajatismo. Dessa forma, a crise política do governo Dilma não atingira somente a frente neodesenvolvimentista. O campo neoliberal de oposição sofria um esgarçamento após a fratura da aliança

antipetista entre tucanos e alta classe média. A entrada impetuosa da alta classe média no processo político e sua conversão em base de massa da radicalização antipetista provocaram a passagem de sua posição passiva diante da grande burguesia associada e do capital financeiro para um cenário no qual desempenha o papel ativo de força social organizada pelo lavajatismo. Nesse sentido, a tese fundamental desta dissertação é que a conjugação da emergência da alta classe média como força social, com o múltiplo desgaste dos tucanos e a entrada em cena da Operação Lava Jato possibilitou uma mudança no vínculo de representação política da camada superior da classe média.

Esta dissertação de mestrado está dividida em quatro capítulos, além da introdução e da conclusão. Nesta introdução, fizemos um panorama sobre a literatura acerca da ação política das classes médias, identificamos como elas estiveram presentes nos debates do processo político mais recente e afirmamos nosso problema de pesquisa. No primeiro capítulo, de fundamentação teórica e metodológica, nosso objetivo consiste em apresentar o arcabouço teórico da pesquisa e detalhar as técnicas de pesquisa utilizadas. Assim, em primeiro lugar, apresentamos a abordagem teórica que informa esta pesquisa, bem como os conceitos necessários. Ao final, fazemos uma discussão acerca da metodologia e das técnicas de pesquisa empregadas com o propósito de investigar as práticas políticas e ideológicas das classes médias.

O segundo capítulo examina a conformação da oposição à frente neodesenvolvimentista – o campo neoliberal ortodoxo – e discute as principais raízes da aproximação e do vínculo de representação política entre PSDB e alta classe média. Em seguida, no terceiro capítulo, analisamos a emergência da fração superior da classe média como força social e a solidificação dos elementos ideológicos, iniciando na conjuntura aberta pelas mobilizações de junho de 2013 e finalizando na formalização do impeachment de Dilma Rousseff. O último capítulo desta dissertação aprofunda a pesquisa sobre a atuação do PSDB na crise do impeachment e se encerra com uma discussão sobre o lavajatismo e o advento do partido em defesa do Brasil. Ao final do texto, concluímos a dissertação com um apanhado das principais teses e do argumento geral da pesquisa, além de tecermos nossas considerações finais.

CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A colocação deste problema de pesquisa se fundamenta na perspectiva marxista da relação entre partidos e classes sociais e entre processo político e interesses de classe. Essa é a problemática teórica que informa esta pesquisa. Dessa maneira, compreende-se que há conexões significativas entre a política praticada pelos partidos e os interesses das classes sociais, embora tal política apresente uma autonomia relativa[7] face a tais interesses. Em outros termos, depreende-se que a atuação partidária é uma das formas pelas quais as classes e frações de classe incidem no processo político nacional.

Essas ideias estão vinculadas à teoria política marxista influenciada, principalmente, por Nicos Poulantzas (2019[1968]) e autores que se apoiaram em sua obra. Fazemos menção aqui ao conceito de "cena política", essencial para esta pesquisa, suscitado por Boito Jr. (2007). Tal conceito, inspirado pela análise que Marx faz da política francesa em "O 18 de Brumário de Luis Bonaparte", explicita que o espaço de luta entre os partidos e as organizações políticas age "como uma espécie de superestrutura da luta de classes e de frações de classe" (BOITO JR, 2007, p.139). Assim, a cena política é o espaço de atuação, manifesta ou dissimulada, dos partidos e das organizações políticas enquanto representantes de interesses das classes sociais. Dito de maneira resumida, a representação política passa a ser encarada como lugar de expressão de interesses de classe e o pesquisador objetiva reconhecê-los na política partidária.

Este capítulo está dividido em duas subseções e tem dois objetivos: a) explicitar a problemática que proporcionar sustentação a esta pesquisa, portanto, o referencial teórico; e b) descrever as técnicas de pesquisa utilizadas. Trata-se, portanto, do capítulo em que são expostas a teoria que embasa a pesquisa, o método, as fontes e os dados.

1.1 Estado burguês, ideologia nacional e burocracia de Estado

a. Estado burguês e estrutura jurídico-política

Neste subcapítulo, nosso objetivo é expor a abordagem teórica que informa esta pesquisa. Para isso, no primeiro subitem, apresentamos brevemente a estrutura do Estado

[7] No caso mencionado, utilizamos o termo autonomia relativa para exprimir que os interesses de certas classes e frações estão conectados com a atuação dos partidos na cena política, ainda que isso não signifique que toda a atuação partidária esteja vinculada à interesses e demandas de classe. Em verdade, a atuação partidária responde a um conjunto de conflitos que, por vezes, estão fora da arena das disputas entre classes. No entanto, ainda assim, os interesses de classe se mostram relevantes na compreensão da representação partidária, pois é nos espaços políticos institucionais que as classes conseguem fazer valer seus interesses econômicos, políticos, ideológicos etc.

burguês com o intuito de, no segundo subitem, localizar as bases da ideologia nacional. Por fim, no último subitem, analisamos mais detalhadamente a forma pela qual as atribuições dos funcionários do Estado se relacionam com o interesse geral do povo-nação.

Tomamos como referência a obra "Poder Político e Classes Sociais", na qual o autor, Nicos Poulantzas (2019[1968]). Segundo a tese poulantziana, em um nível mais geral e de maneira sintética, o Estado burguês é aquele que organiza a dominação de classe burguesa e que corresponde às relações de produção capitalista. Sua estrutura jurídico-política, de acordo com Saes (1994), pode ser analiticamente decomposta em duas partes: o direito burguês – conjunto de regras que disciplinam e regularizam as relações entre os agentes da produção – e o burocratismo – sistema que organiza e enquadra as práticas dos funcionários do Estado.

O que nos interessa fundamentalmente é o burocratismo. O Estado burguês é a organização de um modo específico do conjunto de recursos materiais e humanos, o burocratismo. Saes (1994, p. 39) elenca duas normas fundamentais derivadas do burocratismo, o sistema particular de organização do Estado burguês: a) a não-monopolização das tarefas do Estado pela classe exploradora, o que torna os postos de Estado formalmente abertos aos membros de todas as classes; b) hierarquização das tarefas do Estado segundo o critério formalizado da competência ou do nível de conhecimento exigido dos funcionários.[8]

A primeira norma fundamental é responsável por engendrar outras normas do Estado burguês que veremos no último subitem, como a separação entre recursos materiais do Estado e dos proprietários dos meios de produção[9], funções impessoais, etc. Já a segunda norma é responsável pela sistematização da divisão do trabalho no interior das forças armadas e das forças coletoras do Estado, fomentando o que Saes (1994) denomina caráter despótico das tarefas de Estado, isto é, a ocultação do saber dos funcionários e a aparência técnica e neutra das tarefas de Estado.

O burocratismo, ademais desse conjunto particular de normas de organização do aparelho de Estado, abrange também os ramos do aparelho de Estado já organizados sob

[8] Para um exame mais aprofundado das particularidades do direito burguês e do burocratismo, recomendamos Saes (1994).
[9] Conforme apontamentos de Saes (1994) e as considerações de Boito Jr. (2017), a separação entre recursos materiais do Estado e dos proprietários dos meios de produção é uma característica particular do capitalismo que determina a ideologia da corrupção.

tais normas: a Administração, o Exército e o Judiciário. No caso do Judiciário, destaca-se sua integração ambivalente ao burocratismo e suas normas e à estrutura jurídica, cuja função é a concretização do direito.

A estrutura jurídico-política do Estado burguês é responsável por provocar um duplo efeito sobre os agentes da produção, permitindo assim a reprodução das relações de produção capitalistas: o efeito de isolamento e o efeito de representação de unidade. Diferentemente dos Estados pré-capitalistas, o Estado burguês, por corresponder às relações de produção capitalista e por organizar a dominação da classe burguesa, tem como especificidade o exercício de duas funções: a) a conversão de todos os agentes da produção em sujeitos jurídicos individualizados, livres e iguais – o efeito de isolamento e b) a constituição de uma comunidade desses integrantes, geograficamente localizada, cujo interesse é representado pelo Estado burguês, isto é, a reunião desses sujeitos jurídicos em uma coletividade que neutraliza a ação de classe[10] – o efeito de representação de unidade.

Nesse sentido, em síntese, sob a estrutura jurídico-política do Estado burguês, os desiguais – agentes da produção – são tratados como iguais de duas maneiras: a) como sujeitos individuais; e b) como integrantes de um coletivo nacional. Tal coletividade de sujeitos individuais, habitantes de um espaço geográfico delimitado, ao negar os interesses particulares dos agentes da produção e se definir como o interesse comum, constitui o povo-nação. No próximo subitem veremos mais detalhadamente de que forma opera a constituição do povo-nação e da ideologia nacional.

b. Da ideologia nacional ao nacionalismo

Nação, nacionalismo e ideologia nacional são temas complexos da história, da sociologia e da ciência política, apresentando uma multiplicidade de enfoques, abordagens teóricas e periodizações. Mesmo no interior de um campo teórico, como é o caso do marxismo, que aqui nos filiamos, diferentes autores delineiam distintos aspectos centrais, o que torna pouco consensual a investigação científica da nação e do nacionalismo. Ademais, a maior parte da literatura sobre o nacionalismo se dedicou mais aos aspectos históricos e teóricos do surgimento e da origem dos nacionalismos do que

[10] Aqui vale uma breve menção de que o efeito neutralizador dessa coletividade não está diretamente colocado em Poulantzas (2019), mas em Saes (1994). De maneira resumida, esse último buscou qualificar a reunião dos sujeitos jurídico-políticos em uma coletividade como neutralizadora da ação de classe na medida em que, através da constituição desta coletividade, o pertencimento de classe se dissolve.

com aspectos metodológicos que propiciem uma análise concreta das apropriações e transformações da ideologia nacional. Diante disso e ciente da impossibilidade de esgotar esse tema e das lacunas deixadas pelo enfoque teórico adotado, a perspectiva teórica que optamos por utilizar para abordar esses temas também está contida em Poulantzas (2019[1968]), mas levamos em conta também, ainda nessa linha teórica, os comentários de Saes (1994) e os desenvolvimentos de Almeida (2014).

De maneira geral, o exame da ideologia nacional suscitado por esses autores se insere no debate mais amplo sobre os "nexos que se estabelecem nas sociedades capitalistas entre a ideologia e, por um lado, a estrutura estatal e, por outro, as relações de produção." (ALMEIDA, 2014, p. 25). Nessa perspectiva, portanto, a nação é investigada a partir de sua articulação com a estrutura do aparelho de Estado e com as relações de produção. Com isso, os autores rejeitam, de início, análises naturalistas e análises economicistas a respeito da comunidade e da ideologia nacional. No primeiro caso, a naturalização do nacionalismo impossibilita um exame mais profundo ao tornar o conceito de nação totalmente indeterminado, como independente de seu modo de estruturação. Nas análises economicistas, o equívoco é restringir a comunidade nacional à determinação mercantil, seja a partir da assimilação entre ideologia nacional e expressão da classe dominante ou da concepção da ideologia nacional como mero reflexo da base econômica da sociedade capitalista.

Inspirado por esse arcabouço teórico, Almeida (2014) desenvolve o argumento de que as bases da ideologia nacional estão inseridas na própria estrutura jurídico-política do Estado burguês, mais especificamente na dinâmica entre individualização dos agentes e, posteriormente, aglutinação desses em um coletivo nacional. Sendo assim, o direito burguês, que constitui uma sociedade de sujeitos livres e iguais, produz uma representação ideológica do conjunto desses iguais, juntamente com o burocratismo, ao inserir a noção de comunidade nacional e ocultar a dominação de classe. Assim, se a ideologia nacional se insere nas estruturas do capitalismo, convém dizer que ela assegura, de um modo específico, as condições de reprodução desse tipo de sociedade, assim como encontra nessas estruturas um terreno adequado à sua reprodução.

Aqui, cabe registrar a importante diferenciação conceitual que Almeida (2014) tece entre ideologia nacional e nacionalismo, ainda que parte da literatura as trate como sinônimos. Por ideologia nacional, o autor designa uma estrutura ideológica do capitalismo ligada à legitimidade do tipo burguês de Estado. Em outros termos, a

ideologia nacional é parte da estrutura jurídico-política do Estado burguês. Por efeito, é possível dizer que em qualquer formação social capitalista poderíamos identificar algum tipo de reprodução da ideologia nacional, isto é, algum tipo de expressão de pertencimento dos agentes dessa formação social a sua coletividade. O nacionalismo, por sua vez, seriam as apropriações que uma ou mais classes e/ou frações fazem da ideologia nacional. Nesse sentido, seria um modo de apropriação/questionamento do fetichismo do Estado burguês "que, ao testemunhar a crise daquela ideologia, expressa uma 'questão' nacional" (ALMEIDA, 2014). Essa distinção ficará mais clara adiante, após analisarmos a fundo os dois conceitos.

Imbricada à inserção da comunidade nacional, ao mesmo tempo, configura-se a emergência de um território como representação do vínculo profundo entre os nacionais. Nos termos de Almeida (2014, p. 63) "o caráter nacional de todos os agentes produz uma territorialização da soberania, que se apresenta como intrínseca à comunidade". Nesse momento, diferentemente das formações pré-capitalistas, nas quais a propriedade dos meios de produção era o requisito de pertencimento a uma comunidade política, integrar uma dimensão territorial assegura o requisito da cidadania. Assim, o Estado burguês constitui um território nacional, estreitamente ligado à representação de uma espacialidade singular e, ao mesmo tempo, internamente homogênea, reduto exclusivo de uma comunidade peculiar de cidadãos.

A localização das bases da ideologia nacional na estrutura do Estado burguês permite aos pesquisadores, em um primeiro momento, explicar a forma pela qual a ideologia nacional se reproduz, e, em um segundo momento, dar um ponto de partida para o exame das apropriações da ideologia nacional por parte das classes e frações em luta. Assim, o primeiro movimento, de identificar o lugar e as engrenagens da ideologia nacional, é complementado por um segundo movimento, de reconhecimento dos conteúdos concretos que as diferentes classes em luta lhe imprimem, conformando tipos de nacionalismo. Para isso, Almeida (2014) recorre ao conceito de variante ideológica, uma forma de apreender os "movimentos contraditórios por intermédio dos quais a ideologia nacional perpassa as diferentes classes sociais e frações de classe" (ALMEIDA, 2014, p. 87).

c. Burocracia de Estado e representação dos interesses gerais

Segundo essa perspectiva, é no conjunto de estruturas do Estado Burguês que estão postas as bases da ideologia nacional. Portanto, o nacionalismo é um fenômeno

decorrente da apropriação da ideologia nacional, inserida na estrutura do Estado burguês, por parte das distintas classes sociais. Tanto as classes sociais quanto suas frações amoldam a ideologia nacional e conformam um nacionalismo particular, cujos fundamentos são introduzidos de acordo com suas práticas políticas e ideológicas de classe, bem como o contexto dos conflitos.

Neste subitem, nosso objetivo é explorar como a ideologia nacional e o interesse geral do povo-nação se relacionam com os funcionários do Estado, a burocracia de Estado. Em virtude da forma jurídico-política do Estado burguês, portanto do direito burguês e do burocratismo, constitui-se uma categoria social de funcionários, civis ou militares, que desempenham as funções do Estado. Organizados sob as normas do burocratismo, eles podem unificar os agentes da produção e se apresentar como representantes do povo-nação na medida em que se definem como agentes de concretização do interesse geral.

Qualquer análise sobre a burocracia deve levar em consideração outro elemento levantado por Poulantzas: a caracterização desse grupo social inserido no aparelho de Estado. De partida, Poulantzas argumenta que a burocracia não é uma classe e nem uma fração de classe, pois seu traço distintivo não se relaciona com o econômico, mas com o próprio Estado. De outro lado, isso não significa que a burocracia não tenha um pertencimento de classe ou uma origem de classe, pois os funcionários do Estado serão oriundos de alguma classe ou fração, mas somente que a burocracia se apresenta apartada do processo de produção e inserida no aparelho de Estado. Nesse sentido, por pertencer ao aparelho de Estado e, de alguma maneira, colocar em funcionamento as instituições do poder político, Poulantzas concebe a burocracia de Estado como uma categoria social específica.

A caracterização da burocracia de Estado como uma categorial social resulta, dentre algumas consequências, que a atividade e o desempenho da burocracia dependem, primordialmente, da sua inserção no aparelho de Estado e do burocratismo que lhe fixa limites e orienta suas práticas. Em outras palavras, sua atividade e seu desempenho não são diretamente determinados pelo pertencimento de classe, mas por sua submissão a um conjunto de orientações que norteia a ação burocrática, o que não significa, no entanto, que o pertencimento de classe seja indiferente ao funcionamento da burocracia.

Por efeito, a burocracia de Estado possui o que Poulantzas (2019[1968]) denomina unidade política e coerência própria. Em termos práticos, a burocracia apresenta uma

unidade própria em razão de sua atividade como grupo social, segundo as diretrizes do burocratismo, e uma autonomia relativa perante sua origem de classe e às classes dominantes. Nesse sentido, o burocratismo cumpre papel significativo na atividade e no desempenho da burocracia: é ele quem atribui à burocracia seu caráter de unidade, no funcionamento do aparelho de Estado, e que a constitui como categoria específica. Vejamos algumas regras normativas de organização do aparelho de Estado:

> a) a ocultação específica do saber, manifesta no "segredo" burocrático, e o monopólio desse saber;
>
> b) o caráter impessoal das funções burocráticas;
>
> c) a representação aparentemente legítima da unidade política do povo-nação na medida em que se apresenta como um "corpo neutro", apartado das classes, que encarna o interesse geral;
>
> d) axiomatização do sistema jurídico em regras-leis abstratas, distribuindo os domínios e competências;
>
> e) recrutamento dos funcionários mediante designação ou concursos e remuneração fixa.

Esse conjunto de normas é o que possibilita uma ação burocrática unitária e coesa, a despeito do pertencimento de classe dos funcionários do Estado. Além disso, é nesse conjunto de normas que se localiza um ponto fundamental para esta pesquisa, também mencionado anteriormente: a relação entre burocracia de Estado e representação do interesse geral. A burocracia pode se apresentar e ser reconhecida como representante do povo-nação e realizadora dos interesses gerais de certa coletividade. Nos termos de Saes (1994, p. 47), "em qualquer Estado burguês, o burocratismo é mecanismo criador de uma aparência de representatividade popular para o Estado". A execução de suas tarefas, suas atividades laborais, aparentam ultrapassar os interesses particulares dos indivíduos e classes ao se pretender impessoal, neutra e tecnicamente fundamentada. Assim, a concretização das atribuições se apresenta como de interesse comum da população. Por fim, conforme Martorano (2017, p. 169),

> essa exitosa operação de se apresentar como se estivesse a serviço exclusivo do conjunto da sociedade (basta lembrarmos de expressões como "servidor público", "interesse público" e outras), se conjuga com a não interdição de acesso à carreira burocrática em razão da origem social

> dos funcionários – os concursos, também chamados de "públicos", são formalmente abertos aos membros de qualquer classe ou fração social.

Assim, tudo se passa como se os interesses do povo-nação, portanto os interesses nacionais, estivessem a cargo da atividade impessoal, neutra e tecnicamente fundamentada da burocracia de Estado, o corpo de funcionários do Estado aberto a todas as classes sociais.

Em comparação com outras formas de representação propriamente políticas, a burocracia tem como vantagem exclusiva sua própria estrutura, o burocratismo. Dessa forma, a burocracia de Estado não precisa se apoiar em nenhuma mediação para ser reconhecida e se apresentar como representante do povo-nação. De outro lado, as representações político-partidárias, em oposição à representação burocrática, necessitam de algum tipo de mediação ou de consulta à vontade popular, como eleições e plebiscitos.

Sendo assim, a título de conclusão desta subseção, após diferenciar burocracia e burocratismo, Poulantzas investiga a burocracia de Estado levando em consideração uma dupla filiação – categorial social e origem de classe. A partir dessa distinção, é possível identificar as particularidades do grupo social do aparelho de Estado, inserido em um sistema de organização próprio e em consonância com as classes de onde tal grupo é recrutado. Além disso, é justamente o burocratismo, associado a outros aspectos da estrutura do Estado capitalista, que permite a burocracia de Estado reivindicar-se ou ser identificada como representante dos interesses gerais e nacionais. Assim, de maneira breve, a representação legítima dos anseios do povo-nação, ou do interesse geral, está a cargo da burocracia de Estado, o conjunto de funcionários do Estado, civis ou militares.

1.2 Classes médias e teoria marxista

Outro aspecto teórico importante a ser clarificado neste capítulo se refere ao que consideramos ser as classes médias. Nosso objetivo aqui, portanto, é explorar sucintamente as formas pelas quais alguns autores marxistas situaram o conjunto de trabalhadores que foram designados por outras teorias sociológicas como classe média. Discutimos as características particulares das classes médias para, em seguida, apresentar seu fracionamento em duas camadas: a baixa e a alta classe média. Para finalizar, após definir e delimitar os elementos distintivos da alta classe média, exponho a metodologia e as técnicas de pesquisa empregadas aqui visando identificar o posicionamento político dessa fração.

a. O estatuto teórico das classes médias

A inserção das classes médias na estrutura de classes da teoria marxista tem suscitado diferentes posições no interior deste campo desde o segundo quarto do século XX, segundo Cavalcante (2012). Embora muitos autores tenham encontrado nas formulações de Marx menções às classes intermediárias, ainda conforme Cavalcante (2012, p. 15), "o conceito de classe média nunca teve uma posição cômoda na teoria marxista", especialmente em razão da origem teórica alheia desse conceito e de divergências interpretativas a respeito de noções como divisão social do trabalho, trabalho produtivo/improdutivo e trabalho manual/intelectual. Dessa maneira, o estatuto das chamadas "classes médias" tornou-se um imbróglio para o marxismo.

Com isso, de partida, deixamos explícito que a perspectiva de classe desenvolvida pela teoria marxista fornece subsídios teóricos e empíricos a esta pesquisa, especialmente no que se refere às classes médias. Fruto de pesquisas informadas pela teoria weberiana ou de estratificação social norte-americana, como será abordado posteriormente, o termo classe média não surgiu no interior do debate marxista e, por efeito, passou a designar um conjunto de problemáticas, por vezes, contrastantes. A despeito de sua origem, esta pesquisa se baseia fundamentalmente na abordagem marxista das classes sociais e das classes médias.

A análise das classes médias requer também, de antemão, o esclarecimento de algumas questões terminológicas. Em um primeiro momento, a noção de classes intermediárias era majoritariamente associada à ausência de desenvolvimento capitalista, designando agentes sociais com algum tipo de pequena propriedade (camponeses, artesãos e pequenos comerciantes) ou funcionários de burocracias privadas e estatais. Em outros termos, as antigas classes intermediárias compreendem a pequena-burguesia, isto é, a pequena produção e o pequeno comércio, no qual o mesmo agente ou é proprietário e trabalhador, ou depende fortemente da mão de obra de sua família.

Entretanto, com o desenvolvimento da grande indústria e a ampliação do modelo capitalista de acumulação de capital, o número de grupos assalariados vinculados às atividades técnico-científicas, à administração e ao setor de serviços cresceu significativamente. Nesse momento, não se tratava mais da pequena propriedade, mas de novas classes intermediárias diretamente dependentes da venda de sua força de trabalho, portanto, do trabalho assalariado. Assim, imersos nesse contexto e desafiados por pesquisas de outras abordagens teóricas, como as de Charles Wright Mills e David

Lockwood, alguns marxistas retomaram o "problema da classe média" a partir da segunda metade do século XX. A despeito de diferentes proposições, tais autores tinham em comum: a) o argumento de que o desenvolvimento capitalista havia criado uma camada de assalariados com características, no mínimo, distintas dos proletários tradicionais; e b) a defesa de que o marxismo não só teria capacidade de lidar com esse fenômeno, como traria elementos importantes para a compreensão das chamadas "classes médias"[11].

Recuperar o conjunto das produções marxistas sobre as classes médias, discutindo as lacunas e as divergências entre os autores, seria uma tarefa extensa e de pouco proveito para os fins desta pesquisa[12]. O debate a respeito do estatuto das classes médias no marxismo configurou-se como significativo na medida em que, no plano das estratégias políticas, alimentou divergências a respeito de alianças de classe e, no que se refere à teoria materialista, reorientou os critérios de definição das classes sociais em geral. Neste tópico pretendemos somente apresentar a perspectiva de classe média que nos orienta.

A polêmica a respeito da inserção das classes médias suscitou reflexões por parte da produção marxista brasileira, especialmente de Décio Saes (1977, 1985). É importante recordar que um dos motivos pelo qual os autores marxistas rejeitam o termo classe média reside justamente na origem de tal conceito, isto é, um universo teórico diferente e, muitas vezes, contrário. Nesse sentido, o principal objetivo de Saes (1985) é empreender uma operação teórica que, importando o termo classe média e adequando-o aos pressupostos marxistas, seja capaz de desatar tal nó e possibilitar o uso como uma "noção prática de pesquisa".

Em um primeiro aspecto, Saes (1985), não indica o conjunto pleno dos trabalhadores improdutivos como constituintes da classe média, diferentemente de autores como Poulantzas (1978). Isso pois parte dos trabalhadores improdutivos, em particular os trabalhadores "manuais", não enfrenta obstáculos, por parte da ideologia

[11] É comum encontrarmos na literatura referências a essa classe tanto no singular - classe média - quanto no plural - classes médias. Em geral, por um lado, os autores que optam pelo singular enfatizam que, embora internamente heterogênea, há uma unidade ideológica entre os agentes da classe média. Por outro lado, os autores que preferem o plural buscam demarcar justamente a heterogeneidade dos setores que são aglutinados nas classes médias. Neste texto, utilizaremos as duas opções com objetivos distintos. Ao empregar "classe média", estaremos nos referindo ao conjunto dos trabalhadores não-manuais em geral. De outra maneira, ao operar com o termo "classes médias", já faremos alusão ao fracionamento da classe média, via de regra em duas camadas distintas. Nesse segundo caso, o intuito é demonstrar como os subconjuntos da classe média estão alocados em profissões e situações de trabalho diferentes, circulam por espaços sociais distintos e variam seus posicionamentos políticos e ideológicos, como Saes (1985) já demonstrou.

[12] Para uma discussão mais detalhada e profunda, indicamos os seguintes trabalhos: Cavalcante (2012), Trópia (2008).

dominante e da hierarquia do trabalho, para se identificar com o proletariado. É somente uma fração dos trabalhadores improdutivos que, condicionados pela hierarquia e divisão capitalista do trabalho, são isolados ideologicamente do conjunto das classes trabalhadoras ao desempenharem funções "não-manuais". Assim, conforme a exposição de Saes (2005) em outro texto, a classe média é composta de dois segmentos de trabalhadores não-manuais: aqueles que exercem atividades mentais, criadoras e inovadoras, bem como aqueles que desempenham atividades dominantemente mentais, embora com um caráter reiterativo.

A ideologia dominante e a divisão capitalista do trabalho retiram dessa fração de assalariados não-manuais a contradição entre capital e trabalho assalariado e substituem-na por um sentimento de superioridade do trabalho não-manual. Vivenciando de maneira diferente a contradição entre capital e trabalho, a classe média absorveria a hierarquia do trabalho por meio de um sentido natural de "escala de dons e méritos". Nessa perspectiva, as capacidades inatas e naturais seriam potencializadas por novas capacidades oriundas da escolaridade e do esforço, como se a pirâmide se estabelecesse conforme os graus de capacidade. Por consequência, a escala de qualificação, a hierarquia dos salários, o nível de consumo e o grau de autonomia tornam-se fatores de fragmentação social e condicionam uma condição de trabalho específica. Assim, esses assalariados, vivenciando uma condição média, desenvolvem uma consciência média, distinta da consciência proletária e afastada do restante dos trabalhadores assalariados, cujas bases estão fixadas pela recusa ao nivelamento social entre "manuais" e "não-manuais". Nesse sentido, o trabalhador não-manual, ao rejeitar tal nivelamento social, evocaria um apego à uma ideologia própria: a ideologia meritocrática.

É pertinente mencionar que, conforme Saes (1985), a clivagem social entre trabalho manual e não-manual pode, em algumas formações sociais, ser reforçada por outras razões. Dito de forma breve, a condição periférica e ex-colonial da formação social brasileira, por exemplo, impactou intensamente o caráter fragmentado do trabalho brasileiro. Em outros termos, a predominância da dependência colonial e da mão de obra escrava nas atividades produtivas estigmatizou, de forma considerável, o trabalho manual. Consequentemente, a maior parte dos trabalhadores negros, outrora escravizados, foram afastados de condições de trabalho típicas de classe média, aproximando-se de trabalhos de subsistência e serviços domésticos.

O segundo aspecto da operação teórica empreendida por Saes (1985) é o fracionamento interno da classe média. Dessa forma, tocamos na tese central de sua pesquisa, ou seja, o fio condutor que cobre seu trabalho: a classe média não é um bloco monolítico, mas um conjunto de grupos profissionais e sociais cuja heterogeneidade interna nos permite fracioná-los. Ao contrário de variadas análises marxistas que consideram, ainda hoje, as classes médias como um conjunto de agentes sociais homogêneos e dotados de um comportamento político unitário, Saes (1985) concebe a intervenção da classe média urbana na cena política de forma fracionada, como um agregado de frações politicamente divididas entre as classes dominantes e as classes populares. Em outras palavras, de acordo com Saes (1985), há uma heterogeneidade inerente às classes médias que impede que a tomemos como um grupo politicamente coeso. Por apresentar um caráter fracionário, a forma como a classe média, em sentido amplo, incide no processo político deve ser compreendida de maneira diversificada, pois o termo "classes médias" faz referência a um conjunto de situações de trabalho cuja inserção no modo de produção capitalista é particular.

O conceito de situação de trabalho é central nessa divisão. Ele compreende a articulação de elementos capazes de introduzir diferenciações nos trabalhadores não-manuais, como a posição diante das decisões e dos trabalhadores manuais, nível de remuneração, qualificação necessária. Com base nesse conceito, Saes (1985) distingue duas camadas no seio das classes médias brasileiras: a) a classe média tradicional, oriunda de antigas famílias de proprietários de terra que migraram para a cidade e foram acolhidos nos melhores cargos da burocracia de Estado, em profissões liberais e mesmo em postos de administração privada; b) a baixa classe média, um conjunto de indivíduos com menor qualificação, situados nos patamares inferiores do terciário urbano, e que se deslocaram para a cidade em busca de trabalho, ascensão social e melhores condições de vida nas cidades.

Fica evidente, a partir da análise do autor, que tais camadas apresentavam situações de trabalho diferentes, mas também sua origem de classe e o motivo da migração urbana se opunham: se a primeira, anteriormente parte da aristocracia, buscava manter seu nível de vida – grupos destituídos, a segunda ia em busca de novas oportunidades de trabalho – grupos ascendentes[13]. É em razão dessas diferenças que Saes

[13] Os termos "grupos destituídos" e "grupos ascendentes" foram retirados de Pinheiro (1975, p. 451).

(1985) desenvolve o argumento segundo o qual é impossível tratar o conjunto dos trabalhadores não-manuais como politicamente e ideologicamente unidos.

Em realidade, cada uma dessas camadas irá, conforme a conjuntura, se posicionar politicamente, estabelecendo alianças entre as classes dominantes e as classes populares. Grosso modo, entre o período oligárquico e o fim do período populista, a classe média brasileira se dividiu da seguinte maneira. A classe média tradicional, por seus fortes laços com as oligarquias rurais, compartilhava um universo ideológico comum com a classe dominante agrária: restrição da democracia, elitismo e liberalismo oligárquico. Por efeito, ela desempenhou o papel de agente secundário da dominação oligárquica, inclusive nas sucessivas tentativas de restauração da hegemonia agrária, apresentando os mais ardentes defensores do liberalismo oligárquico e, posteriormente, antipopulistas ferrenhos – posição liberal e antipopular. A baixa classe média, de outro lado, por seu prestígio reduzido e sua autonomia político-ideológica perante as oligarquias, apresentou uma tendência antioligárquica e, em seguida, uma adesão ao populismo – posição estatista/intervencionista.

b. Classes médias e ideologia meritocrática

Esta pesquisa adota as proposições conceituais de Saes (1977, 1988) acerca da classe média. Assim, retomemos brevemente as contribuições teóricas ao estudo da classe média propostas por esse autor a partir de dois itens: a) trabalhadores não-manuais e ideologia meritocrática; b) situação de trabalho e fracionamento das classes médias. Em primeiro lugar, destaca-se que classe média é uma "noção prática", apropriada da teoria da estratificação e empregada para designar o conjunto dos trabalhadores não-manuais cuja prática política e ideológica está baseada na ideologia meritocrática e na recusa ao nivelamento social entre os assalariados. Além disso, por meio do conceito de situação de trabalho, ou seja, a combinação entre posição diante dos outros trabalhadores, nível e forma de remuneração, qualificação necessária e grau de autonomia, é possível fracionar tais trabalhadores conforme a conjuntura observada.

Nesta subseção, prolongaremos os argumentos a respeito da vinculação entre ideologia meritocrática e classes médias. Resumindo parte do que já foi dito, a ideia é que a classe média é aquela que mais se vincula organicamente com as noções ideológicas que justificam a desigualdade dos indivíduos pelas diferenças de dons e habilidades existentes. A busca por uma forma de distinção social leva a classe média, por vivenciar de maneira distinta o conflito capital/trabalho, a estigmatizar o trabalho manual e a

valorizar o trabalho típico de seu setor, o intelectual, concebendo as diferenças sociais e econômicas e justificando sua posição social com base em uma hierarquia de dons e méritos.

As contribuições teóricas de Saes (1985) para o exame das classes médias na formação social brasileira influenciaram outros pesquisadores que as aprimoraram e/ou aplicaram-nas em outras situações concretas. Em seu artigo intitulado "Classe média e sindicalismo", Boito Jr (2007) recupera tais contribuições visando analisar o sindicalismo dos "trabalhadores de escritório". Para isso, clarifica e aperfeiçoa o conceito de ideologia meritocrática em três direções: a) seu lugar na teoria marxista; b) sua diferenciação perante outras ideologias; e c) seu papel na definição da classe média. Vejamos cada um desses pontos.

Diferentemente dos autores da sociologia weberiana e da estratificação social, Saes (1985) e Boito Jr (2007) se valem do conceito de ideologia para analisar os valores e as concepções da classe média. Por mais simples que essa modificação possa parecer, ela tem consequências significativas. O emprego do conceito de ideologia permite ao marxismo trabalhar a consciência da classe média a partir de quatro efeitos: mistificação, legitimação, justificativa e estigmatização. Em primeiro lugar, a ideologia meritocrática oculta a verdadeira origem das desigualdades sociais e a explica com base em diferenças entre dons e méritos. Além disso, ela legitima os interesses particulares de um setor social, bem como justifica as vantagens perante os trabalhadores manuais. Por fim, ao valorizar o trabalho intelectual, ela estigmatiza o trabalho manual, que passa a ser visto como degradado e degradante[14].

Passemos ao segundo ponto de desenvolvimento da ideologia meritocrática: sua diferenciação face outras ideologias. Segundo Boito Jr. (2007), a ideologia meritocrática se distingue tanto da ideologia proletária, que enaltece o trabalho como critério de participação política e econômica, quanto da ideologia burguesa, que exalta e mistifica o trabalho em geral. Isso se deve, primordialmente, ao fato de que a ideologia meritocrática valoriza especificamente o trabalho não-manual em detrimento do trabalho manual. Em outros termos, ainda que os trabalhadores de classe média partam da exaltação burguesa

[14] Boito Jr. (2007, p. 232) apresenta outra consequência de tal alteração. Por ser uma ideologia, o meritocratismo pode ultrapassar os limites de sua própria classe e ser utilizado em sociedade por outras classes. Contudo, nesses casos, a ideologia meritocrática possivelmente será disfuncional, haja vista que ela estigmatiza o desempenho de atividades manuais.

do trabalho em geral, eles produzem uma variante particular ao enaltecer o trabalho não-manual e estigmatizar o trabalho manual.

Finalmente, tratemos do terceiro ponto suscitado por Boito Jr. (2007), isto é, o papel da ideologia meritocrática na definição da classe média. De forma extremamente resumida, vale mencionar que tanto Boito Jr. (2007) quanto Saes (1985) abordam a definição das classes sociais em geral informados pelas teses da linha estrutural do marxismo, especialmente Althusser e Poulantzas. Dessa forma, por ocasião de tal influência, os autores articulam a economia, a política e a ideologia a fim de definir as classes sociais, inclusive a classe média. Nesse sentido, a situação econômica dos trabalhadores de classe média, portanto as situações de trabalho que colocam o trabalhador não-manual numa situação distinta daquela vivida pelo trabalhador manual, é articulada com um tipo de ideologia na qual tal trabalhador se vê, a partir da percepção social de seu trabalho, como merecedor de um tratamento social diferenciado.

Ainda a respeito da relação entre as situações de trabalho e a ideologia meritocrática, Boito Jr. (2007) considera provável encontrarmos diferentes modos de articulação a depender da interferência da conjuntura e dos conflitos de classes. De forma simplificada, é possível distinguir dois subconjuntos. Em um limite inferior, encontramos situações de trabalho – baixo salário, trabalho controlado e simplificado, atividade que dispensa elevada formação escolar e menos valorizada socialmente – que reúnem trabalhadores mais propensos a abandonar o meritocratismo e a assumir um ponto de vista igualitário. Passaremos a chamar tal fração de baixa classe média. Em um limite superior, nos deparamos com situações de trabalho – salário elevado, controle sobre o trabalho de terceiros, autonomia e posse de diplomas universitários – que reúnem trabalhadores mais apegados à ideologia meritocrática e consequentemente mais infensos a uma política de igualização socioeconômica do trabalho. Denominaremos essa fração como alta classe média. É dessa maneira, após fracionarmos a classe média, que chegamos ao objeto desta pesquisa: a alta classe média, ou camada superior da classe média.

c. A alta classe média como objeto de pesquisa: teoria e dados empíricos

Nas linhas acima, exploramos aspectos da ideologia própria da classe média, a ideologia meritocrática, e ao final, mencionamos que o objeto desta pesquisa se restringe a camada superior da classe média, também nomeada alta classe média. Boito Jr (2007) sublinhou as seguintes características dessa fração de classe: a) maior apego à ideologia meritocrática; b) situações de trabalho com salários elevados, maior autonomia e posse

de diplomas universitários; c) maior rejeição à políticas de igualização socioeconômica do trabalho, ou política públicas que turvem as fronteiras entre o trabalho manual e o trabalho não-manual.

Em suas últimas pesquisas, Cavalcante (2015, 2018) tem se dedicado a compreender a reação das classes médias ao ciclo neodesenvolvimentista, principalmente a partir da revolta de sua camada superior às políticas econômica e social dos governos encabeçados pelo PT. Para isso, o autor se ancora na "noção prática de pesquisa" formulada por Saes (1977) e combina três dimensões que auxiliam na identificação de indivíduos ou famílias de alta classe média: a) dimensão da renda – famílias com rendimento superior a 10 salários mínimos e não pertencentes ao 1% mais rico; b) dimensão das relações de trabalho – profissionais liberais, assalariados diplomados com alto grau de autonomia e/ou vinculados às funções de gestão e controle técnico-administrativo em burocracias privadas ou estatais; c) dimensão do espaço social – monopólio do acesso ao capital cultural e reivindicação do talento e dos méritos individuais como atributos de pertencimento.

Tais dimensões são aproximativas e não denotam um modelo fechado com pretensões estatísticas. Trata-se de uma orientação prática de pesquisa "capaz de situar e tornar compreensíveis os espaços econômicos e sociais em que a alta classe média se reproduz" (CAVALCANTE, 2015a, p.5). Portanto, a conjugação dessas dimensões acaba por esboçar e indicar possíveis formas de analisar as direções do posicionamento político e ideológico da alta classe média. Pois, ainda que a renda e o nível de instrução formal sejam relevantes, é preciso enquadrá-los em um processo histórico mais amplo de formação da alta classe média brasileira, o que significa considerar as particularidades da formação social brasileira e os conflitos entre as classes, sempre levando em conta a inserção em posições superiores e privilegiadas da hierarquia do trabalho. A esse respeito, prestaremos maiores explicações adiante, quando explorarmos a complexidade metodológica de se trabalhar com classes sociais por meio de técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas.

Vale notar que as dimensões aludidas por Cavalcante (2015) estão em consonância com as características destacadas por Boito Jr. (2007), mostrando que a alta classe média, diferentemente da baixa classe média, costuma ocupar posições de classe mais elevadas no que se refere à hierarquia do trabalho e aos espaços sociais em geral. Tais aspectos não são contemporâneos, pois é plausível sustentar que a alta classe média

de hoje é oriunda, em grande parte, das frações já estudadas por Saes (1985), como as camadas médias tradicionais – profissionais liberais e altos burocratas estatais e do setor privado, e os funcionários técnicos e administrativos que ascenderam socialmente a partir da Ditadura Militar.

Dessa maneira, para exemplificarmos e colocarmos em termos práticos, podemos pensar em situações exemplo de profissões de alta classe média, considerando inserções tanto no setor privado quanto no setor público: assalariados em cargos de gerência técnica e administrativa, profissionais de consultoria, concepção e desenhos de processos, como funcionários de marketing e propaganda, profissionais liberais de alta qualificação, em geral dependentes de diplomas universitários, como médicos e advogados, quadros superiores da estrutura burocrática privada ou estatal, como funcionários públicos de alto escalão e funcionários das instituições judiciárias.

Tendo concluído a apresentação do conceito de alta classe média e sugerido situações profissionais que sugerem tal pertencimento de classe, passemos as questões metodológicas. De que maneira poderíamos verificar, em termos empíricos, o posicionamento político e ideológico da alta classe média? Dito de outra maneira, quais serão as técnicas de pesquisa utilizadas nesta pesquisa que nos auxiliam a investigar as práticas políticas e ideológicas da alta classe média?

Esta pesquisa combina três técnicas de pesquisa: a) análise de questionários aplicados nas manifestações de 2015-16; b) coleta e análise de pesquisas eleitorais e de opinião pública; c) leitura e análise de documentos relevantes, como notícias, materiais jornalísticos e documentos de associações, conselhos e sindicatos de categorias ocupacionais típicas de alta classe média. Abaixo discutiremos mais aspectos de cada uma delas, evidenciando seus limites e suas contribuições.

Com relação aos métodos quantitativos, em especial as pesquisas eleitorais e de opinião pública, a dificuldade enfrentada é que tais pesquisas, influenciadas pela estratificação liberal, privilegiam variáveis como renda, escolaridade, sexo, etc, que, se tomadas isoladamente, pouco nos auxiliam a compreender nuances do posicionamento político das classes médias. É o caso, para exemplificar, da renda. O que define o proletariado ou a classe média não é a quantidade de salário recebido, pois a renda nada mais é do que uma forma de distribuição da riqueza social, portanto, um efeito. Contudo, isso não significa que o salário não tenha importância, visto que ele pode ser assumido como um indício importante da determinação de classe. Sendo assim, tais pesquisas

podem ser úteis em uma perspectiva de classe que integre outros fatores e saiba identificar na renda e outras variáveis o efeito de algo anterior.

Conforme Galvão (2016), o uso de pesquisas quantitativas pode ser frutífero, visando apreender uma relação entre perfil socioeconômico e interesses de classe, se adotarmos uma "perspectiva integrada, entrelaçando renda, escolaridade, ocupação e cor", entendimento também adotado por Cavalcante e Arias (2019). É dessa maneira que buscaremos utilizar os dados eleitorais e de opinião pública para sugerir posicionamentos políticos e ideológicos da alta classe média. Em síntese, ainda que as classes sociais, e a classe média, não possam ser traduzidas em pesquisas quantitativas, as utilizaremos como sugestivas ou como subsídios empíricos, sempre conectadas a literatura.

Vejamos agora o caso dos métodos qualitativos. Nosso intuito é operar com documentos e materiais em geral de conselhos, associações e organizações de representação de categorias ocupacionais que sejam típicas ou de alta classe média, além de intervenções públicas e artigos da imprensa. Tomamos como base um conjunto de pesquisas que analisaram categorias de classe média a partir de seus comportamentos sindicais (TRÓPIA, 1994; 2019). Tal tradição remonta ao trabalho de Saes (1985) que utilizou de maneira significativa publicações do Jornal dos Bancários de São Paulo e da Revista da OAB-SP, tendo afirmado em alguns momentos que o "profissional liberal" foi até os anos 50 o personagem típico das altas camadas médias brasileiras, enquanto o "homem da empresa", técnico ou administrador, tornou-se progressivamente esse representante a partir da industrialização capitalista no Brasil.

Nesta pesquisa, além de considerar a atuação de parte da burocracia de Estado como expressão das demandas da alta classe média, faremos uso de documentos, publicações e notícias de jornal que se relacionem com duas categorias de alta classe média: os advogados e os médicos. Nossa escolha se justifica pelos seguintes principais motivos. Em primeiro lugar, as duas categorias profissionais ocupam uma posição social importante, sendo agentes que gozam de alto prestígio e que exercem influência sobre o posicionamento mais amplo das classes médias. Em segundo lugar, o apego à ideologia meritocrática costuma ser maior nessas profissões, pois elas dependem diretamente da educação formal, atravessando os diversos níveis educacionais até chegar na universidade. Por fim, as duas categorias, seja mediante suas entidades, seja mediante intervenções individuais, se posicionaram mais profundamente, na imprensa e em manifestações de rua, ao longo do segundo mandato de Dilma Rousseff. Vale registrar

que nosso argumento não é o de que essas categorias são uma representação plena e completa dos interesses gerais da alta classe média, mas que é plausível examinar o posicionamento de tais agentes como expressão aproximada desses interesses e que, mais relevante ainda, por gozarem de maior influência, eles intervêm consideravelmente na formulação dos interesses da alta classe média brasileira.

Para finalizar, a título de observação da alta classe média, destacamos que esta pesquisa levará em consideração as grandes cidades brasileiras, em especial São Paulo[15], Rio de Janeiro e Brasília. Se as classes médias são um fenômeno majoritariamente urbano, a alta classe média se situa ainda mais nas grandes cidades, pois é nessas que se concentram as estruturas burocráticas de empresas e do Estado, escritórios, empresas de consultoria, além de um mercado amplo para profissionais liberais. Cavalcante e Arias (2019) também ressaltaram o peso histórico da classe média na formação econômica e social do estado de São Paulo, especialmente pela inserção particular do trabalho migrante europeu na dissolução/reorganização do arranjo colonial escravista e pela formação acentuada de quadros médios puxados pelos períodos de industrialização.

1.3 Conclusão

Nesta subseção, avançamos em três importantes questões para esta pesquisa. Em primeiro lugar, respaldado pelos trabalhos de Décio Saes (1977, 1985, 2005), em especial, expusemos o conceito de classe média que informa esta pesquisa. Algumas características das classes médias, em sentido geral, podem ser destacadas: a) heterogeneidade interna inerente e caráter fracionário; b) vínculo com o aparelho burocrático estatal e com a organização técnica e burocrática de empresas, bancos; c) trabalho assalariado não-manual/intelectual, com razoável autonomia e qualificação técnica; d) apego à ideologia meritocrática como característica de sua situação de classe.

Para finalizar, ao final desta subseção, apresentamos as técnicas de pesquisa que serão utilizadas visando observar o posicionamento político e ideológico da alta classe média: a) questionários aplicados nas manifestações pró-impeachment de 2015-2016; b) pesquisas eleitorais e de opinião pública; c) artigos de imprensa e documentos de conselhos, associações e organizações de representação de categorias típicas de alta classe média, como médicos e advogados.

[15] Adiciona-se, ao caso de São Paulo, o fato de ser o estado de maior projeção política do PSDB, partido que, conforme a literatura, teve a alta classe média como seu eleitorado mais fiel.

CAPÍTULO II - ALTA CLASSE MÉDIA E PSDB: FORMAÇÃO DO CAMPO NEOLIBERAL ORTODOXO

A análise da representação política da alta classe média durante a crise política do segundo governo Dilma requer uma reconstituição do processo político brasileiro ao longo do ciclo neodesenvovimentista, bem como das orientações políticas da alta classe média nesse período. Qual foi o posicionamento político da alta classe média ao longo do período em que o PT encabeçou o governo federal? O objetivo deste capítulo é explorar a conformação do campo neoliberal ortodoxo e destacar as principais afinidades entre alta classe média e PSDB. Voltemos no tempo e, mediante a exposição da bibliografia que fundamenta esta pesquisa, retomemos o desenrolar do processo histórico que culminou na revolta da alta classe média com os governos neodesenvolvimentistas, desencadeando o impeachment de 2016.

2.1 A primeira eleição de Lula e a formação da frente neodesenvolvimentista

A vitória de Luís Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 2002 foi, conforme Boito Jr. (2018), o ponto de partida para a formação de uma ampla frente política responsável por viabilizar a implementação do programa econômico neodesenvolvimentista, uma política de desenvolvimento possível sob a hegemonia do neoliberalismo e sem rompimento com o modelo neoliberal. Composta por trabalhadores da massa marginal, campesinato, sindicalismo operário, baixa classe média e grande burguesia interna, a frente política neodesenvolvimentista, a despeito de sua instabilidade interna, forneceu suporte às políticas de crescimento econômico e de transferência de renda dos governos petistas, bem como possibilitou que o partido vencesse quatro eleições nacionais seguidas.

Esse programa de "desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico" (BOITO JR, 2018, p. 57) combinou duas principais características: crescimento econômico do capitalismo brasileiro – especialmente com o fortalecimento de grandes grupos econômicos nacionais mediante o fomento do BNDES – com alguma transferência de renda. De outro lado, diferentemente do "velho desenvolvimentismo", os índices de crescimento econômico foram mais modestos e o país se especializou em processar *commodities* voltadas para o mercado externo.

Outra importante consequência da formação da frente política neodesenvolvimentista foi viabilizar a ascensão política da grande da burguesia interna

brasileira no interior do bloco no poder. Embora não desejasse o rompimento completo com o modelo neoliberal, a burguesia interna apresentou sucessivas insatisfações com algumas políticas neoliberais executadas pelos governos encabeçados pelo PSDB[16]. Sua relação com o capital internacional é complexa, unindo dependência e conflito. Distribuída por setores da economia como mineração, construção pesada, agronegócio, indústria e bancos, a burguesia interna reivindicava favorecimento e proteção do Estado na concorrência com o capital estrangeiro. Assim, se acomodando com certa flexibilidade na frente representada pelo PT, pois teve de aceitar se integrar a uma frente com o movimento popular e sindical, ela tinha grande parte de seus interesses econômicos atendidos pelo programa neodesenvolvimentista.

Parte considerável do sucesso do arranjo neodesenvolvimentista residia, também, nas políticas destinadas à recuperação do emprego e do poder de compra do salário mínimo, além de políticas sociais de melhora nas condições de vida das classes trabalhadoras, em especial dos trabalhadores da massa marginal. Tais políticas atendiam as reivindicações da base social de apoio da frente, por vezes conciliando com interesses de setores da grande burguesia interna, como foi o caso do "Minha Casa, Minha Vida", programa de habitação popular. Em síntese, essa orientação econômica situada entre o antigo desenvolvimentismo e o neoliberalismo ortodoxo defendeu os interesses da grande burguesia interna e, simultaneamente, permitiu ganhos às classes populares.

Dessa forma, por um lado, do ponto de vista da representação e da estabilidade política do governo, a grande burguesia interna garantia apoio a plataforma política neodesenvolvimentista, como ficou evidente na chamada "Crise do Mensalão"[17]. Seus interesses eram atendidos pelos governos petistas, principalmente após o segundo mandato de Lula, período em que o governo passou a investir mais fortemente em grandes empresas nacionais através de políticas de fomento dirigidas pelo BNDES. Por outro lado, do ponto de vista das disputas eleitorais, o conjunto policlassista que compunha a frente – atendidas por diversas políticas econômicas e sociais desse governo, como valorização do salário mínimo e o Bolsa Família – proporcionavam seguidas vitórias eleitorais.

As sugestivas pesquisas de Singer (2012) a respeito do lulismo, ainda que sob outra perspectiva teórica, confirmam o vínculo eleitoral estabelecido entre tais classes e

[16] Segundo o autor, tais governos representaram os interesses de outra fração do bloco no poder – a burguesia associada – e do capital financeiro internacional.
[17] Ver Martuscelli (2015) e Boito Jr. (2018, p.55-98)

os governos petistas, sobretudo entre os trabalhadores da massa marginal e o ex-presidente Lula. Fazendo uso de pesquisas de intenção de voto nas eleições presidenciais de 2002 e 2006, Singer (2012) apresenta a tese de que, entre essas eleições, teria ocorrido um realinhamento eleitoral capaz de consolidar uma base social lulista. Segundo seu argumento, algumas medidas socioeconômicas do primeiro governo Lula – como o Programa Bolsa Família, o aumento do salário-mínimo, a expansão do crédito e as políticas sociais que atendiam a população de baixa renda – alteraram o comportamento eleitoral do que ele denomina subproletariado, uma camada de trabalhadores que não consegue vender sua força de trabalho por um valor que assegure sua reprodução. Em síntese, atraídos pelo conjunto de políticas de redução da pobreza e da desigualdade, o subproletariado direcionou seu voto para o candidato petista.

2.2 Constituindo a oposição, o campo neoliberal ortodoxo

Ainda segundo as pesquisas de Boito Jr. (2018), a frente neodesenvolvimentista enfrentava no processo político nacional o campo neoliberal ortodoxo, elemento essencial desta pesquisa. Composto pelo grande capital financeiro internacional, burguesia associada – fração burguesa brasileira integrada a esse capital –, alguns setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média, esse campo, representado no plano partidário pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), polarizou a cena política com a frente neodesenvolvimentista.

Como força dirigente do campo neoliberal ortodoxo encontravam-se o grande capital financeiro internacional e a burguesia associada, as duas frações burguesas que conduziram o conjunto da oposição e que tinham seus interesses priorizados pelo PSDB. Na prática, trata-se de grupos econômicos atuantes no Brasil que são de propriedade de capital estrangeiro ou de empresas que, embora com capital nacional, entretêm uma relação de dependência direta com esses grupos: fundos financeiros estrangeiros, empresas estrangeiras de exportação de produtos para o mercado brasileiro ou do setor produtivo e empresas brasileiras associadas e dependentes dos capitais estrangeiros. Interessados na expansão quase sem limites do imperialismo, a burguesia associada e o capital financeiro internacional tiveram suas demandas priorizadas pelo programa neoliberal ofensivo dos governos da chamada “Era FHC”.

Com a eleição de Lula e a ascensão política da burguesia interna, essas frações da burguesia permaneceram sendo politicamente representadas pelo PSDB na cena política. Fazendo contínua oposição aos governos petistas, os políticos tucanos pressionaram

constantemente o programa neodesenvolvimentista a fim de reposicionar o papel da burguesia associada e do capital financeiro internacional no bloco no poder e de retornar ao governo[18]. Nesse contexto, o PSDB assegurou uma significativa base de apoio: a alta classe média.

Tabela 1 – Distribuição das classes e frações de classes por frentes políticas

	Campo neoliberal ortodoxo	Frente neodesenvolvimentista
Partido representante	PSDB	PT
Fração hegemônica[19]	Burguesia associada e capital financeiro internacional	Burguesia interna
Alianças e bases sociais	Alta classe média urbana	Baixa classe média Sindicalismo operário Parte importante do movimento camponês Grande parte dos trabalhadores da massa marginal

Fonte: Boito Jr (2018). Elaboração própria.

O vínculo de representação política entre alta classe média e PSDB era ratificado eleitoralmente nas disputas presidenciais, ao menos até a eleição de 2014. A alta classe média conferia apoio ativo aos candidatos tucanos, principalmente em São Paulo, sufragando-os nas disputas eleitorais contra candidatos petistas. Para sustentar isso, novamente as pesquisas de Singer (2012, 2018) nos são úteis. Elas fornecem subsídios empíricos que confirmam o vínculo entre PSDB e alta classe média, embora o autor aborde um conjunto heterogêneo da classe média, não fracionando-a da forma como fazemos nesta pesquisa.

Conforme seu argumento, as medidas socioeconômicas já mencionadas, aliadas ao impacto da crise do Mensalão de 2005, possibilitaram também a emergência de uma base social antilulista de classe média – que fora se ampliando até as eleições de 2014. Os dados referentes às intenções de voto, expostos nas tabelas abaixo, mostram que, desde as eleições de 2006, os candidatos tucanos possuem considerável vantagem, em relação aos petistas, na faixa de renda superior à 10 salários mínimos. Assim, os eleitores de renda superior à 10 salários mínimos, sugestivamente pertencentes a alta classe média, são aqueles que, em termos percentuais, mais sufragam os candidatos do PSDB.

[18] Ver Boito Jr. (2018, p.74).

[19] Salientamos que o fato de uma fração ser a hegemônica não significa que outras foram alijadas do bloco no poder. Isto é, ainda que os interesses da burguesia associada ou internacionalizada sejam priorizados pela frente neoliberal ortodoxa, a burguesia interna não deixou de fazer parte do bloco no poder.

Tabela 2 - Intenção de voto dos brasileiros por renda familiar mensal no primeiro turno de 2006

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+ de 10 SM	Total
Lula (PT)	55%	41%	30%	29%	45%
Alckmin (PSDB)	28%	38%	45%	44%	34%
Outros	8%	13%	18,3%	18%	11%
Branco/ Nulo/ Indeciso	8%	9%	7%	9%	9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Ibope. In: Singer, 2012

Tabela 3 - Intenção de voto dos brasileiros por renda familiar mensal no segundo turno de 2006

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+ de 10 SM	Total
Lula (PT)	64%	56%	44%	36%	57%
Alckmin (PSDB)	25%	35%	46%	54%	33%
Branco/ Nulo/ Indeciso	10%	9%	11%	10%	10%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Ibope. In: Singer, 2012

Tabela 4 - Intenção de voto dos brasileiros por renda familiar mensal no primeiro turno de 2010

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+ de 10 SM	Total
Dilma (PT)	53%	43%	37%	31%	47%
Serra (PSDB)	26%	31%	34%	38%	29%
Outros	13%	20%	24%	25%	17%
Branco/ Nulo/ Indeciso	8%	5%	4%	5%	6%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Datafolha. In: Singer, 2018

Tabela 5 - Intenção de voto dos brasileiros por renda familiar mensal no segundo turno de 2010

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+ de 10 SM	Total
Dilma (PT)	56%	49%	45%	39%	51%
Serra (PSDB)	36%	43%	48%	54%	41%
Branco/ Nulo/ Indeciso	8%	8%	7%	7%	8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Datafolha. In: Singer, 2018

Tabela 6 - Intenção de voto dos brasileiros por renda familiar mensal no primeiro turno de 2014

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+ de 10 SM	Total
Dilma (PT)	49%	37%	28%	24%	40%
Aécio (PSDB)	17%	26%	33%	41%	24%
Marina (PSB)	20%	24%	25%	25%	22%
Outros	3%	5%	8%	5%	3%
Branco/ Nulo/ Indeciso	11%	10%	7%	5%	9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Datafolha. In: Singer, 2018

Tabela 7 - Intenção de voto dos brasileiros por renda familiar mensal no segundo turno de 2014

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+ de 10 SM	Total
Dilma (PT)	56%	45%	36%	33%	47%
Aécio (PSDB)	33%	46%	56%	62%	43%
Branco/ Nulo/ Indeciso	10%	9%	8%	5%	10%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Datafolha. In: Singer, 2018

Em resumo, seguimos a tese de Boito Jr. (2018) segundo a qual o representante político do campo neoliberal ortodoxo, o PSDB, tinha como força dirigente o capital financeiro internacional e a burguesia associada, enquanto a alta classe média atuava como sua base social de apoio ao longo do período neodesenvolvimentista. Nesse sentido, a alta classe média não dirigia o partido e o programa dos tucanos não se centravam prioritariamente nos interesses dessa fração. Por isso, a classe média superior se adequava ao campo neoliberal ortodoxo com certas ressalvas, pois algumas medidas neoliberais direcionadas ao capital financeiro internacional e à burguesia associada atingiam fortemente a alta classe média, como as políticas fiscais que reduzem os salários ou as contratações no alto funcionalismo público, lugar de forte inserção dessa fração. Vejamos como se deu tal acomodação.

2.3 As afinidades entre PSDB e alta classe média

Fizemos menção a algumas medidas neoliberais que, na percepção das classes médias, eram negativas. Entretanto, isso não significa que a alta classe média rejeitasse todos os componentes do pacote de políticas neoliberais. Ao contrário, é preciso destacar a adesão da alta classe média ao que Saes (2001) denominou "neoliberalismo de oposição", um apoio seletivo, portanto restrito, das classes médias à plataforma neoliberal. De maneira resumida, segundo esse autor, é na redução do raio de intervenção do Estado na vida econômica e social que a classe média enxerga uma forma de solucionar o caráter parasitário, cartorial e empreguista do Estado capitalista, que recolhe impostos e os direciona para práticas corruptas.

Em meados de novembro de 2006, o então presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, concedeu uma entrevista que ilustra parte do raciocínio elaborado por Saes (2001). Segundo o presidente da OAB, "o desperdício e a corrupção do dinheiro público e a alta carga de impostos formam um câncer que corrói o país e o impede de dar o salto que é necessário para que o Brasil saia do terceiro para o primeiro mundo"[20]. Dessa forma, o advogado destaca dois dos problemas levantados: a "imoral, pornográfica, inconstitucional e desavergonhada" alta carga tributária, e a corrupção, que ele vinha considerando, por ocasião do escândalo do mensalão, ser fundamental. Em outra ocasião, Busato afirmou que "mais importante que o Fome Zero

[20] OAB. Busato: corrupção é um câncer que corrói o país. Notícias. 4 nov. 2006. Disponível em: <https://www.oab.org.br/util/print/8315?print=Noticia>. Acesso em: 12 mai. 2022.

é a Corrupção Zero, pois esta reestrutura moralmente o país e favorece (...) o equilíbrio de suas finanças"[21].

Outro exemplo elucidativo é o texto "A sociedade órfã", publicado em 2016 por José Renato Nalini, ex-promotor de Justiça do MP-SP, desembargador aposentado e ex-secretário da Educação do Estado de São Paulo durante o governo Geraldo Alckmin (PSDB). Nesse texto, o magistrado argumenta que vivemos atualmente na "paranoia de um Estado cada dia maior. Inflado, inchado, inflamado e ineficiente" (CITAÇÃO), incumbido de prover direitos que antigamente eram "fruto do trabalho, do esforço, do sacrifício e do empenho". Esse "Estado-babá", como autor denomina, se torna interventor e intervencionista, aumentando a arrecadação e penalizando o contribuinte com excesso de tributos, visando atender "exigências (...) de uma legião ávida por assistência integral". Em sua perspectiva, o Estado moderno assumiu uma fisionomia de "welfare state", mas deveria manter-se apenas como garantidor da ordem, isto é, segurança e justiça, pois "tudo o mais, deveria ser providenciado pelos particulares"[22].

O neoliberalismo das classes médias, nesse caso, deve ser relativamente nuançado. Mais do que a adesão fiel e absoluta a um receituário econômico era uma solução prática para o que consideravam ser distúrbios de um Estado grande e inchado: a corrupção e a carga de impostos. A alta classe média, a título de exemplificação, se interessava por medidas neoliberais capazes de reduzir a carga de impostos, de contingenciar as despesas governamentais com políticas sociais de combate à desigualdade e de manter a taxa cambial suficientemente baixa para aquisição de mercadorias importadas e viagens ao exterior. No entanto, como dito, ela se mostra insatisfeita com políticas fiscais de redução dos salários ou das contratações no alto funcionalismo público. Sendo assim, tal qual a frente neodesenvolvimentista, o campo neoliberal também se constituía com alguns obstáculos oriundos de interesses contraditórios, embora com a balança pendendo sempre para as forças dirigentes.

Nessa perspectiva, o PSDB era um dos partidos mais identificados com a defesa da implementação de políticas neoliberais, além de ser o mais forte partido de oposição ao PT. Faz-se necessário, a essa altura, apresentar algumas características gerais sobre a

---

[21] OAB. Corrupção Zero. Notícias. 5 abr. 2004. Disponível em: <https://www.oab.org.br/util/print/1744?print=Noticia>. Acesso em: 12 mai. 2022.

[22] NALINI, José. R. A Sociedade órfã. Secretaria de Educação. 5 abr. 2016. Disponível em: < https://www.educacao.sp.gov.br/a-sociedade-orfa/>. Acesso em: 12 mai. 2022.

fundação e atuação do PSDB visando sustentar sua associação com neoliberalismo no Brasil. O Partido da Social Democracia Brasileira nasceu formalmente em junho de 1988, durante a transição para a democracia e a constituinte. Formado por alguns parlamentares dissidentes do PMDB, por alguns intelectuais universitários e pelas classes médias urbanas, conforme grande parte da literatura (GENAIO, 2003; TAVARES, 2003; VIEIRA, 2016) o partido demonstrou, diferentemente da social-democracia europeia, maior vínculo com as atividades parlamentares do que com organizações e movimentos da classe trabalhadora. Roma (2002), em artigo sobre o partido, argumentou que a legenda, diferentemente da crença de que sua fundação se deu por divergências ideológicas, foi criada por políticos com experiência governativa interessados na partilha do poder político a partir de orientações pragmáticas. Por seu caráter exclusivamente parlamentar e seu vínculo com intelectuais, o PSDB parece estar próximo, de acordo com tipologia estabelecida por Duverger (1980), do modelo de partido de quadros.

Segundo a tipologia clássica estabelecida por Duverger (1980), os partidos de quadros são agremiações de notáveis, ou políticos profissionais, cuja origem se dá internamente ao parlamento, com pouco ou nenhum vínculo com movimentos sociais e organizações operárias. Sua organização interna é de baixa intensidade e sua estrutura nacional é descentralizada, o que favorece a atuação individual de cada uma das figuras políticas e diversifica o partido regionalmente. Por fim, o poder de decisão das questões partidárias se concentra nas mãos da elite partidária, isto é, das lideranças partidárias, figuras políticas mais proeminentes e com cargos de maior relevância nacional.

A estrutura partidária do PSDB tem diversas semelhanças com tal tipologia. Segundo Rodrigues (2021), a origem parlamentar do partido engendrou um arranjo interno descentralizado, com débil articulação entre as instâncias e com uma dinâmica organizacional favorável à ação autônoma dos líderes. Nesse sentido, embora com presença de filiados e com estatutos, a participação popular é rara, pois é um grupo pequeno de líderes partidários que concentram as tomadas de decisões. Diversos políticos tucanos reconheciam essa qualificação. O deputado federal Jutahy Magalhães Jr. (PSDB-BA) afirmou em entrevista que o PSDB "era um partido congressual, que não tinha bases nos estados, mas era direcionado em função das figuras. Era um partido de quadros que

tinha presença em alguns estados como São Paulo, Minas, Paraná e Ceará."[23]. Em 2020, durante o programa Roda Viva da TV Cultura, FHC declarou que o PSDB "sempre foi um partido de pouca consistência enquanto estrutura partidária".[24]

Do ponto de vista ideológico, embora os fundadores tucanos tenham se situado no espectro da centro-esquerda, a análise de Guiot (2006) – em consonância com os argumentos de Roma (2002) – sobre grande parte dos documentos publicados no início do partido, bem como sua atuação política ao longo da Nova República, aponta para outro sentido. A proposta social-democrata dos tucanos evocava um apelo à promessa de conciliação entre classes e estabilidade, e não uma união com movimentos de contestação social. Isso porque o partido estava sintonizado, desde sua constituição, com as mudanças que vinham ocorrendo com a social-democracia europeia decorrentes do avanço neoliberal e da influência da Terceira Via.

A Terceira Via foi uma corrente política da social-democracia europeia que se proclamava como um caminho alternativo ao neoliberalismo e ao socialismo tradicional. Seu principal intelectual, o sociólogo Anthony Giddens, afirmava que a Terceira Via deveria se situar entre uma presença máxima do Estado – o socialismo, e uma presença mínima – o neoliberalismo. As críticas ao primeiro se dirigiam, principalmente, à extensão e ineficiência da rede de proteção social do *welfare state*, sendo as reformas neoliberais necessárias para a modernização do Estado. Com relação ao segundo, o obstáculo fundamental seriam os prejuízos à coesão social causados pela desregulamentação dos mercados. Nesse sentido, segundo Guiot (2006), a Terceira Via se assemelha a um aperfeiçoamento do neoliberalismo na medida em que mantém o núcleo de redefinição do papel do Estado na economia, mas se apoia em parcerias com a sociedade civil que atenuem as desigualdades provenientes do mercado.

No caso inglês, por exemplo, Antunes (1999) alega que a Terceira Via britânica preservou ou ampliou grande parte das políticas iniciadas durante o período de Margareth Thatcher. Com o intuito de reinserir o Reino Unido na nova configuração do capitalismo contemporâneo, Tony Blair ampliou as privatizações, preservou o desmonte dos direitos

[23]FIORI, Mylena. ELEIÇÕES 2006: PSDB foi fundado em 1988, por parlamentares dissidentes do PMDB. Agência Brasil: Empresa Brasileira de Comunicação. 11 jun. 2006. Disponível em: < http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2006-06-11/eleicoes-2006-psdb-foi-fundado-em-1988-por-parlamentares-dissidentes-do-pmdb>. Acesso em: 15 mai. 2022.

[24] RODA VIVA. "O PSDB sempre foi um partido de pouca consistência enquanto estrutura partidária", diz FHC. Youtube: 29 set. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tPZEifChu-E>. Acesso: 2 dez. 2022.

do trabalho e desregulamentou a economia. Assim, com uma postura anti-sindical e se aproximando do empresariado britânico, a Terceira Via britânica se mostrava como preservação do fundamental do neoliberalismo, embora com um verniz social-democrata.

Um termo significativo da Terceira Via, que se mostrou presente inclusive no PSDB, era a defesa da "modernização" do Estado. Nesse caso, por modernizador compreende-se a implementação de reformas neoliberais, como a eliminação dos direitos trabalhistas, orientadas para o mercado e encaradas como necessárias devido a globalização. O foco da Terceira Via era principalmente ajustar o papel do Estado na economia. Giddens declarava que as críticas da direita ao *welfare state* deveriam ser incorporadas, pois as "instituições de bem-estar social são muitas vezes alienantes e burocráticas; benefícios previdenciários criam direitos adquiridos e podem acarretar consequências perversas" (GIDDENS apud ANTUNES, 1999, p. 49).

Após analisar a maior parte dos documentos publicados pelo PSDB, de sua fundação até 2002, Guiot (2006) argumenta que o partido sempre esteve próximo de uma proposta neoliberal de tipo Terceira Via. Desde o início, seus programas buscavam sustentar a necessidade de um novo papel do Estado mediante reformas "modernizadoras". Para isso, seria preciso romper com o modelo inaugurado por Vargas, que deixou o Estado mais burocrático e abarrotado de estatais, e introduzir reformas necessárias, como ajuste fiscal, privatizações, desregulamentação e liberalização econômica, conhecido publicamente pelo partido como "choque de capitalismo". Por fim, seria necessário apoiar-se na sociedade civil e abandonar a ideia do Estado como único provedor do bem-estar, desenvolvendo novas formas de interação entre Estado, sociedade civil e mercado.

Os governos da Era FHC e a atuação do PSDB ao longo desse período apenas confirmaram tal tendência. Na avaliação de Boito Jr (2018) o PSDB, representando o capital financeiro internacional e a burguesia associada, logrou desenvolver um programa neoliberal ofensivo durante seus governos, caracterizados por: a) abertura comercial irrestrita; b) políticas de privatizações de empresas estatais; c) desregulamentação financeira e medidas de favorecimento de importações; d) juros elevados.

De acordo com Saad Filho e Morais (2018), o caminho brasileiro para o neoliberalismo foi pavimentado a partir da estabilização monetária. Foi o Plano Real, segundo tais autores, que, ao reduzir a inflação e dar apoio as reformas neoliberais, possibilitou a consolidação do neoliberalismo no Brasil. Além disso, com a queda da

inflação e as "importações liberalizadas e artificialmente baratas" (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 109), os consumidores das classes médias acumulavam novos automóveis estrangeiros, bens de consumo importados e férias baratas no exterior. Encerrada a transição para o neoliberalismo, o governo FHC introduziu uma política econômica do neoliberalismo maduro, materializada no conhecido tripé macroeconômico neoliberal: metas de inflação e independência do Banco Central, câmbio flutuante e política fiscal contracionista.

O resultado dessas políticas, sobretudo da estabilidade monetária, do controle da inflação e da Baixa taxa de câmbio, que permitiu a entrada de mercadorias importadas a baixo custo, seduziu as classes médias. Ao longo da crise da Ditadura Militar e durante o pós-redemocratização, a instabilidade econômica fora dificultando a vida daqueles que vivem de renda e estão suscetíveis a se proletarizar ou perder sua posição social. A estabilidade econômica trazida após o Plano Real trouxe segurança econômica para as classes médias. Aliado a isso, a diminuição do tamanho do Estado, por meio da política de desestatização, também recebia apoio das classes médias, como vimos com o "neoliberalismo de oposição". Assim, os governos tucanos entregaram, ao menos até meados da metade do segundo mandato, quando a crise cambial destruiu a credibilidade do Plano Real e o desemprego cresceu consideravelmente (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 113), resultados econômicos suficientes para a alta classe média.

Dito de forma sintética, ao chegar à Presidência, aquele partido nascido de uma dissidência peemedebista com um conjunto de intelectuais, sintonizado com as mudanças da social-democracia europeia, adotou o receituário neoliberal, reduzindo o alcance do Estado, redefinindo sua atuação, implementando um programa de privatizações e aplicando uma estratégia para atingir em cheio os sindicatos e reduzir os direitos das classes trabalhadoras. Era a bandeira do "choque de capitalismo", levantada por Mário Covas, sendo colocada em prática. Assim, o PSDB nasceu como um partido altamente intelectualizado, enraizado nas classes médias urbanas e compromissado com a implementação do programa neoliberal. É provável que, dada a sua origem e seu discurso "modernizador", o partido tenha atraído apoio das classes médias interessadas em reduzir o Estado brasileiro, como afirma Saes (2001). Um trecho do livro "A arte da política" de Fernando Henrique Cardoso sintetiza bem o que dissemos até aqui sobre o partido:

> o PSDB nasceu como consequência da presença de uma classe média urbana, profissional e universitária, mais incorporada às forças modernizadoras da sociedade e da economia. Essas forças se sentiram desamparadas pela

> fragmentação do MDB, antigo partido da resistência democrática, e pela incapacidade de suas lideranças para imprimir uma linha política afim com os valores republicanos e com a "modernidade". Assim, entre os problemas e os valores que motivaram a formação do PSDB incluíam-se o das novas funções do Estado e sua abrangência, bem como os da eficiência da gestão pública. (Cardoso, 2006, p. 131)

Em resumo, a despeito do PSDB representar os interesses da plataforma neoliberal do capital internacional e da burguesia associada, o partido também oferecia uma resposta suficiente para o "neoliberalismo de oposição" da alta classe média. Nesse caso, a redução e a "modernização" do Estado eram encaradas pela alta classe média como necessárias para combater a corrupção no setor público, reduzir a carga de impostos e contingenciar as despesas governamentais com políticas sociais. Porém, imbricada à adesão ao neoliberalismo seletivo, a alta classe média se aproximava do PSDB também em virtude da sua crescente rejeição aos governos petistas e às políticas neodesenvolvimentistas.

Segundo a literatura (SINGER, 2012; CAVALCANTE, 2015), foi mais intensamente após a "Crise do Mensalão" que a alta classe média expressou seu repúdio e organizou sua revolta contra os governos petistas. Quais seriam as motivações da alta classe média em rejeitar os governos neodesenvolvimentistas? Em outros termos, quais são as razões sociológicas e políticas para a alta classe média brasileira ter se tornado a base social de oposição aos governos do PT?

Para responder essas perguntas, consideramos necessário investigar de que maneira as políticas neodesenvolvimentistas repercutiram na alta classe média, descartando explicações economicistas, isto é, aquelas que se limitam às raízes "financeiro-econômicas", como em um cálculo utilitário de perdas e ganhos. Ao contrário de esclarecimentos que enquadram a rejeição em termos exclusivamente materiais, Cavalcante (2015) propõe que analisemos os impactos econômicos dos governos petistas articulando-os com o componente ideológico que justifica o lugar superior dessa classe na hierarquia social. Em outros termos, para o autor, uma explicação bem fundamentada reside na vinculação entre condições materiais e ideologia, que na prática não se dissociam, localizando "perturbações" ideológicas e simbólicas que atingem um modo de vida de classe média. Assim, em suas pesquisas, Cavalcante (2015) argumenta que a recusa da alta classe média ante aos governos petistas é resultado dos efeitos das políticas neodesenvolvimentistas na reprodução social dessa fração.

Quatro efeitos das políticas econômicas e sociais dos governos neodesenvolvimentistas do PT foram sentidos pela alta classe média (CAVALCANTE;

ARIAS, 2019). Embora tenha reduzido o desemprego, o ciclo de crescimento econômico desencadeado não elevou na mesma proporção os postos no mercado de trabalho que exigem qualificação superior, de prevalência dessa fração (CAMPOS, 2016; MAGALHÃES, 2015). Com a ampliação das matrículas no ensino superior e a elevação da competição entre assalariados qualificados e diplomados, desencadeou-se um efeito de pressão por maiores investimentos em educação superior, dificultando a reprodução social da alta classe média.

Outros dois efeitos das políticas econômicas e sociais dos governos petistas foram decorrentes da melhora na renda das classes populares e da queda da desigualdade, seja pela política de valorização do salário mínimo ou por programas sociais como o Bolsa Família. Tais medidas foram responsáveis por encarecer o valor pago por serviços domésticos e pessoais que sustentam o modo de vida desta fração, como faxineiras, cabelereiras, babás, caseiros etc. A melhora nos ganhos salariais dos trabalhadores, característica do modelo de crescimento neodesenvolvimentista, estimularam um tipo de inflação que foi sentida especialmente nas classes médias (CARVALHO, 2018), que viram os preços de serviços de alimentos, domésticos e de saúde crescerem acima do nível oficial da inflação.

Embora desde meados de 2010 as classes médias vinham sentindo um crescimento considerável no valor pago aos serviços, o ano de 2013 pode ser considerado um exemplo da expansão desses gastos. De acordo com dados disponibilizados em 2013 pelo IBGE, os preços de muitos serviços tipicamente utilizados pelas classes médias cresceram acima da inflação oficial da época, isto é, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que bateu 5,91%. Alimentar-se fora do domicílio, por exemplo, ficou 10,07% mais caro em 2013. A tarifa paga ao plano de saúde privado, depois de aumentar continuamente desde 2008, atingiu 8,73%. Além disso, os preços relativos à empregados domésticos subiu 11,26%, enquanto serviços de estética como manicure e cabeleireiro cresceram 11,01% e 8,05%, respectivamente. Por fim, outro dado relevante, principalmente para a alta classe média, foi o crescimento acumulado do preço de passagens aéreas. Depois de variar 52,9% em 2011 e 26% em 2012, no ano de 2013, viajar de avião ficou 7,42% mais caro.

Se olharmos de forma mais longitudinal, o custo de alimentar-se fora de casa, entre janeiro de 2007 e janeiro de 2013, cresceu 119%, segundo dados do IBGE. Uma pesquisa feita pelo Datafolha na cidade de São Paulo, mostrou que, entre fevereiro de

2008 e janeiro de 2013, o valor pago aos trabalhadores domésticos cresceu acima da inflação, que foi de 31% segundo o IPC-Fipe (Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo). Vejamos alguns exemplos da variação: babá, 102%; caseiro em São Paulo, 89%; caseiro no interior/litoral, 80%; faxineira/lavadeira/passadeira, 66%; motorista particular, 61%; auxiliar de enfermagem, 54%; empregada doméstica, 51%.

O efeito inflacionário nos serviços pessoais e domésticos, na prática, não exerce exclusivamente um impacto material na alta classe média. Em realidade, é preciso considerar um conjunto interligado de processos que une as dimensões materiais e subjetivas no comportamento político da classe média. O caso das trabalhadoras domésticas[25] ilustra bem como tais componentes caminham juntos. No Brasil, país com maior número de empregadas domésticas do mundo[26], as classes médias se acostumaram a pagar pouco e demandar muito, com jornadas intensivas e extensivas, dessa mão de obra "abundante e desvalorizada" (PINHO, 2015), utilizada quase sempre de maneira multidirecionada: da mesma trabalhadora doméstica são exigidas funções de babá, cozinheira, cuidadora de idosos e animais, além de limpar o domicílio, organizar roupas e até buscar filho na escola.

Ademais, derivado da herança escravocrata e servil, que contaminou as relações de trabalho ao degradar o trabalho manual (KOWARICK, 2019) e relegou os afazeres domésticos às mulheres negras (SAFFIOTI, 1978), bem como da negação de direitos (BANDEIRA; MELO, 2006), os empregadores sempre estabeleceram de forma contundente os limites e os espaços permitidos para trabalhadoras domésticas, como é o caso da proibição de almoçar na mesa ou de carregar seus próprios utensílios de alimentação. Pinho (2015) argumentou que, no Brasil, as domésticas são colocadas em um processo de subordinação no qual operam conjuntamente o desprezo pelo trabalho manual, considerado aviltante e repugnante, a repulsa pelos corpos desprezíveis e sujos e o autoritarismo dirigido aos mais pobres. As fronteiras de classe, quando não evidentes, assumem outros aspectos, como o paternalismo afetivo do "como se ela fosse da família",

[25] O uso do substantivo feminino se explica por razões empíricas e teóricas. Os dados disponibilizados pelo IBGE confirmam que tal categoria é majoritariamente composta por mulheres, sobretudo negras. Além disso, a literatura sobre o tema destaca que a figura da empregada doméstica está diretamente associada à persistência do modelo patriarcal de família no qual as mulheres são responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos (BANDEIRA; MELO, 2006).

[26] G1. Brasil tem o maior número de domésticas do mundo, diz OIT. Concursos e Emprego, 9 jan. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/01/brasil-tem-o-maior-numero-de-domesticas-do-mundo-diz-oit.html>. Acesso: 13 jul. 2022.

que esconde as relações de poder e as fronteiras de classe. Não surpreende que, com a dificuldade de encontrar domésticas, uma reação comum das classes médias tenha sido desaprovar o fato de que os pobres não estão mais em seu lugar (PINHO, 2015, p. 123).

Com o crescimento econômico e as políticas sociais de redistribuição de renda, o mercado desses serviços se reduziu, desequilibrando a oferta e a demanda de trabalhadoras domésticas[27]. Tornou-se mais difícil para as classes médias encontrarem uma empregada doméstica, o que exigia pagar salários maiores por essa mão de obra[28] e renunciar a certas exigências. Em matéria publicada no Jornal Estadão, no início de 2013, uma advogada paulistana afirmava que, depois de seis meses procurando uma empregada doméstica, teve que se ajustar às condições do mercado, como folga aos sábados, flexibilização do horário de trabalho e ampliação do salário oferecido.

A partir de abril de 2013, após a promulgação da PEC 72, a PEC das Domésticas, a dificuldade para contratar empregadas domésticas com as mesmas disponibilidades e facilidades de antes se agravou. Agora, além de ter que pagar mais pelo mesmo serviço, seria mais complexo desviar-se das imposições legais para a contratação de um serviço requisitado e constitutivo do modo de vida de classe média. Como afirmam as teóricas do feminismo marxista, serviços domésticos como esses, relativos à reprodução social (ARUZZA, 2017) e à divisão sexual do trabalho, são essenciais para a reprodução de todas as classes e podem ser feitos de forma não-remunerada, majoritariamente por mulheres em sua própria residência, a "dona de casa", ou de forma remunerada, também por mulheres, sobretudo negras, em residência de patrões e patroas. A especificidade da classe média nesse mercado, portanto, é a remuneração de uma profissional cujo exercício de tais afazeres possibilite que o núcleo familiar dessa classe tenha seu tempo direcionado ao trabalho, estudo e lazer, eximindo-os dos afazeres domésticos.

Outra mudança substantiva foi observada na redução de empregadas domésticas que aceitassem dormir no ambiente de trabalho. Segundo dados da PNAD/IBGE, a

---

[27] IPEA. Trabalho-Doméstico - Economia aquecida gera escassez de trabalhadores domésticos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n. 66, a. 8, 22 jul. 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2511:catid=28&Itemid=23>. Acesso: 25 jul. 2022.

[28] Segundo dados do IBGE, levantados pela Folha de São Paulo em 2012, o número de empregadas domésticas vinha caindo desde 2008, o que proporcionou um aumento no rendimento do grupo. De 2004 até 2012, o ganho real dos salários das trabalhadoras domésticas foi de 56%, ante 29% da remuneração média do conjunto geral dos trabalhadores. Ver: SOARES, Pedro. Ganho de empregados domésticos sobe 56% em oito anos, mostra IBGE. Mercado, 2 jan. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/01/1208874-ganho-de-empregados-domesticos-sobe-56-em-oito-anos-mostra-ibge.shtml>. Acesso em: 17 mar. 2022.

proporção de trabalhadoras domésticas brasileiras que residem no domicílio onde trabalham caiu de 6,1%, em 2002, para 1,3%, em 2015. O obstáculo foi tamanho que famílias da classe média mais abastada passaram a contratar uma empresa de São Paulo especializada em trazer mulheres de Filipinas para trabalharem de babá, empregada ou cozinheira. Uma advogada entrevistada, contente com o fato de que "o povo filipino gosta de servir", afirma que sua empregada doméstica "era incrível, fazia compras, limpava, cozinhava e dirigia. Ela até lavava o carro!", diferentemente do Brasil onde "babá é só babá, cozinheira só cozinha e empregada só limpa."[29].

A mudança na oferta e no valor pago às trabalhadoras domésticas, portanto, também é sentida pela alta classe média a partir das alterações na estrutura e na posição social, como uma ameaça à relação paternalista e servil dos lares. Ao instituir direitos trabalhistas e melhorar as condições de barganha dos trabalhadores domésticos, entrando no âmbito privado das relações entre empregador e empregadas domésticas, os governos petistas reconfiguraram, ainda que superficialmente, as relações de classe com perturbações ideológicas e alterações materiais. Assim, as fronteiras de classe e a hierarquia social, bem demarcadas, foram abaladas pelo maior poder de barganha das domésticas. A base material, na prática, se une a uma dimensão subjetiva. Para cada uma das principais políticas sociais neodesenvolvimentistas, as motivações econômicas, sociais e ideológicas se misturavam e alimentavam a reação da alta classe média.

Nesse cenário, as classes populares passaram a frequentar espaços e adquirir mercadorias de uso e consumo das classes médias tradicionais, instigando a sensação, por parte dessas últimas, de uma desvalorização simbólica de tais mercadorias e espaços[30]. Soma-se a isso o fato de que políticas sociais, como o Bolsa Família e as cotas nas universidades públicas federais e em concursos públicos federais, questionam a validade prática e normativa dos mecanismos meritocráticos[31] e perturbam a "normalidade

[29] MELLO, Patrícia C. Empresa 'importa' babás e domésticas das Filipinas para o Brasil. Cotidiano, 10 mai. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1627108-empresa-importa-babas-e-domesticas-das-filipinas-para-o-brasil.shtml?>. Acesso em: 29 out. 2022.

[30] Em 2010, um comentarista da emissora de televisão RBS, ao discutir as causas para o alto volume de trânsito e acidentes, ilustrou bem o argumento: "Antes de mais nada a popularização do automóvel. Hoje qualquer miserável tem um carro. O sujeito jamais leu um livro, mora apertado numa gaiola. (...) Resultado deste governo espúrio que popularizou, pelo crédito fácil, o carro para quem nunca tinha lido um livro". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4tbOIuPU5Vs>. Acesso em: 03 out. 2022.

[31] Um exemplo ilustrativo desse questionamento pode ser encontrado em uma entrevista dada por um professor do curso de medicina da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) durante a aprovação de cotas étnico-raciais na instituição. Paulo Palma, se reconhecendo como defensor da meritocracia, afirmou que a adoção de cotas significava trocar cérebros por nádegas e que a universidade se destina a elite cultural

meritocrática" que justifica o lugar social da alta classe média, bem como os privilégios advindos dessa posição na estrutura de classes (CAVALCANTE; ARIAS, 2019).

Os exemplos mais sintomáticos, que desencadearam intensas discussões públicas, foram os "rolezinhos" e a repulsa por novos consumidores de viagens aéreas proveniente das classes populares. Embalados pelo auge do "funk ostentação", no fim de 2013, jovens e adolescentes das periferias de grandes cidades se reuniam em grande número para atividades de lazer nos shopping centers (PINHEIRO-MACHADO E SCALCO, 2014). Os eventos, considerados "arrastões" de "bárbaros incapazes de reconhecer a própria inferioridade", para recordar de um texto publicado por um colunista da revista Veja[32], foram recebidos com muito preconceito e criminalização. Era um sinal de que os espaços privados de consumo das classes médias não tolerariam o "ascenso dos de baixo". Poucos meses depois, no início de 2014, um homem vestido de camiseta regata e bermuda teve uma foto sua exposta em redes sociais por uma professora universitária. Na legenda, a professora questionava se o ambiente se tratava de um aeroporto ou rodoviária, numa clara alusão aos públicos dos dois tipos de transporte. Para ela, o homem, que foi apelidado de Mr. Rodoviária, tinha "cara de pobre" (PINTO, 2014).

As políticas neodesenvolvimentistas tocaram, assim, em barreiras da estrutura de classes brasileira que asseguram a posição social e de privilégio da alta classe média – considerado fruto do trabalho árduo e do mérito pessoal – e estimularam o antipetismo dessa fração. As políticas de redistribuição de renda e de valorização do salário mínimo promoveram ascensão econômica das classes populares que, com maior poder de consumo, entraram no mercado de bens e serviços das classes médias. Essas mesmas medidas, por seu efeito inflacionário, ainda encareceram serviços domésticos e pessoais que sustentam um modo de vida de classe média e permitiram maior poder de barganha aos empregados na relação com patrões.

A expansão do ensino superior, a adoção de cotas sociais/raciais nas universidades públicas e a implementação de políticas de financiamento e de bolsas estudantis – FIES/PROUni – abriram as portas das universidades para as classes populares, reduzindo

---

do país, "não para vagabundos". Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/2017/06/x-medico-da-unicamp-diz-que-cotas-e-trocar-cerebro-por-nadegas-reitoria-repudia-declaracoes/>. Acesso em: 03 out. 2022.

[32] CONSTANTINO, R. O "rolezinho" da inveja. Ou: a barbárie se protege sob o manto do preconceito. Revista Veja. 14 jan. 2014. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/o-rolezinho-da-inveja-ou-a-barbarie-se-protege-sob-o-manto-do-preconceito/>. Acesso em: 30 mai. 2022.

o percentual de ingressantes dos filhos da classe média e sua reserva de mercado, e questionaram os mecanismos meritocráticos que validam as posições das classes médias. Por fim, a união desses fatores com a elevação da concorrência no mercado altamente qualificado e o menor crescimento de postos nesse mercado colocou em questão os mecanismos de distinção e reprodução social das classes médias. As transformações nas fronteiras das classes que vivem do trabalho e a reconfiguração das relações entre elas, via melhora na renda e instrução formal, acenderam um alerta na alta classe média.

Em suma, o reformismo fraco (SINGER, 2012) dos governos neodesenvolvimentistas (BOITO JR, 2018), embora não tenha alterado profundamente a desigualdade social, foi suficiente para gerar uma insatisfação na parte superior da classe média brasileira. A reação não se explica exclusivamente em termos financeiros, mas pelo receio com um processo que, agregando condições materiais e componentes ideológicos, atinge o mecanismo que justifica o lugar superior e privilegiado da alta classe média na sociedade. Assim, é no quadro desse processo de "medo da queda", em termos relacionais e não absolutos, isto é, a perda de privilégios materiais e simbólicos de classe e ataque à ideologia meritocrática, que emerge o antipetismo de classe média.

As principais referências do antipetismo na ciência política são as pesquisas de Samuels e Zucco (2018), cujo enfoque privilegia o uso de dados empíricos sobre o comportamento de eleitores que apresentam uma identidade partidária negativa, isto é, uma rejeição exclusiva ao PT. Em termos sintéticos, os autores captam no eleitorado brasileiro o comportamento antipetista mediante o uso da variável de rejeição exclusiva a um partido – o PT.

De antemão, cabe uma crítica, do ponto de vista do marxismo, à abordagem dos pesquisadores que exclui a ação das classes sociais sobre os partidos e as disputas eleitorais. Nessa perspectiva, as classes sociais são retiradas da compreensão da política partidária e eleitoral e, consequentemente, os partidos estão desprovidos de interesses de classe e de bases sociais. Aliás, quando se dedicam a rejeitar a variável classe como explicação da diferença entre petistas e antipetistas, os autores expõem uma compreensão limitada das classes sociais na qual a classe é exclusivamente mensurada pela renda.

A tese geral dos pesquisadores é que as atitudes dos eleitores para com o PT, sejam elas de forte apreço ou de enérgica rejeição, fundamentam as disputas eleitorais para o principal cargo do Executivo brasileiro desde o pós-redemocratização. Para isso, partem de uma crítica ao uso restrito do partidarismo positivo – o apego a algum partido – na

literatura de comportamento eleitoral. Visando superar essa lacuna, seria necessário considerar também o partidarismo negativo, ou seja, a rejeição a um partido. Por consequência, tanto os sentimentos partidários positivos quanto os negativos seriam importantes para a compreensão do comportamento eleitoral dos brasileiros.

Com dados empíricos de pesquisas nacionais desde 1989, os autores confirmam a tese segundo a qual o sistema partidário e o eleitorado no Brasil, desde a redemocratização, dependeram em larga medida das atitudes positivas e negativas em relação ao PT. De modo geral, embora os dados variem conforme a eleição, pouco menos que a metade de todos os eleitores brasileiros foram categorizados como antipetistas e petistas, com um percentual razoavelmente constante de antipetistas desde a primeira eleição de Lula. Além disso, assim como o partidarismo positivo no Brasil se refere majoritariamente ao petismo, a maior parte do partidarismo negativo concerne ao antipetismo. Assim, petismo e antipetismo teriam sido sentimentos partidários predominantes nas disputas presidenciais desde a eleição de 1989, constituindo relevante, senão principal, elemento explicativo do comportamento do eleitorado brasileiro.

Ainda que tenham encontrado dados empíricos consistentes e relevantes para compreensão do comportamento dos eleitores brasileiros, a explicação dos autores sobre o que distingue petistas e antipetistas nos parece insatisfatória. Segundo Samuels e Zucco (2018), não são "fatores sociológicos ou demográficos, como classe ou raça," que dividem os eleitores petistas e antipetistas, mas sim visões normativas distintas sobre o funcionamento da política. Com isso, os autores pretendem sustentar que petistas e antipetistas não diferem significativamente em termos ideológicos, nem pertencem a classes sociais distintas, mas somente apresentam opiniões divergentes sobre o valor e o propósito da democracia e sobre a participação dos cidadãos na política. Em síntese, petistas seriam mais favoráveis a democracia enquanto antipetistas teriam algumas restrições a esse regime político.

Tais conclusões, ao se restringirem exclusivamente à análise de dados coletados nas pesquisas, nos parecem insuficientes. Nesse caso, a abordagem do antipetismo como um tema exclusivamente eleitoral é passível de críticas, pois restringe um fenômeno de rejeição a um partido político à lógica puramente eleitoral. Contudo, talvez o maior impasse das conclusões oferecidas por Samuels e Zucco (2018) é a incapacidade de distinguir, no processo político brasileiro, como o antipetismo foi se construindo, especialmente após as mobilizações pró-impeachment, como uma rejeição das classes

médias superiores aos governos petistas. Desse modo, como argumentamos ao longo desta pesquisa, o antipetismo tem um conteúdo ideológico de classe, respondendo a interesses e fundamentando a reação de classes específicas.

Mesmo no âmbito dos estudos eleitorais é possível encontrar dados que permitem explicações diferentes daquelas oferecidas por Samuels e Zucco (2018). Com base no questionário do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2014, Paiva, Krause e Lameirão (2016) traçaram um perfil social para o eleitor antipetista, ou seja, aquele que respondeu não gostar exclusivamente do PT. Mais da metade destes se identificam como brancos, concentrados na região sudeste – principalmente no estado de São Paulo –, altamente escolarizados e com renda familiar concentrada nas faixas superiores a cinco salários.

No que se refere à preferência partidária, 41,5% dos antipetistas declararam gostar mais de um certo partido, sendo o PSDB escolhido mais da metade das vezes (58,4%) e qualificado com notas positivas (de 7 a 10) em 50,7% dos casos. Além disso, demonstraram um forte apreço pelo senador Aécio Neves (PSDB), com 73,6% de notas entre 7 e 10. Por fim, ao ser analisado a escolha para presidente nas eleições de 2010 e 2014, nos dois turnos, os eleitores antipetistas demonstraram optar fortemente pelos candidatos tucanos. Em posse desses dados, as autoras concluem que o eleitor antipetista tem uma identificação ideológica com o PSDB, o que os aproxima ideologicamente, e um claro antagonismo com o PT.

Dessa forma, o perfil do eleitor especificamente antipetista pode ser resumido como predominantemente de cor branca, com alta instrução formal, alta renda familiar mensal, razoável preferência partidária pelo PSDB e majoritariamente localizado no estado de São Paulo. Analisando esses dados a partir de uma perspectiva integrada, conforme a sugestão de Galvão (2016),[33] é plausível sugerir que o eleitor antipetista tem perfil socioeconômico comparável ao das classes médias superiores. Assim, embora com algumas críticas e limitações, do ponto de vista das pesquisas sobre sistema partidário e comportamento eleitoral, é possível perceber de que maneira o PSDB foi se afirmando como partido que representava os interesses antipetistas das classes médias superiores, ainda que esses eleitores não fossem profundamente tucanos. Em outros termos, é

[33] A autora sugere uma forma de operacionalizar a relação entre perfil socioeconômico e classe social associando variáveis como renda, escolaridade, ocupação e cor, e não comparando os dados de maneira isolada.

plausível sugerir que era no PSDB, principal adversário eleitoral do PT até a eleição de 2014, que os votos antipetistas eram depositados.

Convém mencionar brevemente que o perfil do eleitor antipetista traçado através do ESEB coincide em forte medida com o perfil socioeconômico do público presente nas manifestações pró-impeachment, como veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte. O que é necessário reter neste momento é que o antipetismo, mensurado em pesquisas eleitorais ou em questionários aplicados em protestos, está baseado na atuação de uma fração de classe específica, a alta classe média.

Tabela 8 - Voto declarado dos antipetistas nas eleições de 2010 e 2014

Eleições presidenciais 2010		Voto antipetista	Eleições presidenciais 2014		Voto antipetista
1º turno	José Serra (PSDB)	53%	1º turno	Aécio Neves (PSDB)	74,4%
	Dilma Rousseff (PT)	28,6%		Dilma Rousseff (PT)	6,4%
	Outro candidato	18,4%		Outro candidato	19,2%
	Total	100%		Total	100%
2º turno	José Serra (PSDB)	51,5%	2º turno	Aécio Neves (PSDB)	92,1%
	Dilma Rousseff (PT)	22,5%		Dilma Rousseff (PT)	7,9%
	BR/Nulo/NS/NR	26%		Total	100%
	Total	100%			

Fonte: PAIVA, KRAUSE e LAMEIRAO, 2016, p.656

2.4 Tendência histórica das classes médias superiores

O antipetismo de classe média, oriundo da rejeição das políticas neodesenvolvimentistas e do "medo da queda" em termos relacionais, quando colocados em um quadro histórico, parecem atestar uma tendência de aversão à políticas de redução das desigualdades sociais que propiciem ascensão social das classes populares. Cavalcante (2015) faz uso das expressões "histórica dificuldade ou aversão à inclusão social e política de amplo alcance". O autor ainda afirma que, como é o Estado que formula e implementa tais políticas, ele passa a ser concebido como inchado, grande e protetor de indivíduos parasitários e dependentes de assistencialismos. Embora Cavalcante (2015) não mencione, a comparação histórica mais evidente é com o período populista.

Voltemos brevemente às pesquisas de Saes (1985) acerca do comportamento político das classes médias durante o período populista. Após a Revolução de 1930 e a abertura de uma conjuntura orientada pelas ações do Estado populista, as camadas médias tradicionais se constituíram como principal base de oposição ao populismo e a sua

democracia de massas. Ainda com laços atados aos grandes proprietários de terra, as camadas médias tradicionais, marcadas por uma nostalgia da política oligárquica, evocavam uma dimensão liberal e antipopular da política com o intuito de impedir a ascensão social e política das classes populares.

Nessa perspectiva de aliança entre grupos agrários-exportadores e camadas médias tradicionais, essas últimas se tornaram suporte para movimentos que, sob o discurso do combate à corrupção e à demagogia, ambicionavam o retorno da "democracia com participação limitada" e a restauração dos propósitos do capital comercial. As críticas à política econômica e social do Estado pós-30 se dirigiam principalmente ao intervencionismo na industrialização e às políticas de reconhecimento das classes trabalhadoras urbanas, como o sindicalismo oficial e a legislação do trabalho. Segundo Saes (1985), foram expressões desses movimentos antipopulistas o levante paulista armado de 1932, o Manifesto dos Mineiros, a criação da União Democrática Nacional (UDN) e a crise política de 1953-54. Por último, as camadas médias tradicionais ainda participaram das mobilizações que serviram de apoio ao golpe militar de 1964, como é o caso da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade".

Desse modo, embora em seus discursos a alta classe média denunciasse a ditadura varguista, a corrupção governamental e a demagogia populista, segundo Saes (1985), sua luta objetivava conservar sobretudo o "privilégio da política" como prestígio social. Ameaçadas por uma suposta degradação de seus status, as classes médias tradicionais desejavam destruir o populismo para reconverter a política em privilégio e bloquear a ameaça de igualização socioeconômica do conjunto das camadas não-proprietárias. É por isso que, para Saes (1985, p.106), "o antipopulismo é a definição política essencial das camadas médias tradicionais a partir da revolução de trinta.".[34]

Ao nível político-partidário, o partido que representava a resistência ao populismo varguista, angariando apoio da alta classe média, era a UDN[35]. Criada em 1945 como

[34] Tal tendência histórica de repúdio e resistência a políticas de inclusão e ascensão das classes populares também foi identificado por Cardoso (2020), que ele referencia como "clivagem central que animou a ação política das classes médias". Embora Cardoso (2020) manifeste discordâncias com alguns argumentos das pesquisas de Saes (1985), sua compreensão das conjunturas de crise nas quais as classes médias foram decisivas, ao centralizar a ameaça sentida pelas classes médias tradicionais, se aproxima do ponto aqui destacado. Segundo Cardoso (2020), nas instabilidades políticas do período populista, na defesa da ditadura militar e, mais recentemente, na conjuntura do impeachment de Dilma Rousseff, foi a emergência de políticas de promoção social das classes subalternas que provocaram a revolta das classes médias.

[35] De acordo com Saes (1996, p. 550), a alta classe média forneceu base de apoio para sucessivos partidos políticos liberais. Nos primeiros momentos, até o surgimento da UDN em 1945, essa fração esteve representada pelo Partido Democrático de 1926, o Partido Constitucionalista de 1933 e a UDB de 1937.

agremiação dos opositores da ditadura do Estado Novo, a UDN se fixou na cena política do período populista combinando uma plataforma de defesa do liberalismo, notadamente anticomunista, com um discurso moralista de combate à corrupção. Em outros termos, posições contrárias à intervenção do Estado na economia e favoráveis à livre entrada e saída do capital estrangeiro eram combinadas com manifestações de que somente homens com moralidade inabalável poderiam tirar o país do "mar de lama" de corrupção estatal.

Segundo a literatura sobre a UDN, o partido tinha dupla sustentação eleitoral. Em primeiro lugar, o partido tinha apoio de parte das oligarquias rurais incomodadas com a possibilidade de uma reforma agrária. Contudo, era particularmente na classe média urbana que o partido encontrava maior suporte eleitoral, se afirmando e sendo reconhecido como o "partido das classes médias".[36] Nesse contexto, o papel de principal agitador político antivarguista estava a cargo de Carlos Lacerda, ex-deputado federal pelo Distrito Federal e ex-governador da Guanabara (SAES, 1985). A partir da década de 60, seu discurso liberal, anticomunista e cristão, encontrando ambiente propício para reprodução nas classes médias urbanas de São Paulo e Rio de Janeiro, prevaleceu no interior da UDN, originando o lacerdismo.

Ainda conforme Saes (1996, p. 558), o discurso e o estilo político de Lacerda, tais como o liberalismo tradicional e o ódio às massas, encontravam ressonância nas tendências ideológicas da alta classe média. O lacerdismo, em uma perspectiva de moralização da política por meio da superioridade moral e intelectual de poucos homens, dirigia seu discurso anticorrupção tanto aos "ilegítimos" governantes quanto à atuação estatal. Carlos Lacerda, inclusive, era consciente de sua forte atração nas classes médias. De acordo com Chaloub (2018, p. 407), seu diagnóstico da política populista era que o povo brasileiro se sujeitava a líderes demagógicos mal-intencionados, pois, preso as suas necessidades primárias de alimentação, era incapaz de associar os fatos políticos aos interesses cotidianos. Por contraste, Lacerda localiza o homem de classe média como racionalmente capaz de superar as necessidades básicas e defender a democracia dos ataques populistas. Assim, na perspectiva do ex-governador, o estrato social que tinha condições cognitivas de resistir ao populismo era a classe média, tornando-se alvo de seus discursos.

[36] Conferir Soares (1965) e Dulci (1986).

Para Boito Jr (1982), a alta classe média liberal, composta por advogados, médicos e engenheiros, apresentava na cena política um liberalismo elitista e antipopular cujo objetivo era impedir as classes populares de participar e influir no processo político brasileiro. Nesse sentido, o liberalismo da alta classe média estabelecia uma distinção entre cidadãos ativos – homens cultos que teriam direito à participação política – e cidadãos passivos – massas incultas e ignorantes que não reuniriam condições para exercer os direitos políticos. Por isso, o antipopulismo liberal da classe média era a regra. Para ilustrar essa visão, Boito Jr. (1982) chama atenção para a defesa de alguns udenistas pela instituição do "voto de qualidade no Brasil". Nessa perspectiva, os analfabetos não teriam direitos políticos e o restante dos indivíduos alfabetizados seria dividido por um "voto cultural progressivo" que aumentaria o valor do voto conforme o nível de instrução formal do cidadão. No fundo, segundo o autor, tal limitação do voto era uma expressão do ódio às massas e à indébita participação política do "populacho" ignorante.

Durante o ciclo neodesenvolvimentista, recorrentemente após eleições presidenciais vencidas por candidatos petistas, a imprensa repercutia casos de manifestações de ódio e xenofobia, sobretudo nas redes sociais, com eleitores do Nordeste[37]. Na maioria dos casos, o eleitorado nordestino era tratado como pobre, ignorante e manipulado pelo governo em razão do Bolsa Família. No ano de 2010, uma estudante de direito postou a seguinte mensagem em sua rede social: "Nordestino [sic] não é gente. Faça um favor a SP: mate um nordestino afogado."[38]. Coronel Telhada (PSDB-SP), então deputado estadual, afirmou em sua página do Facebook que as regiões Sul e Sudeste não deveriam se submeter a um governo escolhido por Norte e Nordeste, mas se separar de "um país que prefere esmola do que o trabalho, preferem a desordem ao invés da ordem, preferem o voto de cabresto do que a liberdade"[39].

---

[37] Algumas manifestações podem ser acessadas em:
FOLHA. Intolerância na rede. Editoriais, 04 nov. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0411201002.htm>. Acesso em: 30 mai. 2022.
ESTADAO. Após reeleição de Dilma, eleitores do Nordeste são atacados nas redes sociais. 26 out. 2014. Disponível em: < https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/apos-reeleicao-de-dilma-eleitores-do-nordeste-sao-atacados-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 30 mai. 2022.
TEIXEIRA, Marco Antonio C; LIMA, Renato S. Fraturados pelo ódio e preconceito. Folha de São Paulo, Tendências e Debates, 21 out. 2014. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/190504-fraturados-pelo-odio-e-pelo-preconceito.shtml>. Acesso em: 30 mai. 2022.

[38] UOL. Justiça condena universitária por preconceito contra nordestinos no Twitter. Tilt, 16 mai. 2012. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2012/05/16/justica-condena-universitaria-por-preconceito-contra-nordestinos-no-twitter.htm>. Acesso em: 30 mai. 2022.

[39] FOLHA. Coronel Telhada fala em separar Sul e Sudeste do resto do país. Poder, 27 out. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1539043-coronel-telhada-critica-votos-nulos-e-defende-autonomia-dos-estados.shtml>. Acesso em: 30 mai. 2022.

Nessas declarações, destaca-se, primeiramente, o reconhecimento do eleitor nordestino, especialmente por parte da alta classe média paulista, como sustentáculo eleitoral e apoiador fiel do lulismo. Em segundo lugar, tal reconhecimento assume uma forma preconceituosa que remonta o período de formação do mercado de trabalho livre no Brasil (KOWARICK, 2019). O nordestino é considerado fiel adepto do lulismo pela manipulação eleitoral exercida pelo Bolsa Família, que se conecta com uma suposta aversão à ética do trabalho, pela mentalidade cômoda quanto a sua situação "miserável" de vida e sua pouca ambição. Com uma superficial associação da vantagem eleitoral do PT ao eleitorado mais pobre e nordestino, consideravam desinformados ou desprovidos de valores éticos, portanto, dispostos a votar em corruptos que lhe oferecessem programas sociais. Tal compreensão ainda se relaciona com a pauta de redução dos tributos, fortemente presente nas manifestações pró-impeachment, pois seriam os impostos pagos pelas classes médias que sustentariam as políticas de redistribuição de renda.

Ainda no que se refere à representação política das classes médias, é possível traçar um breve paralelo histórico entre a atuação da referida UDN e do PSDB. Durante grande parte dos períodos analisados, os dois partidos se afirmaram como vanguardas partidárias de rejeição ao populismo varguista e ao "populismo lulista", termo muito utilizado pelos tucanos. Encontrando apoio nas camadas médias, eles denunciavam continuamente práticas corruptas, demagogia de lideranças e abusos intervencionistas na economia.

Assim como fizemos com Carlos Lacerda, vejamos o discurso político de Fernando Henrique Cardoso (FHC) – ex-presidente e principal porta-voz tucano na imprensa – sobre os governos petistas.[40] Em seus textos, FHC encara o "lulopetismo" como um caso exemplar do populismo demagógico e autoritário que perdura na América Latina. Carismático e personalista, Lula é visto como uma liderança política que incorporou de forma clientelista as camadas mais pobres, abrindo os cofres públicos para políticas sociais e para "obras faraônicas". Por manipular as massas, intervir demasiadamente na economia e agir de maneira irresponsável com o orçamento federal, o "lulopetismo" é qualificado por FHC como uma espécie de "subperonismo" que

[40] Por agrupar grande parte dos textos de intervenção pública de FHC em jornais da grande imprensa, novamente utilizamos o livro "A miséria da política", que nos oferece um panorama interessante de quais eram os diagnósticos de FHC e dos tucanos sobre os governos petistas.

despreza a democracia e que, “no afã de manter o poder, criou tubulações entre os cofres da estatal [Petrobras] e sua tesouraria”[41].

O diagnóstico de FHC parece ser uma expressão daquele adotado pelo partido.[42] Todos os termos mencionados acima – populismo, demagogia, intervencionismo e corrupção – eram frequentemente utilizados por políticos pessedebistas, constando em notas oficiais e em pronunciamentos particulares de tucanos. Além deles, a partir de 2014, torna-se recorrente que políticos tucanos associem os governos petistas ao que consideram ser a ditadura socialista e bolivariana da Venezuela, adicionando o anticomunismo ao discurso antipetista. Segundo o deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), em matéria publicada no portal do partido[43], “esse modelo bolivariano que levou a Venezuela à falência é o mesmo que o PT defende para o Brasil”. Além do “apoio velado à ditadura de Maduro”, a política econômica petista teria pontos em comum com aquela do país vizinho, especialmente no tocante ao controle de preços dos combustíveis que “minou o setor petrolífero venezuelano” e quase levou a Petrobras à falência. Outra nota do Instituto Teotônio Vilela (ITV), órgão de formação política do partido, escreve que "o regime chavista que os petistas adoram exercitou toda a sua truculência contra a comitiva oficial que chegou ao país em defesa da democracia e da liberdade. Isso os bolivarianos, tanto os de lá, quanto os de cá, não toleram.”.[44]

---

[41] Há um trecho que sintetiza bem como a economia se entrelaça com o populismo demagógico: “Terminados os efeitos mais dramáticos da crise, os governos de Lula e Dilma fizeram uma leitura equivocada: estava dada a licença para enterrar o passado recente dos anos 1990 e aderir sem rebuços ao populismo econômico: mais Estado, mais impostos, menos juros, mais salários, mais consumo e às favas com as concessões e modernizações, às favas com o papel regulador do Estado — pelas Agências —, em relação ao mercado.”

[42] Ver os exemplares documentos:
PSDB. “Recessão e corrupção”, análise do ITV. 8 mar. 2017. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/itv/recessao-e-corrupcao-analise-do-itv>. Acesso em: 13 set. 2022.
PSDB. “O que a volta do PT pode representar para o Brasil?”. 02 out. 2018. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/o-que-a-volta-do-pt-pode-representar-para-o-brasil>. Acesso em 13 set. 2022.

[43] Ver os exemplares documentos:
PSDB. Caos na Venezuela é alerta para consequências desastrosas do populismo, diz tucano. 29 ago. 2018. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/caos-na-venezuela-e-alerta-para-consequencias-desastrosas-do-populismo-diz-tucano>.
PSDB. Para Domingos Sávio, a presidente nacional do PT confirmou que o partido implantará uma ditadura populista, se Haddad for eleito. 17 set. 2018. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/para-domingos-savio-a-presidente-nacional-do-pt-confirmou-que-o-partido-implantara-uma-ditadura-populista-se-haddad-for-eleito>. Acesso em: 13 set. 2022.

[44] PSDB. “A ditadura que o PT e a esquerda adoram”, análise do ITV. 19 jun. 2015. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/acompanhe/artigos/a-ditadura-que-o-pt-e-a-esquerda-adoram-analise-do-itv>. Acesso em: 13 set. 2022.

O uso dessa conexão pelos tucanos se intensificou em virtude do anúncio do Programa Mais Médicos (PMM) pelo governo federal. Anunciado em julho de 2013, após as manifestações de junho, o PMM tinha por objetivo suprir a carência de atenção médica básica nos pequenos municípios do interior e nas periferias das grandes cidades brasileiras, além de adicionar dois anos de serviços prestados ao SUS nos cursos de medicina. Com a baixíssima adesão dos médicos formados no Brasil ou já aptos a exercerem o ofício por aqui, o governo federal expandiu as inscrições para médicos atuantes no exterior. Dali em diante, o programa ficaria marcado pela participação de médicos cubanos cujos serviços na atuação primária eram estabelecidos por um pacote vendido pelo governo de Cuba e intermediado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Os peessedebistas denunciaram constantemente o convênio estabelecido com Cuba, argumentando que os cubanos se assemelhavam a escravos e solicitando acompanhamento por parte do Ministério Público do Trabalho e da Organização das Nações Unidas (ONU).[45][46]

Nesse mesmo período, os tucanos também ressoavam um discurso das classes médias de que o governo Dilma, mediante BNDES, estava financiando obras em países socialistas por puro alinhamento ideológico. O caso mais sintomático fora a acusação de investimento de dinheiro nacional, em vez de destiná-lo em políticas públicas para o povo brasileiro, na construção do porto de Mariel, em Cuba. Em nota publicada no site oficial do partido, os tucanos, além de questionarem as "afinidades ideológicas com o populismo e o autoritarismo", criticam os valores investidos no porto cubano ao comparar com os terminais portuários brasileiros.[47] Ainda em 2014, agora em seu segundo semestre, outra situação na qual os peessedebistas identificaram o "bolivarianismo" do PT foi em reação ao Decreto 8.243/14 de Dilma, responsável por instituir a Política Nacional de Participação Social (PNPS). De acordo com o partido, a criação de "conselhos populares de inspiração chavista e bolivariana" era uma investida dos petistas contra a democracia

[45] PSDB. Líder pedirá acompanhamento do "Mais Médicos" pelo MP do Trabalho. 23 ago. 2013. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/acompanhe/lider-do-psdb-pedira-acompanhamento-do-programa-mais-medicos-pelo-mp-do-trabalho>. Acesso em: 12 out. 2022.

[46] VEJA. PSDB quer investigar condições de trabalho de cubanos no Mais Médicos. Política, 20 fev. 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/psdb-quer-investigar-condicoes-de-trabalho-de-cubanos-no-mais-medicos/>. Acesso em: 12 out. 2022.

[47] PSDB. Infraestrutura: Brasil investe 15 vezes mais em porto de Cuba. 07 jan. 2014. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/acompanhe/infraestrutura-brasil-investe-15-vezes-mais-em-porto-de-cuba>. Acesso em: 12 out. 2022.

representativa, bloqueando as formas de atuação da oposição, e uma forma de sujeitar as instâncias políticas aos desejos dos movimentos sociais "manipulados" pelo PT.[48]

Comparando o discurso udenista com o discurso tucano, quatro pontos em comum se destacam. O primeiro deles é a qualificação do adversário como uma variante populista composta por um líder carismático e demagógico que manipula as massas com benesses e políticas sociais. A condenação do populismo manipulador se conecta com outro importante aspecto: a crítica liberal ao excesso de intervencionismo estatal. A UDN e o PSDB consideravam, respectivamente, os governos Vargas e os governos petistas como "estatizantes" e irresponsáveis com os gastos públicos, intervindo em demasia na economia. Com o excesso de gastos, outro vício seria incorporado: a corrupção. Mais que perdulários, tais governos ainda estariam imersos em um "mar de lama", referência clara ao discurso contra a corrupção e o mau uso do orçamento público. Por fim, o anticomunismo ainda figurava como uma estratégia de denúncia da imoralidade de seus adversários.

Assim, o discurso de combate ao populismo varguista e ao "lulopetismo" mesclava críticas liberais ao intervencionismo estatal, por vezes considerado como socialista ou comunista, com acusações de corrupção governamental. Por consequência, como já demonstrado pela literatura, os dois partidos tinham forte atração nas classes médias, com destaque para a alta classe média que via em tais governos a causa da ascensão das classes populares e de sua perda de privilégios. Dessa maneira, tais partidos serviram de suporte eleitoral para as classes médias insatisfeitas com os resultados do suposto populismo.

Como mencionado, outra característica incorporada à aversão histórica das classes médias, portanto, presente na reação ao período populista e ao ciclo neodesenvolvimentista, é a força do discurso anticomunista. De acordo com Motta (2021), as pesquisas de opinião aplicadas nos protestos pró-impeachment revelaram que a temática anticomunista esteve presente no discurso dos manifestantes, em especial nos indivíduos com alta renda e maior grau de instrução formal, o que vai ao encontro das afirmações do autor de que o anticomunismo histórico tem considerável adesão nas classes médias.

---

[48] PSDB. "Desapreço pela democracia", análise do ITV. 29 dez. 2014. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/acompanhe/artigos/desapreco-pela-democracia-analise-itv>. Acesso em: 17 mar. 2023.

Com pesquisas dedicadas ao estudo das ideias anticomunistas no Brasil, Motta (2021) afirma que, desde os anos 1930, o país convive com uma forte tradição anticomunista responsável por justificar duas ditaduras e orientar importantes mobilizações políticas, com destaque para as "Marchas da Família com Deus pela Liberdade". Inspirada em representações e valores do cristianismo, nacionalismo e liberalismo, a tradição anticomunista brasileira combinou historicamente em seu discurso a luta contra ameaças morais, a defesa da ordem e da tradição e a antipatia por políticas estatais intervencionistas.

A participação maciça de setores da classe média na criação de um clima político favorável ao golpe militar, sob o mote do anticomunismo, também foi abordada por Saes (1996). Segundo esse autor, a alta classe média, predominante nas manifestações golpistas de 1964, adicionava ao seu liberalismo antipopular duas variantes de anticomunismo: a primeira, mais moralista, se apegava à defesa de instituições sociais como a família, a religião e a propriedade; a segunda, mais liberal, condenava a democracia de massas e valorizava as instituições da democracia liberal. Em conclusão, se em 1945 o combate à "ditadura" se dava em nome da "democracia" e se em 1954 o mote da "corrupção" se afirmava em nome da "moralidade", no ano do golpe militar o combate ao comunismo se tornou dominante no discurso das classes médias.

Para analisar o contexto mais recente do anticomunismo brasileiro, Motta (2021) selecionou quatro publicistas que ocupam lugar significativo nas mobilizações antipetistas, atuando na mídia tradicional e nas redes sociais: Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, Diogo Mainardi e Rodrigo Constantino. O autor identifica em todos os publicistas, que se encaixam perfeitamente na tradição anticomunista, uma forte associação entre petismo e comunismo, o que os leva a utilizarem expressões como lulocomunismo e comunopetismo. Resumidamente, a estratégia dos publicistas consiste em associar países tidos como comunistas, especialmente Cuba e Venezuela, com os governos do PT e atacar políticas estatais intervencionistas encaradas como expressões da dominação comunista.

Assim, a partir da análise das ideias de tais publicistas antipetistas, Motta (2021) conclui que o avanço da direita no Brasil, desde 2014, esteve relacionado com um movimento de reapropriação da tradição anticomunista. O impacto foi sentido nas ruas, nas quais o público das manifestações pró-impeachment também adotara o discurso anticomunista. A particularidade da atual conjuntura, em comparação com a conjuntura

do golpe militar de 1964, foi a transformação do petismo na "última encarnação" do perigo comunista. Por consequência, uma análise do antipetismo não pode deixar de lado a reincidência da tradição anticomunista e a atração do discurso do perigo comunista nas camadas intermediárias.

Sendo assim, a analogia entre os períodos históricos evidenciou a recorrência de algumas contradições e reações. Tal qual as classes médias tradicionais durante o período populista, a alta classe média se opôs às políticas sociais de combate à desigualdade social, responsáveis por propiciar inclusão e ascensão das classes populares. Nas duas conjunturas comparadas, foi possível constatar a reiteração das críticas ao populismo, a ameaça do perigo comunista e as denúncias moralistas e seletivas contra a corrupção, especialmente em razão do tamanho do Estado e de políticas sociais. No plano político-partidário, as insatisfações das classes médias eram representadas pela oposição udenista e tucana, partidos que recebiam eleitoralmente seu apoio. Por conclusão, a revolta da alta classe média contra os governos encabeçados pelo PT reeditou os conflitos entre classes médias tradicionais e populismo varguista, agora sob as vestes do antipetismo.

2.5 Conclusão

Assim, a fim de concluir este capítulo sobre a inserção da alta classe média no campo neoliberal ortodoxo, retomemos brevemente o que foi discutido. Dirigido pelo grande capital financeiro internacional e pela burguesia associada, o campo neoliberal ortodoxo se constituiu em oposição à frente neodesenvolvimentista, tendo seus interesses partidariamente representados pelo PSDB. Sua principal base social de apoio, a alta classe média, ou camada superior da classe média, não tinha seus interesses tomados como prioritários, mas se adequava ao campo neoliberal "pelas características da conjuntura ideológica e pelas exigências da correlação política de forças" (BOITO JR., 2018, p. 213). Em conjunto com a literatura, destacamos duas principais razões para sua inserção no campo neoliberal ortodoxo: a adesão seletiva e restrita ao projeto neoliberal de redução do Estado e a rejeição aos governos neodesenvolvimentistas do PT.

A primeira motivação indica a adesão da alta classe média a um "neoliberalismo de oposição", isto é, o apoio restrito e seletivo às políticas neoliberais tidas como solução para gastos estatais dispensáveis, principalmente em política social. A aceitação do pacote neoliberal não era integral, pois também atingia o funcionalismo público, mas garantia a concordância da alta classe média por ser uma solução prática para os "distúrbios" da corrupção e da alta carga de impostos derivados da lógica estatizante e intervencionista.

Associado ao projeto de redução estatal, a camada superior da classe média manifestava sua rejeição em termos materiais e ideológicos às políticas neodesenvolvimentistas e aos resultados em sua reprodução social: perda de privilégios materiais e simbólicos de classe e perturbação dos mecanismos que legitimam sua posição.

O antipetismo de classe média reafirmou a tendência histórica de aversão às políticas de redução das desigualdades sociais e de ascensão social das classes populares. Quando comparada com a atuação das classes médias tradicionais durante o período populista, a reação da alta classe média ao ciclo neodesenvolvimentista atesta uma predisposição desses setores a se revoltar contra políticas sociais que propiciem participação e ascensão social das classes populares. Na comparação entre as duas conjunturas, a resistência das classes médias ao lulismo e ao varguismo foi feita sob o discurso de combate da corrupção sem limites, do populismo manipulador, do comunismo e do excesso de intervencionismo estatal. No caso do antipetismo, o papel de partido de contenção ao PT coube ao PSDB, enquanto coube a UDN representar a resistência ao varguismo.

Sendo assim, em particular ao ciclo neodesenvolvimentista, o repúdio às políticas dos governos petistas e ao lulismo, bem como a defesa limitada das medidas de redução no raio de intervenção do Estado, acomodavam a alta classe média no campo neoliberal ortodoxo. Assim, o PSDB, partido nascido das classes médias, compromissado com a implantação do neoliberalismo no país e representante partidário do campo, recebia recorrentemente o suporte eleitoral da alta classe média.

Por fim, vale ressaltar que a inserção da alta classe média no campo neoliberal, sua adequação e suas demandas, não devem ser tomadas como fatos isolados ou prontos desde o início do primeiro mandato de Lula, mas analisados a partir de uma perspectiva relacional. Cavalcante e Arias (2019, p. 110) já haviam chamado atenção para a característica relacional dos conflitos de classe e do desenrolar do processo político. Afirmamos, assim, em outros termos, que nesse desenrolar considera-se que há campos opostos de disputa – frente neodesenvolvimentista e campo neoliberal ortodoxo – e que os conflitos no processo político se acumulam e se desenvolvem ao longo do tempo. O neoliberalismo de oposição e o antipetismo cresciam paulatinamente na alta classe média, conformando o campo neoliberal ortodoxo, à medida que a frente neodesenvolvimentista se fortalecia e suas políticas econômica e social surtiam efeito. Cresciam concomitante à reação da alta classe média, cada vez mais incitada pelo "medo da queda"

(CAVALCANTE; ARIAS, 2019), pela afronta à ideologia meritocrática e pela ideia de que essas políticas eram bancadas às custas dos impostos que pagavam.

Entretanto, foi somente durante a crise política do segundo governo Dilma que esse campo obteve êxito em pressionar mais intensamente a frente neodesenvolvimentista. Com forte participação da burguesia associada e do capital financeiro internacional, reagindo ao ensaio desenvolvimentista (SINGER, 2018), simbolicamente identificado como "nova matriz econômica", que fortaleceu o programa neodesenvolvimentista, o campo neoliberal ortodoxo desencadeou uma ofensiva política restauradora (BOITO JR, 2018). Sentindo o momento favorável na correlação de forças, especialmente o avanço das investigações da Operação Lava Jato e as mobilizações da alta classe média, essas frações burguesas iniciaram sua ofensiva. A ação política da alta classe média, ao propiciar uma ampla e ativa base de massa nas manifestações de rua entre os anos de 2015 e 2016, com o objetivo principal de destituir a presidente, foi fundamental. É isso que veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III - A reação: a emergência da alta classe média como força social

A conjuntura aberta pelas mobilizações de junho de 2013 e que se estende até o final da campanha pró-impeachment, com a destituição da presidente, marca o período no qual a alta classe média emerge como força social (POULANTZAS, 2019)[49], com prática política de ação aberta na conjuntura para enfraquecer a frente neodesenvolvimentista e o lulismo. É nesse momento histórico que as manifestações e interesses dessa camada vão, na forma de um processo gradual, acumulando vigor, até que seu objetivo seja atingido. Todavia, ainda em termos poulantzianos, cabe salientar que a classe média se manterá na condição de força social distinta, sem transitar para a condição de força autônoma, que requer um programa político próprio e independente, pois o golpe contra Dilma fora dirigido por setores burgueses, em especial pela burguesia associada (BOITO JR, 2018). Além disso, destaca-se que, no decorrer desses eventos encadeados, três elementos ideológicos surgem e se solidificam, pautando as demandas, o posicionamento e a representação política da principal base social do antipetismo. Neste capítulo, que aborda o período entre junho de 2013 e abril de 2016, veremos como as práticas políticas e ideológicas da alta classe média foram fundamentais para a consecução do impeachment de Dilma, expondo também a atuação e o posicionamento dos médicos e advogados. Em suma, faremos uma descrição do comportamento político da alta classe média na crise política do segundo governo Dilma.

3.1 O confisco das mobilizações de 2013 e o ensaio das classes médias

A emergência da alta classe média como força social começa necessariamente com os eventos de junho de 2013. Não porque esses protestos tenham sido uma voz fiel e exclusiva de seus interesses, nem porque tal fração tenha sido a única protagonista dos atos. Na verdade, os acontecimentos de junho marcam o momento pelo qual, entre a segunda e terceira fase (CAVALCANTE; ARIAS, 2019), a classe média conhece as ruas e reconhece, pela primeira vez ao longo do ciclo neodesenvolvimentista, os possíveis efeitos que seus protestos poderiam causar no processo político. Segundo Singer (2018, p. 28), os acontecimentos de junho de 2013 precipitaram o levante das classes médias contra os governos do PT.

[49] Para Poulantzas (2019), a passagem de uma classe ou fração para a condição de força social requer uma ação aberta que produza efeitos nas estruturas ou nas práticas, sejam elas econômicas, ideológicas, políticas ou jurídicas, incidindo diretamente na conjuntura concreta para perseguir seus interesses próprios.

Nesse sentido, aquela revolta difusa da alta classe média com os governos petistas, até então manifesta nas ruas apenas em eventos pouco expressivos, como o Movimento Cansei (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015)[50], extrapola a esfera eleitoral após a janela de oportunidades aberta em junho de 2013 (TATAGIBA; GALVÃO, 2019). Assim, as jornadas de junho têm uma importância significativa na trajetória da revolta antipetista da alta classe média por demarcar o primeiro momento pelo qual essa fração, sem uma trajetória de organização ou participação em protestos, passa a utilizar as ruas como uma forma de canalizar sua insatisfação e desestabilizar o governo. Foi aberto um cenário de instabilidade, de crise política e de desgaste da frente neodesenvolvimentista, que contribuiu para a destituição posterior de Dilma. Por isso, começaremos discutindo as mobilizações de rua de junho de 2013.

As manifestações que se alastraram no país em junho de 2013 ainda suscitam polêmicas e discordâncias. Qual seria a natureza e a composição de classe dessas manifestações? Quais os fatores principais para eclosão de tais protestos? Essas são as principais questões que nortearam os pesquisadores que se dedicaram a interpretar esse fenômeno. Há pouco consenso sobre sua composição, suas reivindicações e seus significados. Segundo Singer (2013), duas perspectivas sobressaiam: uma identificando a classe média tradicional[51] como substrato das manifestações e outra reconhecendo trabalhadores com pouca qualificação e alta rotatividade no mercado de trabalho, designados como precariado ou novo proletariado, como seus principais agentes.

No entanto, em desacordo com tais perspectivas, Singer (2013), Cavalcante e Arias (2019) e Tatagiba e Galvão (2019) avaliam que as mobilizações de 2013 apresentaram composição heterogênea de atores cujas razões de protesto variavam tanto

[50] O "Cansei", ou Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros, foi um movimento que surgiu após o acidente aéreo da TAM em Congonhas. Evocando sentimentos religiosos e militares, seus manifestantes se diziam "cansados" do caos aéreo, das investigações ineficientes contra a corrupção, em referência ao "mensalão", e também da carga excessiva de tributos. Liderados pelo empresário João Dória e pelo presidente da OAB-SP, Luiz Flávio Borges D´Urso, em 17 de agosto, por volta de 2.000 manifestantes se reuniram na Praça da Sé e entoaram um discurso de "Fora Lula". De acordo com Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015, p. 208), "O Cansei lançou as bases para a crítica aos governos do PT, a partir de uma bandeira que associava ineficiência na gestão pública, corrupção e aumento dos gastos sociais.".

[51] Singer (2013) utiliza o termo classe média tradicional para designar algo razoavelmente semelhante ao que denominamos alta classe média. A diferença principal reside nas teorias que informam o conceito de classe média, como veremos mais detalhadamente adiante, pois diferentemente de nós o autor faz uso das pesquisas de Amaury Souza e Bolívar Lamounier. Entretanto, no que se refere ao objeto de observação, é possível ver certa semelhança: "a classe média tradicional é a que realizou suas conquistas no passado e hoje tem ganhos estabilizados. A geração anterior já nasceu na classe média, possui casa própria, colocou os filhos em escolas privadas, fez poupança e investimentos, e conta com ampla rede de relações a que pode recorrer em caso de necessidade" (SOUZA e LAMOUNIER, 2010 apud SINGER, 2013, p. 29).

quanto as distintas ideologias ali professadas. Em outros termos, junho de 2013 é expressão de queixas e demandas de atores sociais diversos que, embora caminhando juntos, interpretavam o lulismo e as políticas neodesenvolvimentistas de forma distinta. Coexistiram, simultaneamente, com tensões por vezes explícitas, uma classe média tradicional com viés oposicionista à direita dos governos petistas e estudantes e trabalhadores descontentes com os limites em sua melhora de vida, especialmente a precariedade dos serviços públicos.

Singer (2013) divide os acontecimentos de junho, termo escolhido pelo autor dada a dificuldade de compreensão dos eventos, em três fases. A primeira fase – entre os dias seis e treze de junho na cidade de São Paulo – é marcada por protestos organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL) e convocados através de redes sociais, cujas demandas se direcionavam à redução do preço das passagens do transporte público. Por consequência, o público dessas manifestações era composto majoritariamente por jovens universitários ou estudantes secundaristas que paralisaram importantes vias públicas.

Após episódios intensos de repressão policial e repercussão midiática, os protestos de junho tomaram outra direção: o número de manifestantes se amplia e novas pautas, por vezes vagas, entram em cena. Inicia-se a segunda etapa de junho, na qual a presença de partidos e grupos de esquerda passa a ser rejeitada. Em razão disso, o MPL e outros grupos de esquerda não convocam novos atos e se retiram. Ainda segundo Singer (2013), é na segunda fase que se produz o cruzamento de classes.

Essa estranha convivência viabiliza, então, outra direção para os acontecimentos de junho. Em sua última etapa, que se inicia no dia 21 de junho e se estende até o final do mês, a fragmentação das pautas e dos atores se intensifica, mas alguns objetivos específicos se tornam recorrentes, como a derrubada da PEC 37, o rechaço à realização da Copa do Mundo de Futebol, organizada pela FIFA, a luta contra a corrupção e contra o Programa Mais Médicos, pautas mais próximas do público de classe média (SINGER, 2018). O foco na PEC 37 é sintomático. Tratava-se de uma medida que restringia o poder do Ministério Público na condução de investigações criminais, o que, na visão dos manifestantes, impediria abusos e influências externas. Pauta corporativa e extremamente particular, ela serviu como exemplo de bandeira contra a corrupção e a impunidade.

Nosso foco, evidentemente, recai sobre as classes médias. Desde meados de agosto de 2012, portanto, pouco menos de um ano antes, as classes médias acompanhavam diuturnamente os desdobramentos do julgamento da Ação Penal 470, o

famigerado Mensalão – denominado crise do partido do governo por Martuscelli (2015, p. 214). O caso remonta ao ano de 2005, final do primeiro mandato de Lula, com a denúncia de Roberto Jefferson (PTB) de que o PT havia comprado os votos de parlamentares para garantir maioria suficiente nas matérias legislativas de interesse do governo. As reportagens da grande imprensa brasileira tratavam o episódio, durante 2005 e 2006, como o "maior escândalo de corrupção da história do nosso país", segundo Feres Jr, Barbabela e Bachini (2018, p. 206). É entre os anos de 2005, com os momentos mais agudos da crise do partido do governo, de maio a dezembro (MARTUSCELLI, 2015, p. 222), e 2006, com as eleições presidenciais que produziram uma base antilulista na classe média (SINGER, 2012), que o discurso anticorrupção começa a ser dirigido contra o PT, dando nova forma ao antipetismo. Esse momento marca também a metamorfose do PSDB, que passa a abrigar tais eleitores, em partido de contenção ao PT, o "anti-Lula" nas palavras da revista Istoé de março de 2006. O tema retornaria ao noticiário político a partir de agosto de 2012, quando a Ação Penal 470 foi julgada no Supremo Tribunal Federal (STF).

O julgamento se estendeu até 13 de março de 2014, quando o STF condenou 24 dos 38 réus, sobretudo membros do governo federal e do PT. Com uma cobertura implacável, os principais veículos de comunicação, como o Jornal Nacional da Rede Globo e os jornais com maior circulação (MIGUEL, COUTINHO, 2007), produziram reportagens detalhadas do surgimento e da evolução do caso, transformando-o em um "escândalo midiático". Em narrativa maniqueísta da política e da corrupção, na qual caberiam papéis como heróis, vilões, vítimas e defensores (SARTORI, 2014), importantes figuras do governo petista, como o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, eram tratadas como desonestas, vilões e mandantes do "maior esquema de corrupção".

Nesse momento, com uma cobertura parcial e moralista, centrada em atribuir toda corrupção ao governo petista, temos o surgimento do primeiro herói das classes médias, o ministro Joaquim Barbosa, relator da Ação Penal 470. Diversas edições da revista de maior tiragem e circulação da época – a Revista Veja – apresentavam Barbosa como o justiceiro que liderou a condenação dos desonestos, lavando "a alma de todos os brasileiros vítimas dos corruptos", como encontramos na edição de outubro de 2012 intitulada "O menino pobre que mudou o país", cujo conteúdo aborda a biografia e a trajetória profissional do ministro. A postura da revista, mais do que aprovação, era de propaganda da conduta do ministro, considerando-o um implacável combatente das

corrupções petistas e da impunidade na política. “Defensor do império da lei para pobres e ricos”, Barbosa também era uma amostra de vitória e superação dentro da escada meritocrática – da infância pobre ao mais alto escalão do Judiciário – o que reforçava sua aceitação nas classes médias. No mesmo mês, a revista Exame publicava a notícia de que o “Batman brasileiro” tomaria posse como novo presidente da corte[52].

Em pesquisa do Instituto Datafolha, aplicada na manifestação de 20 de junho, 30% dos entrevistados afirmaram que votariam em Joaquim Barbosa para presidente, batendo de longe outras figuras da oposição. Sua intenção de voto se estenderia por um bom tempo. Em fevereiro de 2014, em pergunta estimulada, mesmo enfrentando os dois principais candidatos da época – Dilma (PT) e Aécio (PSDB) –, o ministro do STF apresentava uma média de 16%, acima do candidato tucano e crescendo consideravelmente nos indivíduos com ensino superior e de renda acima de 10 salários mínimos, com 31% e 33% respectivamente. Mais de um ano depois, em abril de 2015, com o governo Dilma ameaçado de impeachment, 13% dos entrevistados julgavam que, em novas eleições após o afastamento da presidente, Joaquim Barbosa deveria ser o Presidente da República – novamente crescendo nos setores mais escolarizados (24%) e de faixas de renda superiores (25%), disputando tais eleitores com o então candidato tucano.

Nosso argumento é que o crescimento da popularidade de Joaquim Barbosa, das manifestações de junho de 2013 até perto das eleições presidenciais de 2014, é um primeiro sinal de como as classes médias buscavam no protagonismo judicial uma saída para sua insatisfação com a política dos governos petistas. Somente um herói justiceiro e um salvador da pátria que serviria de referência ética poderia combater a corrupção e moralizar a política. Sua viabilidade eleitoral se dava sobretudo em setores do eleitorado fiel do PSDB, mais escolarizados e com maior renda, indicando uma disputa de espaço na representação do sentimento antipetista da classe média. Era um primeiro indício de que o tradicional eleitorado tucano poderia optar por um membro da burocracia de Estado que estivesse mais atrelado à luta antipetista e à bandeira anticorrupção.

Sendo assim, foi provavelmente uma aliança entre a exposição diária do escândalo do mensalão, além de noticiários “recheado de críticas ao descontrole inflacionário, à

[52] PINHONI, Marina. Barbosa, o Batman brasileiro, é o novo presidente do STF. Revista Exame. 10 out. 2012. Disponível em: <https://exame.com/brasil/barbosa-o-batman-brasileiro-e-o-novo-presidente-do-stf/>. Acesso em: 10 jan. 2023

maquiagem das contas públicas, ao excesso de propaganda governamental" (SINGER, 2018, p. 101), capazes de fortalecer o discurso de necessidade de combate à corrupção, com a insatisfação das classes médias com os resultados das políticas neodesenvolvimentistas, que impulsionou sua presença nos eventos de junho. As críticas ao excesso de intervenção do Estado na economia eram encadeadas com a oposição à excessiva carga de impostos destinados a custear políticas sociais "eleitoreiras" e políticos corruptos.

Assim, diferentemente da pauta inicial, e embalada pelo julgamento do mensalão e pelas suspeitas de superfaturamento em obras para a Copa do Mundo, as demandas da classe média estavam mais associadas ao clima de revolta contra a corrupção. Foi sendo forjado e tomando corpo um discurso de que a corrupção era o principal problema do país e que deveria ser combatido a todo custo. Em municípios menores, fora das regiões metropolitanas, os protestos eram ainda mais fortemente de classe média tradicional, para a qual as demandas por melhorias no transporte público faziam pouca diferença (CAVALCANTE; ARIAS, 2019).

Dessa forma, a título de recapitulação, a trajetória das manifestações de junho de 2013 se inicia com pautas progressistas levadas a cabo por movimentos à esquerda dos governos petistas, reivindicando melhorias nos serviços públicos, mas se encerra, depois de ser confiscada por movimentos à direita, por um combate moralista da corrupção e pelo fortalecimento de bandeiras conservadoras. "No lugar do autonomista MPL, surgiu o liberal MBL. (...) No lugar de *black blocks* anarquistas, vestidos de preto, os *Anonymous* (...) e uma multidão trajando verde e amarelo" (SINGER, 2018, p. 103). Esse desvio de percurso, convém reforçar, foi protagonizado pelas classes médias.

Do ponto de vista dos desdobramentos, de acordo com Tatagiba e Galvão (2019), as manifestações de 2013 produziram mudanças profundas na cena política, marcando a abertura de oportunidades políticas inéditas para um conjunto heterogêneo de atores, sobretudo para agentes sem experiência na participação e organização de protestos. Segundo as autoras, o impacto nas dinâmicas do ativismo parece ter seguido um viés à direita, fomentando a emergência e o crescimento de organizações liberais e conservadoras ao longo de 2014. Marcadamente antipetistas, defensoras do livre mercado e se identificando com o discurso de combate à corrupção, tais organizações, como Vem pra Rua, Movimento Brasil Livre (MBL) e Revoltados Online, iriam coordenar nos anos seguintes os atos em favor do impeachment.

Recusando argumentos teleológicos e se concentrando em seus sentidos, as manifestações de junho de 2013 são, nessa perspectiva, marco e divisor de águas na ação política das classes médias. Na abertura da janela de oportunidades para a oposição aos governos petistas, começou a se tonificar o discurso de combate à corrupção ancorado numa defesa dos supostos verdadeiros interesses nacionais. Nesse sentido, é preciso destacar que junho de 2013 assinala o fortalecimento de um discurso de combate à corrupção atrelado de maneira direta e seletiva aos governos petistas, além da contraposição ao "partidarismo" desses governos. As bandeiras vermelhas são retiradas, aos gritos de "Nossa bandeira jamais será vermelha", e os partidos de esquerda são expulsos em nome da defesa de uma só bandeira, a brasileira. As mobilizações de junho de 2013, assim, ganharam outro sentido, sendo confiscadas pelas pautas à direita encampadas pelas classes médias.

3.2 Do entusiasmo à frustração: as classes médias nas eleições presidenciais de 2014

Para a oposição, o ano de 2014 se iniciou com maior otimismo. As mobilizações de junho de 2013 haviam desgastado fortemente o governo Dilma, que viu sua aprovação cair drasticamente nas pesquisas de opinião pública (SINGER, 2018). A esperança de uma vitória nas eleições presidenciais, depois de três derrotas consecutivas para o lulismo, esteve bem alimentada pela deterioração da popularidade de Dilma, pela evolução da imagem de que o PT havia corrompido o Estado e pelo desempenho econômico ruim, todos fortemente explorados pela grande imprensa.

Em junho de 2014, em plena abertura da Copa do Mundo de Futebol, organizada pela entidade FIFA, a presidente, que já havia passado por situação semelhante na estreia da Copa das Confederações, foi hostilizada por diversas vezes. Antes do jogo iniciar, quando Dilma aparecia nos telões, após o hino nacional e mesmo ao final da partida, os manifestantes emendavam vaias com ofensas pessoais. O público na Arena Corinthians, situada na capital paulista, pelo valor dos ingressos, faixa de renda e cor de pele, indicava uma presença maior das classes médias superiores. A relação entre Dilma e as classes médias não havia melhorado.

Pouco importou para as classes médias insurgentes que Dilma tenha iniciado, como resposta às mobilizações, um giro econômico mais firme em direção às políticas neoliberais: responsabilidade fiscal, com cortes de gastos, estabilidade e controle da inflação. Tampouco fez diferença, na esteira de sua "faxina ética, ou ensaio republicano

(SINGER, 2018), o endurecimento da legislação contra a corrupção, regulamentando a delação premiada e definindo organização criminosa. O Programa Mais Médicos, outra resposta, como veremos adiante, tampouco surtiu o efeito esperado na avaliação da presidente. As raízes da insatisfação eram mais profundas do que uma metamorfose na política econômica e uma intensificação no combate à corrupção, tornando mais evidente a seletividade de seu discurso, que tinha origem no antipetismo das classes médias.

A insatisfação das camadas médias, que se manifestou nas mobilizações de junho de 2013, ganhou direção unificada na campanha eleitoral de 2014, sendo fortalecida com a entrada em cena da Operação Lava Jato, em março de 2014, desencadeada pela Polícia Federal e pelo Judiciário. A Operação, até o final de 2014, já estava em sua sétima fase e, a partir de abril de 2014, contou com a participação da força-tarefa do MPF-PR. Começa, nesse momento, uma intensa colaboração entre a Lava Jato e a grande imprensa. Em setembro, o depoimento feito por Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, preso na segunda fase da operação, como parte de sua colaboração premiada, foi vazado e publicado pela revista Veja. A intenção da revista era atrelar diretamente a corrupção na estatal petrolífera com a base aliada do PT no congresso[53]. A posição antipetista da revista não surpreende. Antes do segundo turno, Aécio Neves tinha sido estampado de forma extremamente positiva na capa da publicação que, além de colocar uma entrevista do candidato como principal conteúdo da edição, ainda o retratava como favorito no pleito.

A quatro dias do segundo turno, simpatizantes tucanos convocaram, por meio de redes sociais, uma passeata em São Paulo. Ainda que não tenha reunido um grande contingente, a marcha traz elementos significativos sobre a conjuntura, especialmente o anticomunismo. A associação do PT ao comunismo permeou o ato todo, registrando gritos como “A nossa bandeira jamais será vermelha”, "Ai que maravilha, a Dilma vai pra Cuba e o Aécio pra Brasília" e “Viva a liberdade, fora o comunismo”. A própria campanha eleitoral de Aécio explorou esses temas[54]. Nos debates e na propaganda televisiva, o discurso do candidato era de que Dilma mandava dinheiro para “as ditaduras que você apoia”, referenciando os investimentos brasileiros no porto de Mariel, em Cuba.

---

[53]RANGEL, Rodrigo. Exclusivo: Paulo Roberto Costa começa a revelar nomes dos beneficiários do esquema de corrupção da Petrobras. Revista VEJA. 5 set. 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/exclusivo-paulo-roberto-costa-comeca-a-revelar-nomes-dos-beneficiarios-do-esquema-de-corrupcao-da-petrobras/>. Acesso em: 12 out. 2022.

[54] PREVIDELLI, Amanda. Em convenção, PSDB confirma candidatura de Aécio Neves. G1, Eleições 2014. 14 jun. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2014/noticia/2014/06/em-convencao-psdb-confirma-candidatura-de-aecio-neves.html>. Acesso em: 12 out. 2022.

O tucano também se concentrou em associar a corrupção "endêmica" ao aparelhamento de Estado por parte do PT, inclusive se utilizando da expressão "mar de lama" que fora empregada pelo udenismo no combate a Vargas. Além disso, Aécio ainda incorporou o privatismo e uma maior radicalidade no tratamento aos direitos humanos.

Uma tentativa da Veja de influenciar mais profundamente o resultado do pleito veio às vésperas do segundo turno entre Dilma (PT) e Aécio (PSDB). A revista, antecipando a circulação de sua edição para dois dias antes da abertura das urnas, divulgou que o "caixa do esquema de corrupção na Petrobras", Alberto Yousseff, havia revelado à PF e ao MPF que Lula e Dilma tinham conhecimento da corrupção na estatal[55]. Pouco tempo depois, ainda na tentativa da oposição de interferir nas eleições, na manhã da votação, começou a circular em redes sociais um boato falso de que Yousseff teria sido envenenado e morrido há pouco[56]. A associação entre a suposta morte do doleiro e o PT era direta.

Com esse clima, o resultado das eleições, portanto, só confirmou o comportamento revoltoso das classes médias. Conforme Singer (2018, p. 163), em comparação com as eleições anteriores, no primeiro turno, Dilma havia perdido nove pontos percentuais nos eleitores de renda familiar mensal entre cinco e dez salários mínimos e sete pontos naqueles com renda superior a 10 salários mínimos. A clivagem estabelecida pelo realinhamento (SINGER, 2018) havia, inclusive, se intensificado. Assim, quanto mais pobre era eleitor, maior era a chance de votar na candidata do PT, enquanto maior era a chance de um eleitor mais rico votar no candidato do PSDB. O eleitorado lulista se manteve nas classes populares e o antipetismo se intensificou nas classes médias. Contudo, o esforço não foi suficiente para interromper a sequência de mandatos petistas, frustrando de maneira significativa as ambições das classes médias e do PSDB, que passaria, como veremos adiante, a questionar o processo eleitoral e considerar o resultado fraudulento.

---

[55] BONIN, Robson. Dilma e Lula sabiam de tudo, diz Alberto Youssef à PF. Revista VEJA, Brasil. 23 out. 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf/>. Acesso em: 12 out. 2022.

[56] STOCHERO, Tahiane. Ministro da Justiça critica boatos sobre morte de doleiro Youssef. G1 SP, 26 out. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2014/10/ministro-da-justica-critica-boatos-sobre-morte-de-doleiro-youssef.html>. Acesso em: 12 out. 2022.

3.3 A sublevação da alta classe média: a campanha pró-impeachment e a solidificação dos elementos ideológicos

Tão logo o desfecho do segundo turno fora anunciado, a oposição tucana e a revoltada alta classe média iniciaram uma campanha visando retirar Dilma da presidência. As movimentações da fração superior da classe média contra o PT e a frustração dos tucanos com mais uma derrota parece ter intensificado a instabilidade política proveniente de 2013. Manifestações na capital paulista, que já vinham sendo organizadas pelo Vem Pra Rua e MBL antes do segundo turno das eleições, foram convocadas para os dois meses finais de 2014. Embora com público pequeno e pouca adesão, elas já anunciavam os motes dos protestos seguintes: impeachment de Dilma, contra a corrupção e em luta com os governos petistas.

Comecemos com um breve panorama sobre a campanha em favor do impeachment. Organizados virtualmente pelas páginas do MBL, Vem pra Rua e Revoltados Online, os protestos pelo impeachment se iniciaram no final de 2014, encontraram seu ápice em 2015 e atingiram seu objetivo em 2016. Ao todo, tomando como referência o número de manifestantes e a capilaridade nacional, a campanha de mobilizações pró-impeachment produziu cinco grandes atos nacionais, quatro deles em 2015 e um em 2016 (TATAGIBA, 2018a). A pauta que unificava os manifestantes era a luta contra o PT, partido identificado pelos indivíduos como organizador da corrupção no país. A estética dos protestos foi marcada pelo uso de símbolos nacionais, como a bandeira nacional, as cores verde e amarela e a camiseta da seleção nacional de futebol. Os atos ainda contaram com apoios financeiros e logísticos da FIESP e foram amplificados pelo papel da imprensa e de parte do aparelho de Estado[57]. Por fim, como pesquisas já indicam, o público presente era majoritariamente de alta classe média (CAVALCANTE; ARIAS, 2019; BOITO JR, 2018),

Voltemos à conjuntura. No dia 08 de março de 2015, veio um primeiro indício de que a articulação das organizações oposicionistas, por redes sociais e aplicativos de comunicação instantânea, estava surtindo efeito: um panelaço feito durante o pronunciamento de Dilma na televisão pelo Dia da Internacional da Mulher[58]. Registrado

[57] Referência ao *timing* dos vazamentos seletivos de conversas entre políticos petistas e a condução coercitiva do ex-presidente Lula, em harmonia com a cobertura e repercussão diária da grande imprensa nacional, conforme Tatagiba (2018).

[58] G1. Pessoas protestam durante pronunciamento de Dilma. 8 mar. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/pessoas-protestam-durante-pronunciamento-de-dilma.html>. Acesso em: 13 out. 2022.

nas grandes capitais, mas sobretudo em São Paulo, o primeiro panelaço contra Dilma foi feito do alto de grandes edifícios situados em bairros de classe média alta. A presidente, pressionada pela autorização de inquéritos contra políticos solicitados pelo MPF, pedia paciência para a situação econômica ruim e coragem para enfrentar a corrupção, mas fora silenciada pelo som das panelas, das vaias e dos gritos de "Fora PT". O evento, que viria a se repetir em outras ocasiões, foi tratado pelo MBL, Vem Pra Rua e Revoltados Online como uma prévia das mobilizações marcadas para uma semana depois.

Foi nesse mesmo contexto que ocorreu a primeira grande manifestação, no dia 15 de março de 2015. Os atos se alastraram por todos os estados, além do Distrito Federal, mas tiveram como epicentro a capital paulista, que registrou o maior número de manifestantes do país, provavelmente por efeito da presença maior das classes médias e dos próprios movimentos que convocavam os atos. A cidade de São Paulo sempre registrou maior público, o que transformou a Avenida Paulista no grande palco da campanha pelo impeachment, sendo sempre acompanhada por coberturas dos grandes veículos de imprensa.

De acordo com uma pesquisa executada pelo Datafolha na manifestação do dia 15 de março de 2015, realizada na cidade de São Paulo, os manifestantes tinham idade média de 40 anos, eram majoritariamente homens – 63% do sexo masculino – autodeclarados brancos – 69% de cor branca. Do ponto de vista profissional, o perfil ainda apontava prevalência de ensino superior completo – 76% dos participantes – e renda familiar acima de 10 salários-mínimos – 41% dos entrevistados. Por fim, ainda foi possível verificar uma considerável presença de empresários e de eleitores que optaram pelo candidato tucano em 2014 – 82% declararam ter votado em Aécio Neves no segundo turno. Com pequenas alterações conforme a magnitude do protesto, esse perfil social de manifestante seria mantido em todas as manifestações.

Seguimos a avaliação de Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015, p. 198) de que o elemento unificador dos participantes era menos um projeto político de contornos claros e mais uma luta contra o PT e contra a corrupção supostamente associada aos seus governos. O antipetismo, construído ao longo do ciclo neodesenvolvimentista no seio das classes médias superiores e alimentado pelos escândalos midiáticos de corrupção, era elemento-chave da identidade dos manifestantes. Reforçando o que foi discutido no capítulo anterior, na chave analítica proposta por esta pesquisa, o antipetismo tem lugar e conteúdo de classe, consistindo numa rejeição por parte das classes médias superiores ao partido que, ao implementar políticas de redução das desigualdades sociais, propiciou

a ascensão social e política das classes populares. De modo prático, isso por percebido como perda de privilégios materiais e simbólicos. Tal discurso assumiu a forma de combate ao populismo estatizante que sistematizou a corrupção nos governos e aproximou a nação do comunismo.

Dessa maneira, a compreensão das manifestações pró-impeachment deve dirigir atenção mais ao antipetismo em si do que a finalidade objetiva da campanha de protestos, o afastamento da presidente. Isso porque o governo Dilma era interpretado por essa parcela da sociedade como representante daquele partido que deveria ser extirpado da cena política. O antipetismo, portanto, era a substância fundamental das mobilizações, com a habilidade de amalgamar, naquele momento, um conjunto de diferentes orientações políticas. Não que a destituição de Dilma não fosse importante, mas o impeachment era um meio de ferir o PT, seu adversário. Nesse sentido, tais manifestações eram, em primeira medida, a expressão nas ruas da força do antipetismo, fornecendo a agregação de um bloco antipetista.

Poucos dias após o primeiro ato, entusiasmados pelas demonstrações, os movimentos pró-impeachment convocam um segundo grande ato em favor do impeachment, agora para o dia 12 de abril de 2015. A resposta nas ruas não foi a esperada, com um público presente inferior às mobilizações anteriores e a sensação de que os protestos estavam enfraquecendo. O perfil socioeconômico dos manifestantes se manteve próximo da alta classe média, com uma única mudança no incremento de indivíduos de faixa etária superior. Contra o arrefecimento, seria necessário novas informações para animar os oposicionistas, era preciso mais pólvora para incendiar.

Entre a segunda e a terceira grande manifestação, pouco mais de quatro meses transcorridos, o governo acumulou sucessivas derrotas: em abril, a Lava Jato prendeu o ex-tesoureiro do PT, José Vaccari Neto; em julho, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Presidente da Câmara, anunciou sua saída da base aliada do governo; no começo de agosto, a 17ª fase da Lava Jato prendeu outra figura importante do PT, o ex-ministro José Dirceu. A crise política sobe um degrau significativo após esses eventos. Novos panelaços são registrados nos condomínios de edifícios da alta classe média dos grandes centros urbanos, no dia 06 de agosto, durante a exibição do programa nacional do PT, prenunciando a terceira grande mobilização que aconteceria dez dias depois[59]. A capa da

[59] FOLHA. Programa do PT é alvo de panelaço em 16 capitais e no DF; assista. Poder, 6 ago. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1665545-programa-do-pt-e-alvo-de-panelaco-em-nove-capitais-estaduais-e-no-df.shtml>. Acesso em: 13 out. 2022.

revista Veja estampava “República do Pixuleco”, em alusão ao termo utilizado pelo tesoureiro do partido para se referir à propina, e dizia que a Lava Jato chegava à esplanada dos ministérios. Desde então, o termo passou a significar propina nos documentos da Operação, nomeou a 17ª fase e batizou um símbolo da campanha pelo impeachment, um boneco inflável de doze metros de altura que representava o ex-presidente Lula vestido de presidiário e acorrentado pela “Lava Jato”.

A partir desse momento, verifica-se com maior frequência a exaltação da Operação Lava Jato e de suas figuras mais importantes, como o juiz Sérgio Moro, os procuradores da força-tarefa e até membros da Polícia Federal que eram encarregados de conduzir os alvos de inquérito, como foi o “Japonês da Federal”. São os novos salvadores da pátria, heróis da alta classe média que, em narrativa epopeica, por se situarem em um patamar moral superior ao dos políticos corruptos, conseguem reagir e combater a política corrupta. São inúmeros e recorrentes os cartazes em apoio à Polícia Federal, ao Ministério Público e à atuação do juiz Sérgio Moro. Como veremos no capítulo seguinte, a exaltação da técnica do direito, neutra e imparcial, é o que permite afirmar tal superioridade moral perante a política corriqueira da corrupção. Em Curitiba, foi levantada uma enorme bandeira em verde e amarelo que exibia um “Viva a Lava Jato”. Máscaras e bonecos em papelão do juiz, cartazes com “*Je suis Moro*”, camisetas estampadas com “Somos todos Moro” e até panfletos “Moro presidente, Deltan vice” são expostos nas manifestações e afirmam a defesa inconteste da operação.

Uma variedade significativa de jornais passa a notar essa perspectiva salvacionista reconhecida no juiz[60] e, numa entrevista a um veículo de imprensa, uma engenheira afirma que sua família toda estava indo ao ato “em apoio ao Sergio Moro, à justiça de um modo geral. Ao Ministério Público, que está fazendo um grande trabalho e à Justiça Federal, que é o que a gente precisa hoje, moralidade para o país”. A Lava Jato incendiava as ruas com sua enérgica atuação e com os vazamentos seletivos de relatórios de

[60] Ver os seguintes exemplares de jornais:
GAZETA. Apoio a Sergio Moro e Lava Jato ganha as ruas nas manifestações. 16 ago. 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/apoio-a-sergio-moro-e-lava-jato-ganha-as-ruas-nas-manifestacoes-3p6dtfajw6r4emj7vlhd7gc9y/>. Acesso em: 13 out. 2022.
ROSSI, Marina; BETIM, Felipe. Em protesto anti-Dilma, Sergio Moro vira herói e Renan é vaiado nas ruas. El Pais, Brasil. 17 ago. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/politica/1439766325_619975.html>. Acesso em: 13 out. 2022.
ZANATTA, Kênya. Juiz Sérgio Moro é herói de manifestação contra Dilma Rousseff na avenida Paulista. RFI. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/brasil/20150816-juiz-sergio-moro-e-heroi-de-protesto-contra-dilma-em-sao-paulo>. Acesso em: 16 ago. 2015.

investigação. Como retorno, passava gradualmente a representar o sentimento de luta contra o PT e a corrupção supostamente instalada no Estado brasileiro pelo partido.

A esse respeito, é preciso considerar o papel da grande mídia. Conforme Feres Jr., Barbabela e Bachini (2018), a cobertura dos grandes conglomerados midiáticos sobre os desdobramentos da Operação Lava Jato marca um novo paradigma de relacionamento entre a mídia e a política caracterizado pelo mutualismo. Os autores sustentam que, no plano prático, se estabelece uma aliança entre a grande mídia e as instituições do Sistema de Justiça, enquanto, no plano do discurso, a política é reduzida à corrupção, o que reforça a crença de que a solução para os problemas estaria na atuação técnica do direito exercida por juízes e promotores. Concluem, assim, que a grande imprensa teve impacto significativo nos rumos da Operação e na repercussão perante a sociedade.

Caso exemplar é a cobertura da revista Veja. De novembro de 2014 até junho de 2016, somente o juiz Sergio Moro, excetuando, portanto, todas as delações, operações e informações relativas a Lava Jato, foi capa de quatro edições, nas quais o magistrado era retratado como um paladino da defesa dos interesses nacionais ao combater o "petrolão" e alimentar a "esperança dos brasileiros de que corruptos vão para a cadeia". Na edição de retrospectiva de 2015, em 30 de dezembro, um rosto demonstrando seriedade do juiz era complementado por elogios a sua determinação e eficiência, além da mensagem de que "ele salvou o ano!". A cobertura da Veja reforçava não só a eficiência e a técnica do direito como meios para "vencer a corrupção", mas também a colocação do juiz como um herói destemido e corajoso.

Ainda nessa mesma linha, de acordo com Tatagiba (2018a, p. 125), é necessário também levar em conta o papel da grande imprensa no sentido de cobrir de maneira parcial as manifestações e inflá-las. Os protestos eram transmitidos ao vivo e comentaristas teciam suas considerações sobre as mobilizações. A ação das autoridades judiciais, decisiva para o sucesso do movimento oposicionista, estabelecia uma simbiose com a cobertura dos grandes veículos de comunicação. Os vazamentos seletivos de conversas que envolviam políticos petistas, a condução coercitiva do ex-presidente Lula e outras ações políticas da Justiça brasileira, em harmonia com a repercussão estrondosa e parcial que a mídia hegemônica conferiu aos casos, amplificaram a energia e a força dos protestos.

A essa altura, somado à pressão da cobertura midiática, o avanço da Operação Lava Jato sobre as ações governamentais e a oposição da alta classe média nas ruas, o governo Dilma também se via cada vez mais fragilizado no Congresso. Na avaliação de

Singer (2018, p. 189), a base parlamentar de apoio de Dilma já vinha diminuindo desde o momento em que a presidente optou por iniciar seu ensaio republicano e combater os focos de corrupção nas alianças do governo. O problema era que a faxina ética minava o sistema de alianças construído desde os governos Lula e esfacelava a sustentação do governo. Enquanto isso, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) organizava um bloco parlamentar sob seu comando, uma coalizão de sete partidos capaz de chantagear e acuar o governo quando fosse necessário (SINGER, 2018, p. 191). A bancada "cunhista" se fortaleceria no início de 2014 e elegeria seu líder como presidente da Câmara em 2015, que em julho desse mesmo ano anunciou seu rompimento com o governo.

O período entre o final do mês de novembro e o começo de dezembro de 2015 são de piora significativa do quadro de sustentação do governo. Primeiro, o governo é colocado mais uma vez na defensiva pela Polícia Federal ao ver seu líder no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), ser preso em flagrante por obstruir as investigações da Operação Lava Jato. No âmbito institucional, o governo Dilma vê o Presidente da Câmara liderar a oposição na Câmara dos Deputados e autorizar a abertura do processo de impeachment contra a presidente, protocolado ao final de outubro pelos juristas Miguel Reale Jr, Helio Bicudo e Janaina Paschoal.

Esse período marca também outra conquista relevante por parte daqueles interessados em debilitar o governo e criar as condições políticas para o afastamento da presidente. No final de novembro de 2015, o Datafolha publica os resultados de sua pesquisa sobre "o principal problema do país" e, segundo os entrevistados, pela primeira vez, desde o início da série em 1996, a corrupção se tornou o principal problema apontado pelos brasileiros. O índice esteve a maior parte do tempo, percorrendo governos FHC, Lula e parte do primeiro mandato de Dilma, sem entrar na casa dos dois dígitos. Foi com as mobilizações de junho de 2013 que o índice alcançou 11% e, depois de flutuar entre 9% e 14%, atingiu mais de 20% a partir de fevereiro de 2015. Após se tornar o principal problema do país, registrando 34% em novembro de 2015, chegou ao seu ápice em março de 2016 com 37%.

Chamamos atenção para esses dados por dois motivos principais. Se observarmos tais dados a partir das variáveis renda e escolaridade, veremos que, nos meses em que o índice começa a crescer significativamente, isto é, fevereiro de 2015 quando o percentual dobra, a evolução se deu impulsionada pelos indivíduos das faixas de renda superiores e com ensino superior completo. Em fevereiro de 2015, a média era de 21%, enquanto os entrevistados com renda familiar mensal acima de 10 salários mínimos e ensino superior

apresentavam 43% e 35%, respectivamente. Para os indivíduos de renda inferior e escolaridade até ensino médio, o principal problema era a saúde. Em novembro de 2015, a situação se manteve semelhante: 34% de média, 49% para acima de 10 salários mínimos e 45% para ensino superior.

Dessa maneira, os dados levantados confirmam dois aspectos da luta contra a corrupção durante a crise política do governo Dilma Rousseff. Em primeiro lugar, atesta seu caráter de classe média ao comprovar que a corrupção surge como principal problema do país pioneiramente pelas classes médias superiores. Em segundo lugar, demonstra o momento histórico no qual o combate à corrupção se alastra efetivamente no debate público, iniciando 2015 como uma pauta principalmente da classe média superior e se tornando a principal preocupação dos entrevistados somente após as três primeiras manifestações, atingindo seu auge após a manifestação de março de 2016. Por resultado, a associação entre a grande imprensa nacional, a Operação Lava Jato e a alta classe média conseguira difundir a ideologia anticorrupção nas classes populares e estabelecer a corrupção como principal chaga a ser combatida.

Assim, a corrupção surge como problema mais grave a ser enfrentado no seio das classes médias, especialmente sua fração superior. Foi a ação das classes médias superiores nas ruas, levantando a campanha pró-impeachment, e a atuação da burocracia de Estado lavajatista, combinada com os noticiários parciais da grande imprensa, que possibilitaram que a corrupção se tornasse, na narrativa construída e propalada pelos manifestantes, a razão pela qual o país se encontrava em péssima situação econômica e caos político. Ao final da última e maior manifestação, a corrupção já havia se tornado o mal determinante dos destinos da nação.

Pesquisadores de diversas matrizes teóricas têm ressaltado o caráter seletivo e instrumentalizado do discurso anticorrupção ao longo do ciclo neodesenvolvimentista. De acordo com Koerner e Schilling (2015, p. 82), o agente e o conteúdo da denúncia já denotam a inexistência de neutralidade, o que favorece cenário no qual a corrupção é utilizada como arma política. Para Avritzer (2018, p. 94), a vigorosa campanha da imprensa em relacionar os escândalos de corrupção ao PT processou de maneira seletiva as informações e alimentou a indignação também seletiva das mobilizações pró-impeachment. Analisando o lugar da corrupção nas crises políticas recentes, Martuscelli (2016) avalia que tais lutas não devem ser interpretadas como simples mentira ou incoerência, pois carregam conteúdo de classe. Mobilizada principalmente pelas classes médias, embora apresente um componente retórico universalista, a bandeira

anticorrupção assume feição seletiva e particularista na medida em que não se desvincula do processo político e evidencia uma posição frente a ele.

Em linha semelhante, Cavalcante (2015, p. 183) argumenta que a corrupção é estrutural a qualquer sistema político e se insere no interior dos conflitos entre classes, o que a torna necessariamente seletiva e orientada para fins diversos. Em suas pesquisas, sustenta também que a luta contra a corrupção se constrói amparada no meritocratismo, numa espécie de distorção da norma e do comprometimento com o ideal de igualdade de oportunidades que valida uma competição justa. Assim, a crítica à corrupção guarda estreita relação com a ideologia meritocrática. Por esse motivo, as classes médias se tornam a base social dos movimentos anticorrupção e defendem os agentes "imparciais" do Judiciário contra o "populismo" dos agentes políticos. A relação entre rejeição à corrupção e classes médias também é destacada por Boito Jr (2018, p. 261), cujo argumento é que essa classe social mantém uma percepção unívoca da corrupção como mal absoluto da sociedade capitalista proveniente da ideologia meritocrática e de sua condição econômica. Além disso, a corrupção se choca com a aparência universal e neutra do Estado capitalista, aspecto tão caro à reprodução das classes médias.

Por efeito, a cruzada anticorrupção, nesses casos, costuma assumir o aspecto de moralização da política, como uma ofensa a moralidade pública. A corrupção não é admitida como parte de uma estrutura mais ampla, como o modo de produção capitalista (BOITO JR, 2018, p. 259) ou a qualquer sistema político, mas é considerada de um ponto de vista moralista, deixando de ser produto de relações entre poder político e poder econômico, ou entre o Estado e o mercado, e se tornando um desvio de pessoas sem caráter, de políticos desonestos. Atributos morais são colados a indivíduos e o julgamento depende da avaliação da conduta, valores e crenças em termos binários – bem ou mal, certo ou errado. A corrupção, nessa concepção, não existe por derivação de uma estrutura ou de instituições, mas porque faltam pessoas de boa índole. Nesse sentido, a solução proposta pouco tem de profundidade, restringindo ora à identificação e punição de indivíduos específicos que apresentem comportamento imoral e ora a escolha eleitoral de "bons" e honestos políticos. Como veremos, essa cruzada esteve combinada com um empreendimento de agentes individuais em busca da moralização da política e que, portanto, se tornaram também referências éticas de política. Não surpreende o tratamento de herói dado às figuras como Joaquim Barbosa, Sergio Moro e Deltan Dallagnol.

Como exposto em capítulo anterior, não se trata de um fenômeno estritamente recente, pois o mesmo recurso fora utilizado em períodos anteriores da história política brasileira (SAES, 1985; BOITO JR, 1982). A título de exemplificação, e nos concentrando no período da Quarta República, discurso semelhante serviu para desgastar e derrubar o governo Vargas, entre 1951 e 1954, como estratégia política nas campanhas de Jânio Quadros e para justificar o golpe impetrado contra o governo de João Goulart (MARTUSCELLI, 2015, p. 114-117). Em todos esses casos mencionados, tal discurso esteve associado à ação política das classes médias insufladas pelo udenismo (DULCI, 1986). A bandeira anticorrupção, portanto, não é um artifício seletivo exclusivamente utilizado no processo político recente. Contudo, apesar da regularidade histórica, é inegável que, na conjuntura aqui analisada, a ideologia de combate à corrupção guarda particularidades em relação ao espírito udenista.

A bandeira anticorrupção emerge com maior vigor em meados de 2013 (TATAGIBA, 2018b), após a adesão massiva das classes médias às mobilizações de junho, mas se aprofunda e se torna um instrumento mais direto de desestabilização no segundo governo Dilma. A associação entre antipetismo e luta contra a corrupção era feita de maneira direta. A seletividade da bandeira anticorrupção reside no fato de que se trata de um discurso orientado para atingir o PT e, no máximo, sua base aliada.

> O *slogan* 'Fora CorruPTos' sintetiza essa interpretação segundo a qual o problema do Brasil é a corrupção, a causa da corrupção são os governos do PT e a superação do problema é o 'Fora PT, Fora Lula, Fora Dilma' (TATAGIBA, 2018b, p. 107).

Entretanto, qual seria a razão de tal orientação? Nos somamos à avaliação de Boito Jr. (2018, p. 258) de que o discurso contra a corrupção não é mero pretexto, mas também não é o motivo principal pelo qual a alta classe média elegeu o PT e seus governos como inimigos. Nesse sentido, a pauta anticorrupção não deve ser tratada como um discurso hipócrita ou dissimulado, mas é preciso reconhecer qual o conteúdo de classe e a quem se destina o juízo moral. A ideologia da corrupção encobre e dissimula os motivos fundamentais perseguidos pela oposição neoliberal ortodoxa e seus interesses de classe, sem que seja de todo ilusória. O discurso e a ação contra a corrupção são seletivos e se direcionavam às instituições-chave da política neodesenvolvimentista – BNDES e Petrobras – e aos partidos aliados. Para a alta classe média, mais importante ainda é combater as políticas sociais desenvolvidas pelos governos petistas. A camada superior da classe média tinha interesses econômicos e razões ideológicas próprias para se voltar contra os governos petistas. Como mencionamos, o resultado das políticas

neodesenvolvimentistas, sobretudo a ampliação de políticas sociais, ao permitir a inclusão social e política das classes populares, perturbou a normalidade meritocrática da alta classe média (CAVALCANTE, 2018) e turvou as fronteiras que dividem e asseguram a posição social privilegiada dessa fração na estratificação social.

Contudo, a corrupção não se refere estritamente à suposta má administração dos recursos públicos por parte dos governos petistas. A crítica das classes médias parece entrelaçar a corrupção com a crítica à ineficiência do Estado, como se esse fosse essencialmente permeado pela corrupção. Isso novamente reforça o "neoliberalismo de oposição" cujo objetivo é reduzir o raio de intervenção do Estado e, em conjunto, os impostos que são direcionados para práticas ilícitas. Em razão disso, é sintomático que os impostos tenham sido tão recorrentemente mencionados nas mobilizações da campanha pró-impeachment. Da perspectiva da alta classe média, a "elevada" carga tributária brasileira tinha dois possíveis destinos: ou servia para sustentar políticas sociais redistributivas, vistas como um meio de compra de voto do eleitorado mais pobre; ou para alimentar uma cadeia de corrupção na qual políticos se utilizavam dos recursos públicos para si ou para seus próprios partidos. No primeiro dos casos, Carneiro (2018, p. 21) já havia sugerido que as políticas sociais de redistribuição de renda costumam aguçar o conflito distributivo por desenvolver "em parcelas das camadas medias da população a convicção de que as políticas distributivas se fazem em seu detrimento". Entretanto, nos dois casos, era um desperdício de dinheiro público às suas custas.

As palavras de Deltan Dallagnol, procurador da República e membro da força-tarefa curitibana da Lava Jato, em seu livro sobre a operação sintetiza o raciocínio:

> Pagamos altos impostos confiando que o Estado dará conta deles, mas não é isso que acontece. Se essas mazelas decorressem da falta de dinheiro, eu entenderia. Mas as soluções não vêm porque grande parte das verbas se perde ao longo do caminho, indo pelo ralo da corrupção. (DALLAGNOL, 2017).

O enfraquecimento do governo e o surgimento de novas denúncias tornaram oportuno que a oposição antipetista organizasse outra nova grande manifestação, a última do ano de 2015 e a de número quatro na campanha. Em termos numéricos, a mobilização foi um fiasco, com um público inferior à metade daquela que tinha sido a menor das manifestações, de abril de 2015. Essa mobilização era, segundo os movimentos, uma preparação para outra organizada em março de 2016, período que coincidiria com o resultado da votação do impeachment. Novamente o palco de maior projeção nacional foi a Avenida Paulista, cuja estimativa de comparecimento, divulgada pelo Datafolha, foi de

40 mil manifestantes. Marca simbólica e estética dessa manifestação é a primeira aparição do "Pato amarelo da FIESP", um grande pato amarelo feito de borracha cujo propósito era simbolizar a campanha da entidade patronal contra o aumento de impostos e o retorno da CPMF.

Entretanto, algo estatisticamente significativo dessa mobilização, conforme dados do Datafolha a respeito de São Paulo, foi a acentuação de um perfil de alta classe média nos protestos. Todas as variáveis aqui consideradas – renda familiar mensal, nível de instrução formal, cor e sexo – registraram os maiores índices da campanha, o que nos permite afirmar que se tratava justamente do público mais engajado na luta antipetista e a favor do impeachment. A porcentagem de brancos alcança 80% do público presente, a idade média sobe para 48 anos e o percentual de indivíduos com ensino superior e renda familiar mensal de mais de 10 salários mínimos salta para 81% e 44%, respectivamente.

A quinta grande manifestação já vinha sendo planejada há algum tempo, mas novos acontecimentos incentivaram os organizadores e incendiaram os manifestantes. No final de fevereiro de 2016, o publicitário João Santana, responsável pelo *marketing* político dos candidatos presidenciais do PT nas eleições de 2006, 2010 e 2014, teve sua prisão decretada na 23ª fase da Operação Lava Jato. Os investigadores suspeitavam de que o pagamento das campanhas era oriundo de contratos na Petrobras, o que colocaria o governo ainda mais na mira das apurações, além de se aproximar mais de Lula e do partido. Menos de duas semanas depois, na fase seguinte, a Polícia Federal fazia operação na casa do ex-presidente Lula e, num espetáculo midiático, feito para repercutir nos canais de televisão e nos jornais, a Lava Jato decretou sua condução coercitiva. Na nota oficial do MPF, os procuradores argumentavam que "O ex-presidente Lula, além de líder partidário, era o responsável final pela decisão de quem seriam os diretores da Petrobras e foi um dos principais beneficiários dos delitos."[61]

O ex-presidente ainda veria, em 10 de março, três promotores do Ministério Público de São Paulo (MPSP) requisitarem sua prisão preventiva para garantir a "ordem pública" e evitar uma possível fuga. Cássio Conserino, José Carlos Blat e Fernando Henrique Araújo acusavam Lula de inflamar a população com uma coletiva de imprensa, fazer parte de uma rede violenta de ataque às instituições, usar dessa rede para evitar

[61] FOLHA. Há indício de que Lula recebeu verba desviada no petrolão, diz Procuradoria. Poder, 04 mar. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1746253-ministerio-publico-diz-que-lula-foi-dos-maiores-beneficiarios-de-esquema.shtml>. Acesso em: 20 out. 2022.

investigações e, por fim, ainda criticavam Dilma por defendê-lo. O ativismo judicial dos promotores foi tamanho que recebeu críticas mesmo da oposição tucana. Os líderes do PSDB no Senado e na Câmara, Cássio Cunha Lima (PB) e Carlos Sampaio (SP), pedindo prudência, declararam estranhar o pedido que fugia da "normalidade processual" e a falta de provas.[62]

Tabela 9
Perfil socioeconômico dos manifestantes pró-impeachment em São Paulo

Data de realização		15/03/2015	12/04/2015	16/08/2015	13/12/2015	13/03/2016
Estimativa de público		210 mil	100 mil	135 mil	40 mil	500 mil
Sexo	Masculino	63%	56%	61%	58%	57%
	Feminino	38%	44%	39%	42%	43%
Idade	12 a 20 anos	6%	5%	5%	3%	4%
	21 a 25 anos	9%	6%	6%	4%	5%
	26 a 35 anos	28%	19%	19%	16%	19%
	36 a 50 anos	36%	30%	30%	30%	33%
	mais de 51	21%	40%	40%	47%	40%
Nível de instrução formal	Fundamental	2%	3%	4%	4%	4%
	Médio	21%	20%	20%	16%	18%
	Superior	76%	77%	76%	81%	77%
Renda familiar mensal	Até 2 S.M	7%	6%	6%	6%	6%
	De 2 a 5 S.M	22%	22%	21%	20%	25%
	De 5 a 10 S.M	27%	24%	25%	25%	26%
	Acima de 10 S.M	41%	41%	42%	44%	37%
Cor	Branca	69%	73%	75%	80%	77%
	Parda	20%	18%	17%	12%	15%
	Preta	5%	4%	3%	4%	4%
	Outra	5%	5%	5%	4%	3%

Fonte: CAVALCANTE; ARIAS, 2019.

É inegável que a condução coercitiva e os desdobramentos do pedido de prisão de Lula inflamaram os antipetistas presentes na quinta grande mobilização, que marcharam exigindo o afastamento de Dilma, a prisão do ex-presidente e em defesa da Operação Lava Jato. Realizada no dia 13 de março de 2016, o ato superou em muito as expectativas e anunciou a maior manifestação da campanha. Em São Paulo, segundo o Instituto

[62] ALESSI, Gil; ROSSI, Marina; BENITES, Afonso. Pedido de prisão de Lula para "garantir a ordem" acirra ânimos na crise. El Pais, Brasil, 11 mar. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/11/politica/1457658026_242809.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

Datafolha, foi o maior ato político registrado na cidade, com 500 mil participantes. A exaltação das figuras que encabeçavam a Operação Lava Jato, sobretudo o juiz Sergio Moro, se repetiu, reafirmando todo apoio das manifestações àqueles identificados com o cerco ao PT. Com um adicional: os promotores do MPSP que pediram a prisão preventiva de Lula também foram lembrados em palavras de ordem, como "Lula molusco, pode esperar, o Conserino vai te pegar". Uma manifestante, na avenida Paulista, afirmou que Moro "é um orgulho nacional. Representa tudo que a gente quer". Outra, usando uma máscara do Japonês da Federal, disse que era preciso "mororizar o país". O reconhecimento na quinta grande manifestação foi tão grande que Moro, em feito inédito, divulgou nota agradecendo o apoio às investigações daqueles que se reuniram para protestar contra a corrupção.[63] A marca estética e sonora dos protestos se manteve: símbolos nacionais, bandeiras do país, acessórios em verde e amarelo, camiseta da seleção nacional de futebol e hino nacional.

Tais marcas nos remetem a mais um dos elementos ideológicos expostos na campanha pró-impeachment, que convém recordar não são estanques, mas entrelaçados mutuamente. Sugerimos que a associação entre os símbolos nacionais e a defesa incondicional das instituições identificadas com a Operação Lava Jato conformam um nacionalismo das classes médias cuja base são a defesa de um ideal de nação, a definição de um povo e uma direção para os interesses nacionais. Nosso objetivo foi analisar de que maneira a alta classe média se apropriou da ideologia nacional e, conjuntamente, qual foi o conteúdo de classe imbuído em sua definição de interesses nacionais. A apropriação da ideologia nacional forma a sua própria interpretação do que são os "reais" interesses nacionais e, por consequência, evidenciam a disputa em torno da política de Estado. Na prática, se a alta classe média discordava das políticas econômica, externa e social dos governos petistas, o seu nacionalismo e a definição dos interesses nacionais demarcavam qual seria o redirecionamento necessário na política de Estado.

Antes de entrarmos diretamente nessa avaliação, é importante fazer uma discussão preliminar. Estamos cientes da "ambiguidade política-ideológica" (KAYSEL, 2014, p. 87) que constitui o debate em torno das formas de apropriação da ideologia nacional, de tal forma que o nacionalismo pode ser utilizado para designar a ideologia de movimentos

[63] FOLHA. Juiz Sergio Moro, da Lava Jato, é exaltado como herói em protestos. Poder, 13 mar. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749519-sergio-moro-e-exaltado-como-heroi-nacional-na-paulista.shtml>. Acesso em: 20 out. 2022.

tão distantes e até opostos, da extrema-direita até a esquerda, de nacionalistas chauvinistas até anti-imperialistas. Fazemos tais apontamentos, destacando que há uma disputa no sentido da nação, justamente para complexificar a relação entre nacionalismo e classes sociais e não atribuir um sentido unívoco à ideologia nacional, como parte do campo marxista fez ao estabelecer o nacionalismo como exclusivamente uma ideologia burguesa ou pequeno-burguesa. O nacionalismo no Brasil não foi somente expressão dos setores mais conservadores, liberais ou à direita do espectro ideológico, tendo sido importante na integração política das classes populares num contexto de condição periférica ao imperialismo (KAYSEL, 2014). Contudo, cabe pontuar que, se o nacionalismo não é necessariamente de classe média, quando ele é agitado pelas classes médias, ele vai carregar em si conteúdos de classe específicos. Nesses termos relacionais e não essencialistas, em que o objetivo é menos dizer o que ele é essencialmente e mais apontar como a classe influi na apropriação da ideologia nacional em determinadas conjunturas concretas, o que se observou na conjuntura analisada foi a constituição do nacionalismo como elemento ideológico de uma camada da classe média à direita dos governos petistas.

Sendo assim, tomamos como objeto de observação o comportamento reivindicativo das mobilizações pró-impeachment – sua estética, pautas, cartazes, palavras de ordem, etc –, que indicam alguns sentidos para o nacionalismo performado, colocado pelos manifestantes sob a alcunha de patriotismo. Dito de outra forma, os sentidos desse nacionalismo estão externalizados em um conjunto articulado de referências nacionais que, consideradas legítimas e valorizadas pelos "patriotas", simbolizam o ideal de nação. As referências mais recorrentes são a bandeira nacional, o hino nacional e a camiseta verde-amarela da seleção masculina de futebol. Além disso, em um determinado momento, as mobilizações pró-impeachment ficaram recheadas de referências às figuras da Operação Lava Jato, bem como mensagens de apoio e agradecimento: "#somostodosmoro", "O povo apoia a Lava Jato", bonecos de papelão e máscaras de Sérgio Moro, Deltan Dallagnol e, inclusive, de figuras de menor presença, como o "Japonês da Federal" e os promotores do MPSP. Vejamos, então, os sentidos encontrados no nacionalismo lavajatista: anticomunismo/antipetismo, apego à neutralidade do Estado e burocracia de Estado como "partido" em defesa do Brasil.

Em primeiro lugar, é preciso considerar o entrelaçamento do nacionalismo com a bandeira anticorrupção e, especialmente, o anticomunismo. A ideologia nacional apropriada pelos manifestantes rejeita não só o PT, mas também todos aqueles considerados socialistas que são identificados como semelhantes ou aliados, o que

engloba países como Cuba e Venezuela. Outro termo muito utilizado pelos manifestantes para se referir a esse conjunto de países era “bolivarianismo”. Nos atos, era muito comum encontrar palavras de ordem ou cartazes com dizeres como “Vai para Cuba”, “Fora bolivarianos” ou “O Brasil não irá virar uma Venezuela”. Dessa maneira, tais expressões evidenciam, ao identificar Cuba e Venezuela como experiências socialistas aliadas aos governos do PT, que o nacionalismo rejeita o socialismo ou comunismo e, por consequência, exclui do que concebem como povo-nação aqueles que são considerados petistas, socialistas ou comunistas.

Em segundo lugar, reivindica-se a neutralidade do Estado, isto é, a não colocação de interesses partidários acima de interesses nacionais, ou como um cartaz dizia “Lute pelo seu país, não pelo seu partido”. A ideologia dominante produzida pelo Estado burguês, em seus efeitos de isolamento e representação de unidade (POULANTZAS, 2019[1968]), apresenta a instituição com um caráter neutro e universal. Dessa forma, apegados à neutralidade, a alta classe média compreende que a política de Estado dos governos petistas "dividiu" o país – em pobres e ricos, em negros e brancos, em nordestinos e sudestinos –, e "privilegiou" as camadas populares por meio de políticas sociais. Assim como a corrupção é vista como uma forma de driblar as regras do jogo e desvalorizar a ideologia meritocrática (CAVALCANTE, 2018), algumas políticas sociais eram tidas como “privilégios”, na concepção da alta classe média, que beneficiavam uns em detrimento daqueles que se esforçavam para tal.

Na pesquisa de Ortellado, Solano e Nader (2015), realizada no ato de agosto de 2015, a oposição às cotas era declarada por 79,5% dos manifestantes, que as consideravam geradoras de privilégios e racismos. Algo semelhante se passava com o Bolsa Família, que era visto como um estímulo para que pessoas não trabalhassem. Em síntese, não havia espaço para políticas de redistribuição de renda, tampouco para cotas étnico-raciais, pois essas eram lidas como políticas particularistas e ausentes do dever do Estado, que deve agir de maneira neutra, sem “privilegiar” setores sociais.

Por fim, levando em conta a rejeição ao bolivarianismo do PT e o apego à neutralidade do Estado, a alta classe média se apoiou naqueles que podiam, de forma técnica, neutral e imparcial, se contrapor ao presumido projeto de “partidarização do Estado”. Em suma, aqueles que podiam se apresentar como representantes legítimos do povo-nação, aparentemente isolados de interesses partidários: a burocracia de Estado. Nesse caso, não o conjunto integral da burocracia, mas uma parte dela que, mediante a Operação Lava Jato, traduziu juridicamente o antipetismo, deu uma resposta aos

interesses dessa fração de classe e se apresentou como uma representação "técnica, neutra e impessoal", em nome do Brasil. Em outros termos, valoriza-se a atuação e a legitimidade da burocracia de Estado como verdadeira representante dos interesses nacionais. Forma-se, portanto, uma espécie de “partido” em nome do Brasil e, consequentemente, a defesa dos interesses da Nação, em especial o combate à corrupção, passa a estar a cargo de parte da burocracia de Estado, notadamente Ministério Público Federal, Polícia Federal e setores do Judiciário.

Um cartaz de um manifestante sintetiza bem nosso argumento: “Não se trata de direita contra esquerda. Não se trata de ricos contra pobres. É a nação contra a corrupção”. Aqui, encontramos todos os elementos ideológicos analisados: antipetismo como divisor nacional, bandeira anticorrupção e nacionalismo. O que o conteúdo desse cartaz evidencia é justamente a tentativa de agregar a sociedade dividida pelos governos petistas em uma só nação e uma definição da luta contra a corrupção, tendo em vista que ela desvirtua a nação de seu rumo, como bem maior de interesse nacional. Era preciso a emergência de um partido que se colocasse em defesa do Brasil e que se contrapusesse aos desmandos “partidarizados” do PT e de Lula.

Em conclusão, argumentamos que, sob a alcunha de patriotismo e produzido pela alta classe média, havia a conformação de um nacionalismo lavajatista guiado pelo antipetismo. Nossa análise desse conjunto de referências buscou sustentar que, para além da simbolização do partido em defesa do Brasil, eles denotam a defesa de um ideal de nação e apontam uma direção para os interesses nacionais: combate à corrupção, luta contra o partido que retirou o Estado de seu ponto de neutralidade e universalidade e uma representação política técnica, neutra e impessoal. A nação ideal seria unida, comandada pelos autodenominados patriotas, e os interesses nacionais estariam livres do bolivarianismo e da corrupção.

Para finalizar, é conveniente para os fins desta pesquisa analisar outros dados levantados nas manifestações pró-impeachment que exploram as posições políticas dos manifestantes. Em resumo, os dados apontam para um vínculo de representação política estabelecido entre PSDB e alta classe média, contudo, a queda na preferência partidária, em conjunto com outras observações das manifestações, indica um enfraquecimento desse vínculo. Três tipos de dados são relevantes para nossos fins: voto nas eleições presidenciais de 2014, preferência partidária e melhor presidente que o país já teve.

Conforme os dados, o público presente nas cinco principais manifestações pró-impeachment votou de modo majoritário em Aécio Neves, candidato do PSDB à presidência. De acordo com a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA) nos dias 15 de março de 2015 e 13 de março de 2016, no primeiro turno 65% e 62% dos entrevistados declararam ter votado em Aécio Neves, candidato tucano, enquanto apenas 15% e 11% declararam voto em Marina Silva. Já no segundo turno do pleito, os dados levantados pela FPA e pelo Instituto Datafolha indicam uma porcentagem média de 81% de votos em Aécio contra a candidata do PT. Ainda vale mencionar que, na quinta manifestação, única com os dados segmentados, o percentual aumenta à medida em que a renda e a escolaridade dos manifestantes crescem. Dessa forma, é possível depreender que, mesmo entre os manifestantes pró-impeachment, a probabilidade de voto em Aécio era maior nos estratos superiores.

Consideramos relevante também a resposta dos entrevistados à pergunta sobre qual teria sido o melhor presidente que o Brasil já teve. Para 60% do público da quinta manifestação, "FHC" foi o melhor presidente que o país já teve, seguido por "Nenhum (8%)" e "Juscelino Kubistchek (7%)". Aqui, o percentual também cresce à medida em que observamos os estratos superiores de renda e instrução formal. Assim, o alto percentual de votos em Aécio e a escolha de FHC como melhor presidente do país indicam uma forte aceitação dos tucanos entre os manifestantes antipetistas, sobretudo entre aqueles das faixas de renda superiores e com ensino superior.

Por fim, os dados referentes à preferência partidária também indicam que o PSDB era o partido mais escolhido pelos antipetistas presentes nas manifestações. Segundo o Datafolha, o percentual de entrevistados que afirmam ter o PSDB como partido preferido se inicia, na primeira manifestação, com 37% e se encerra, na quinta manifestação, com 21%. Essa queda considerável em termos percentuais, aliada a outros elementos, como as vaias recebidas por lideranças tucanas na última manifestação e os cartazes "Aécio Never" e "Cadê o dinheiro da merenda?", parece indicar um enfraquecimento na relação de representação política. Esse será o tema do próximo capítulo.

Tabela 10

Voto em Aécio no segundo turno das eleições presidenciais de 2014 nas manifestações pró-impeachment

Data da manifestação	Percentual de votos	Voto em Aécio no dia 13/03/2016 conforme renda e instrução				
15/03/2015	82%	**Renda Familiar Mensal**				
12/04/2015	83%	Até 2 S.M	De 2 a 5 S.M	De 5 a 10 S.M	Mais de 10 S.M	
16/08/2015	77%	61%	74%	80%	86%	
13/12/2015	84%	**Nível de instrução formal**				
13/03/2016	79%	Fundamental		Médio	Superior	
		55%		67%	84%	

Fonte: Pesquisas do Instituto DataFolha. Elaboração própria.

Tabela 11 - Melhor presidente do Brasil conforme manifestantes pró-impeachment

	MÉDIA	Até 2 S.M	De 2 a 5 S.M	De 5 a 10 S.M	Mais de 10 S.M	Fundamental	Médio	Superior
FHC	60%	33%	52%	61%	69%	36%	46%	64%
Juscelino	7%	10%	7%	7%	8%	7%	9%	7%
Getúlio	5%	7%	7%	4%	4%	4%	7%	5%
Lula	2%	8%	2%	2%	2%	7%	3%	2%
Outros	11%	14%	13%	13%	7%	21%	16%	9%
Nenhum	8%	18%	11%	7%	5%	6%	11%	7%
Não sabe	7%	10%	8%	6%	5%	19%	8%	6%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa do Instituto DataFolha aplicada em 13/03/2016. Elaboração própria.

Tabela 12 - Preferência pelo PSDB nas manifestações pró-impeachment

Data	15/03/2015	12/04/2015	16/08/2015	13/12/2015	13/03/2016
Percentual	37%	32%	33%	30%	21%

Fonte: Pesquisas do Instituto DataFolha. Elaboração própria.

3.4 O posicionamento e a atuação das entidades representativas dos médicos e dos advogados na crise política do segundo governo Dilma

Com o intuito de fornecer mais evidências empíricas da emergência da alta classe média como força social, à luz dos elementos ideológicos constatados na campanha pró-impeachment, analisaremos também o posicionamento e a atuação das entidades representativas dos médicos e advogados, duas categorias típicas dessa fração. O objetivo aqui é compreender como essas categorias se posicionaram nessa conjuntura, como uma expressão dessa camada social, e confirmar se os elementos ideológicos encontrados nas manifestações reverberaram dentro das entidades.

a. "Nação é a antítese da divisão (...) Nosso partido é o Brasil, e nossa ideologia é a Constituição Federal": o posicionamento e a atuação da OAB na crise política do segundo governo Dilma

A entrada da OAB na discussão pelo impeachment foi motivada pela rejeição das contas por parte do Tribunal de Contas da União (TCU), no início de outubro de 2015. A princípio, decidem por criar uma comissão com o objetivo de elaborar um parecer que avaliasse a responsabilidade de Dilma nas infrações presentes nas contas. Entretanto, por três votos a dois, os conselheiros julgaram que as ações referentes aos mandatos anteriores não poderiam fornecer razão jurídica para um afastamento da presidente.[64] A pequena margem resume a controvérsia jurídica em torno dos requisitos constitucionais. Em dezembro de 2015, o presidente nacional da OAB a época, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, afirmava que a maquiagem das contas públicas por parte do governo federal era prática recorrente e repudiável, mas que os juristas estavam divididos sobre o embasamento legal.

A postura da entidade viria a ser alterada, em fevereiro de 2016, com a eleição de Claudio Lamachia, reconhecido publicamente por adotar uma conduta de maior enfrentamento ao governo federal. Em seu discurso de posse, com forte tom nacionalista, Lamachia destacou que a primeira das pautas a ser enfrentada pelo Brasil era o combate à corrupção, "verdadeira chaga deste país". Foi a corrupção, segundo o novo presidente da OAB, que colocou o país em uma crise ética e moral sem precedentes, cuja saída demandaria a reunificação do Brasil e o resgate dos ideais e valores da coletividade nacional. Para Lamachia, a "nação é a antítese da divisão, e com essa não pode conviver. (...) [Nação] é a convicção de um viver coletivo". O advogado segue seu discurso em tom triunfante: "Chegou a hora de reunificar o Brasil (...). Nosso partido é o Brasil, e nossa ideologia é a Constituição Federal.".

O clima de apoio ao afastamento da presidente já vinha sendo construído nos bastidores da entidade. A Secional Paulista, por exemplo, expressou seu endosso às manifestações programadas para 13 de março de 2016, destacando o direito do cidadão de se posicionar frente às "sucessivas denúncias de corrupção, desmandos no trato da coisa pública e na prevalência contínua de interesses privados (...), além do gravíssimo

[64] TOKARNIA, Mariana. OAB adia decisão sobre impeachment de Dilma para ampliar análise dos fatos. Agência Brasil: Empresa Brasileira de Comunicação. 1 dez. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-12/oab-adia-decisao-sobre-impeachment-de-dilma-para-ampliar-analise-dos-fatos>. Acesso em: 12 jun. 2022.

quadro recessivo de nossa economia com aumento de desemprego, inflação elevada, queda da atividade empresarial e do PIB do país". Nessa mesma nota, concluía afirmando que seu conselho interno havia decidido levar a posição em favor do impeachment para discutir no Conselho Federal da OAB.[65]

No mês seguinte à eleição de Lamachia, o Conselho Federal da OAB decidiu apoiar o pedido de impeachment da presidente, após o voto favorável de 26 das 27 bancadas de conselheiros. O presidente da entidade confirmou a possibilidade de um afastamento baseado em um "processo responsável e técnico" e focado em dois aspectos: ofensa legal e comportamento comissivo e omissivo por parte da chefe do Executivo. O pedido da OAB incluía a prática das pedaladas fiscais, a renúncia fiscal concedida à FIFA para a Copa do Mundo de 2014 e uma suposta interferência na Operação Lava Jato. Dez dias depois, a OAB decidiu protocolar um novo pedido de impeachment, mais amplo que aquele em tramitação, somando às pedaladas fiscais as novas acusações que implicariam em crimes de responsabilidade.

Outro momento significativo da participação da OAB na defesa pelo impeachment se deu no ato organizado pelo movimento "Juristas pelo Impeachment" no Largo de São Francisco[66]. O evento organizado por ex-alunos e professores da instituição, que ficou muito conhecido pelo discurso de Janaina Paschoal, que também era conselheira na OAB-SP, contou com a presença dos presidentes da OAB Federal, OAB-SP, IASP (Instituto dos Advogados de São Paulo) e APMP (Associação Paulista do Ministério Público). As palavras de ordem do ato reuniam "Fora, Dilma!", "o PT roubou", "a nossa bandeira jamais será vermelha", "Lula, cachaceiro, devolve o meu dinheiro" e coros em exaltação ao juiz Sérgio Moro. Os manifestantes, enrolados em bandeiras do Brasil, ainda cantaram o hino nacional.

Em suma, a participação da OAB não foi fundamental do ponto de vista da elaboração e da protocolização do pedido, como o próprio presidente afirmou em entrevista. A entidade não foi a autora do documento aceito e, como Eduardo Cunha

---

[65] OAB-SP. Nota - Direito e respeito à manifestação pública. Notícias. 11 mar. 2016. Disponível em: <https://www.oabsp.org.br/noticias/2016/03/nota-direito-e-respeito-a-manifestacao-publica.10700>. Acesso em: 2 jul. 2022.

[66] MARRA, Renan. 'Acabou a República da Cobra', diz autora do pedido de impeachment. Folha de São Paulo. Poder, 4 abr. 2016. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1757474-acabou-a-republica-da-cobra-diz-autora-da-denuncia-de-impeachment.shtml>. Acesso em: 2 jul. 2022.

afirmou, “chegou um pouquinho atrasada”[67]. A função da OAB, nesse caso, foi de conferir legitimidade ao processo. Ainda nessa mesma entrevista, é possível encontrar dois aspectos da atuação legitimadora da OAB. Durante todo o percurso da Ordem para avaliar o afastamento da presidente, Lamachia fez questão de ressaltar o caráter técnico do parecer da entidade e de seu pedido. Nessa perspectiva, a busca pelo amparo técnico-jurídico, relativo às normas técnicas do direito, legitimaria o processo ao se afastar das “questões políticas, ideológicas ou partidárias”, recusando qualquer vinculação com a oposição e se afirmando como representantes dos cidadãos no campo jurídico.

O discurso técnico e pretensamente apolítico da Ordem tentava se contrapor justamente aos governos petistas. Lamachia, ao ser questionado sobre a unidade interna da instituição, afirmou que havia grupos que, por serem parte da base petista e estarem ideologicamente vinculados, se sentiram contrariados. Assim, baseando-se em fatos e leis e aplicando o conjunto de conhecimentos e métodos do direito, a entidade reforçaria seu papel de garantidores da Constituição Federal e do direito dos cidadãos em oposição à “ideologização do direito” e do governo.

Em segundo lugar, a justificação jurídica se amparava em elementos que, se acumulando, formariam um “conjunto da obra”. O termo, que saiu do meio jurídico para a cena política, foi uma saída encontrada pelo presidente da OAB para justificar e legitimar o afastamento da presidente não com base em um fato específico que contrariasse a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas em um conjunto de provas que denotasse uma conduta irresponsável e ilegítima da presidenta. No centro desse “conjunto da obra” estariam a corrupção e a impunidade, “engrenagens ocultas que drenam os recursos de nosso país”.

Em depoimento registrado no evento “Juristas pró-impeachment”, organizado pelo PSDB e pelo DEM, em abril de 2016, Pedro Henrique Reinaldo, membro do Conselho Federal da OAB, ilustra argumento semelhante. O conselheiro defendeu que o Brasil viveu duros “golpes” durantes os governos do PT, enquanto a sociedade brasileira esteve anestesiada por um falso crescimento econômico. “Nós, os deputados, a oposição e a classe média fomos omissos por muitos anos, (...) e essa anestesia não nos fez perceber

[67] CÂMARA. Cunha: OAB chegou atrasada para pedir impeachment de Dilma. Política e administração pública, 28 mar. 2016. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/noticias/484119-cunha-oab-chegou-atrasada-para-pedir-o-impeachment-de-dilma/>. Acesso em: 3 jul. 2022.

vários crimes. Agora há dois ex-tesoureiros na cadeia, mas falta o autor intelectual. Por isso, o modus operandi se perpetuou".[68]

Além da OAB, outras entidades representativas dos advogados também manifestaram sua posição. A Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), entidade com mais de 90 mil associados, pediu publicamente o impeachment da presidente, julgando-o necessário sob o aspecto ético e político[69]. Ao repudiar a defesa do Advogado-Geral da União, José Eduardo Cardozo, qualificando-a como útil a fins político-partidários e desviante de suas funções institucionais, outras cinco[70] entidades também se posicionaram. A nota assinada criticava o "tom político" das declarações da AGU e questionava duramente o argumento de Cardozo a respeito do golpe parlamentar.

Como é possível depreender dos documentos, das entrevistas e do discurso de posse de Lamachia, os elementos ideológicos presentes na atuação da alta classe média se repetiram na atuação das entidades representativas dos advogados, ainda que de maneira compatível com o campo jurídico. A justificativa para o impeachment dada pelo presidente da OAB à época era de que o "conjunto da obra", isto é, o excesso de corrupção e impunidade, legitimariam o afastamento da presidente. Nesse sentido, a bandeira anticorrupção, "a verdadeira chaga" que colocou esse país numa crise sem precedentes, foi central para o posicionamento da entidade. Adiciona-se também o apego ao nacionalismo como forma de reunificar o país, feito que seria atingido somente com a defesa de um partido em nome do Brasil. Por fim, a rejeição ao PT veio sob a cobertura do amparo técnico-jurídico, relativo às normas técnicas do direito, que afastaria a "ideologização do direito" e a divisão do país perpetradas pelos governos petistas.

---

[68] PEDRUZZI, Pedro. Oposição e juristas defendem legalidade do processo de impeachment. Agência Brasil: Empresa Brasileira de Comunicação. 14 abr. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/oposicao-e-juristas-defendem-legalidade-do-processo-de-impeachment>. Acesso em: 3 jul. 2022.

[69] VASCONCELOS, Frederico. Associação dos Advogados de São Paulo pede impeachment de Dilma. Folha de São Paulo. Poder, 18 mar. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751609-associacao-dos-advogados-de-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma.shtml>. Acesso em: 3 jul. 2022.

[70] ANAFE (Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais), ANAUNI (Associação Nacional dos Advogados da União), ANPREV (Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais), ANAJUR (Associação Nacional dos Membros da Carreira da AGU) e APBC (Associação Nacional dos Procuradores do Banco Central).

b. O Aedes político e a vacina da Lava Jato: o posicionamento e a atuação das entidades médicas na crise política do segundo governo Dilma

Assim como analisamos a atuação e o posicionamento da principal entidade representativa dos advogados, veremos como as entidades representativas dos médicos atuaram e se posicionaram ao largo da campanha pró-impeachment. Para isso, iniciamos com alguns passos atrás, quando a relação entre governos petistas e médicos já vinha se deteriorando. Em pesquisa cujo propósito foi analisar as interações governo-corporação médica na política de saúde brasileira entre 2003 e 2015, Dias (2018) mostrou que a relação entre os governos petistas e as entidades médicas transitou de um diálogo negociado, nos períodos de Lula, para um acúmulo de tensões e mobilizações médicas, de 2011 a 2015. Nesse sentido, os governos Dilma, que aqui nos interessam, foram marcados pela ampliação das tensões interativas nos períodos iniciais e, em seguida, de 2013 até o fim do mandato, o diálogo se esgotou e as entidades médicas romperam com o governo federal.

Nessa mesma linha, Gomes e Merhy (2017) destacam que a disputa em torno de aspectos centrais da política de saúde já havia acirrado as tensões entre as entidades médicas e o governo federal desde o início do período Dilma. A partir de 2012, segundo Dias (2018), quando o tema da fixação e provimento de médicos se tornou prioritário para a agenda do governo, constatou-se uma conduta governamental de pouca abertura ao diálogo e predomínio nas decisões. Em paralelo, a implementação da Lei de Cotas para o Ensino Superior, em 2012, ao estabelecer uma reserva de 50% das vagas nas instituições federais de ensino superior para estudantes oriundos de escola pública, com fatias para pretos, pardos e indígenas, também desencadeou rejeição por parte da categoria, justamente por atingir em cheio um importante mecanismo de reprodução de sua profissão e por supostamente questionar a validade dos mecanismos meritocráticos.

As tensões, que iam se acumulando ao longo do mandato de Dilma, encontraram um marco de ruptura da relação entre entidades e governo após o anúncio do lançamento do Programa Mais Médicos (PMM). O lançamento do Mais Médicos, no ano de 2013, se tornou representativo por desencadear rejeição formal de todas as entidades médicas, que se posicionaram contrárias à implantação do programa. Exemplo dessa unidade foi o lançamento de uma edição especial da revista de tiragem mensal do Conselho Federal de Medicina (CFM), em parceria com as outras entidades, cujo tema era a mobilização

médica, demonstrando todas as formas de resistência por parte das entidades e apontando os problemas do PMM.

Sendo assim, o posicionamento das três mais importantes entidades médicas – CFM, Associação Médica Brasileira (AMB) e Federação Nacional dos Médicos (FENAM) – sobre os governos Dilma e a política de saúde em 2015 e 2016 esteve fortemente marcado pela reação à implantação do Mais Médicos. Com posicionamento unificado, a AMB, CFM, Fenam e ANMR (Associação Nacional dos Médicos Residentes), em notas oficiais[71] e pronunciamentos dos seus representantes, denunciaram o caráter eleitoreiro[72], midiático e oportunista[73], a formação deficiente dos profissionais cubanos e bolivianos, em tom discriminatório (SOARES ET AL, 2017), além de má gestão e corrupção na política de saúde.

As estratégias desenvolvidas pelas entidades médicas envolveram protestos de rua[74], convencimento parlamentar, rompimento com o governo e abandono de comissões[75], questionamento judicial da atuação dos médicos cubanos no país e a tentativa de desgastar o PMM na sua implementação perante a opinião pública. Dali em diante, como destacam Dias, Lima e Lobo (2021, p. 95), a luta contra o PMM "passou a compor uma agenda de oposição ao governo Dilma e a orientar um conjunto mais amplo de críticas às ações que envolviam a política de saúde", incluindo a política econômica dos governos petistas. Além disso, a frente conduzida pelas entidades passou a destacar a má gestão dos recursos públicos, estabelecendo uma associação com movimentos ligados à Operação Lava Jato e as medidas anticorrupção defendidas pelo Ministério Público Federal.

---

[71] CRM-TO. Carta das entidades médicas aos brasileiros. Notícias, 9 jul. 2013. Disponível em: <https://crmto.org.br/noticias/carta-das-entidades-medicas-aos-brasileiros/>. Acesso em: 4 out. 2022.

[72] LIMA, Carlos Vital T. C. Programa Mais Médicos vem sendo eficaz? Não. Folha de São Paulo. Tendências/debates, 15 ago. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/08/1668999-programa-mais-medicos-vem-sendo-eficaz-nao.shtml>. Acesso em: 4 out. 2022.

[73] SÁ, Danilo. CFM diz que o programa Mais Médicos é 'demagógico' e 'eleitoreiro'. Folha de São Paulo. Cotidiano, 13 set. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1341847-cfm-diz-que-o-programa-mais-medicos-e-demagogico-e-eleitoreiro.shtml>. Acesso em: 4 out. 2022.

[74] NUBLAT, Johanna. Médicos marcam novo protesto contra governo para esta terça. Folha de São Paulo. Equilíbrio e saúde, 15 jul. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2013/07/1311313-medicos-marcam-novo-protesto-contra-governo-para-esta-terca.shtml>. Acesso em: 4 out. 2022.

[75] NUBLAT, Johanna. Entidades médicas rompem com governo e abandonam comissões. Folha de São Paulo. Cotidiano, s/d. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/119830-entidades-medicas-rompem-com-governo-e-abandonam-comissoes.shtml>. Acesso em: 4 out. 2022.

É curioso notar o posicionamento incisivo até do CFM, órgão de regulação do exercício profissional dos médicos, portanto, uma entidade menos politicamente exposta e mais próxima de um suposto discurso técnico. Seu então presidente, Roberto Luiz D´Ávila, disse em entrevista que a defesa do governo federal pela vinda de médicos cubanos no Mais Médicos tinha como pano de fundo a catequização do "povo mais carente e vulnerável do Brasil, já que o governo de Cuba tem ligações ideológicas com o PT, partido da presidente"[76]. Sua oposição ao programa era uma demonstração de associação direta entre o PT e o comunismo.

Outro texto significativo, também publicado no portal da entidade e escrito em março de 2014 pelo então vice-presidente do CFM, que viria assumir a presidência em outubro do mesmo ano, sintetiza a interpretação dos médicos sobre o processo político.[77] O representante do CFM inicia o artigo desejando uma nova política que respeite o princípio de que a lei é para todos, sobretudo para "chefias do poder executivo, (que) com apoio de marketing milionário e abusivo, pago com desperdício do erário público, põem sob acentuado risco (...) a possibilidade de renovação dos detentores de mandato eletivo.". Sem renovação, o país foi colocado, nos "últimos 12 anos", em uma "democracia racionada" praticada com autocracia e violência em cima dos pobres e dos opositores, ao contrário da "política de favorecimento aos amigos do rei e da rainha". Embora não fale diretamente do PT, o rei e a rainha estavam bem delimitados: Lula e Dilma. Continua o autor: desde o Plano Real, nenhum fato político foi digno de comemoração, nem mesmo os "programas paliativos e ineficientes" que promovem uma "pseudoinclusão social", pois reduziram a miséria "sem nenhuma inserção que possa, com efetividade e meritocracia, instituir padrões menos desiguais". Para fechar, a excessiva carga tributária e burocrática, os prejuízos causados às estatais e a incompetência na gestão da saúde e da economia eram erros crassos que se repetiam.

As entidades médicas, após romperem com o governo federal, retirando representantes de fóruns e comissões, declararam apoio e fizeram campanha nas eleições presidenciais de 2014 para os candidatos da oposição, especialmente Aécio Neves

---

[76] GUERREIRO, Gabriela; NUBLAT, Johanna. Médicos farão campanha contra o Mais Médicos em consultas. Folha de São Paulo. Cotidiano, 8 ago. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1323728-medicos-farao-campanha-contra-o-mais-medicos-em-consultas.shtml>. Acesso em: 4 out. 2022.

[77] LIMA, Carlos Vital T. C. Política: Ano Novo ou Ano Velho? Portal CFM. 14 mar. 2014. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/artigos/politica-ano-novo-ou-ano-velho/>. Acesso em: 4 out. 2022.

(PSDB). Em reportagem do Jornal O Globo, o presidente da AMB afirmava que a maior parte dos médicos iria influenciar o eleitorado para adotar uma postura antigoverno, pedindo votos de maneira indireta para os candidatos oposicionistas. Segundo a mesma entidade, ainda constava um movimento intenso de filiações de médicos aos partidos de oposição, como PSDB e DEM.[78] No segundo turno, por meio de seu conselho deliberativo, a AMB ainda divulgou nota em seu jornal, após o primeiro turno da eleição, conclamando todos os profissionais da saúde a votarem em Aécio Neves a fim de evitar a manutenção de um governo que sucateou a saúde pública e perseguiu o exercício da medicina. Para agradar a categoria, Aécio declarou que manteria o Mais Médicos, mas revogaria as medidas que pretendiam "financiar a ditadura cubana".[79]

Entre os anos de 2015 e 2016, entre a reeleição de Dilma e o fim de seu segundo governo, os posicionamentos desfavoráveis e as críticas das entidades médicas se intensificaram, revelando cada vez mais a unidade entre o corporativismo das entidades com posições antipetistas. Segundo Soares et al. (2017, p. 83), em diversas ocasiões, "as Entidades Médicas declararam apoio às manifestações contrárias ao governo vigente, bem como conclamaram os médicos a aderirem aos movimentos pró-impeachment sob o slogan corrupção faz mal à saúde!", citando inclusive pronunciamentos de Aécio Neves.

O posicionamento mais escancarado e contundente, com inclusão de citações anticomunistas, fez-se presente nas publicações da FENAM e da AMB, que se colocaram diretamente em campanha pelo afastamento da presidente. Em suas redes sociais, era comum encontrar apoio às manifestações pró-impeachment, à Lava Jato, ao Juiz Sergio Moro e um forte discurso de combate à corrupção. A FENAM divulgou a campanha 'Saída da Dilma: fim da perseguição da categoria médica e sabotagem do SUS'. Em seu jornal de Julho/Agosto de 2015, a AMB divulgou apoio às manifestações, repercutindo um vídeo de convocação da categoria feito pela liderança do MBL, Kim Kataguiri, além de elencar treze motivos para defendê-las. Dentre as razões, destaca-se: a corrupção desenfreada e a permissão de agentes cubanos pagos com dinheiro brasileiro.[80] O

---

[78] FERNANDES, Letícia. Médicos são orientados a pedir votos de pacientes contra Dilma. O Globo. Política, 14 out. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/medicos-sao-orientados-pedir-votos-de-pacientes-contra-dilma-10365142>. Acesso em: 4 out. 2022.

[79] TOMAZELA, José M. Mais Médicos motiva entrada de entidades na campanha. Estadão. Política, 15 out. 2014. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/mais-medicos-motiva-entrada-de-entidades-na-campanha/>. Acesso em: 4 out. 2022.

[80] AMB. Descaso com a vida. Jornal da Associação Médica Brasileira, ano 56, n. 1397. Disponível em: <https://ebook.amb.org.br/Julho-Agosto-2015/files/assets/basic-html/page-1.html>. Acesso em: 4 out. 2022.

presidente da AMB, Florentino Cardoso, ressaltava que “o Brasil estava à deriva por um governo e um partido mergulhado em corrupção, levando o país para um regime autoritário, caminhando para o bolivarianismo”.

No entanto, mesmo o comedido CFM novamente se posicionou. Em sua revista mensal, o conselho decidiu abordar o tema da corrupção, dando destaque de capa nos meses de maior intensidade da crise do governo Dilma. Em setembro de 2015, com título “Conselhos na luta contra a corrupção”, a edição demonstrava o apoio do CFM e dos conselhos regionais ao movimento de luta contra a corrupção coordenado pelo Ministério Público, endossando com apoio total e irrestrito a campanha pelas “10 medidas contra a corrupção” como “pedra angular do futuro desejado para a Nação”, segundo a posição do presidente da entidade.

As edições de fevereiro e abril de 2016 da mesma revista mantinham o tom político, ressaltando que “o mais importante para o nosso país é o combate à corrupção”. Na primeira dessas, a entidade se posicionava contrariamente ao retorno da CPMF, vista como “necessidade de erário como suporte aos cofres públicos, saqueados nos últimos 12 anos pelo fisiologismo e corrupção, característicos das políticas eleitoreiras e partidárias de causas pessoais”. Já na segunda, o tema escolhido apontava desvios oriundos do Ministério da Saúde como principal problema da crise na saúde pública. Ainda nessa edição, o presidente da entidade, Carlos Vital, manifestou sua posição favorável ao impeachment, dizendo que o mau uso dos recursos públicos, evidentes nas conclusões da CGU, TCU Polícia Federal e MPF, constitui crime de responsabilidade e infração criminal comum, devendo ser apurado penal, civil e administrativamente.

No caso, a luta contra a corrupção era um mote dirigido fundamentalmente aos governos petistas. No portal de notícias do CRM-PR, foi publicado um texto de um médico e professor de medicina que exemplifica como o discurso de combate à corrupção esteve dirigido contra o PT. [81] Em sua narrativa, o autor sustenta que, após a chegada de Lula ao poder, o Brasil foi contaminado propositalmente pelo vírus da corrupção, cujo agente causador, o “Aedes político”, atinge aqueles que não apresentam os anticorpos “caráter e consciência” para seu devido combate. Tais anticorpos, derivados de um DNA saudável de honestidade ou adquiridos pela vacina da educação, não se encontram

[81] SAGAE, Univaldo E. O aedes político. Portal CRM-PR. 21 jan. 2016. Disponível em: <https://www.crmpr.org.br/O-aedes-politico-13-46697.shtml>. Acesso em: 4 out. 2022.

disponíveis no Partido dos Trabalhadores (PT), por isso a devastação de nossa comunidade.

O ex-presidente Lula, ao final de seu mandato, foi além e desenvolveu outros vírus que, contaminando seus herdeiros políticos, desencadeou retardo econômico, paralisia política e uma crise sem proporções. Coube aos "pesquisadores" Deltan Dallagnol e Sérgio Moro, "magníficos patriotas", o desenvolvimento da vacina Lava Jato no laboratório do MPF e da Justiça Federal de Curitiba. Embora com efeitos positivos, o autor ainda argumenta que a erradicação integral do vírus acontecerá somente com a eliminação do "Aedes político" através da educação das novas gerações com "ética, civismo, atitude, consciência e votar certo".

O tom político do texto nos chama atenção, sobretudo como a compreensão ideológica do processo político brasileiro se relaciona com aspectos profissionais. A corrupção, enxergada de um ponto de vista moral e individualizada em atores desonestos e antiéticos, é considerada à semelhança de uma doença que deverá ser tratada. A doença teria sido introduzida no país pelo PT, cabendo à justiça desenvolver uma vacina eficaz. Nesse caso, temos dois atores principais: a) aqueles que introduziram o vírus e devem ser combatidos – o ex-presidente Lula e seu partido político; b) os "pesquisadores" capazes de combater o vírus – a Lava Jato e suas principais figuras.

O posicionamento das entidades médicas ganha um contorno mais vigoroso com a divulgação da conversa telefônica entre Dilma e Lula, em 16 de março de 2016, na qual a presidente comunica o envio do termo para nomeação do ex-presidente para a Casa Civil. As gravações, que tiveram os sigilos retirados pelo juiz Sergio Moro, desencadearam reação por parte de todas as entidades médicas. A FENAM, "estarrecida" com a crise política, econômica e moral e com o roubo promovido contra os cofres públicos, declarou apoio total e irrestrito ao juiz. O CFM, que divulgou nota pública "em defesa da ética e da justiça", destacava que as circunstâncias políticas abalavam o Estado Democrático de Direito, pois nenhum cidadão ou autoridade poderia ser beneficiado por medidas que se desviassem das competências judiciais. O conselho encerrava a nota repudiando ações que dificultassem o combate à corrupção e conclamando os médicos ao engajamento na luta pelo "restabelecimento da ordem jurídica".

A AMB tomou atitude distinta e resolveu protocolar ações judiciais contra a nomeação de Lula. Após o anúncio do governo federal, a AMB recorreu à Justiça Federal

de Brasília e ao STF requisitando a suspensão liminar do decreto que empossava Lula como ministro da Casa Civil. Pouco tempo depois da cerimônia de posse, o juiz federal Itagiba Catta Preta, que havia se posicionado em redes sociais como favorável ao impeachment e se mostrado um dos manifestantes antipetistas, aceitou o pedido e suspendeu a posse. Derrubada após recurso do governo federal, a AMB também protocolou uma ação civil pública no STF que teve efeito positivo ao ser acatada pelo Ministro Gilmar Mendes. O presidente da entidade, comemorando a decisão, disse estar satisfeito com "essa vitória, que não é somente da AMB, mas do povo brasileiro que não tolera a corrupção, a roubalheira. (...) Toda a nação está indignada com esses escândalos que destroem o Brasil e faz nosso povo sofrer.".

A aceitação do processo de impeachment da presidente Dilma na Câmara foi festejada pela AMB e pela FENAM. As medidas judiciais da AMB, inclusive, continuariam adiante, quando a entidade pediu oito anos de inabilitação de Dilma no STF após o Senado preservar os direitos políticos da ex-presidente. As entidades consideraram a mudança de governo como o encerramento de interferências ideológicas sobre a medicina baseada em evidências e de perseguições aos médicos. Em tom semelhante, o presidente do CFM, em texto com título indicativo de sua posição, "Devolver um país ao seu povo", considerava que os abalos sísmicos da política nacional tinham fundamento na malversação do erário. O populismo e o capitalismo de compadres haviam vilipendiado a nação e enriquecido pessoas físicas e jurídicas. Por isso, o impedimento, "sem ruptura do tecido social", seria uma prova de que o Estado Democrático de Direito brasileiro estava sólido, não havendo qualquer conspiração por parte da Polícia Federal, Ministério Público ou da Justiça.[82]

Após a aprovação do impeachment no senado, o CFM e a AMB, em carta encaminhada ao novo presidente, reafirmaram seu posicionamento em relação ao momento vivenciado no país e se colocaram disponíveis para contribuir com um "projeto de saúde para o Brasil (...) e não somente um Governo, ou um Partido". As entidades se mostravam otimistas com a mudança e mais dispostas a retomar o diálogo com o governo federal, agora chefiado pelo então vice-presidente Michel Temer (PMDB).

[82] LIMA, Carlos Vital T. C. Devolver um país ao seu povo. Folha de São Paulo. Tendências/debates, 1 abr. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/04/1756211-devolver-um-pais-ao-seu-povo.shtml>. Acesso em: 4 out. 2022.

Diferentemente do caso dos advogados, o posicionamento das entidades médicas se mostrou mais categoricamente de oposição ao governo Dilma e, posteriormente, favorável ao seu afastamento. Desde o anúncio do PMM, ao final do primeiro mandato de Dilma, as corporações médicas se mostraram insatisfeitas com a política governamental. Com o acúmulo das divergências e tensões, grande parte da categoria se alinhou às candidaturas oposicionistas. Apontada mais uma vitória de Dilma, os médicos passaram a acompanhar o antipetismo das campanhas pró-impeachment e hastear a bandeira da luta contra a corrupção. A atuação em favor da destituição de Dilma por parte da AMB e FENAM foi mais ostensiva, inclusive com medidas judiciais, mas o CFM também não deixou de se posicionar ao longo da crise política.

Em diversos discursos de representantes das entidades, foi possível identificar todos os elementos ideológicos evidenciados na campanha pró-impeachment. Nesse sentido, o corporativismo das entidades não veio como única fonte de contestação às políticas de saúde. Desde que as alterações no PMM, visando ofertar o provimento de médicos estrangeiros, foram anunciadas, as entidades médicas se utilizaram do discurso anticomunista para, juntamente com expressões preconceituosas, deslegitimar a atuação de médicos cubanos, questionando inclusive a formação desses profissionais. Por fim, as entidades se colocaram ao lado das instituições do Judiciário na luta contra a corrupção, endossando a atuação da Operação Lava Jato e reconhecendo o papel da força-tarefa na reconstrução de uma nação que seria devolvida ao seu povo.

3.5 Conclusão

A emergência da alta classe média como força social, depois de amargar sucessivas derrotas eleitorais e pouco conseguir disseminar suas insatisfações no debate público, se iniciou com as mobilizações de junho de 2013. Tema de difícil compreensão, as manifestações que explodiram as ruas brasileiras no ano de 2013 começaram com pautas progressistas encampadas por setores à esquerda do governo, mas foram apoderadas por uma volumosa classe média tradicional, situada à direita do PT e insatisfeita com a condução da política de Estado. Com a apropriação das mobilizações, que teve papel fundamental desempenhado pelas classes médias, junho de 2013 ganhou outro sentido: o combate moralista e seletivo da corrupção dirigido contra os governos do PT. Alimentada por anos de reportagens jornalísticas de supostos escândalos midiáticos de corrupção, em especial do mensalão, cuja cobertura maniqueísta explorava os papéis

de heróis, vilões e vítimas, as classes médias perceberam nas ruas os possíveis efeitos que seus protestos poderiam causar no processo político.

Assim, foi somente após as mobilizações de junho de 2013, por ter sentido a repercussão de suas movimentações nas instituições políticas e na desestabilização do governo, que a alta classe média compreendeu sua capacidade de mobilização. No entanto, se nesse momento o palco da insatisfação estava dividido com estudantes universitários e trabalhadores, nas manifestações subsequentes da campanha pró-impeachment, a alta classe média, embalada pelo surgimento da Operação Lava Jato, garantirá o papel de protagonista em prol da destituição de Dilma Rousseff. O antipetismo que já vinha ganhando corpo desde os governos de Lula, adquiriu maior amplitude com o fortalecimento da bandeira anticorrupção nas manifestações de junho de 2013. Faltava mais um dos elementos ideológicos, que viria somente na campanha pró-impeachment.

Os efeitos das mobilizações de junho de 2013 se estenderam ao longo do ano seguinte, até a campanha pela Presidência da República. O intenso desgaste do governo era registrado nas pesquisas de opinião pública e as classes médias não deram trégua, vaiando a presidente em qualquer oportunidade, inclusive nos eventos de futebol. Esse clima, aliado ao aumento da inflação e ao vigor da imprensa em cobrir o noticiário político e alimentar o discurso contra à corrupção, que passou a ser abastecido pela entrada em cena da Operação Lava Jato, deu alento à esperança de que, depois de três derrotas, seria possível frear a frente neodesenvolvimentista e o reformismo fraco dos governos petistas. A campanha do tucano Aécio Neves (PSDB-MG) bem que tentou, associando o PT ao aparelhamento do Estado e à corrupção "endêmica" e explorando o anticomunismo, mas novamente uma derrota frustrou as expectativas da alta classe média e do PSDB.

A campanha em prol do afastamento de Dilma começou a ser posta em marcha no dia seguinte ao anúncio do resultado do pleito, com o questionamento do desfecho eleitoral por parte do partido derrotado, que veremos mais detalhadamente no próximo capítulo, e manifestações antipetistas de pequena expressão que surgiram ao final de 2014, organizadas pelo MBL, Vem pra Rua e Revoltados Online. Em seguida, tais movimentos iriam coordenar, entre 2015 e 2016, a campanha pró-impeachment. Com público presente majoritariamente de alta classe média, a campanha pelo impeachment produziu, além dos panelaços, cinco grandes mobilizações cujas pautas giraram em torno da luta contra o PT e a corrupção, a favor do impeachment de Dilma e a defesa da Operação Lava Jato.

A magnitude dos protestos teve influência direta da cobertura da grande imprensa e do avanço das investigações da Lava Jato, divulgando detalhes das investigações e de delações que insuflavam os manifestantes. Assim, a moralista e seletiva bandeira anticorrupção, que vinha se fortalecendo desde as mobilizações de 2013, se consolida como mola do antipetismo e adquire novo patamar no debate público, se tornando o principal empecilho para o desenvolvimento do país. Coube a burocracia de Estado lavajatista o papel de representar a luta contra o PT e a corrupção, que do ponto de vista dos manifestantes era a mesma coisa.

Em troca, os manifestantes vestidos de verde e amarelo e carregados de símbolos nacionais retribuíam a ação enaltecendo as figuras da Lava Jato como orgulho nacional e exaltando-os por meio de cartazes, máscaras e acessórios. A "mororização" do país era expressão da emergência de um nacionalismo lavajatista cujos conteúdos principais eram o antibolivarianismo, o apego à neutralidade do Estado e a defesa da burocracia de Estado como verdadeira e legítima representante dos interesses nacionais. Em síntese, somou-se à luta contra a corrupção e ao combate do arranjo lulista, a construção de um partido em defesa do Brasil, simbolicamente colocado na estética dos manifestantes verde e amarelos, mas materializado na defesa incondicional da burocracia de Estado lavajatista, representante legítima dos interesses nacionais.

Em resumo, a revolta da alta classe média, engrossada nas manifestações de 2013 e nas eleições presidenciais de 2014, parece ter sido canalizada nos protestos pela deposição de Dilma Rousseff. Ali se encontram e se solidificam três elementos ideológicos que guiaram a orientação política da alta classe média: a união da bandeira udenista e moralista anticorrupção com a fantasmagoria do perigo vermelho e a evocação de um patriotismo lavajatista. Sintetizamos a construção discursiva dos elementos na seguinte frase: o PT transformou a corrupção, que desvirtua a nação de seu rumo, em um problema sistêmico cuja reparação será efetuada pela ação dos heróis da Lava Jato. Apenas um "partido" em defesa legítima do Brasil poderia reunificar um país dividido por anos de política petista de oposição entre "ricos" e "pobres", "nordestinos" e "sudestinos". Com a solidificação dos três elementos ideológicos e a atuação ofensiva da Operação Lava Jato, a alta classe média também emerge como força social. Nos resta analisar a mudança da representação política nesse cenário.

CAPÍTULO IV - O PSDB e o lavajatismo frente a crise política e a mudança no vínculo de representação política

Tendo discutido o comportamento político da alta classe média durante a campanha pró-impeachment, com destaque para suas práticas políticas e ideológicas de classe reveladas nos protestos, neste último capítulo, discutiremos sua representação política conjuntamente à atuação do PSDB e do lavajatismo ao longo da crise política do governo Dilma. Nosso objetivo é evidenciar a conduta titubeante e oscilante por parte dos tucanos, bem como o desgaste de algumas lideranças, ao mesmo tempo em que a Operação Lava Jato lograva representar os elementos ideológicos da classe média insurgente, fatores esses que contribuíram para o enfraquecimento do vínculo de representação entre PSDB e sua base social de apoio.

4.1 Internamente dividido e publicamente hesitante: a atuação do PSDB na crise do impeachment de 2016

A atuação do PSDB na crise do impeachment foi marcada por divisões internas, favorecidas pelo modelo de quadros do partido, e pela hesitação inicial em encampar o pedido, o que foi interpretado pela alta classe média como covardia. Como veremos, havia pouco consenso interno e as declarações públicas dos tucanos refletiam mais suas posições pessoais do que partidárias. Visto de forma panorâmica, a despeito da caracterização de Singer (2018, p. 169) a respeito de três estratégias diferentes, o partido estava cindido entre os desejosos de uma destituição da presidenta Dilma Rousseff a qualquer custo, motivados pelo antipetismo das ruas, e aqueles mais cautelosos com a manutenção da normalidade democrática e com as razões jurídicas e políticas para uma ação de impedimento.

Assim, o partido oscilava entre escutar o clamor antipetista de sua base social, majoritariamente defendida pelos políticos mais jovens e mais atrelados ao antipetismo do que à história partidária tucana, ou seguir o perfil histórico moderado comum aos "caciques" mais antigos do partido, os chamados tucanos históricos. Ao final, o impeachment foi colocado na agenda do partido das bases para os tucanos da Câmara, isto é, da base social para os políticos com cargos legislativos e, posteriormente, com o convencimento da elite partidária e dos tucanos históricos, membros fundadores do partido que permaneceram em posições políticas de destaque.

Sintoma dessa divisão tucana foi um movimento encabeçado por quinze jovens deputados, em agosto de 2015, que cobrava da cúpula do partido uma atuação mais

contundente em favor do impedimento da presidente. Apelidados de "cabeças pretas", em oposição aos "cabeças brancas", eram radicalmente anti-Dilma, assumidamente liberais[83] e defensores de novas eleições. Os "cabeças pretas", que também se nomeavam dessa maneira em um grupo de aplicativo de mensagens, eram considerados da ala mais próxima à Aécio Neves (PSDB-MG).

Ainda que os termos utilizados façam referência a uma divisão etária, a fronteira entre os tucanos era determinada mais por diferenças ideológicas, que passavam então pela idade dos políticos. Enquanto o tucanato histórico ainda se apegava ao discurso da social-democracia, atrelado ao neoliberalismo de terceira via, grande parte dos novos membros tinha sido eleito sob o discurso antipetista e de combate à corrupção. Justamente por isso, os "cabeças pretas" buscavam se aproximar cada vez mais das manifestações pró-impeachment, demonstrando afinidade e desempenhando atividades com o MBL. Relevante figura tucana, Xico Graziano já havia detectado, em novembro de 2014, que o impulso das ruas tinha pouco a ver com a identidade do tucanato histórico[84]. Em uma página de sua rede social, o ex-chefe de gabinete de FHC afirmou que os militantes da direita anticomunista, que exigiam uma postura ideológica mais antipetista do PSDB, deveriam deixar o partido, pois estariam no lugar errado.

Sendo assim, não é exagero afirmar que havia amplas divergências no partido entre as principais lideranças nacionais, que se pautavam por ponderação e cautela, buscando manter a normalidade democrática e o desgaste do governo, e os parlamentares tucanos, que adotavam a tática "quanto pior, melhor", trabalhando pela obstrução legislativa radical para atrapalhar o governo, como as chamadas "pautas-bomba" responsáveis por aumentar o gasto público, e lutando para destituir a presidente. Em suma, enquanto uma parte desejava assumir o protagonismo dos protestos pró-impeachment, a outra buscava com cautela encontrar sólidos elementos jurídicos que fundamentassem o pedido, ao menos inicialmente.

---

[83] Daniel Coelho, então deputado tucano pelo Ceará e um dos fundadores do grupo, afirmou em 2017 que "passou a fase em que o PT xingava o PSDB de neoliberal. Hoje, ninguém nesse grupo se incomoda de ser chamado de liberal, pelo contrário". Pouco tempo depois, ainda em 2017, as afinidades com ideias neoliberais de redução do Estado aproximaram os "cabeças-pretas" do MBL, como relatou uma reportagem da Folha de São Paulo.

[84] G1. No Facebook, aliado de FHC critica protesto pelo impeachment de Dilma. Política, 4 nov. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/11/no-facebook-aliado-de-fhc-critica-protesto-pelo-impeachment-de-dilma.html>. Acesso em: 19 out. 2022.

Do ponto de vista das estratégias internas, a cizânia das lideranças se manifestou em três teses: a) impugnação da chapa vencedora e convocação de novas eleições gerais – encampada por Aécio (PSDB-MG), então presidente do partido, e seu grupo mais próximo, como Cássio Cunha Lima (PSDB-PB); b) instauração de um processo de impeachment – frente iniciada por deputados tucanos, mas que passou a ser conduzida por José Serra (PSDB-SP), em conexão direta com o vice-presidente Michel Temer (PMDB-SP); c) "sangramento do governo" e manutenção da normalidade democrática – identificada majoritariamente em Alckmin[85], mas contando com o apoio, na maior parte do tempo, de outros membros históricos, como FHC e Aloysio Nunes.

Para compreender a atuação tucana, é necessário levar em conta a conjuntura política da crise do governo Dilma, pois o comportamento do partido esteve sintonizado com o avanço da Operação Lava Jato sobre o governo e sua base de apoio, as manifestações pró-impeachment e a atuação do PMDB. Em sintonia com tais eventos, nossa periodização está segmentada em três fases. A primeira delas, situada entre o final da eleição de 2014 e o retorno do parecer encomendado à juristas, em meados de abril de 2015, abarca as duas primeiras grandes manifestações e a prisão do ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto. Nessa fase, o tucanato se divide da seguinte maneira: os principais membros da cúpula partidária, como FHC, Aloysio Nunes, Alckmin e José Serra, descartam publicamente a proposição de impeachment, enquanto Aécio e parlamentares tucanos aliados, em especial os líderes do PSDB na Câmara e no Senado, Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), demonstram apoio às manifestações de rua e a sua pauta fundamental, a destituição da presidenta.

Com o retorno do parecer dos juristas contratados, cujos resultados são pouco conclusivos sobre a viabilidade de um impeachment, inicia-se uma fase mais curta, que transcorre de abril de 2015 até o fim de julho de 2015, quando o rompimento do Presidente da Câmara com o governo sinaliza que a base governista estava se desfazendo, momento pelo qual a governabilidade é colocada em questão. Nessa segunda fase, aconselhado por Miguel Reale Jr., o partido opta por entrar com uma ação de crime comum junto à Procuradoria-Geral da República (PGR), dando publicamente sinais de recuo. Contudo, na prática, algumas figuras tucanas permaneceram trabalhando nos

[85] URIBE, Gustavo. 'Se país fosse parlamentarista, governo Dilma já tinha caído', afirma Alckmin. Folha de São Paulo. Poder, 3 mar. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1597355-nao-vejo-razao-neste-momento-para-impeachment-de-dilma-diz-alckmin.shtml>. Acesso em: 19 out. 2022.

bastidores para criar um ambiente propício na Câmara para o interrompimento do mandato de Dilma e para encontrar a forma mais adequada de efetivá-lo, sobretudo entre impeachment e cassação da chapa com novas eleições gerais.

A última fase, iniciada após o gesto de Cunha, conta com os eventos mais marcantes da crise política do segundo governo Dilma: o restante das três grandes manifestações pró-impeachment, as prisões de José Dirceu e Delcídio do Amaral, então líder do governo no Senado, a reprovação das contas do governo pelo TCU, a autorização da abertura do processo de impeachment e a condução coercitiva do ex-presidente Lula. Aproveitando o *timing* dos eventos que se dão entre agosto de 2015 e março de 2016, o PSDB vai pouco a pouco construindo e adequando sua via para o afastamento, descartando a ideia de novas eleições gerais e, após o convencimento dos tucanos históricos, fechando questão sobre o impeachment. Finalmente, a tese do impeachment sai internamente vencedora.

a. Deixar sangrar ou fazer sangrar? O PSDB entre a ofensiva aecista e a cautela dos históricos

As ações de Aécio e de seu grupo mais próximo foram as mais explícitas no interior do partido. O primeiro passo foi dado com o questionamento público do resultado das urnas e a solicitação de uma auditoria das urnas[86], no final de outubro de 2014. A requisição tucana seria negada pelo TSE, entretanto, o plenário da corte optou por fornecer um conjunto de dados para que o próprio partido elaborasse sua auditoria independente.[87] Em sua inspeção, o partido não encontrou nenhum sinal de fraude eleitoral, mas ao mesmo tempo manteve o tom de questionamento das urnas alegando a existência de possíveis brechas para violação e que o sistema eleitoral impedia auditorias externas conclusivas. O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), coordenador jurídico da campanha, chegou, inclusive, a sugerir a adoção do voto impresso. Dessa forma, a ofensiva do grupo aecista contestava a eleição presidencial e sinalizava, desde o início, a intenção de levantar estratégias para interromper o mandato da presidente eleita.

---

[86] G1. PSDB pede ao TSE auditoria para verificar 'lisura' da eleição. Política, 30 out. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>. Acesso em: 19 out. 2022.

[87] G1. TSE nega criar comissão de auditoria, mas fornece dados da eleição a PSDB. Política, 04 nov. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/11/tse-rejeita-comissao-de-auditoria-mas-libera-dados-da-eleicao-para-o-psdb.html>. Acesso em: 19 out. 2022.

Em dezembro de 2014, a ofensiva aecista seguiria adiante, dando mais indícios de que o candidato derrotado não havia aceitado o desfecho do pleito. Primeiramente, em uma entrevista pública, o senador afirmou que havia perdido para uma organização criminosa instalada no Estado brasileiro[88]. Pouco tempo depois, o PSDB apresentou ao TSE quatro ações contra a eleição da chapa Dilma-Temer por supostas ilegalidades financeiras na campanha. Na ação, o PSDB ainda pedia que a chapa cassada fosse substituída por Aécio Neves (PSDB-MG) e seu vice-presidente, Aloysio Nunes (PSDB-SP). Nesse sentido, desde o princípio, o objetivo principal de Aécio era ser empossado ou garantir novas eleições gerais, situação na qual teria boa possibilidade de vitória[89]. Em resumo, o grupo aecista contestou o resultado das urnas desde o início, buscando as formas mais viáveis para afastar a presidenta do cargo.

No início do ano seguinte, o grupo de Aécio continuou atuando em prol da destituição, com forte posicionamento dos líderes tucanos na Câmara e Senado, ainda que o impedimento não constasse oficialmente na agenda do partido, provavelmente em razão das sucessivas demonstrações contrárias por parte de outras lideranças nacionais. Grande parte dos tucanos históricos, nesse contexto, descartavam e rechaçavam um possível impeachment de Dilma. Presidente de honra do partido, FHC, no primeiro semestre de 2015, afirmou em três ocasiões diferentes que o impeachment estava fora de cogitação, pois "não adiantaria nada" [90] e não era momento de "pirotecnia"[91].

No mesmo evento, Aloysio Nunes endossou a posição de Fernando Henrique, desejando que o governo Dilma "sangrasse" e negando a possibilidade de um governo Temer. Pressionado em uma entrevista de rádio, o senador ainda afirmou que, sem comprovação do envolvimento de Dilma, não havia condições políticas e nem justificativas convincentes para um impeachment. Postura parecida era adotada por José Serra, que cobrava responsabilidade da oposição, pois do ponto de vista legal o

---

[88] PERON, Isadora. Aécio diz que perdeu para 'organização criminosa' e PT reage. Estadão. 1 dez. 2014. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/aecio-diz-que-perdeu-para-organizacao-criminosa-e-pt-reage/>. Acesso em: 19 out. 2022.

[89] PASSARINHO, Nathalia. PSDB pede a TSE cassação de Dilma e posse de Aécio como presidente. G1. Política, 18 dez. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html>. Acesso em: 19 out. 2022.

[90] ESTADÃO. FHC diz que impeachment de Dilma 'não adianta nada'. 9 mar. 2015. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/fhc-diz-que-impeachment-de-dilma-nao-adianta-nada/>. Acesso em: 19 out. 2022.

[91] JUNGBLUT, Cristiane. Fernando Henrique reúne cúpula do PSDB e faz meme para Dilma com nota de Real: 'Foi FHC'. O Globo. Política, 14 out. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/fernando-henrique-reune-cupula-do-psdb-faz-meme-para-dilma-com-nota-de-real-foi-fhc-1-15459529>. Acesso em: 22 out. 2022.

impeachment era inviável[92]; e por Geraldo Alckmin, em março[93], que defendeu a ausência do PSDB nos atos e concordou com a não existência de razões para o afastamento, sendo necessário aguardar as investigações da Lava Jato.

Foi, portanto, o grupo aecista e os membros da bancada na Câmara que mantiveram um vínculo mais estreito com as manifestações pró-impeachment. Inicialmente, ofereceram apoio irrestrito e convocaram seus apoiadores para defender a ética na política e combater "a corrupção incrustada no poder pelo PT", como demonstra notas do partido assinadas por Aécio, Carlos Sampaio e Cássio Cunha Lima, em 13 de março de 2015, antes da primeira grande manifestação. O deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), no intuito de pressionar a direção do partido, declarou que via como gravíssima a omissão do PSDB nesse momento, pois o impeachment era inevitável e o preço da hesitação seria cobrado por aqueles que protestavam. Entusiasta de um afastamento, o tucano de Pernambuco acreditava na maturidade de um processo, pois "os requisitos estão prontos, há vontade popular e [há] fatos que substanciam com força uma peça jurídica bem construída"[94]. Conforme reportagens da Folha de São Paulo[95], os membros da bancada e Aécio tentaram se aproximar dos movimentos Vem pra Rua e MBL, que eram críticos à "frouxidão" dos partidos de oposição.

Ainda assim, a relação com tais movimentos era vista com muita cautela por parte dos tucanos históricos, especialmente por FHC, que já havia declarado que a participação de partidos nos protestos seria uma grave tentativa de instrumentalizá-los. Em abril, mesmo após as duas primeiras grandes manifestações, o ex-presidente ainda argumentava que se tratava de um movimento precipitado, pois não havia razão objetiva, sendo

---

[92] BURGOS, Pedro. Não há irregularidades que deem razão a impeachment, diz José Serra. Folha de São Paulo. Poder, 20 abr. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1618836-nao-ha-irregularidades-que-deem-razao-a-impeachment-diz-jose-serra.shtml>. Acesso em: 22 out. 2022.

[93] URIBE, Gustavo. 'Se país fosse parlamentarista, governo Dilma já tinha caído', afirma Alckmin. Folha de São Paulo. Poder, 3 mar. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1597355-nao-vejo-razao-neste-momento-para-impeachment-de-dilma-diz-alckmin.shtml>. Acesso em: 19 out. 2022.

[94] GAMA, Júnia; HERDY, Thiago; GRANJEIA, Julianna. Oposição e governo avaliam impacto das manifestações. O Globo. Política, 13 abr. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/oposicao-governo-avaliam-impacto-das-manifestacoes-15865046>. Acesso em: 19 out. 2022.

[95] URIBE, Gustavo. Aécio tentará se aproximar de grupos anti-Dilma, diz dirigente do PSDB-MG. Folha de São Paulo. Poder, 13 abr. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1615958-aecio-tentara-se-aproximar-de-grupos-anti-dilma-diz-dirigente-do-psdb-mg.shtml>. Acesso em: 19 out. 2022.

necessário respeitar as "regras da democracia" e agir com cautela na interlocução com tais protestos[96].

b. Um passo atrás: os tucanos históricos forçam um recuo oficial do partido

Um dia antes da segunda grande manifestação, buscando manter a interlocução com sua base social e com os movimentos a favor da destituição de Dilma, Aécio declarou que pessoalmente via motivo extremamente forte para impeachment, mas que o partido, ainda sem posição oficial, havia solicitado um parecer sobre os possíveis caminhos jurídicos para afastar a presidente ao jurista Miguel Reale Júnior[97]. Em paralelo, a bancada peessedebista na Câmara, de forma unânime, pressionava a executiva do partido. Os parlamentares Carlos Sampaio, Bruno Araújo, Nilson Leitão e Antônio Imbassahy subiram no plenário, no dia 15 de abril, e argumentaram categoricamente em defesa da admissibilidade do impeachment da presidenta[98]. Com discurso amparado pelo parecer favorável do jurista Ives Gandra Martins[99], ressaltavam a corrupção, os resultados econômicos ruins e a divisão do país executada pelo PT. Por consequência, os discursos favoráveis dos membros da Câmara criaram uma situação delicada no partido, provocando reações dos tucanos contrários e acelerando a solicitação do parecer jurídico.

A reunião com os juristas é momento chave na segunda fase de atuação do PSDB, na qual o partido dá sinais de recuo, adotando uma posição oficial cautelosa em relação ao impeachment, embora muitos parlamentares continuem atuando nos bastidores. Em entrevista à Revista Piauí, Janaína Paschoal, que seria, juntamente com Miguel Reale Jr. e Helio Bicudo, uma das assinantes do pedido de impeachment aceito por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), descreveu a reunião realizada no apartamento funcional de Aécio Neves, em 22 de abril de 2015. Ao final do encontro, Miguel Reale Jr. sugeriu que a forma mais realista de prosseguir seria apresentar uma notícia-crime através da PGR, enquanto

---

[96] BOGHOSSIAN, Bruno. Na contramão do PSDB, FHC diz que movimento por impeachment é precipitado. Folha de São Paulo. Poder, 20 abr. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1618630-na-contramao-do-psdb-fhc-diz-que-movimento-por-impeachment-e-precipitado.shtml>. Acesso em: 19 out. 2022.

[97] FOLHA. Aécio muda o tom e agora diz ver motivo para impeachment. Poder, 15 abr. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/216003-aecio-muda-o-tom-e-agora-diz-ver-motivo-para-impeachment.shtml>. Acesso em: 20 out. 2022.

[98] JUNGMANN, Mariana. Deputados tucanos defendem impeachment e acusam PT de dividir o país. Agência Brasil: Empresa Brasileira de Comunicação. 15 abr. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/deputados-tucanos-defendem-impeachment-e-acusam-pt-de-ter-divididido-o-pais>. Acesso em: 21 out. 2022.

[99] MARTINS, Ives Gandra da S. A hipótese de culpa para o impeachment. Folha de São Paulo. Opinião, 3 fev; 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/02/1584267-ives-gandra-da-silva-martins-a-hipotese-de-culpa-para-o-impeachment.shtml>. Acesso em: 20 out. 2022.

Janaina buscou defender que existiam elementos passíveis de impeachment. Os argumentos de Janaina foram rejeitados pelo tucanato, especialmente quando José Serra (PSDB-SP) afirmou que o dispositivo do impeachment não aceitaria crimes cometidos em mandatos anteriores. A advogada afirmaria à revista, então, que sua conclusão daquela reunião era "que ninguém iria pedir o impeachment", o que a levou acreditar que o PSDB nunca esteve interessado de fato no impedimento. Ela própria viria a pedir, em evento de agosto de 2015, que a oposição parasse "com esse discurso em cima do muro" e assumisse a destituição da presidente.

O argumento de Reale Jr. de que os atos do primeiro mandato não poderiam servir para um impeachment de um segundo mandato forçou um breve recuo dos tucanos. Em entrevista pública, um mês após o retorno do parecer dos juristas, Aécio confirmou que outras medidas seriam adotadas para o afastamento de Dilma, como uma ação penal por crime comum, pois o parecer dos juristas não trazia elementos suficientes, que poderiam ser sanados somente com o avanço das investigações da Lava Jato.[100] Por ora, embora Aécio admitisse a presença de fortes indícios, esse "não é o momento para o movimento de impeachment". Tal conduta seria avaliada como correta por Geraldo Alckmin, satisfeito com o recuo. Antes mesmo de Aécio dizer publicamente, o governador paulista já havia considerado como adequado o registro da ação penal, pois "o PSDB não é o partido do quanto pior, melhor. O PSDB tem responsabilidade para com o Brasil"[101].

A repercussão do recuo peessedebista foi péssima nas organizações a frente das manifestações pró-impeachment. Tanto o MBL quanto o Revoltados Online consideraram a estratégia tucana como uma traição aos "50 milhões de votos adquiridos na última eleição dos brasileiros que apostaram nessa falsa oposição que continua nos decepcionando todos os dias". Marcello Reis, líder do Revoltados Online, ainda acusaria Aécio Neves de estar agindo de maneira covarde, cúmplice da corrupção do governo federal e a mando do ex-presidente FHC[102]. Convém destacar que tais movimentos foram

---

[100] SEABRA, Catia; NERY, Natuza. PSDB recua e diz que impeachment da presidente Dilma não é para agora. Folha de São Paulo. Poder, 21 mai. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1631709-psdb-recua-e-diz-que-impeachment-da-presidente-dilma-nao-e-para-agora.shtml>. Acesso em: 19 out. 2022.

[101] URIBE, Gustavo. Alckmin defende ação penal antes de pedido de impeachment contra Dilma. Folha de São Paulo. Poder, 6 mai. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1625435-alckmin-defende-acao-penal-antes-de-pedido-de-impeachment-contra-dilma.shtml>. Acesso em: 19 out. 2022.

[102] URIBE, Gustavo. PSDB traiu o Brasil, acusam grupos pró-impeachment. Folha de São Paulo. Poder, 21 mai. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1631833-grupos-favoraveis-a-impeachment-de-dilma-acusam-psdb-de-trair-o-brasil.shtml>. Acesso em: 19 out. 2022.

fundamentais para pressionar o PSDB a partir da interlocução com a base social antipetista, reforçando recorrentemente a hesitação tucana e a covardia de suas lideranças. Talvez por críticas como essas, Aécio tenha adotado uma postura dúbia, ora cumprindo o papel de presidente do partido e representando as decisões internas, ora buscando interlocução com os movimentos e sustentando a existência de fatos que viabilizassem o afastamento.

c. "Subindo mais um degrau no processo"[103]: crise de governabilidade e convencimento amplo

A última fase da atuação tucana pelo impeachment se inicia após dois importantes eventos: o rompimento do Presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), com o governo, no dia 17 de julho de 2015, e a deflagração da 17ª fase da Operação Lava Jato, intitulada "Pixuleco", em 03 de agosto de 2015, na qual foi detido o ex-ministro da casa civil, José Dirceu. A partir desse momento, muitos tucanos irão aderir de forma contundente à terceira grande manifestação, convocando seus eleitores pela televisão e, pela primeira vez, participando diretamente dos atos, contexto no qual os "cabeças-pretas" ganham destaque na imprensa nacional ao exigir postura mais firme da direção do PSDB. Segundo reportagens da época, Aécio Neves fora carregado nos ombros por manifestantes em Belo Horizonte e José Serra teve seu nome conclamado por manifestantes na Avenida Paulista[104].

Nesse período, os partidários de Aécio tentaram influir nas pautas das manifestações sugerindo, dez dias antes da próxima manifestação, que a população abandonasse a tese do impeachment e refletisse "que a melhor saída para a gravidade da crise é a realização de novas eleições", como declarou Carlos Sampaio (PSDB-SP), em parceria com Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)[105]. Outro aliado de Aécio, o deputado

---

[103] A frase foi proferida por Aécio Neves em entrevista.
CRUZ, Patrick. Subimos um degrau no processo de impeachment, reflete Aécio Neves. Revista GQ. 17 mai. 2015. Disponível em: <https://gq.globo.com/Prazeres/Poder/noticia/2015/05/subimos-um-degrau-no-processo-de-impeachment-reflete-aecio-neves.html>. Acesso em: 24 out. 2022.

[104] UOL. Com líderes da oposição, 'Fora, Dilma' reúne 795 mil pelo Brasil, diz PM. Política, 16 ago. 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/08/16/com-lideres-da-oposicao-fora-dilma-reune-794-mil-em-25-estados-e-no-df.htm>. Acesso em: 24 out. 2022.

[105] HAUBERT, Mariana. Oposição defende novas eleições como solução para crise política. Folha de São Paulo. Poder, 6 ago. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1665368-oposicao-defende-novas-eleicoes-como-solucao-para-crise-politica.shtml>. Acesso em: 24 out. 2022.

Marcus Pestana (PSDB-MG), em entrevista ao jornal El País[106], também defendeu novas eleições. Segundo o mineiro, um impeachment por pedaladas fiscais permitiria que o PT se vitimizasse, enquanto um novo governo eleito pelas urnas, inclusive com a participação do PT, seria mais legítimo. Aos poucos, crescerá também, nesse contexto, o papel de articulação entre PSDB e Michel Temer desempenhado por José Serra (PSDB-SP), como apontaram colunistas[107]. De acordo com Singer (2018, p. 175-6), o senador paulista estabeleceu uma dobradinha com Temer para garantir o apoio empresarial e o convencimento de outros políticos.

Indicativo de uma nova fase na atuação tucana é a mudança de discurso de FHC após a terceira grande manifestação, ressaltando a incapacidade de Dilma governar. Em seu perfil pessoal numa rede social, o ex-presidente diagnosticou que a ilegitimidade do governo tinha por raiz a degeneração de suas bases morais pelo lulopetismo. Sugeriu, então, que a presidente renunciasse, ou veria seu governo se desarticular por completo[108]. Outro tucano histórico que alterou seu discurso nesse momento foi Aloysio Nunes. O tucano paulista disse enxergar condições jurídicas para um pedido de impeachment, embora as condições políticas ainda não estivessem reunidas, dependendo exclusivamente do PMDB, pois o PSDB votaria favoravelmente ao impedimento[109]. A única principal liderança que, após as manifestações de agosto de 2015, ainda manteve cautela e resistência à destituição de Dilma foi Geraldo Alckmin, provavelmente trabalhando para um cenário mais favorável à sua candidatura em 2018. O governador paulista argumentava que o impeachment não estava colocado em agenda, pois não havia propostas na Câmara e nem fatos concretos[110] que subsidiassem um pedido. Assim, em

---

[106] BENITES, Afonso. Deputado tucano: "Se Dilma antecipar eleições, ficará melhor na história". El Pais. Brasil, 7 ago. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/08/politica/1438986367_911447.html>. Acesso em: 24 out. 2022.

[107] BERGAMO, Mônica. Michel Temer e José Serra já atuam em dobradinha política. Folha de São Paulo. Colunistas, 6 ago. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2015/08/1665033-michel-temer-e-jose-serra-ja-atuam-em-dobradinha-politica.shtml>. Acesso em: 24 out. 2022.

[108] KRAKOVICS, Fernanda; JUNGBLUT, Cristiane. Na internet, FH sugere que Dilma renuncie ou faça mea-culpa. O Globo. Política, 17 ago. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/na-internet-fh-sugere-que-dilma-renuncie-ou-faca-mea-culpa-17210364>. Acesso em: 25 out. 2022.

[109] KRAKOVICS, Fernanda; JUNGBLUT, Cristiane. Senador tucano diz que impeachment está 'nas mãos do PMDB'. O Globo. Política, 17 ago. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/senador-tucano-diz-que-impeachment-esta-nas-maos-do-pmdb-17215737>. Acesso em: 25 out. 2022.

[110] UOL. Alckmin esfria ímpeto de tucanos por impeachment. Notícias, 11 ago. 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/08/11/alckmin-esfria-impeto-de-tucanos-por-impeachment.htm>. Acesso em: 25 out. 2022.

sua perspectiva, a oposição deveria agir com maior prudência e aguardar novas investigações da Lava Jato[111].

A despeito da opinião de Alckmin, o partido já aceitava com naturalidade que Dilma não cumpriria seu mandato por completo, dada a corrosão da base parlamentar de apoio à presidenta. Em nota, no dia 18 de agosto de 2015, a análise do PSDB era de que

> Os desfechos possíveis para Dilma Rousseff incluem o impeachment, em função dos reiterados crimes de responsabilidade cometidos por ela; a impugnação da chapa vencedora, em razão de ilegalidades praticadas na campanha eleitoral de 2014; ou a renúncia, decisão unilateral a ser tomada por uma mandatária que a cada dia se vê com menos condições de permanecer no cargo.[112]

Com esse diagnóstico, não surpreende que a estratégia "incendiária" do grupo aecista na Câmara tenha continuado acelerando o processo de destituição ao articular, com outros partidos da oposição e da base do governo, a constituição do "Movimento parlamentar pró-impeachment". O movimento, cuja finalidade era iniciar um amplo convencimento dos deputados, denota que a tese do impeachment estava vencendo a disputa interna.[113] No ato de lançamento do movimento, em setembro, Carlos Sampaio, primeiro a discursar, defendeu que o impeachment era um clamor social com base legal para efetivação.

As tratativas jurídicas para um pedido de impeachment voltariam a aproximar Janaina Paschoal e o PSDB em setembro de 2015. Depois de ter articulado um pedido de impeachment com Hélio Bicudo, a advogada desembarcou em Brasília para, depois de encontrar o tucano Bruno Araújo (PSDB-PE), então líder da oposição na câmara, encaminhar o documento ao Presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O pedido ainda seria obra de muitas discussões e reformulações entre Janaina e os advogados do PSDB, sobretudo pelo tom dramático e moralista da advogada e pelas acusações de corrupção na Petrobras que se referiam aos mandatos anteriores. Feitas as alterações e a inclusão de Miguel Reale Jr, o novo pedido, que seria posteriormente autorizado pelo Presidente da Câmara, foi protocolado no dia 21 de outubro de 2015.

---

[111] AMORIM, Silvia. Alckmin defende que PSDB concentre atenção nas investigações sobre contas de Dilma. O Globo. Política, 18 ago. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/alckmin-defende-que-psdb-concentre-atencao-nas-investigacoes-sobre-contas-de-dilma-17222999>. Acesso em: 25 out. 2022.

[112] PSDB. "A melhor saída", análise do ITV. 18 ago. 2015. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/acompanhe/artigos/a-melhor-saida-analise-do-itv>. Acesso em: 12 out. 2022.

[113] PSDB. Movimento suprapartidário pró-impeachment de Dilma é lançado com apoio dos movimentos de rua. 10 set. 2015. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/acompanhe/movimento-suprapartidario-pro-impeachment-de-dilma-e-lancado-com-apoio-dos-movimentos-de-rua>. Acesso em: 12 out. 2022.

No início de outubro, com a recomendação de reprovação das contas do governo Dilma pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a análise divulgada no portal do partido era categórica: “Rumo ao impeachment”. Em nota, o PSDB comemora a atuação das instituições, que demonstram “a vitória de quem se mobilizou, de quem se indignou, de quem foi às ruas protestar, de quem disse ‘basta’ à corrupção e ao despudor dos governantes.”. No final, o partido ainda sentencia que “estão abertas as portas para que Dilma Rousseff seja alvo de processo de impeachment, e, uma vez condenada e afastada do cargo de presidente da República, leve o PT junto com ela, para bem longe”.[114]

O mês de dezembro de 2015 marca o momento em que é possível dizer que a disputa de teses pelo afastamento de Dilma praticamente se encerra no interior do partido. Estimulados pela autorização da abertura do processo de impeachment por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), dois eventos marcam o fortalecimento dessa tese: uma reunião conduzida por FHC, em Brasília, com os principais integrantes da cúpula partidária[115] cujo objetivo era adotar um discurso unificado pelo impeachment e a participação de tucanos na quarta grande manifestação. Nessas duas ocasiões, três relevantes figuras defendem de maneira mais enfática o afastamento de Dilma via Congresso Nacional: FHC, Aloysio Nunes e José Serra.

José Serra, que já vinha sendo cotado para assumir alguma pasta ministerial no governo Temer[116], em entrevista para a Folha de São Paulo, afirmou que o processo do impeachment deveria ser concluído o mais rápido possível e que “ajudaria num eventual governo Temer”[117]. Aloysio Nunes, presente na quarta grande manifestação, declarou para o conjunto de manifestantes que “Não vai ter golpe, vai ter impeachment para tirar a Dilma do governo”. Além dos tucanos paulistas, em declaração para a imprensa após a reunião de unificação, FHC confirmou a existência de razões consistentes para a

---

[114] PSDB. “Rumo ao impeachment”, análise do ITV. 8 out. 2015. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/acompanhe/artigos/rumo-ao-impeachment-analise-do-itv>. Acesso em: 12 out. 2022.

[115] Estiveram presentes: FHC, Aécio Neves (MG), Cássio Cunha Lima (PB), Carlos Sampaio (SP), José Serra (SP), Beto Richa (PR), Geraldo Alckmin (SP), Marconi Perillo (GO), Simão Jatene (PA) Pedro Taques (MT), e Reinaldo Azambuja (MS).

[116] BERGAMO, Mônica. Temer já desenha equipe de seu futuro governo caso substitua Dilma. Folha de São Paulo. Colunistas, 9 dez. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2015/12/1716601-temer-ja-desenha-equipe-de-seu-futuro-governo-caso-substitua-dilma.shtml>. Acesso em: 24 out. 2022.

[117] LIMA, Daniela. Serra afirma que fará o possível para ajudar um eventual governo Temer. Folha de São Paulo. Poder, 7 dez. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1715763-farei-o-possivel-para-ajudar-um-eventual-governo-temer-diz-serra.shtml>. Acesso em: 24 out. 2022.

destituição de Dilma[118]. Assim, a conversão da maior parte dos tucanos históricos estava prestes a ser concluída sob a alegação da ingovernabilidade, restando apenas o governador paulista, que embora tenha participado da coletiva, mudou levemente seu discurso, mencionando que as tratativas do PSDB não poderiam ser consideradas um golpe.

Aécio Neves, mesmo após a reunião de unificação, continuou firme na tentativa de viabilizar o cenário mais favorável aos seus desejos, afirmando em entrevista que o caminho para a destituição ainda não estava definido e, mais relevante, que Temer era "parceiro permanente e ativo da gestão que fez o Brasil retroceder 20 anos", faltando-lhe a legitimidade do voto. Sua postura insistente em novas eleições se manteve até a conclusão do processo de afastamento.[119] Questionado se seria o candidato tucano para novas eleições, é curioso notar, claramente por não ser coincidência, que Aécio respondeu da seguinte maneira: "é obvio que tanto eu, como o governador Geraldo Alckmin, o senador José Serra e outros governadores temos que estar prontos para isso."[120].

Com o crescimento da pressão da alta classe média nas ruas, a dificuldade do governo em conservar uma base de apoio no Congresso e a "orquestra tucana afinada", para utilizar a expressão dita por Aécio, o caminho para o impeachment estava bem encaminhado já no início de 2016. Assim, aproveitando a perda da base de apoio no Congresso e a ofensiva da Operação Lava Jato sobre o governo, a atuação tucana tornou-se, então, fundamental para a consecução do impeachment de Dilma Rousseff. A bancada parlamentar permaneceria acossando o governo, protocolando, ainda em janeiro, uma representação na Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) cujo objetivo era cancelar o registro partidário do PT, em razão das declarações de Nestor Cerveró na 18ª fase da Lava Jato[121].

Formalmente, o PSDB fechou sua posição de fato pouco antes da votação na Câmara, especificamente após uma reunião de estratégia marcada no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo estadual de São Paulo, no dia 07 de abril de 2016. De

---

[118] LIMA, Maria. Fernando Henrique declara apoio ao impeachment: 'Razões são suficientes'. O Globo. Política, 18 ago. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/fernando-henrique-declara-apoio-ao-impeachment-razoes-sao-suficientes-18269422>. Acesso em: 25 out. 2022.

[119] NERY, Natuza. PMDB e PSDB tratam do pós-Dilma, diz Aécio Neves. Folha de São Paulo. Poder, 15 mar. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750024-pmdb-e-psdb-tratam-do-pos-dilma-diz-aecio-neves.shtml>. Acesso em: 24 out. 2022.

[120] LIMA, Daniela. Para Aécio, Temer foi parceiro da gestão que fez o Brasil voltar 20 anos. Folha de São Paulo. Poder, 21 dez. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1721501-para-aecio-temer-foi-parceiro-da-gestao-que-fez-o-brasil-voltar-20-anos.shtml>. Acesso em: 24 out. 2022.

[121] G1. PSDB pede à Procuradoria Eleitoral cancelamento do registro do PT. Política, 20 jan. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/01/psdb-pede-procuradoria-geral-eleitoral-extincao-do-registro-do-pt.html>. Acesso em: 24 out. 2022.

acordo com Aécio, o intuito da reunião era que a legenda adotasse uma posição "uníssona" a favor do recurso de afastamento do mandato presidencial, dando "100% de apoio ao impeachment". Entretanto, na prática, a rota tucana já havia sido definida com um pronunciamento categórico de Alckmin no dia 21 de março de 2016. Antes, em 15 de março de 2016, Aécio Neves já afirmava que o PSDB e o PMDB estavam se reunindo para tratar do "pós-Dilma", pois "o governo acabou".[122]

O posicionamento de Alckmin veio na esteira de uma entrevista dada por FHC ao jornal Estadão. O ex-presidente anunciava que "com a incapacidade que se nota hoje de o governo funcionar, de ela resistir e fazer o governo funcionar, eu acho que agora o caminho é o impeachment". Em seguida, o governador de São Paulo afirmaria concordar "em gênero, número e grau", pois era preciso virar a página[123]. É provável que sua mudança de discurso, além da inevitabilidade do processo a essa altura, tenha sido uma resposta às vaias recebidas, em conjunto com Aécio Neves, na Avenida Paulista, durante a quinta e maior manifestação pró-impeachment, realizada no dia 13 de março na capital paulista, principal reduto do eleitorado peessedebista. As duas lideranças tucanas, nomes mais fortes daquele período, foram hostilizadas por manifestantes, que os chamavam de oportunistas e corruptos, soltando gritos de "Fora, Alckmin" e de "ladrão" para o senador mineiro, citado em delações no âmbito da Lava Jato. Com o clima desfavorável, os tucanos se retiraram em trinta minutos, sem qualquer discurso público[124].

A hostilidade dos manifestantes, além da insatisfação com o antipetismo hesitante do PSDB, estava relacionada com algumas acusações de corrupção feitas aos líderes tucanos. O governador paulista, que já vinha sendo mencionado desde 2013, quando veio a público a delação de empresas sobre um suposto cartel para fraudar licitações de trens em São Paulo desde o governo Mario Covas, teve novamente seu nome envolvido em um caso de desvio de verba pública. Em janeiro de 2016, a Polícia Civil e o MPF deflagraram a "Operação Alba Branca" para investigar fraudes e desvios em contratos do governo

---

[122] NERY, Natuza. PMDB e PSDB tratam do pós-Dilma, diz Aécio Neves. Folha de São Paulo. Poder, 15 mar. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750024-pmdb-e-psdb-tratam-do-pos-dilma-diz-aecio-neves.shtml>. Acesso em: 24 out. 2022.

[123] ARBEX, Thais. Alckmin pactua 'em gênero, número e grau' com FHC sobre impeachment. Poder, 20 mar. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1752065-alckmin-pactua-em-genero-numero-e-grau-com-fhc-sobre-impeachment.shtml>. Acesso em: 24 out. 2022.

[124] SEABRA, Cátia; BERGAMIM JR, Giba. Hostilizados por manifestantes, Aécio e Alckmin ficam meia hora na Paulista. Folha de São Paulo. Poder, 21 dez. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749517-hostilizados-por-manifestantes-aecio-e-alckmin-ficam-meia-hora-na-paulista.shtml>. Acesso em: 30 out. 2022.

estadual no abastecimento de merendas escolares[125]. Surgiam cartazes na quinta manifestação questionando "Cadê o dinheiro da Merenda?". Já Aécio Neves teve seu nome citado em diversos momentos da Operação Lava Jato, desde a primeira delação de Alberto Youssef[126]. O senador mineiro seria ainda apontado por Delcídio do Amaral (PT-MS) como beneficiário de um esquema de corrupção na hidrelétrica de Furnas[127]. Em verdade, outros políticos e gestões tucanas vinham sendo apontadas como implicadas em casos de corrupção na Operação Lava Jato, não se restringindo somente aos dois políticos, mas desgastando o partido como um todo[128]. O discurso anticorrupção que servia ao PSDB como combustível para o antipetismo era questionado.

Para finalizar, convém mencionar que a atuação tucana contra o PT continuaria adiante com seu papel institucional no rito do impeachment. Simbolicamente, o voto que definiu o afastamento de Dilma foi proferido por Bruno Araújo (PSDB-PE), líder da oposição na Câmara. No Senado, o PSDB confirmou sua presença na Comissão Especial de Impeachment garantindo Antônio Anastasia (PSDB-MG), aliado de Aécio em Minas Gerais, como relator do processo. Após o afastamento definitivo de Dilma, em 31 de agosto de 2016, o PSDB, na pessoa de Aloysio Nunes, ainda questionou o fato do Senado Federal ter concedido a Dilma o direito de se eleger para outro cargo, protocolando uma ação de inabilitação da agora ex-presidente por oito anos.

d. O racha no ninho: conservadorismo das bases e crise de identidade partidária

Dessa breve reconstituição, é possível concluir que o PSDB se comportou, aos olhos da alta classe média, de maneira dividida e hesitante. A adoção da tese do impeachment, como viria a declarar anos depois o tucano Marcus Pestana (PSDB-MG), foi inicialmente encampada pelos membros da bancada na Câmara, como Carlos Sampaio

---

[125] TUROLLO JR, Reynaldo. Escândalo da merenda faz 1 ano sem punição. Folha de São Paulo. Poder, 12 fev. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/02/1857971-escandalo-da-merenda-faz-1-ano-sem-punicao.shtml>. Acesso em: 30 out. 2022.

[126] CASTRO, José R. Duas citações a Aécio na Lava Jato foram arquivadas. Há uma terceira. NEXO Jornal. Expresso, 19 fev. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/02/19/Duas-cita%C3%A7%C3%B5es-a-A%C3%A9cio-na-Lava-Jato-foram-arquivadas.-H%C3%A1-uma-terceira>. Acesso em: 30 out. 2022.

[127] ESTADÃO. 'Nada disso me intimida', diz Aécio sobre delação de Delcídio envolvendo seu nome. Política, 9 mar. 2016. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/nada-disso-me-intimida--diz-aecio-sobre-delacao-de-delcidio-envolvendo-seu-nome/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

[128] BARAN, Katna. PSDB engrossa lista de partidos citados na Lava Jato. Veja o que pesa contra os tucanos. Gazeta do Povo. 19 fev. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/psdb-engrossa-lista-de-partidos-citados-na-lava-jato-veja-o-que-pesa-contra-os-tucanos-3n7kbsecxwwo5j28cvc3156w7/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

(PSDB-SP) e Nilson Leitão (PSDB-MT), sofrendo forte resistência de "gente graúda no PSDB, caciques, que era contra o impeachment por causa da quebra da dinâmica democrática e por analisar que iríamos salvar o PT.". Outra significativa avaliação desse conjunto de atitudes que reafirma a divisão tucana foi feita por Tasso Jereissati (PSDB-CE), em entrevista à Folha de São Paulo, anos depois[129]. Segundo o senador cearense, o partido cometeu um conjunto de erros memoráveis: o primeiro foi questionar o resultado eleitoral no dia seguinte à eleição, algo que "não é da nossa história e do nosso perfil. Não questionamos as instituições, respeitamos a democracia"; já o segundo foi a traição de princípios básicos do PSDB, sobretudo na economia, exclusivamente para se contrapor e desgastar o PT. Derrotado nas urnas e influenciado pelo grupo de Aécio Neves e pelos peessedebistas mais novos, o PSDB rompeu com as regras do jogo de eleições democráticas questionando o resultado eleitoral e procurando vagas e indeterminadas razões jurídicas para fundamentar um pedido de impedimento frágil.

Nesse sentido, embora as posições divergentes sobre as formas de destituir Dilma tenham revelado uma ação segmentada em três frentes, particularizadas em figuras como Aécio, Serra e Alckmin, as dissidências internas eram mais profundas, pois tinham raízes na mudança ideológica das bases sociais do partido e do perfil de seus políticos recrutados, agora mais intensamente identificados com o antipetismo. A atuação do PSDB durante a crise política anunciou um núcleo de oposição mais antipetista nos membros da Câmara, que optaram por uma estratégia, juntamente com o grupo aecista, de "fazer o governo sangrar" através de medidas judiciais e questionamentos públicos da legitimidade do governo. Enquanto isso, a maior parte do tucanato histórico se mostrou resistente ao impeachment, optando por "deixar o governo sangrar", ao menos até a deterioração das condições de governabilidade, quando aderem ao afastamento.

Dito de outra forma, o dissenso a respeito dos caminhos para um afastamento de Dilma era um sintoma da clivagem entre os tucanos, embora não fosse um sintoma de pequena relevância, pois foi o tema mais importante daquela conjuntura. Entretanto, havia outros indícios de um desarranjo no partido. Os tucanos históricos mostravam-se insatisfeitos com a atuação precipitada e incoerente da bancada parlamentar em diversas pautas legislativas. Somente no ano de 2015, foi possível encontrar desacordos na defesa

[129] VENCESLAU, Pedro. Tasso Jereissati: 'Nosso grande erro foi ter entrado no governo Temer'. Política, 13 set. 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/nosso-grande-erro-foi-ter-entrado-no-governo-temer/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

do fim da reeleição e na flexibilização do fator previdenciário, instituídas nos governos FHC, bem como no apoio ao distritão. Dessa maneira, a atuação do PSDB revelou a sobreposição de dissidências geracionais com uma divisão orientada por disputas internas de influência, especialmente entre os membros mais proeminentes.

Como buscamos argumentar, a fronteira entre os tucanos, tratada de forma etária pela imprensa, era em realidade determinada por diferenças ideológicas. Enquanto os tucanos históricos, fundadores do partido, permaneciam associados à identidade tucana de terceira via, os "cabeças-pretas", sintonizados com a radicalização de suas bases sociais, aderiam mais fervorosamente o combate ao PT a qualquer custo[130]. É sintomático que, paulatinamente, crescem pautas como a moralização da política, o anticomunismo, um discurso mais radicalmente antipetista e assumidamente neoliberal, vociferado por tucanos mais novos, o que empurra o neoliberalismo de terceira via dos fundadores, mais preocupados com temas que tangenciam a desigualdade social e o diálogo com minorias. Era resultado do acolhimento de fundamentalistas religiosos e defensores da truculência policial para combater a criminalidade.

Ainda que uma pesquisa sobre o perfil do recrutamento dos tucanos trouxesse mais subsídios para as mudanças internas que estamos apontando, dado o pequeno espaço desta pesquisa, tomaremos o caso de Coronel Telhada (PSDB-SP) como símbolo dessa mudança de perfil. Filiado desde 2011 e eleito em 2014 como o segundo deputado estadual mais votado de São Paulo, o coronel reformado da Polícia Militar era conhecido por sua defesa da flexibilização do porte de armas e pela sua luta contra os direitos humanos e o ECA. Por ocasião de uma entrevista à BBC, disse que "no Brasil se costuma mostrar o criminoso como vítima da sociedade e o policial como algoz. Isso veio após a revolução de 64."[131] Em maio de 2015, o coronel reformado chegou a ser indicado pelo líder de sua bancada para a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do

[130] Em 2017, em meio a uma disputa interna entre Geraldo Alckmin e João Doria para a candidatura do PSDB à presidência, o MBL identificou tal divergência e tentou "afundar o PSDB" e trazer os mais jovens e liberais para o movimento. O MBL, juntamente com o Vem pra Rua e Revoltados Online foram atores políticos relevantes no desgaste do PSDB. Como afirmou um de seus líderes, em mensagens divulgadas pela Revista Piauí, "Não bastava a gente tirar o PT do poder, estamos destruindo o PSDB ali, essa ala de esquerda tá desesperada, estamos pegando os melhores nomes deles e, ou eles vão sair, ou eles acabam fortalecendo e tomam partido e tiram essa esquerda aí". Referência: ABBUD, Bruno. O grupo da mão invisível. Revista Piauí, 03 out. 2017. Disponível em: < https://piaui.folha.uol.com.br/o-grupo-da-mao-invisivel/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

[131] CARNEIRO, Júlia D. Deputado Cel. Telhada diz que 'infelizmente' matar 'faz parte da ação policial'. BBC Brasil, 24 ago. 2015. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150820_telhada_ping_jc_lk>. Acesso em: 17 mar. 2023.

Estado de São Paulo (ALESP). A incoerência foi tamanha que diversos tucanos reconheceram publicamente que a indicação feria a tradição do partido, qualificando-a como "surreal"[132]. A Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, cujos membros participaram da fundação do partido ou integraram suas administrações, assinou uma nota criticando duramente a indicação do deputado e afirmando que se tratava de um desrespeito aos fundadores do PSDB. Em suma, o caso de Telhada expõe justamente um perfil de político tucano bem destoante dos tucanos históricos, favoráveis aos direitos sociais na Constituinte.

O debate em torno dos direitos humanos, de maneira ampla, estava sendo revirado nas atividades partidárias. Em 1996, ainda durante o primeiro governo FHC, foi publicada a primeira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), cujo objetivo, para além de valorizar os direitos sociais e colocar o Estado como protetor, era realizar um levantamento dos direitos humanos no país. Reconhecia-se o plano como um marco de referência do compromisso do país com a proteção de "minorias e excluídos", condenando todo tipo de violação, inclusive aquelas perpetradas pelo Estado. O PNDH ainda abordava políticas de promoção da igualdade racial e, na esteira da criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, em 1995, inseria o tema das ações afirmativas na agenda governamental. Pouco mais de 20 anos depois, o partido abrigava críticos ferrenhos dos direitos humanos, que acreditavam que esses protegiam a "bandidagem", e políticos contrários às medidas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial.

É difícil precisar o momento exato em que tais divergências surgem, mas sem dúvida alguma elas se evidenciam na crise política do segundo governo Dilma, quando a bancada parlamentar opta por um antipetismo visceral com o objetivo de desgastar o governo a qualquer custo, inclusive passando por cima de pautas que eram próprias dos tucanos. O partido parece, então, entrar em uma crise de identidade partidária desencadeada pela radicalização do antipetismo de suas bases sociais, o que começa a segmentar os tucanos mais apegados às suas pautas históricas e aqueles mais atrelados à ação de contenção ao PT. Por conclusão, a queda de braço em defesa da destituição de

[132] URIBE, Gustavo. Para tucano, presença de Telhada em Direitos Humanos é 'surreal'. Folha de São Paulo. Poder, 13 mai. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1628562-para-deputado-tucano-presenca-de-telhada-em-direitos-humano-e-surreal.shtml>. Acesso em: 19 out. 2022.

Dilma, embora personalizada nos políticos mais importantes, tem por origem primordial a divergência entre integrantes da bancada na Câmara e os membros históricos do partido.

As pesquisas com os participantes dos protestos de 12 de abril de 2015 e 16 de agosto de 2015, coordenadas por Ortellado, Solano e Nader, mostravam um pouco do perfil mais conservador e antipetista daqueles que eram majoritariamente eleitores do PSDB. Percentual considerável dos manifestantes concordavam com crenças falsas de que o filho de Lula era sócio da Friboi, que o PCC era o braço armado do PT, e que o objetivo final do partido era implantar o comunismo no país auxiliado pelo Foro de São Paulo. Além disso, 75% eram contrários ao Mais Médicos, por volta de 95% concordavam com uma redução de impostos e impressionantes 99% acreditavam que a corrupção era o motivo principal para a qualidade ruim dos serviços.

Por fim, outro relevante dado levantado pelas pesquisas se refere à confiança nos políticos. Na segunda grande manifestação, os políticos que se mostravam mais confiáveis aos entrevistados eram tucanos – Alckmin, Serra e Aécio, respectivamente. Enquanto isso, um político menos conhecido, Jair Bolsonaro, apresentava mais desconfiança – 51% dos entrevistados disseram não confiar em Bolsonaro. Passados alguns meses, na terceira grande manifestação, questionados sobre uma figura pública não corrupta, os entrevistados citaram, da primeira à quarta posição: Jair Bolsonaro, Sérgio Moro, Joaquim Barbosa e, empatados em quarto lugar, FHC e Geraldo Alckmin. O mineiro Aécio Neves ficou mal colocado, na oitava colocação. Ainda que as perguntas tenham sido diferentes, é possível notar justamente um crescimento de Bolsonaro e Sérgio Moro *pari passu* a perda de influência dos tucanos. Estava em curso uma mudança substancial no eleitorado tucano, fundindo um nacionalismo antipetista com o discurso de combate à corrupção, que agora não mais se identificaria com os tucanos. Era uma mudança na representação política.

No caso de São Paulo, convém recordar que esse perfil de eleitor nos remete diretamente ao malufismo. Corrente política conservadora cuja base social era formada, inicialmente, pelas classes médias estabelecidas em bairros mais próximos das zonas Leste e Norte, os malufistas desejavam um Estado que garantisse a ordem e a segurança, pois se sentiam ameaçados por delinquentes, nordestinos e homossexuais (PULS, 2000). Nas eleições para prefeito da capital, em 1988 e 1992, veio uma mudança significativa e o malufismo garantiu uma fatia considerável de votos de um eleitorado de alta renda, moradores de bairros mais ricos da cidade, amedrontados com uma possível vitória do

PT. O resultado inclusive superou o percentual de votos nos bairros malufistas tradicionais, herdados de Adhemar de Barros.

Nesse sentido, como expõe Pierucci e Lima (1993, p. 98), foi a escalada eleitoral do PT, em uma espécie de reação conservadora, que revigorou o malufismo: "quanto mais ricos e bem equipados os bairros, quanto melhores as condições de vida de cada uma das áreas homogêneas, tanto melhor o desempenho eleitoral de Maluf". Por fim, se nossa hipótese de continuidade entre o eleitorado malufista e essa base tucana revoltada em São Paulo estiver correta, o discurso de combate à corrupção só se comprova mais seletivo e instrumentalizado, haja vista que Maluf, herança também de Adhemar de Barros, era considerado um político que "Rouba, mas faz", mesmo entre seus eleitores. Honestidade nunca foi um atributo pessoal atribuído a Maluf.

Esse intrigante descompasso nos remete à análise de Nancy Fraser (2018) a respeito da vitória de Donald Trump na eleição estadunidense. Segundo a autora, antes de Trump, a política norte-americana esteve sob hegemonia de um bloco neoliberal progressista capaz de combinar políticas neoliberais de retirada de direitos com o acolhimento de políticas progressistas de reconhecimento, empoderando minorias dentro de um corte meritocrático. Com a eleição de Trump, o neoliberalismo progressista seria derrotado por um rival pouco diferente do ponto de vista econômico, mas substancialmente em termos de reconhecimento. Sua visão excluía as minorias, proclamando-se, por vezes abertamente, etnacional, pró-cristã e anti-imigrante.

Guardadas as devidas proporções e as diferenças significativas entre os processos políticos, pois no Brasil essas duas modalidades de direita estavam eleitoralmente presas a mesma legenda, enfrentando o arranjo lulista e a frente neodesenvolvimentista, é possível relacionar a divisão interna do PSDB e a mudança das bases sociais com o argumento de Nancy Fraser. A diferença, para o caso brasileiro, é que o nosso neoliberalismo conservador esteve mais fortemente atrelado ao antipetismo e à moralização da política pelo combate da corrupção. Fechando o bloco, os tucanos mais novos seriam assumidamente mais liberais do que os tucanos históricos, como deixa nítido o texto publicado por Daniel Coelho (PSDB-CE), cuja defesa de um “choque de liberalismo”, com redução do tamanho do Estado e da carga tributária, e enfrentamento

"às teses fracassadas do socialismo embutidas no consciente coletivo de nosso povo", nunca fora tão explícita nos quadros tucanos mais antigos.[133]

Fato ilustrativo do caminho em direção ao conservadorismo por parte dos tucanos foi o apoio em peso da proposta de redução da maioridade penal. Em sua campanha eleitoral de 2014, que incorporou mais abertamente a desconfiança com os direitos humanos, Aécio Neves defendeu abertamente a redução da idade penal para crimes graves, cuja proposta era de autoria de Aloysio Nunes, seu vice. Após a derrota tucana nas eleições, a PEC 171/93, bandeira dos conservadores contra a "impunidade", foi encampada por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), inclusive para atacar o governo Dilma, que se posicionava contra. Ao final, o texto foi aprovado com apoio de 49 dos 52 membros da bancada tucana na Câmara, que sustentavam uma redução linear da maioridade. Entusiasta da proposta, o deputado federal Delegado Waldir (PSDB-GO) corroborou de forma precisa as diferenças entre os tucanos. Ao ser questionado em entrevista, o deputado de Goiás afirmou que a bancada eleita com Aécio Neves na campanha de 2014 era mais conservadora, diferentemente das bancadas anteriores de FHC[134]. Outro membro do tucanato mais conservador, Coronel Telhada (PSDB-SP), defendera a diminuição para 14 anos, pois o ECA era um "Frankenstein".

Figuras históricas do partido já haviam se declarado frontalmente contrárias à medida de redução. Em 1999, ao ser questionado sobre o tema, o então governador de São Paulo, Mário Covas, afirmou ser rigorosamente contra por não enxergar nenhuma razão de fundamento. No período mais recente, tanto FHC quanto Alckmin também se posicionaram de maneira contrária à redução "pura e simples"[135]. O governador paulista defendeu uma reforma no Estatuto da Criança e Adolescente para elevar o tempo máximo de internação de jovens. Para José Gregori, fundador do PSDB e ex-ministro da Justiça de FHC, era um afastamento da posição histórica do PSDB. De fato, com a crise de

---

[133] PSDB. "Porque falar de Liberalismo?", por Daniel Coelho. Artigos, 22 jun. 2017. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/acompanhe/artigos/porque-falar-de-liberalismo-por-daniel-coelho>. Acesso em: 11 nov. 2022.

[134] SCHREIBER, Mariana. Por que o PSDB apoiou em peso a redução da maioridade penal na Câmara?. BBC News Brasil, 3 jul. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150703_psdb_reducao_maioridade_ms_cc>. Acesso em: 11 nov. 2022.

[135] SANCHES, Mariana. Contrariando líderes tucanos, FH diz que pedido de impeachment de Dilma é precipitado. O Globo. Política, 19 abr. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/contrariando-lideres-tucanos-fh-diz-que-pedido-de-impeachment-de-dilma-precipitado-15923084>. Acesso em: 11 nov. 2022.

identidade que o antipetismo forçou o partido, o PSDB estava se afastando de suas raízes mais próximas da social-democracia de terceira via.

Saia de cena um neoliberalismo com toques progressistas encampado por lideranças históricas do partido e emergiam políticos pouco vinculados ao que foi a identidade tucana, mas identificados com um neoliberalismo conservador em resposta direta ao antipetismo das ruas. Em termos metafóricos, é como se os cabeças-pretas, para não perder o lugar de elemento de contenção ao PT, puxassem a corda do PSDB em direção ao neoliberalismo conservador das bases, enquanto tucanos históricos se agarravam ao neoliberalismo de terceira via, com aspectos progressistas, característico da identidade de fundação do partido. Adiante, o PSDB viria a ter bons resultados nas eleições de 2016, entretanto, a crise de identidade e as divergências internas ficariam ainda mais visíveis no decorrer do processo político, com a entrada no Governo Temer e com a candidatura de João Doria ao governo do estado de São Paulo, em 2018, vinculada ao bolsonarismo e mantendo distância da linhagem histórica do tucanato.

4.2 Alta classe média e lavajatismo: antipetismo e combate à corrupção em nome do Brasil

Constatando a hesitação do principal partido de oposição em lutar contra o PT e o acúmulo de denúncias de corrupção envolvendo governos e políticos tucanos, a alta classe média, emergindo na cena política como força social, passou a encontrar sua representação política justamente naqueles que conseguiriam simbolizar esses três pilares: discurso contra a corrupção, antipetismo e nacionalismo. Esse papel coube à Operação Lava Jato, que encarnou o "partido" do Brasil em oposição ao projeto petista, mais especificamente os ramos do aparelho de Estado encarregados das intervenções policiais e judiciais: Polícia Federal, Ministério Público Federal e parte do Judiciário.

Nesta pequena seção, não buscaremos esgotar o tema da Operação Lava Jato, que tem apresentado múltiplas frentes de pesquisa, como seu aspecto organizacional, de aprimoramento das instituições de justiça no que se refere ao combate à corrupção (ALMEIDA, 2016; KERCHE, 2018; RODRIGUES, 2020), e outro internacional, de desenvolvimento de redes de difusão global de ideias e práticas anticorrupção (ALMEIDA, 2019). Nosso propósito é exclusivamente analisar como a Lava Jato se tornou um ator político, alterando a correlação de forças e constituindo uma aliança com a grande imprensa nacional, sob o ângulo da relação política estabelecida com a alta classe média. Diante disso, nosso objetivo se assemelha à investigação dos "momentos de

intervenção política da Operação Lava Jato para além de seus efeitos propriamente judiciais" efetuada por Almeida (2019, p. 97), cuja contribuição identificou que a ação célere e o timing ajustado da Operação foram capazes de impactar de maneira decisiva os rumos da crise política, afetando o partido do governo e o antecessor e sustentáculo político da presidente em exercício. Para isso, discutiremos, em primeiro lugar, as filiações e o pertencimento de classe dos atores lavajatistas e, em seguida, iremos examinar a forma como os próprios atores lavajatistas construíram o discurso da Operação Lava Jato em sintonia com a busca por apoio de massa.

a. A Operação Lava Jato, o pertencimento de classe e a filiação à burocracia de Estado

Da perspectiva teórica aqui mobilizada, a ação dos operadores judiciais da Lava Jato começa inicialmente com uma discussão sobre sua filiação ao aparelho burocrático e sobre o pertencimento de classe dos funcionários do Estado. Os membros da força-tarefa da Lava Jato e os magistrados são todos, ao mesmo tempo, parte da categoria social denominada burocracia de Estado e membros da alta classe média (BOITO JR, 2018). O recrutamento dos procuradores, promotores e magistrados é feito mediante um longo e desigual processo de seleção cuja consequência principal é o predomínio de homens brancos provenientes de famílias de alta classe média que já atuaram ou atuam no Judiciário. Eles se formam nas melhores escolas, ingressam nas tradicionais faculdades de direito, de maior prestígio e projeção nacional, e depois de passar alguns anos se dedicando exclusivamente ao estudo, conseguem ser aprovados nos concursos específicos.

Tudo esse percurso é legitimado e validado sob o discurso de esforço, competência e méritos próprios, sustentado por critérios supostamente técnicos e objetivos de seleção, o que evidentemente mascara a extrema desigualdade da trajetória até a aprovação em um concurso público, tidos como ferramentas ideais de comprovação de méritos, dons e capacidades intelectuais. Na verdade, o processo seletivo depende diretamente do acúmulo de capitais econômicos, culturais e sociais ao longo da vida que dão conta dos altos custos envolvidos (RAMOS; CASTRO, 2019). Ao final, reiniciam a reprodução social de suas posições e cargos com seus filhos.

Uma vez procuradores, juízes, desembargadores, promotores ou defensores públicos, garantem uma série de privilégios e regalias que reafirmam a posição de alta classe média. A despeito de diferenças entre carreiras, suas remunerações ultrapassam 26

salários mínimos, podendo chegar à 40 salários mínimos, dispõem de benefícios e auxílios para despesas como moradia e vestimenta e gozam de jornadas de trabalho reduzidas (BOITO JR, 2018, p. 243). De acordo com Aquino (2023), no ano de 2019, as carreiras jurídicas públicas apresentavam as seguintes porcentagens para sexo e raça/cor: 58,4% de homens e 78,7% de brancos. Segmentando tais carreiras, Aquino (2023, p. 153) mostra que a remuneração mensal média mais baixa é de 26 salários mínimos, para Defensor público, e a mais alta é de 40 salários mínimos, para membro do Ministério Público da União. Por isso, são responsáveis por tornar os custos da justiça no Brasil tão elevados, mesmo em comparação com países mais ricos (RAMOS; CASTRO, 2019). Em suma, em comparação com o restante da sociedade brasileira, os agentes do Sistema de Justiça estão em uma posição social e econômica de excepcional privilégio.

O estudo prosopográfico de Oliveira et al. (2017) acerca dos membros dos três núcleos principais da Operação Lava Jato – 14 procuradores do MPF, 8 delegados da PF, o juiz Sergio Moro e o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot – corrobora a tese das raízes de alta classe média da burocracia lavajatista. Os autores, que mapearam o vínculo genealógico e os pertencimentos familiares, sociais e político-institucionais dos operadores da Lava Jato, constataram que os membros da força-tarefa, pós-graduados em instituições nacionais e internacionais, quase sempre são "advindos de famílias em que pais e familiares atuaram e/ou atuam no sistema de justiça, (...), portanto, pertencentes, a certa 'dinastia jurídica'" (OLIVEIRA ET AL., 2017, p. 4) ou com vínculos estreitos com o mundo da política. Finalmente, os autores ainda destacam que o estudo permite compreender que os operadores da Lava Jato agem em conformidade com os interesses construídos em sua formação pessoal e profissional, "o que possibilita em certo sentido desmistificar 'o mito das decisões neutras' e de um sistema de justiça que atua em consonância com o 'princípio da imparcialidade'" (OLIVEIRA ET AL., 2017, p. 4).

Dito isso, é razoável supor que a ação burocrática, embora condicionada pelas regras que a organizam e com autonomia relativa perante a origem social dos agentes, não é indiferente ao pertencimento de classe. Assim, por sua dupla filiação, agem, em primeiro lugar, como grupo social inserido no aparelho de Estado e submetido ao conjunto de regras e normas previstas na cadeia hierárquica que está inserido. De forma concomitante ao seu dever burocrático, sua origem e seu pertencimento de classe também exercem influência na modulação de seu comportamento, interesses e ideologia. Nesse

sentido, a racionalidade técnico-jurídica da ação burocrática se envolve com os interesses oriundos do pertencimento de classe.

Tais observações sobre a ação de agentes da burocracia se comprovam empiricamente na história política brasileira. Entre as décadas de 1920 e 1930, segundo Saes (1985), o movimento tenentista, liderado por uma maioria de oficiais de média e baixa patente, captou as insatisfações da classe média com o arranjo político oligárquico que privilegiava a grande burguesia agromercantil. O surgimento do tenentismo e de seu projeto difuso de transformação está associado, portanto, à crise agrário-exportadora e à crise do regime oligárquico, simultaneamente a emergência de setores urbano-industriais (FORJAZ, 1977). Suas bases sociais se enraizavam nas camadas médias urbanas, grupo social que também pertencia grande parte dos tenentistas. Os tenentes expressavam, como membros do aparelho militar do Estado, o inconformismo antioligárquico das camadas médias urbanas da qual faziam parte, o que os converte em porta-vozes das aspirações da classe média. Em síntese, os tenentes almejavam, tanto como integrantes da burocracia militar de Estado quanto como pertencentes da classe média, portanto, vivendo concretamente os problemas experienciados pela classe média emergente, uma política de centralização e reforma do Estado e de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Todavia, Saes (1985, p. 70) destaca a impossibilidade de avaliar o tenentismo de um ponto de vista homogêneo e monolítico, pois suas propostas de regeneração nacional também expressaram as contradições das diferentes orientações políticas da classe média. O que havia de unitário a todas as variantes era a filiação de seus agentes às organizações propriamente militares, implicando em uma visão elitista, antimassa e anticivil do processo político. Além disso, em suas perspectivas, a dominação oligárquica era antinacional por se apropriar e descentralizar as instituições republicanas e, ao mesmo tempo, por reforçar a posição de dependência do Brasil no capitalismo internacional. Com tais características comuns, duas orientações políticas se afirmavam: uma franja liberal do tenentismo, que representou a classe média tradicional da época e traduziu, em termos militares, suas aspirações políticas de aperfeiçoamento das instituições da democracia liberal; outra franja reformista e autoritária, vinculada às aspirações de melhoria das condições de vida da baixa classe média, que veiculava uma defesa da reforma do Estado por meio da centralização administrativa e política. Por conta dessa relação política estabelecida, Saes (1985) considerou o movimento tenentista como a representação política da classe média.

Dado o apego à bandeira anticorrupção e a narrativa de moralização da política e de regeneração nacional, a comparação com o tenentismo se mostra conveniente. Tal qual a "república" estava podre, o sistema político recente estava corrompido, cabendo aos agentes neutros e apartidários resgatar a nação. Dessa forma, o protagonismo judicial dos lavajatistas "deslocou do político para o jurídico (e da deliberação coletiva para a decisão judicial monocrática) a definição de interesse público em um momento de crise" (ALMEIDA, 2019, p. 106). Contudo, ainda que os elementos mencionados carreguem semelhanças, é preciso pontuar também as diferenças entre o tenentismo e o lavajatismo a partir de seus conteúdos de classe, pois embora a comparação seja pertinente, discordamos que o lavajatismo represente uma espécie de "tenentismo de toga", na expressão cunhada pelo cientista político Luiz Weneck Vianna[136]. Diferentemente do tenentismo, cuja expressão de classe média derivou da ação da burocracia militar de baixas patentes, majoritariamente situados na baixa classe média e vivenciando tais condições de vida, o lavajatismo se revelou como ação direta dos "altos escalões" da burocracia estatal vinculada ao sistema de justiça, sendo parte e representando a alta classe média. Além de outros aspectos que poderiam ser levantados a respeito das conjunturas concretas e dos objetivos políticos, tal diferença de camada não é trivial.

A apreciação do vínculo entre tenentismo e classe média como de representação política exigiu que Saes (1985) distinguisse dois sentidos do termo. O grupo militar não poderia, em um sentido estrito, representar a classe média, pois seu modo de atuação, organização e inserção no aparelho burocrático impediria o estabelecimento de profundos laços com uma classe. Por consequência, a noção de representação utilizada se dá em um sentido amplo, no qual o discurso e a ação política dos tenentes traduzem e exprimem os interesses e aspirações da classe média. Em suma, os tenentes assumiram o papel de representação dos interesses da classe a qual pertenciam por meio de uma ação pelos ramos da burocracia de Estado e conforme suas regras e valores.

b. O lavajatismo como representante político: discurso e relação com a alta classe média

É dessa mesma forma que podemos conceber a atuação da Operação Lava Jato como uma representação política, em sentido amplo, dos interesses e dos elementos

[136] TOSTA, Wilson. 'Tenentes de toga comandam essa balbúrdia jurídica', afirma cientista político. Estadão. 20 dez. 2016. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/tenentes-de-toga-comandam-essa-balburdia-juridica-afirma-cientista-politico/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

ideológicos da alta classe média. A relação política estabelecida entre os operadores lavajatistas e as camadas médias superiores evidentemente não se dá no âmbito eleitoral, mas tais membros da burocracia traduzem as aspirações antipetistas e anticorrupção da fração superior da classe média, bem como seu desejo por regeneração nacional, agindo diretamente na conjuntura política para alterar a correlação de forças. Dito de outra forma, em sintonia com a discussão sobre o pertencimento de classe dos operadores da Lava Jato, argumentamos que não somente são membros da camada superior da classe média, como também buscam responder os interesses dessa fração e se conectar com ela através de uma narrativa, difundida nos meios de comunicação, contra a corrupção. Por isso, a Operação Lava Jato pode ser considerada o "partido" da classe média, que receberá a aparência de um partido em defesa do Brasil.

Correndo o risco de soar repetitivo, pois tornou-se lugar-comum, tomamos como ponto de partida para a análise da relação entre Lava Jato e classe média o famoso artigo de Sergio Moro a respeito da Operação *Mani Pulite*. Isso porque, além de explicitar variadas características que seriam reproduzidas pela Lava Jato, manifestando seu interesse em reproduzir a operação italiana em solo brasileiro, o juiz de Curitiba destaca dois aspectos essenciais para uma efetiva cruzada anticorrupção: a) a aliança com meios de comunicação visando criar na opinião pública um clima de insatisfação com o sistema político; e b) o uso de mecanismos de exceção e instrumentos da justiça criminal como necessários para desmontagem de um sistema corrupto. Tais elementos seriam indispensáveis para travar uma verdadeira "cruzada judiciária" contra a corrupção nas instituições nacionais.

Levando em consideração tais aspectos da *mani pulite*, o discurso de combate à corrupção propalado pelos operadores da Lava Jato para influenciar a opinião pública e a grande imprensa assumiu duas feições. Uma primeira feição está associada à dimensão jurídica, portanto, relativa à técnica, às normas, aos pressupostos da lei, isto é, aquilo que deveria ser cumprido haja vista que "a lei é para todos". Uma segunda dimensão moralista e antissistema em sua aparência que vinculava os casos de corrupção do "sistema político" a mortes diárias, a um câncer que corrói as instituições brasileiras, criando todo um imaginário moralista de repúdio à corrupção, mas que tende a enxergá-la menos como consequência de causas estruturais e mais como decorrente de falhas morais e desvios de comportamento individualizados em grandes poderosos, como políticos desonestos e empresários imorais.

O primeiro componente da narrativa deriva tanto da presumida tecnicalidade do direito, amparado em normas técnico-jurídicas e leis impessoais codificadas que, emanadas do Estado como ordem normativa coercitiva, se afastam de questões político-partidárias, quanto da atuação "técnica, neutra e imparcial" dos funcionários de um Estado aparentemente universal e representante dos interesses nacionais. Nesse sentido, os membros da força-tarefa e o juiz Sergio Moro justificam suas ações refugiando-se na linguagem e nas normas jurídicas, no suposto "imperativo da lei", nas técnicas do processo civil e penal que emanam da normativa estatal, bem como em seu dever profissional de cumprimento das normas do burocratismo que lhe conferem a condição de agente técnico, neutro, imparcial e impessoal. Na prática, portanto, ao procurador, caberia o papel de zelar "para que criminosos paguem por seus crimes e, assim, sejamos uma sociedade com menos vítimas" (DALLAGNOL, 2017), enquanto o juiz, tendo recebido o pedido, competiria "julgar segundo a lei e as provas", (MORO, 2021), agir "com correção, com base na lei, com base na imparcialidade"[137], sem levar em conta "questões políticas, partidárias"[138][139]. Em síntese, se ancoram na mistificação do burocratismo e do direito burguês firmados na estrutura jurídico-política do Estado burguês.

Em segundo lugar, os membros da Operação Lava Jato empreenderam em suas inúmeras intervenções públicas uma narrativa moralista, maniqueísta e antissistema em sua aparência, com participação fundamental da grande mídia em sua propagação, que forneceu uma justificativa para os problemas enfrentados pela classe média: era a corrupção. A corrupção sistematizada pelo PT era a origem dos males da classe média, segundo a narrativa lavajatista. De acordo com Almeida (2019, p. 85), embora todo processo de criminalização envolva uma classificação moral dos sujeitos "desviantes", os juristas envolvidos com a Lava Jato – introduzindo e incorporando mudanças institucionais e culturais no campo jurídico oriundas de participações em circuitos

[137] CÂMARA. Sérgio Moro nega parcialidade e descumprimento da lei em atuação como juiz. Segurança, 02 jul. 2019. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/noticias/561390-sergio-moro-nega-parcialidade-e-descumprimento-da-lei-em-atuacao-como-juiz/>. Acesso em: 3 jan. 2023.

[138] G1. Lava Jato revelou 'corrupção sistêmica', diz Moro nos EUA. Política, 9 abr. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/04/moro-ve-risco-de-reacao-do-sistema-politico-contra-operacao-lava-jato.html>. Acesso em: 9 jan. 2023.

[139] Em realidade, como os diálogos vazados entre Moro e os membros das forças-tarefa revelariam, essa divisão do trabalho idealiza uma relação de não interação entre atores da justiça e privilegia um modelo inquisitorial. A proximidade entre os procuradores e o juiz permitiu uma discussão entre as partes sobre as estratégias de acusação.

internacionais de modelos jurídicos de combate à corrupção –, claramente reforçaram a dimensão moral sobre a dimensão legal.

Os casos mais emblemáticos desses componentes da narrativa foram dados por Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa de Curitiba. Em evento na Câmara dos Deputados para uma sessão extraordinária, transformada em comissão geral, a respeito das "10 Medidas de combate à corrupção", o coordenador da força-tarefa afirmou que a corrupção "mata", pois é "uma assassina sorrateira, invisível e de massa (...) uma *serial killer* que se disfarça em estradas, em faltas de medicamentos, de crimes de rua e de pobreza". A solução para tais crimes, que se equiparam à "traficantes e assassinos", viria do combate à impunidade, para que "boas pessoas venham para a política"[140], de caráter íntegro. Em seu livro, o procurador continuaria o raciocínio:

> Hoje um buraco na estrada pode matar alguém que você não conhece. Amanhã, um colega ou vizinho. Depois, alguém que você ama, seu filho ou filha, pai ou mãe, cônjuge ou irmão. A corrupção muda o destino das pessoas, do país – e pode mudar o seu também (DALLAGNOL, 2017, p. 59).

Em outra página do mesmo livro, Dallagnol apelou para uma comparação entre o combate à corrupção e o exercício profissional do médico, afirmando que a corrupção era um "câncer" que a Operação estaria diagnosticando e tratando. Nesse caso, somente a "cirurgia" poderia evitar que um "tumor endêmico" se espalhasse e colocasse "nossa sobrevivência em risco" (DALLAGNOL, 2017, p. 58).

Em suma, o que tais trechos revelam é justamente o apego a uma dimensão moralista do combate à corrupção, uma tentativa de conceber uma moral universalizante contra a corrupção que possa envolver todos os "cidadãos" contra um "mal" que, mais cedo ou mais tarde, poderá pôr fim à vida de uma pessoa próxima. Como Almeida (2019, p. 95) argumentou, os juristas promoveram um reforço da dimensão moralista, ao traduzirem em termos morais suas práticas legais ordinárias, e transformaram o combate à corrupção, com lógicas próprias dos instrumentos de combate ao crime organizado, como uma forma de moralização da política.

Uma outra dimensão suscitada pela narrativa construída pelos operadores da Lava Jato é a de que a corrupção teria sido "sistematizada", se tornado endêmica, portanto, que o sistema político estava corrompido e precisaria ser regenerado. Não coincidentemente

---

[140] G1. 'Corrupção mata', diz procurador da Lava Jato no plenário da Câmara. Política, 22 jun. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/corrupcao-mata-diz-procurador-da-lava-jato-no-plenario-da-camara.html>. Acesso em: 9 jan. 2023.

o título do livro publicado por Sergio Moro é justamente “Contra o sistema da corrupção”, no qual o ex-magistrado define a sistematização como a “organização da corrupção como um modelo de governo ou de negócios” que institucionaliza “o abuso do poder para ganhos privados” e estrutura o poder público “não em prol do bem comum”, mas para o aumento de patrimônio ou para perpetuar-se no poder (MORO, 2021). Por isso, como afirmou Dallagnol em audiência na Câmara dos Deputados, no dia 9 de agosto, seria necessário “tratar o sistema (...) que favorece com que a corrupção surja”, um sistema “que deveria proteger a sociedade, proteger a vítima, proteger nós, o povo brasileiro”, mas que “opera como um escudo de impunidade para pessoas poderosas”[141].

O que as intervenções públicas das figuras que encabeçavam a Operação sustentam é que “o sistema político está corrompido” por um conjunto de “pessoas poderosas”, políticos e grandes empresários que, ambicionando perpetuar-se no poder, instituíram uma rede sistematizada de corrupção dedicada a sustentar campanhas eleitorais e contratos fraudulentos, especialmente por meio de empresas estatais. Dessa maneira, as instituições políticas passam a ser consideradas o espaço privilegiado da impunidade de políticos poderosos e corruptos, sobretudo pela percepção da corrupção como produto do crime organizado. Logo, se a prática política é reduzida à construção de arranjos de “quadrilhas corruptas”, evidentemente é reforçada a crença de que a solução para a “sistêmica” corrupção estaria na atuação desprovida de envolvimento com a política e, portanto, “técnica, imparcial e apartidária em processos judiciais” [142] pelas mãos de juízes e promotores. Nesse sentido, a atuação da burocracia de Estado lavajatista foi decisiva do ponto de vista da criminalização da atividade política em clara oposição à necessária “concentração de poder nas mãos de funcionários do estado para o ‘bem maior’ de lutar contra uma ameaça existencial à nação” (SILVA, 2020, p. 92).

Desse ponto de vista, foi se acumulando no processo político brasileiro uma compreensão supostamente “antissistema”, posto que haveria uma elite política e econômica se perpetuando no poder graças aos privilégios conferidos pelo sistema político corrupto em oposição ao vitimado povo brasileiro. Entretanto, diferentemente do que alguns pesquisadores têm apontado, a narrativa antissistema, ou pretensamente

---

[141] CANAL MPF. Dallagnol fala sobre as 10 Medidas em audiência na Câmara. Youtube: 12 ago. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rxBH3kAcPB0>. Acesso: 8 jan. 2023.

[142] CARAZZAI, Estelita H. Deltan Dallagnol critica 'discurso hipócrita' a favor da Lava Jato. Folha de São Paulo. Poder, 4 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/deltan-dallagnol-critica-discurso-hipocrita-a-favor-da-lava-jato.shtml>. Acesso: 8 jan. 2023.

antipolítica, é uma aparência derivada do discurso "técnico, neutro e imparcial", pois tal narrativa é seletivamente direcionada, como ficou explícito no evento de acusação de Lula e nos diálogos vazados entre Moro e os membros da forças-tarefa de Curitiba. A narrativa antissistema criada pela Lava Jato considerava que o "sistema" era precisamente uma criação do PT e, especialmente, de Lula. De acordo com Rodrigues (2021, p. 200),

> A primeira denúncia formulada contra o ex-presidente aponta o Mensalão e a Lava Jato "como faces de uma mesma moeda" e defende que nos dois casos houve "a criação de uma estrutura que direcionava benefícios aos que estavam no poder e aos seus partidos"

Tanto o "mensalão" quanto o "petrolão" seriam, nessa perspectiva, esquemas de corrupção desenvolvidos por "um mesmo governo para alcançar a governabilidade corrompida, perpetuar o PT no poder de forma criminosa e promover enriquecimento ilícito", como Deltan afirmou em sua coletiva após a célebre apresentação do Power Point exibido pelo Ministério Público para acusar Lula[143]. Se a estrutura de corrupção havia sido montada desde o mensalão e buscava perpetuar poderosos nos espaços de poder desde então, fica evidente que o sistema político a que se referiam era justamente aquele supostamente edificado pelos governos petistas. É o PT que estaria se perpetuando no poder por meio da sistematização da corrupção. Ainda mais, o alvo principal, uma figura em específico, era o "comandante máximo do esquema de corrupção identificado na Lava Jato", aquele que conseguiria ser o "maestro desta grande orquestra" entre a "máquina partidária" e a "máquina de governo". O documento de denúncia e a performance do procurador se referia a Lula, o "maior beneficiário do esquema", como chefe de uma organização criminosa de lavagem de dinheiro e artífice de um sistema de desvio de recursos para abastecimento de campanhas políticas com o intuito de criminosamente perpetuar-se no poder. A "propinocracia" – cidade da propina, em referência a *mani pulite* – tinha no "centro do núcleo político o senhor Lula". Assim, como o próprio Rodrigo Janot, Procurador-Geral da República (PGR) à época, definiu em seu livro, Lula era o "objeto de desejo" da força-tarefa de Curitiba[144].

---

[143] DIONÍSIO, Bibiana; CAMARGO, Isabela; VIANNA, José. Lula era o 'comandante máximo' do esquema da Lava Jato, diz MPF. G1-PR, 14 set. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/09/mpf-denuncia-lula-marisa-e-mais-seis-na-operacao-lava-jato.html>. Acesso em: 9 jan. 2023.

[144] O PGR à época narra o relato de um encontro com Deltan Dallagnol e mais quatro procuradores, no qual os membros da força-tarefa curitibana pediram para que Janot denunciasse imediatamente o ex-presidente Lula por organização criminosa, deixando de lado denúncias de outros partidos e invertendo a ordem dos processos (JANOT, 2019).

Tais aspectos moralistas e alegadamente antissistemas da narrativa construída pelos agentes da Lava Jato permitiram, por fim, que a Lava Jato ainda assumisse, em sua difusão midiática e recepção nas classes médias, um maniqueísmo simplista. Conforme a avaliação de um ministro do STF à época, a corrupção deveria ser combatida porque "favorece os piores. É a prevalência dos desonestos sobre os íntegros. Esse modelo não se sustenta indefinidamente. Só se o mal pudesse mais que o bem." (BARROSO, 2019, p. 18). De um lado, o bem estaria representado pelos homens puros, salvadores da pátria, distantes do sistema e lutando contra ele – os heróis nacionais legitimados pelo recrutamento meritocrático. Do outro lado, o mal se caracterizaria pelo "sistema" edificado por grandes poderosos, políticos impunes, empresários corruptos – os vilões partidários com interesses próprios. Nessa história com características epopeicas, o Brasil seria salvo por heróis patriotas, cujos valores éticos estariam associados à devoção ao ideal anticorrupção, contra o mal encarnado no petismo corrupto e criminoso, responsável por agir contra os "interesses nacionais" e organizar um sistema de impunidade. Em síntese, os papéis de heróis nacionais estariam a cargo da Lava Jato, que se contrapunham aos vilões Lula e PT, na defesa pelas vítimas – os patriotas brasileiros.

Não surpreende que a narrativa maniqueísta e moralista da Operação Lava Jato tenha sido representada cinematograficamente em um filme nacional e em uma série produzida por uma plataforma de *streaming*, e nem que as principais figuras envolvidas nos procedimentos judiciais tenham lançado livros quase autobiográficos, como fizeram Rodrigo Janot, Deltan Dallagnol e Sergio Moro. A narrativa empreendida de bem contra o mal, de heróis contra vilões, caberia perfeitamente nos modelos feitos para midiatização. A série "O mecanismo", por exemplo, retratava de forma romântica o processo judicial, como uma cruzada virtuosa dos agentes da lei contra a corrupção no país, opondo policiais honestos, incorruptíveis e perseguidos pelos seus ideais, a empreiteiros e políticos corruptos.

Para encerrar, a pergunta que deve ser respondida a essa altura é como a atuação e o discurso da Lava Jato reverberaram na classe média insurgente. Tais componentes narrativos, encontrando ambiente propício na predisposição criada nessa classe pelo mensalão, foram uma resposta categórica para a insatisfação da alta classe média com os governos petistas. A energia de revolta contra a corrupção emergente nas mobilizações de 2013, promovida pela classe média, encontrou um catalisador na Lava Jato, que passou a estimular e representar tal sentimento de revolta contra o sistema político corrupto

edificado pelos governos petistas. Ansiosa por um herói incorruptível que agisse conforme os supostos interesses nacionais para moralizar a política e detonar o sistema corrupto arquitetado pelo PT, a classe média encontrou na Lava Jato a atuação energicamente antipetista requisitada na campanha pró-impeachment.

O endosso à Lava Jato e a exaltação de seus principais membros permaneceram em vigor em outras manifestações marcadas para dezembro de 2016[145] e março de 2017[146], mesmo com a consecução do impeachment, embora, evidentemente, o número de adeptos tenha diminuído. Na última dessas manifestações, a pesquisa coordenada por Ortellado, Solano e Moretto (2017), detectou um público assumidamente antipetista, mas com menor identificação partidária com o principal partido de oposição, o PSDB – 11,7%. As mobilizações, cujos motes eram a defesa da Operação e a rejeição às mudanças feitas pela Câmara ao pacote de medidas anticorrupção proposto pelos lavajatistas, demostraram o reconhecimento dos êxitos da operação e confirmaram o vínculo de representação política.

A essa altura, as "10 Medidas Contra a Corrupção" haviam se tornado um programa político do movimento anticorrupção e antissistema em sua aparência. Era o remédio necessário ao "câncer assassino da corrupção" instalado no sistema político. O pacote foi apresentado ao Congresso Nacional por meio de uma campanha pública promovida pelo MPF para alterar a legislação brasileira anticorrupção. Ao final da tramitação, o projeto sofreu reajustes por parte dos parlamentares e contrariou seus proponentes. Comentando o resultado em entrevista à Veja[147], Dallagnol afirmou que a razão das mudanças era um "instinto de preservação" e proteção do sistema político, o que evidenciava um conflito de interesses entre os desejos da sociedade e as ações do parlamento. Tais mudanças, nas palavras de Dallagnol "o golpe mais forte efetuado contra a Lava Jato concretamente em toda a sua história", seriam capazes de instalar uma "ditadura da corrupção".

---

[145] DW. Milhares vão às ruas em apoio à Lava Jato. Política, 4 dez. 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/milhares-v%C3%A3o-%C3%A0s-ruas-em-apoio-%C3%A0-lava-jato-e-contra-a-corrup%C3%A7%C3%A3o/a-36635955>. Acesso em: 9 jan. 2023.

[146] PIZA, Paulo T. Manifestantes protestam em apoio à Lava Jato em São Paulo. G1-SP, 26 mar. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/manifestantes-protestam-em-apoio-a-lava-jato-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 9 jan. 2023.

[147] VEJA. Lava Jato reage a mudanças nas 'dez medidas' e ameaça renúncia. Brasiil, 30 nov. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/lava-jato-reage-a-mudancas-nas-dez-medidas-e-ameaca-renuncia/>. Acesso em: 9 jan. 2023.

Sendo assim, do ponto de vista dos elementos ideológicos presentes em sua emergência como força social, a radicalização do antipetismo e a ideologia anticorrupção estariam muito bem atendidas pela enérgica cruzada moral dos lavajatistas contra o "sistema" lulista de conservação no poder. Além deles, o nacionalismo da alta classe média encontrou na atuação da burocracia de Estado lavajatista, verdadeiros funcionários de uma instituição neutra e universal agindo tecnicamente e sob a imparcialidade, um representante contra as "ameaças existenciais à nação" (SILVA, 2020, p. 92).

A entrada na cena política da burocracia de Estado lavajatista, incidindo na correlação de forças na conjuntura de crise política e afetando diretamente o partido que "dividiu" o país, simultaneamente ao enfraquecimento do vínculo de representação entre alta classe média e PSDB, provocou o esgarçamento do campo neoliberal ortodoxo, pelo menos do ponto de vista de suas bases sociais. Não encontrando mais saída no sucessivamente derrotado PSDB, a solução veio em agentes judiciais da burocracia de Estado, verdadeiros representantes "técnicos" dos interesses nacionais em oposição ao mundo particularista da política partidária, que conseguiriam desmontar a perpetuação do PT no poder sob a forma de um partido em defesa do Brasil. Em termos comparativos, ao final dessa trajetória de revolta da alta classe média, o udenismo dos tucanos seria substituído pelo tenentismo da Lava Jato.

CONCLUSÃO - O rompimento com o PSDB e a aproximação com a burocracia de Estado lavajatista

Esta dissertação teve por objetivo analisar a representação política da alta classe média na crise política que culminou no afastamento de Dilma Rousseff da presidência. O tema de pesquisa se mostrou valioso na medida em que, amparados pela bibliografia sobre a ação política das classes médias e sobre o processo político brasileiro ao longo do ciclo neodesenvolvimentista, evidenciamos o papel de destaque das classes médias na conformação da oposição ao lulismo e reconhecemos uma lacuna na literatura, mais inclinada a pesquisar a base social de sustentação aos governos petistas e preterindo a representação política da base social antipetista. Por meio de análise documental, análise de questionários em manifestações e da coleta de pesquisas eleitorais e de opinião pública, argumentamos que, durante a campanha pró-impeachment, a alta classe média encontrou sua representação política em ramos da burocracia de Estado identificados com a Operação Lava Jato. Dito de outra forma, esse período marcou o enfraquecimento do vínculo de representação política entre PSDB e alta classe média conforme o lavajatismo respondia de maneira mais fiel os interesses dessa camada. Retomemos os principais achados da pesquisa que sustentam nosso argumento.

Como discutido no primeiro capítulo, a oposição ao ciclo neodesenvolvimentista foi conformada pela atuação do campo neoliberal ortodoxo. Representado politicamente pelo PSDB e dirigido pelo capital financeiro internacional e pela burguesia associada, o campo neoliberal ortodoxo tinha como principal base social de apoio a alta classe média, cujos votos nas disputas presidenciais eram direcionados largamente aos candidatos tucanos. Sua acomodação ao campo neoliberal ortodoxo foi motivada pelo apoio seletivo e restrito à plataforma neoliberal e pela rejeição ao lulismo (SINGER, 2012) e às políticas neodesenvolvimentistas (BOITO JR, 2018) que propiciaram a ascensão social e política das classes populares. Não as tratamos como razões estabelecidas desde o início do primeiro mandato de Lula, mas consideramos que os campos opostos de disputa vão acumulando e desenvolvendo conflitos no processo político. O neoliberalismo de oposição e o antipetismo cresceram de forma gradual na alta classe média, configurando a base social do campo neoliberal ortodoxo, à medida que o lulismo se fortalecia e as políticas da frente neodesenvolvimentista surtiam efeito.

Por "neoliberalismo de oposição" (SAES, 2001), indica-se o apoio à redução do raio de intervenção do Estado na vida econômica e social como forma de solucionar o

caráter parasitário, cartorial e empreguista do Estado. Não se trata de uma adesão fiel e absoluta ao receituário econômico neoliberal, pois algumas medidas podem prejudicar a própria alta classe média, mas uma solução prática para o que consideravam ser os dois distúrbios do grande e inchado Estado brasileiro: a corrupção e a alta carga de impostos. O PSDB, principal partido de oposição ao PT e protagonista na aplicação e na defesa de políticas neoliberais, oferecia uma resposta suficiente para o neoliberalismo de oposição da alta classe média. Formado por parlamentares dissidentes do PMDB, intelectuais universitários e pelas classes médias urbanas, o partido esteve atento às mudanças na social-democracia europeia. O avanço neoliberal e o crescimento da Terceira Via redirecionaram o programa social-democrata para uma maior adesão às reformas "modernizadoras" do Estado que eliminavam políticas de bem-estar social. Nesse caso, a redução e a "modernização" do Estado eram encaradas pela alta classe média como necessárias para combater a corrupção no setor público, reduzir a carga de impostos e contingenciar as despesas governamentais com políticas sociais.

Imbricada à adesão ao neoliberalismo seletivo, a alta classe média se aproximava do projeto tucano também em virtude da sua crescente rejeição aos governos petistas e às políticas neodesenvolvimentistas. Compreendemos o antipetismo das classes médias superiores a partir de um conjunto interligado de processos que une dimensões materiais e subjetivas, portanto, um vínculo entre bases materiais e "perturbações" simbólicas e ideológicas que atingem o modo de vida de classe média. Como argumentamos, as políticas sociais neodesenvolvimentistas tocaram, ainda que moderadamente, em barreiras da estrutura de classes brasileira que asseguram a posição social de privilégio da alta classe média, estimulando o antipetismo dessa fração.

As políticas de redistribuição de renda e de valorização do salário mínimo promoveram ascensão econômica das classes populares e repercutiram indiretamente na alta classe média. Por seu efeito inflacionário, encareceram serviços domésticos e pessoais que sustentam um modo de vida de classe média e forçaram algumas mudanças na relação entre patrão e empregado nos serviços domésticos e pessoais. Além disso, ampliou o consumo das classes populares, que ingressaram no mercado de bens e serviços das classes médias – recordamos os casos dos rolezinhos e dos aeroportos. A expansão do Ensino Superior, a adoção de cotas sociais/raciais nas universidades públicas e a implementação de políticas de financiamento e de bolsas estudantis abriram as portas das universidades para as classes populares, reduzindo o percentual de ingressantes dos filhos

da classe média e sua reserva de mercado, assim como questionaram os mecanismos meritocráticos que validam as posições das classes médias. Por fim, a união desses fatores com a maior concorrência no mercado altamente qualificado e o menor crescimento de postos nesse mercado perturbou os mecanismos de distinção e dificultou a reprodução social das classes médias. Em síntese, a reconfiguração das relações entre classes e as transformações nas fronteiras das classes que vivem do trabalho, via melhora na renda e instrução formal, acenderam um alerta na alta classe média.

O impacto dessas políticas instigou o antipetismo, que foi se sedimentando como uma rejeição das classes médias superiores aos governos petistas, sobretudo após as mobilizações de junho de 2013 e durante a campanha pró-impeachment. Desse modo, como argumentamos ao longo desta pesquisa, o antipetismo tem um conteúdo ideológico de classe, respondendo a interesses e fundamentando a reação de classes específicas. Por efeito, a reação reativou uma tendência histórica de aversão às políticas de redução das desigualdades sociais que possibilitam a ascensão social das classes populares, cujo papel de oposição no período populista coube ao udenismo.

Da mesma maneira que as classes médias tradicionais durante o período populista, a alta classe média se opôs às políticas sociais de combate à desigualdade social, responsáveis por propiciar inclusão social e ascensão política das classes populares. No plano político-partidário, as insatisfações das classes médias eram representadas pela oposição udenista e tucana, partidos que recebiam eleitoralmente seu apoio. O discurso empreendido pelo udenismo e pelos tucanos contra seus adversários políticos se assemelhou consideravelmente em torno de quatro pontos comuns. Constatamos a reiteração das críticas ao populismo "carismático" e "demagógico", a ameaça do perigo vermelho e as denúncias moralistas e seletivas contra a corrupção "sistêmica", especialmente em razão da crítica liberal à lógica estatizante e ao excesso de intervencionismo. Conclui-se que a oposição da alta classe média aos governos encabeçados pelo PT reeditou os conflitos entre classes médias tradicionais e populismo varguista, agora sob as vestes do antipetismo.

A primeira mudança significativa no comportamento político da alta classe média veio com as mobilizações de junho de 2013. Até então, a alta classe média expressava uma revolta difusa aos governos petistas, seja na esfera eleitoral ou em pequenos eventos de rua, como o Movimento Cansei. Os acontecimentos de junho são o primeiro sinal do levante da classe média no ciclo neodesenvolvimentista, quando fica nítido a força que

os protestos teriam para desestabilizar o governo e incidir no processo político. Marco e divisor de águas na ação política da alta classe média, as manifestações de junho de 2013 ensejaram a abertura de uma janela de oportunidades para a oposição aos governos petistas, que passou a direcionar o recém fortalecido discurso de combate à corrupção ao partido do governo.

Diferentemente das iniciais pautas progressistas encampadas por setores à esquerda do governo federal, as demandas da classe média tradicional estavam associadas ao clima de revolta contra a corrupção. Esse clima foi criado intensamente pela grande imprensa nacional que noticiava diariamente, desde 2012, os desdobramentos do julgamento da Ação Penal 470, o escândalo midiático do "mensalão". A narrativa maniqueísta e moralista de combate à corrupção, construída pela imprensa e ressoada na classe média, estabelecia heróis, vítimas e vilões. Foi ganhando corpo um discurso moralista, seletivamente direcionado ao PT, de que a corrupção seria o principal entrave ao desenvolvimento do país, sendo seu combate uma urgente necessidade. Não surpreende que essa narrativa tenha fomentado o surgimento do primeiro herói da classe média, o ministro Joaquim Barbosa, relator da Ação Penal 470, que se tornou símbolo de justiça e referência ética para os insurgentes. Era um indício de que a alta classe média vislumbrava no protagonismo judicial uma saída para a "moralização da política".

A atmosfera criada pela oposição após as mobilizações de 2013 se desenrolou até a campanha presidencial do ano seguinte. A queda no índice de avaliação do governo, as vaias dirigidas à presidente nos megaeventos esportivos, o aumento da inflação e o cerco midiático, agora turbinado pelo surgimento da Operação Lava Jato, criou a esperança de vitória na classe média. A campanha do tucano mineiro, Aécio Neves (PSDB-MG), explorou justamente esse clima, relacionando o PT ao aparelhamento do Estado e ao comunismo. Do ponto de vista eleitoral, o antipetismo se intensificou nas classes médias, que sufragaram em maior medida o candidato tucano. Contudo, a derrota no pleito, ainda que com resultado apertado, novamente frustrou a expectativa da oposição de interromper a sequência de governos petistas.

Não conseguindo derrotar o lulismo na disputa eleitoral, portanto, sem lograr pôr fim às políticas neodesenvovlimentistas, a saída encontrada pela alta classe média foi deteriorar as condições de sustentação do governo e colocar nas ruas a exigência do impedimento da presidente Dilma. Sendo assim, o golpismo foi introduzido na agenda política pela alta classe média e posto em marcha através de uma campanha de cinco

manifestações de alcance nacional cujas pautas centrais eram a luta contra o PT e a corrupção, a destituição de Dilma e, mais ao final, a defesa da Operação Lava Jato. Os protestos contaram com cobertura parcial da imprensa, especialmente dos grupos de televisão e da revista Veja, e com a contribuição das autoridades judiciais que insuflaram os atos, estabelecendo uma aliança entre a grande mídia e as instituições do Judiciário.

Da perspectiva da ação política das classes médias superiores, o que essa campanha trouxe de significativo foi a emergência dessa fração como força social e a solidificação de mais dois elementos ideológicos – em sintonia com a radicalização do antipetismo – que pautaram seus interesses e sua representação política: a ideologia anticorrupção e o nacionalismo lavajatista. O encontro desses elementos ideológicos assegurou a alteração da representação política da alta classe média, enfraquecendo o vínculo com o PSDB e se aproximando da burocracia de Estado identificada com a Operação Lava Jato, isto é, Polícia Federal, Ministério Público Federal e parte do Judiciário.

A literatura mostrou que a bandeira anticorrupção, longe de ser falsa ou mero pretexto, está amparada no meritocratismo e em sua condição econômica. Quando mobilizada pelas classes médias, assume a forma de moralização da política, como arma política seletiva e instrumentalizada para manifestar sua oposição à governos. Na conjuntura analisada, a cruzada anticorrupção se fortaleceu após as mobilizações de junho de 2013, dirigida contra o suposto aparelhamento do Estado por parte do PT e encobrindo a insatisfação das classes médias superiores com as políticas neodesenvolvimentistas. A luta contra a corrupção ainda foi combinada com a crítica à alta carga tributária brasileira cujo destino, na perspectiva da classe média, seria a compra de votos do eleitorado mais pobre por meio de políticas sociais ou o "bolso" dos políticos da base aliada. Sua dispersão se efetivou no debate público nos meses finais de 2015 a partir da ação direta da alta classe média, que principiou a insatisfação, da burocracia de Estado lavajatista e da grande mídia. Nesse sentido, a associação entre grande imprensa nacional, Operação Lava Jato e alta classe média conseguiu estabelecer o discurso de combate à corrupção como principal chaga a ser combatida e difundir tal ideologia perante as classes populares.

A estética "patriota" da campanha, carregada de símbolos nacionais, como o hino, bandeiras, as camisetas da seleção nacional e adereços verde e amarelo, em união com o apoio e a defesa inquestionável da Operação Lava Jato e a exaltação das figuras que encabeçavam a força-tarefa, sobretudo após a terceira grande manifestação, engendrou o

que denominamos nacionalismo lavajatista. Fundamentado no anticomunismo, na bandeira anticorrupção e no apego à neutralidade do Estado, o nacionalismo lavajatista reivindicava parte da burocracia de Estado como representante legítima do povo-nação, por ser técnica, neutra e impessoal, em contraposição ao partidarismo petista. Situados num patamar moral superior ao dos políticos corruptos, os novos heróis da pátria agiriam como um partido em defesa do Brasil e defenderiam os verdadeiros interesses nacionais: combate à corrupção e luta contra o bolivarianismo do partido que retirou o Estado brasileiro de seu ponto de neutralidade e universalidade.

No último capítulo desta dissertação, abordamos como a atuação do PSDB na crise do impeachment foi hesitante e marcada por divisões internas. A cizânia das lideranças partidárias se manifestou em três teses – eleições gerais, impeachment e "sangramento" do governo –, mas o partido como um todo esteve cindido internamente entre os desejosos de uma destituição de Dilma e aqueles cautelosos com a manutenção da dinâmica democrática. Os primeiros, que adotaram a tática do "quanto pior, melhor", obstruindo a agenda legislativa do governo, buscavam escutar a radicalização do antipetismo de suas bases sociais – eram os cabeças pretas, deputados mais jovens que tinham sido eleitos com as pautas de moralização da política e contenção ao PT. Do outro lado, os cabeças brancas – peessedebistas históricos que fundaram o partido e formaram uma identidade partidária tucana – se mostravam preocupados com a normalidade democrática e se pautavam por ponderação. Assim, o partido oscilava entre escutar o clamor antipetista de sua base social, majoritariamente os políticos mais jovens e mais atrelados ao antipetismo do que à história partidária tucana, ou seguir o perfil histórico moderado comum aos "caciques" mais antigos do partido, os tucanos históricos. O acúmulo de divergências favoreceu a posição tardia do PSDB em favor do impeachment.

Tais dissidências internas, entre "fazer o governo sangrar" e "deixar o governo sangrar", repousavam em modificações nas bases sociais do partido e no perfil de políticos recrutados. Durante o ciclo neodesenvolvimentista, o PSDB passou a abrigar, tanto do ponto de vista dos eleitores quanto de políticos filiados, membros mais reconhecidamente conservadores e antipetistas, sobretudo na Câmara, do que identificados com a identidade tucana construída desde sua fundação até os governos de FHC. Foi possível notar um giro significativo na posição sobre temas que tangenciam a desigualdade social, como diálogo com minorias e direitos humanos. Dessa maneira, temos uma sobreposição de uma divisão orientada por disputas internas de influência,

especialmente entre os membros mais proeminentes, com dissidências geracionais, o que agravou uma crise de identidade partidária desencadeada pela radicalização do antipetismo. Saia de cena um neoliberalismo com toques progressistas, encampado por lideranças históricas do partido, e crescia a influência de peessedebistas pouco vinculados ao que foi a identidade tucana e mais identificados com um neoliberalismo conservador em resposta direta ao antipetismo das bases.

Aos olhos de sua base social, que tinha no MBL, Vem pra Rua e Revoltados Online seus interlocutores diretos no constrangimento ao PSDB, a atuação do partido – covarde, fraca e hesitante – esteve distante do esperado. Pouco importou que a ala mais antipetista do PSDB tenha se comprometido a encontrar indeterminadas razões jurídicas para o impedimento e que, ao final, o partido tenha optado por romper com as regras do jogo democrático. A hesitação e a demora do PSDB em assumir a campanha pró-impeachment, dividindo-se internamente e tardando para encarnar a radicalização antipetista, bem como o acúmulo de denúncias de corrupção, abriu espaço para que outro ator político traduzisse as aspirações políticas e atendesse os elementos ideológicos da alta classe média: a assim chamada Operação Lava Jato. O conjunto de procedimentos administrativos e judiciais de investigação e responsabilização envolviam três ramos da burocracia de Estado: a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e parte do Judiciário. Embora deflagrada em março de 2014, foi em meados de abril de 2015, com as primeiras prisões de políticos, que as forças-tarefas da Lava Jato incidiram mais fortemente na conjuntura política e afetaram o partido do governo. A partir de então, figurariam constantemente em declarações de apoio nas mobilizações pró-impeachment, sobretudo após a terceira grande manifestação, em agosto de 2015.

Analisando exclusivamente os efeitos políticos e a relação política da Operação com as camadas médias superiores, discutimos primeiramente que a burocracia de Estado lavajatista é uma categoria social inserida no aparelho burocrático e, ao mesmo tempo, pertencente à alta classe média. Por consequência, sua ação burocrática está limitada pelas regras de organização do burocratismo, mas sofre influências da posição e dos interesses de classe dos agentes. Na história política brasileira há situações comparáveis. Entre as décadas de 1920 e 1930, o movimento tenentista expressou, como membros do aparelho militar do Estado, a insatisfação com o regime oligárquico das camadas médias urbanas, da qual também faziam parte. Pelo seu caráter de porta-voz das aspirações da classe

média, Saes (1985) avaliou o movimento tenentista, em sua heterogeneidade, como o "partido" da classe média, um representante político em sentido amplo.

Desse ponto de vista, sustentamos que, além de serem pertencentes à alta classe média, os operadores da Lava Jato buscaram responder os interesses dessa fração estabelecendo uma interlocução por meio de um discurso anticorrupção fundamentado em uma presumida atuação técnico-jurídica e em uma narrativa moralista e antissistema em sua aparência. Em resumo, a burocracia de Estado lavajatista estaria agindo de maneira "técnica, neutra e imparcial", na forma da lei, visando evitar mortes decorrentes de um sistema político degenerado pela organização da corrupção por parte dos governos petistas, em especial por Lula. Somente os heróis nacionais moralizadores, apartados do sistema, poderiam combater o mal causado pela corrupção sistematizada pelo PT, origem dos males da classe média. Em suma, o protagonismo judicial da Lava Jato encontrou ambiente propício na predisposição criada pelo mensalão e forneceu uma resposta contundente à revolta contra a corrupção e à radicalização do antipetismo da classe média amotinada. Assim, os funcionários do Estado neutro e universal, representantes "técnicos" dos interesses nacionais, passam a encarnar o "partido" em defesa do Brasil, se opondo ao sistema político corrupto edificado pelo PT.

A entrada na cena política da burocracia de Estado lavajatista, afetando diretamente o partido que "dividiu" o país e aguçando a crise política, simultaneamente à emergência da alta classe média como força social e as consequentes fraturas na aliança com os tucanos, provocaram o esgarçamento do campo neoliberal ortodoxo. O vínculo de representação política entre alta classe média e PSDB se rompe, consumado pela radicalização do antipetismo de suas bases sociais, a solidificação dos elementos ideológicos que dificultavam uma resposta tucana e a recorrência de cisões internas que favoreceram a postura titubeante do partido frente ao impeachment. Surge, então, um novo "partido" da classe média: a Lava Jato. Nesse sentido, enquanto a alta classe média lutava nas ruas, ela também encontrava seu representante em instituições do sistema de Justiça que, simultaneamente, operavam uma luta contra o PT e o sistema político corrupto edificado pelo partido. As duas ações se interligavam e se alimentavam. Conclui-se, assim, a passagem da posição da alta classe média de passividade diante da grande burguesia associada e do capital financeiro para uma situação na qual desempenha o papel ativo de força social organizada pelo lavajatismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lúcio F. Ideologia nacional e nacionalismo. 2.ed. São Paulo: EDUC, 2014.

ALMEIDA, Frederico de. Justiça, combate à corrupção e política: uma análise a partir da operação Lava Jato. Revista Pensata, v. 5, v. 2, p. 72-85, 2016.

_____. Empreendedores jurídicos como empreendedores morais: combate à corrupção e moralização da política brasileira. Nueva sociedad, v. 276, p. 84-99, 2018.

_____. Os juristas e a crise: a Operação Lava Jato e a conjuntura política brasileira (2014-2016). Plural: Revista de Ciências Sociais, v. 26, n. 2, p. 96-128, 2019.

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. Novos Estudos - CEBRAP, p. 49-58, 2017.

ANDERSON, Perry. Brasil à parte: 1964-2019. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

ANTUNES, Ricardo. Terceira Via": Uma Via de Continuidade do Neoliberalismo. Debate Sindical, n. 32, 1999.

AQUINO, Luseni. Carreiras jurídicas, profissionalismo e Estado: Um olhar a partir do cenário federal. In: LOPEZ, Felix; CARDOSO JR, José. Trajetórias da burocracia na Nova República: heterogeneidades, desigualdades e perspectivas (1985-2020). Brasília: IPEA. p. 129-167, 2023.

ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. Cadernos Cemarx, n. 10, p. 39-60, 2017.

AVRITZER, Leonardo. Impasses da Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete. P. A divisão sexual do trabalho: trabalho doméstico remunerado e a sociabilidade das relações familiares. Gênero, Niterói, v. 13, n. 2, p. 31-48, 2006.

BARROSO, Luís R. Empurrando a história: combate à corrupção, mudança de paradigmas e refundação do Brasil. In: PINOTTI, Maria C. et al. Corrupção: Lava Jato e Mãos Limpas. São Paulo: Portfolio-Penguin. p. 9-19, 2019.

BARTELT, Daniel. (Org.). A "Nova Classe Média" no Brasil como Conceito e Projeto Político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

BOITO JR., Armando. O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo. Brasiliense, 1982.

_____. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

_____. Estado, política e classes sociais. 1. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000, p. 67-104, 2012.

_____. A corrupção como ideologia. Crítica Marxista, v. 44, p. 9-19, 2017.

_____. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora da Unicamp/São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2018.

CAMPOS, Guilherme Caldas de Souza. O emprego formal no Brasil dos anos 2000: Um estudo da Relação Anual de Informações Sociais (2003-2013). Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP (IE), 2016.

CARDOSO, Adalberto. Classes médias e política no Brasil: 1922-2016. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique. A arte da política: A história que vivi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. O papel da oposição. Interesse Nacional, v. 4, n. 13, p. 10-19, 2011.

_____. A miséria da política: crônicas do lulopetismo e outros escritos. Org. Miguel Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Ricardo. Navegando a contravento. Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista de Dilma Rousseff. In: Carneiro, Ricardo et al. (Org.) Para além da política econômica. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 11-54.

CARVALHO, Laura. Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CARVALHO, Priscila Souza de. O debate sobre a reconfiguração da estrutura de classes no Brasil do século XXI a partir da tese da nova classe média. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2017.

CAVALCANTE, Sávio. Nova pequena-burguesia “ampliada” e proletariado “reduzido”? Avanços e limites da análise marxista em Nicos Poulantzas, 10/2014,

Demarcaciones: Revista Latinoameicana de Estudios Althusserianos, pp.61-85, Chile: 2014.

_____. Classe Média e Conservadorismo Liberal. In: VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs.) Direita, Volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015a. p. 177-195.

_____. Reprodução social e revolta política da classe média no Brasil recente. Paper do 39º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 2015b.

_____. Classe média, meritocracia e corrupção. Crítica Marxista, n. 46, p. 103-125, 2018.

_____.; ARIAS, Santiane. A divisão da classe média na crise política brasileira (2015-2016). In: BOUFFARTIGUE, P., et al. (org.). O Brasil e a França na mundialização neoliberal: mudanças políticas e contestações sociais. São Paulo: Alameda, 2019.

CHALOUB, Jorge. O liberalismo de Carlos Lacerda. Revista Dados, v. 61, p. 385-428, 2018.

COUTO, Cláudio. Entrevista a Nelson Lin. "O PSDB ocupa o centro do espectro político-ideológico e gera afinidades com as camadas médias". Revista Adusp, n. 51, p. 62-66, 2011.

DALLAGNOL, Deltan. A luta contra a corrupção: a Lava Jato e o futuro de um país marcado pela impunidade. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.

DIAS, Henrique S. Do diálogo à ruptura: interações governo-corporação médica na política nacional de trabalho e educação na saúde. Tese de Doutorado. Fundação Oswaldo Cruz, 2018.

_____; LIMA, Luciana D. de; LOBO, Maria Stella de C. Do 'Mais Médicos' à pandemia de Covid-19: duplo negacionismo na atuação da corporação médica brasileira. Saúde em Debate, v. 45, p. 92-106, 2022.

DULCI, Otávio Soares. A UDN e o anti-populismo no Brasil. Editora UFMG, 1986.

DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980.

FIORE, Danilo Cesar. Bases sociais e interiorização: o predomínio eleitoral do PSDB paulista (1994-2014). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2016.

FERES JR, João; BARBABELA, Eduardo; BACHINI, Natasha. A Lava Jato e a mídia. In: KERCHE, Fábio; FERES JR, João. Operação Lava Jato e a democracia brasileira. Editora Contracorrente, 2018.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump–e além. Política & Sociedade, v. 17, n. 40, p. 43-64, 2018.

GALVÃO, Andréia. As classes médias na crise política brasileira. Blog Junho, 27 jun. 2016. Disponível em: http://blogjunho.com.br/as-classes-medias-na-crise-politicabrasileira. Acesso em: 19 jun. 2019.

GENAIO, Poméia. A formação do Partido da Social-Democracia Brasileira. Dissertação de Mestrado em Ciência Política na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2003.

GOMES, Luciano B.; MERHY, Emerson. Uma análise da luta das entidades médicas brasileiras diante do Programa Mais Médicos. Interface (Botucatu), vol. 21, Suplemento 1: 1103–14, 2017.

GUIOT, André P. Um "moderno Príncipe" para a burguesia brasileira: O PSDB (1988-2002). Niterói: Dissertação de Mestrado, UFF, 2006.

JANOT, Rodrigo. Nada menos que tudo: bastidores da operação que colocou o sistema político em xeque. São Paulo: Planeta Estratégia, 2019.

KAYSEL, André. Entre a nação e a revolução: o marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular no Peru e no Brasil (1928-1964). Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2014.

KERCHE, Fábio. Ministério Público, Lava Jato e mãos limpas: uma abordagem institucional. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 255-286, 2018.

KOERNER, Andrei; SCHILLING, Flávia. O direito regenerará a República? Notas sobre política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora. In: VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs.) Direita, Volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 75-90.

KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2019.

MAGALHÃES José Carlos G. de. Crescimento, emprego e distribuição de renda: o desempenho econômico do primeiro governo Dilma e o ressurgimento do pacto antidistributivista no Brasil. Mimeo, 2015.

MARTORANO, Luciano. Nicos Poulantzas: burocracia e burocratismo. In: CUNHA, E. P. Marxismo e burocracia de Estado. Campinas: Papel Social, 2017

MARTUSCELLI, Danilo. Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil. Curitiba: Editora CRV, 2015.

_____. As lutas contra a corrupção nas crises políticas brasileiras recentes. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016.

MIGUEL, Luis F.; COUTINHO, Aline de A. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. Opinião pública, v. 13, p. 97-123, 2007.

MORO, Sergio. Contra o sistema da corrupção. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2021.

MOTTA, Rodrigo P. S. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVSKY, E; MOTTA, R. P. S; BOISARD, S. Pensar as direitas na América Latina. São Paulo: Alameda, 2021.

NERI, Marcelo. (coord.). A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Ricardo et al. Prosopografia familiar da Operação" Lava-Jato" e do ministério Temer. Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR, v. 3, n. 3, p. 1-28, 2017.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther; NADER, Lucia. “Pesquisa manifestação política 16 de agosto de 2015”. 16 ago. 2015. Disponível em: <https://www.monitordigital.org/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther; RIBEIRO, Marcio M. Pesquisa sobre guerras culturais - 26 de março. 26 mar. 2017. Disponível em: <https://www.monitordigital.org/wp-content/uploads/2022/12/pro-lava-jato-26-03-17.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

PAIVA, Denise; KRAUSE, Silvana; LAMEIRÃO, Adriana P. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. Opinião Pública, v. 22, n. 3, p. 638-674, 2016.

PIERUCCI, Antonio F.; LIMA, Marcelo C. de. São Paulo 92, a vitória da direita. Novos Estudos Cebrap, v. 35, p. 94-99, 1993.

PINHEIRO, Paulo S. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção, na vida política. Revista Mexicana de Sociologia, v. 37, n. 2, p. 445-474, 1975.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. Revista Estudos Culturais, n. 1, 2014.

PINHO, Patricia de S. The dirty body that cleans: Representations of domestic workers in Brazilian common sense. Meridians, v. 13, n. 1, p. 103-128, 2015.

PINTO, Ana Carolina. Professores universitários ironizam foto de passageiro em aeroporto. Extra, Rio de Janeiro, 6 fev. 2014. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/professores-universitarios-ironizam-foto-de-passageiro-em-aeroporto-11526064.html>. Acesso em: 21 out. 2022.

POCHMANN, Márcio. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

_____. O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2019[1968].

_____. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1978[1974].

POWER, Timothy J. Fernando Henrique Cardoso e a "Terceira Via": Blairismo à Brasileira?. In: O que esperar da Social-Democracia no Brasil. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003, p. 221-273.

PULS, Mauricio. O malufismo. Publifolha, 2000.

RAMOS, Marcelo M.; CASTRO, Felipe A. Aristocracia judicial brasileira: privilégios, habitus e cumplicidade estrutural. Revista Direito GV, v. 15, n. 2, 2019.

RODRIGUES, Fabiana A. Operação Lava Jato: aprendizado institucional e ação estratégica na Justiça Criminal. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2019.

RODRIGUES, Marcus L. C. Um estudo sobre a democracia interna dos partidos políticos: os casos do PT e PSDB. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos, 2021.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB. Entre 1988 e 1999. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, 2002.

SÁ E SILVA, Fábio de. From Car Wash to Bolsonaro: Law and Lawyers in Brazil's Illiberal Turn (2014–2018). Journal of Law and Society, v. 47, p. 90-110, 2020.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. Brasil: neoliberalismo versus democracia. Boitempo Editorial, 2018.

SAES, Décio. Classe média e políticas de classe (uma nota teórica). Contraponto, n. 2, 1977.

_____. Classe média e sistema político no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

_____. Estado e Democracia: ensaios teóricos. Trajetória, IFCH-UNICAMP, 1(1), 1994.

_____. República do capital: capitalismo e processo político no Brasil. Boitempo Editorial, São Paulo: 2001.

_____. Classe média e escola capitalista. Crítica marxista, v. 21, p. 97-112, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. Emprego doméstico e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAMUELS, David.; ZUCCO, Cesar. Partisans, Antipartisans and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil. 1. Ed. Cambridge University Press, 2018.

SARTORI, Débora. O julgamento do mensalão no Jornal Nacional: os recursos dramáticos utilizados na construção da narrativa. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

SINGER, André. Esquerda e direita no eleitorado brasileiro. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. Editora Companhia das Letras, 2012.

_____. “Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas”. Novos Estudos Cebrap, n° 97, p. 23-40, 2013.

_____. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Editora Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

_____. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOARES, Catharina M. et al. Análise do posicionamento das entidades médicas-2015-2016. Saúde em Debate, v. 41, p. 74-86, 2017.

RIDENTI, Marcelo. Classes sociais e representação. Cortez Editora, 1994.

TATAGIBA, Luciana.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. Protestos à direita no Brasil (1997-2015). In: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs.). Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 197-212, 2015.

_____. "Entre as ruas e as instituições. Os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff". Lusotopie, vol. 17, n° 1, p. 112-135, 2018a.

_____. Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In: DE ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Ed). Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais. Campinas: Editora da Unicamp, p. 87-116, 2018.

_____; GALVÃO, Andréia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). Opinião Pública, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019.

TAVARES, José A. G. O que esperar da Social-democracia no Brasil. Brasília, Instituto Teotônio Vilela, 2003.

TRÓPIA, Patricia. Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciários de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1994.

_____. A classe média em questão: o debate marxista sobre a inserção de classe dos assalariados não-manuais. Revista Trabalho Necessário, v. 6, n. 7, 2008.

_____. O ativismo sindical da alta classe média: auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil diante dos governos do Partido dos Trabalhadores. Paper do 43º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 2019.

VIEIRA, Soraia M. O Partido da Social Democracia Brasileira: trajetória e ideologia (1987-2010). Curitiba: CRV, 2016.